

PUBLICIDADE LEGAL

CALÇADOS BEIRA RIO S/A - CNPJ/MF 88.379.771/0001-82 - NIRE 43300035247 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Convocam-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de março de 2022, às 09 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semi-presencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota será facultada exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo *link* e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia apreciará e deliberará sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, (iii) eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76. **Procuração:** Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário da assembleia. **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o *link* para o acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que o solicitar com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação poderá ser presencial, na sede da Companhia, ou encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: felipe_oliveira@beirario.com.br (Fone 51.3584.2200 – ramal 278). Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso, o acionista deverá apresentar ou anexar em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia digitalizada do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 17 de março de 2022. Roberto Argenta - Diretor-Presidente

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

BALANÇO ANUAL 2021



Inspirando
a transformação

LOJAS RENNER S.A.



CMICADO youcom realize repassa

LOJAS RENNER S.A.



LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

APRESENTAÇÃO

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Lojas Renner S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Este relatório é complementar às Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). O conteúdo aqui exposto está alinhado ao Relatório Integrado da Companhia, que respeita as melhores práticas globais e diretrizes do IIRC (International Integrated Reporting Council).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado por muitas transformações, com investimentos relevantes em nossa estratégia para o desenvolvimento do ecossistema de moda e *lifestyle*. Do ponto de vista externo, vivenciamos ainda muitas incertezas e volatilidade, não somente pela continuidade da pandemia da Covid-19, e seus efeitos na saúde e restrições de mobilidade, mas também pelas consequências econômicas causadas por ela.

Iniciamos 2021 com aumento significativo no número de casos de Covid-19, levando à intensificação dos protocolos de distanciamento social e, conseqüentemente, à novas restrições de operação. Mais uma vez, agimos de forma ágil e comprometida com colaboradores, clientes e fornecedores, priorizando o bem-estar de nossos públicos. Desde meados de abril, com a retomada gradual da mobilidade, e a recuperação da carga horária de nossas lojas, observamos uma importante consistência no desempenho de vendas ao longo dos meses seguintes, com média de +20% de crescimento em relação a 2019. Desta forma, mesmo com carga horária média reduzida, de 85%, a Receita Líquida do Varejo apresentou evolução relevante, não somente em relação a 2020, de 43,5%, como também versus 2019, de 12,8%. E tudo isso com recorde histórico de encantamento: 99,1% dos clientes muito satisfeitos ou satisfeitos, o que nos sinaliza que estamos no caminho certo para oferecer uma proposta de valor cada vez mais completa aos nossos clientes.

No entanto, mais importante do que o cenário de curto prazo, a Companhia está comprometida com seu futuro e seguiu avançando na construção do seu ecossistema, para uma oferta de produtos e serviços mais completa aos consumidores. Esta jornada foi iniciada em setembro de 2019, quando o Conselho de Administração e a Diretoria decidiram juntos as prioridades estratégicas para os próximos anos e, com isso, foi definida a estrutura do ecossistema. Naquele momento, renovamos nossa proposta de valor, para atender ao novo modelo de negócio e, desde então, temos trabalhado nas evoluções necessárias nas nossas práticas, trazendo novas expertises e estruturando nossos times. E 2021 foi o ano em que aceleramos ainda mais e investimos intensamente na execução deste plano, potencializando a nossa plataforma atual, para sermos o ecossistema especializado líder em moda e *lifestyle* e referência na América Latina.

Os hábitos dos consumidores têm mudado de forma cada vez mais acelerada e, para atender estas demandas, foi necessário atuar rapidamente em uma oferta mais ampla em todas as etapas da jornada do consumidor. Desta forma, as principais frentes de investimento estão relacionadas à ampliação de sortimento de produtos, categorias e serviços, assim como na geração de conteúdo proprietário e mídias, para maior engajamento, frequência e *stickiness*. Da mesma forma, o contínuo investimento na jornada *omni*, com maior abrangência de canais e plataformas integradas, trouxe maior flexibilidade e potencialização das vendas. Adicionalmente, estamos aumentando a base de clientes da Realize CFI e ampliando a oferta de soluções financeiras que atendam às necessidades de todos os entes do nosso ecossistema. E, para que tudo isso aconteça, estamos evoluindo em alguns habilitadores importantes: logística, tecnologia, conhecimento do cliente e dados. Todas estas iniciativas têm o objetivo de alavancar o encantamento, ganhar eficiência e produtividade, reduzir o CAC (custo de aquisição de clientes), assim como aumentar o *lifetime value*.

Foi com estes planos em mente que, no início de maio, nos capitalizamos, através de uma oferta de ações, equivalente a cerca de R\$ 3,9 bilhões. Estes recursos nos trouxeram flexibilidade e prontidão necessárias para dar continuidade à construção do ecossistema, independentemente de qualquer cenário externo que se configure. Ao longo do ano, investi-se em torno de R\$ 1,3 bilhão em despesas e capex, que englobam a construção de nosso novo CD *omni* em SP, de 163 mil m², atualmente em etapa de montagem de equipamentos e automação, que atenderá todos os nossos negócios e será fundamental para uma melhoria significativa no nível de serviços, bem como a expansão de lojas, com 32 novas unidades, que alavancam a operação online nas novas localidades. Igualmente, abrangem as maiores despesas relativas à digitalização do negócio e a criação de times e reforço de estruturas para fazer frente às diversas iniciativas do ecossistema. Ainda, inclui a aquisição do Repassa, nosso negócio gerenciado de revenda de moda, em linha com a oferta de serviços adjacentes ao core e nossa estratégia de sustentabilidade. E este ciclo de investimentos mais intenso já tem apresentado importantes avanços nos pilares do ecossistema.

No canal digital, atingimos novos recordes, não obstante a base de comparação robusta, a normalização da operação off-line, assim como os efeitos do ataque cibernético sofrido em agosto, que levou à instabilidade de sistemas e à indisponibilidade de nossas operações digitais por alguns dias. O GMV do ano atingiu R\$ 1,6 bilhão, 49,9% superior a 2020 (242,8% versus 2019), e com ainda mais representatividade no negócio, de 13,5%. No período, a Renner foi a marca mais buscada entre os players de moda nacionais, assim como se manteve líder absoluta em Monthly Active Users (MAU) na mesma comparação. Também foram feitos avanços nas outras modalidades de vendas digitais, tais como venda por afiliados e Whatsapp, que chegaram a alcançar cerca de 20% do online. Como consequência de nossas iniciativas, reforçamos nossa presença como marca digital, sendo Top of Mind - Lembrança de Marca em Varejo de Moda durante todos os trimestres do ano e fomos a marca de Moda mais lembrada na Black Friday para compra de Moda e acessórios.

Na jornada *omni*, disponibilizamos o estoque das lojas físicas para compras online, o que aumentou de forma significativa o sortimento, e passamos a focar esforços na melhoria de nível de serviço, equacionada com mais produtividade no *last mile*. Nesta frente, tivemos evolução significativa na Renner, com 45% das entregas realizadas em até D+2, enquanto, na Youcom, este indicador já alcançou o patamar de 70%. Nas lojas, avançamos ainda mais na digitalização da jornada do cliente, com a implementação do RFID nos pontos de vendas, trazendo mais agilidade nos processos e no atendimento. Também aumentamos a relevância das modalidades alternativas de *checkout*, realizadas por dispositivos móveis dos colaboradores, totens de autoatendimento ou pelo smartphone do cliente, que chegaram a representar, em algumas unidades, mais de 45% das vendas. Como resultado de uma experiência mais flexível e completa conosco, a participação de clientes *omni* mais que dobrou em relação a 2019, alavancando o potencial de nosso ecossistema, uma vez que estes clientes apresentam frequência e gasto médio bastante superiores àqueles que compram em somente um dos canais.

No que se refere à oferta de produtos, os *marketplaces* da Camicado e da Renner seguiram ampliando categorias e variedades e atingiram suas metas do ano, contando atualmente com 210 e 190 *sellers*, respectivamente. Na Renner, o sortimento do digital mais que dobrou através da oferta de parceiros e, com a entrada de Camicado e Youcom na plataforma, que estão entre os top 5 *sellers*, ficou ainda mais evidente a sinergia entre os negócios.

Quanto aos temas relacionamento e conhecimento do cliente, também evoluímos. Em conteúdo & branding, focamos em *awareness* e alavancagem de fluxo, com evoluções nas iniciativas voltadas à melhoria de recorrência, engajamento e rentabilização de clientes. Dentre elas, destacamos a realização de *lives* semanais, bem como a intensificação da parceria com influencers, o que aumentou significativamente o alcance potencial. Ainda, fomos a primeira marca da América Latina a fazer uma *live* 3D, assim como a primeira de moda no Brasil com uma *live* de produtos no TikTok. Já em CRM, aumentamos a retenção e vimos nossa base de clientes ativos evoluir seqüencialmente ao longo do ano, com 3,5 milhões a mais que em 2020, somando 17,7 milhões em dezembro. Adicionalmente, já percebemos sinergias relevantes entre os negócios, com clientes que compram em mais de uma marca apresentando *spending* até 7 vezes superior àqueles que consomem em apenas uma delas.

Na oferta de soluções financeiras, a Realize evoluiu fortemente na ocupação mais ampla do ecossistema. Neste sentido, avançou na oferta de produtos na Renner, assim como na captação nos demais negócios, alcançando TPV recorde. Adicionalmente, sua base de clientes ativos aumentou em 12% na comparação com o ano anterior e a receita de serviços ganhou ainda mais relevância. Também realizou operações de financiamento para fornecedores e testou para *sellers* e, no final do ano, lançou a conta digital, para clientes de uma praça piloto.

E tudo isso sempre com muita fidelidade aos nossos pilares de sustentação, que permeiam nossa atuação: produtos e serviços, estratégia ESG, pessoas e cultura de encantamento. Nesse sentido, merecem destaque nossas iniciativas ESG (Ambiental, Social e Governança). Além das medidas de colaboração e apoio à comunidade durante a pandemia, o ano de 2021 foi de finalização dos nossos compromissos públicos de sustentabilidade, que haviam sido estabelecidos em 2018. Adicionalmente, dentre as diversas carteiras de índices relacionados ao tema das quais participamos, destaca-se o Dow Jones Sustainability Index, que tem como base o S&P Global ESG Scores, em que

alcançamos a maior pontuação entre as empresas de varejo globais, além do ISE, da B3, em que ficamos em segundo lugar no ranking geral. Adicionalmente, inauguramos nossa loja circular, a primeira no varejo brasileiro neste conceito, feito que nos enche de orgulho. Um ano de desafios, sem dúvidas, mas de muitas evoluções e aprendizados. Temos um caixa líquido de R\$ 2,5 bilhões e alcançamos R\$ 10,6 bilhões de Receita Líquida Total, sendo, mais uma vez, a maior em nosso segmento. A performance de vendas, aliada à otimização dos estoques integrados, bem como o uso de dados em nossos processos têm contribuído para níveis de remarkações alinhados aos menores patamares históricos, levando a uma margem bruta em níveis bastante saudáveis, de 54,2%. Nesta frente, destacou-se também o papel de nossos escritórios na China e em Bangladesh, que trouxeram flexibilidade e segurança ao abastecimento dos produtos importados. Ainda, nosso Lucro Líquido totalizou R\$ 633 milhões e foi aprovada a distribuição de 61% como remuneração aos acionistas, o maior percentual desde 2013.

E assim avançamos rumo à 2022! Ainda temos incertezas sobre os cenários econômico e de saúde, no entanto, sabemos que estamos mais preparados e muito atentos às oportunidades que se configuram. Acreditamos que marcas com significado e proposta de valor clara geram diferenciais competitivos e criam condições para ganhos de market share, principalmente em um cenário macro mais difícil e de consolidação como o que vivemos.

Somos o maior player *omni* de vestuário do Brasil e continuamos comprometidos com nosso propósito, para nos consolidarmos, cada vez mais, como o ecossistema líder do segmento. Para tanto, seguiremos nos diferenciando em produto e *Lifestyle* e investindo em qualidade e moda. Ainda, continuaremos priorizando a *jornada omni*, expandindo a rede de lojas, com cerca de 40 inaugurações previstas em 2022, ao mesmo tempo em que crescemos a operação online. Alinhados a isso, tocaremos também os investimentos em nossas plataformas logística e de tecnologia, assim como em melhor *time to market* e iniciativas na *Realize*, totalizando R\$ 1,0 bilhão em capex. Tudo isto, com muito foco, buscando maior produtividade e eficiência nas operações, para potencializar o encantamento dos clientes e gerar retorno aos nossos acionistas.

E por fim, gostaríamos de fazer um agradecimento especial aos nossos colaboradores, conselheiros e executivos, que seguiram engajados ao nosso propósito; aos fornecedores, que estiveram comprometidos com nossas operações; aos acionistas, que suportaram nossa transformação, e aos clientes e comunidade em geral, que nos reconheceram como a 12ª marca mais valiosa do País, segundo a Interbrand.

Obrigado a todos!

José Galló
Presidente do Conselho de Administração
Porto Alegre, 17 de março de 2022.

Fabio Adegas Faccio
Diretor Presidente

DESTAQUES DO ANO

- Receita líquida de varejo cresceu 43% e +13% vs 2020 e 2019, respectivamente. Média mensal foi superior a 20% vs 2019 desde a reabertura de lojas em abril.
- 2022: Tendência de recuperação segue, com aceleração vs 2019.
- Ganho consistente de *share*, com vendas 20p.p. acima do mercado.
- Crescimento robusto de 50% no GMV Digital do ano sobre base recorde; penetração atinge 13,5%.
- Marketplace da Renner aumentou em 2,2x o sortimento online e atualmente conta com +190 *sellers*.
- Recorde de encantamento de 99,1% em 2021.
- Níveis de remarkações nos menores patamares dos últimos anos.
- 45% das entregas realizadas em até D+2 na Renner e 70% na Youcom, impulsionadas pelas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.
- Aceleração na produção de conteúdo, reduzindo CAC no 4T21.
- Maior eficiência do *shipping* from store - redução de 18% no custo por entrega 4T21 vs 4T20.
- Crescimento robusto da carteira, com inadimplência alinhada aos níveis históricos.
- TPV recorde, devido a maior ocupação do Ecossistema pela Realize, com ampliação de 12% da base de clientes ativos.
- 17,7 MM de clientes ativos no ecossistema, aumento de +25% vs o ano anterior, com +12 p.p. na retenção.
- Contínuo aumento na base de clientes *omni*, com +46% versus 2020, e clientes *cross*marcas do ecossistema chegam a ter *spending* 6 a 7 vezes maior.
- Payout* de 61%, maior percentual distribuído desde 2013.
- Reforço de marca digital: Top of Mind em moda durante todo o ano e líder em MAU entre players nacionais.
- EBITDA Total Ajustado 1,9x maior que o do 2020 (ex-crédito fiscal).

CENÁRIO MACROECONÔMICO

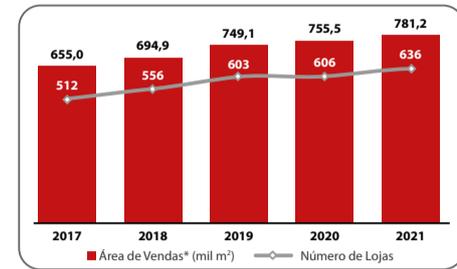
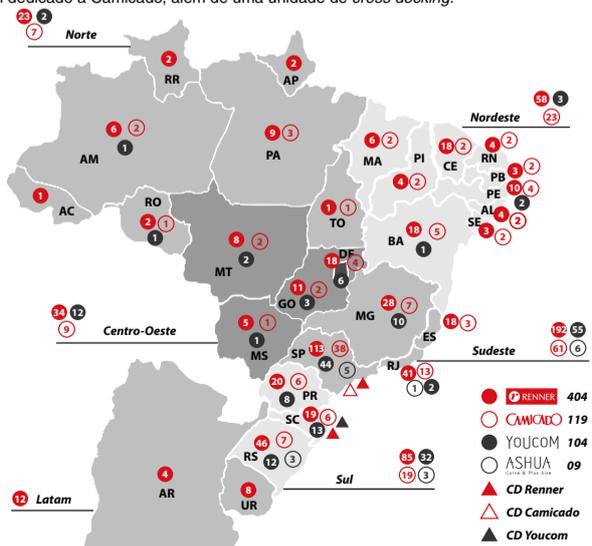
O ano de 2021 foi mais um marcado pelos efeitos da Covid-19, que impactou a economia não só do Brasil, mas de todo o mundo. No início do ano, com a segunda onda da pandemia, as novas restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos segmentos, assim como na renda das famílias. Em seguida, na medida em que a situação da pandemia evoluiu e as restrições foram sendo flexibilizadas, os setores da economia foram se recuperando em diferentes níveis. Este movimento ocorreu em diversos países e isto gerou o desequilíbrio de cadeias produtivas globalmente, bem como rupturas logísticas. No Brasil, estes fatores, aliados à crise energética, alta das commodities e câmbio desvalorizado, implicaram em aumento relevante de inflação no país, seguido por maiores juros e efeitos na agenda fiscal.

No varejo de vestuário, não foi diferente. Por um lado, o fluxo nos shoppings foi gradualmente evoluindo e, com isso, as vendas do segmento melhoraram seqüencialmente a partir de abril, inclusive ultrapassando os patamares de 2019 em alguns meses, conforme dados do PMC - Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE. Por outro, os desafios foram maiores quanto aos custos de operação, em função principalmente dos efeitos inflacionários e da desvalorização do Real.

A COMPANHIA E SEUS NEGÓCIOS

A Lojas Renner S.A. foi constituída em 1965 e atualmente compreende o maior ecossistema de moda e *lifestyle* do Brasil, abrangendo as marcas Renner, Camicado, Youcom, Ashua e Repassa. Além disso, para a gestão de serviços financeiros, conta com a Realize CFI. A Companhia possui 636 lojas em operação, distribuídas em todos os estados do Brasil e no exterior (8 unidades no Uruguai e 4 na Argentina).

A sede administrativa da Companhia está localizada em Porto Alegre (RS) e possui escritórios na China e em Bangladesh para operações de importação e desenvolvimento de novos fornecedores. Quanto à logística, são três Centros de Distribuição (CDs), sendo um dedicado à Camicado, além de uma unidade de *cross docking*.



	RENNER			CAMICADO			YOUCOM		
	2021	2020	Var.	2021	2020	Var.	2021	2020	Var.
Número de Lojas	413	393	20	119	113	6	104	100	4
Inaugurações	21	7	-	6	2	-	5	2	-
Fechamentos	1	2	-	0	3	-	1	3	-
Área de Vendas (mil m²)	713,8	690,3	3,4%	49,8	48,3	3,1%	17,7	16,9	4,7%

RENNER

O principal negócio da Companhia é a rede de lojas Renner, que representa 90% da Receita Líquida total. A Renner busca entregar a melhor experiência em moda para o segmento médio/alto, com produtos e serviços de qualidade, a preços competitivos. A Renner desenvolve e vende roupas, calçados e moda íntima de qualidade para mulheres, homens, adolescentes e crianças sob 18 marcas próprias, das quais 8 são representativas do conceito *Lifestyle*, em que cada uma reflete um estilo próprio de ser e de vestir. Também vende acessórios e cosméticos por meio de duas marcas próprias e oferece algumas mercadorias sob marcas de terceiros.

Em 2021, a Renner avançou com o seu plano de expansão física, inaugurando 20 lojas no período e, como resultado do processo de revisão da rentabilidade das operações, 1 unidade foi encerrada. No total, eram 404 unidades em operação ao final do ano, sendo 392 no Brasil, 8 unidades no Uruguai e 4 na Argentina, que somavam 713,8 mil m² de área total de vendas. As lojas têm área média de 1,8 mil m² e 90% delas estão localizadas em shopping centers. Adicionalmente, oferece os seus produtos através do e-commerce, no Brasil e no Uruguai.

As lojas no exterior seguem o mesmo padrão e posicionamento das lojas no Brasil. As primeiras unidades foram inauguradas em 2017, no Uruguai, e representaram um passo importante para testar o modelo de negócio em outros mercados. Os produtos têm boa aceitação pelos clientes locais, o que se refletiu na diferenciada performance de vendas. A operação conta ainda com um hub para recebimento direto de produtos importados da Ásia, evitando a tributação. Ao final de 2019, a Renner abriu 4 lojas na Argentina, um País populoso, com ambiente competitivo favorável e com oportunidades comerciais advindas do Mercosul. Em 2021, o foco da operação foi a implementação das soluções para melhora de lead time e simplificação do processo de exportação.

CAMICADO

A Camicado é uma rede de lojas especializada, que busca encantar as pessoas com experiências para casa e decoração. Ela foi adquirida em 2011 e é a maior varejista nacional neste segmento, com presença em todas as regiões do País. Oferece grande variedade de produtos, entre artigos de decoração, utensílios de cozinha e domésticos, eletroportáteis, organização e cama, mesa e banho. A marca possui 119 lojas em operação, todas em shopping centers, com área média de 418 m². No ano, foram inauguradas 6 lojas, perfazendo 49,8 mil m² de área total. Em 2021, a Camicado seguiu sua trajetória de crescimento, não só no físico, como no digital. Foram implementadas melhorias na experiência do cliente no site e as estratégias de marketing foram revisadas, com o objetivo de aumentar a participação digital, trazendo maior assertividade e menor CAC. Além disso, apresentou crescimento relevante na venda por WhatsApp e no número de afiliados do programa Minha Sacola.

Também seguiu evoluindo na estruturação do seu marketplace, com desenvolvimento de novos parceiros e hoje conta com aproximadamente 210 *sellers* e mais de 90 mil produtos ativos, oferecendo uma solução mais completa de casa e decoração aos consumidores.

YOUCOM

A Youcom foi lançada em 2013 e tem como propósito encantar e conectar pessoas de *lifestyle* jovem. As lojas, em formato especializado, têm tamanho médio de 170 m², oferecendo produtos de qualidade, com alto apelo de moda, a preços competitivos e de forma inovadora e sustentável. Uma das iniciativas no ano, foi a aceleração da estratégia de moda responsável nos produtos através do selo Y Change: são mais de 900 produtos com apelo sustentável e diversos projetos com impacto social positivo.

No ano de 2021, a Youcom inaugurou 5 lojas e, como resultado do processo de revisão da rentabilidade das operações, 1 unidade foi encerrada, somando 104 unidades em operação, presentes em todas as regiões do Brasil, em um total de 17,7 mil m² de área de vendas.

A Youcom seguiu investindo na transformação digital para alcançar sua ambição em ser *digital first*, lançando o seu aplicativo, que apresentou resultados positivos no número de downloads e na retenção dos clientes. Também foi realizada a entrada em *marketplaces* terceiros e avançou-se na parceria com afiliados, utilizando influencers como embaixadores da marca.

ASHUA

A Ashua Curve & Plus Size foi lançada em 2016, exclusivamente no e-commerce da Renner, oferecendo produtos nos tamanhos 44 a 56, que valorizam as curvas e o corpo feminino, com qualidade e informação de moda.

No ano de 2021 foi inaugurada 1 unidade da marca que, ao final do ano, contava com 9 lojas em operação, com área média de 224 m². Também foram ampliadas as ilhas (corners) da marca dentro das lojas Renner, em um total de 14 unidades, com metragem média de 42 m².

Quanto à transformação digital, a Ashua também deu passos importantes, tanto na atratividade de sua operação online, através de campanhas com influencers, assim como de iniciativas *omni*. Adicionalmente, foi realizada a entrada da marca no Uruguai, através do e-commerce, bem como a participação em diferentes *marketplaces*. Mereceu destaque também o lançamento de produtos com maior apelo sustentável, representados pelo selo Re.

REALIZE CFI - SERVIÇOS FINANCEIROS

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Realize CFI busca encantar os clientes com experiências e soluções financeiras que tenham impacto na vida dos consumidores. Em dezembro de 2021, a Instituição Financeira detinha uma carteira de crédito total de R\$ 4,8 bilhões, composta, principalmente, por duas modalidades de produtos: o Cartão Renner (Private Label), criado em 1973, e o Meu Cartão (Cartão Co-branded), lançado em 2012, com as bandeiras Mastercard e Visa, que pode ser utilizado também em outros estabelecimentos, dentro e fora do Brasil. Para compras realizadas na Renner, ambos cartões oferecem opções de pagamento em até cinco parcelas mensais sem juros ou oito, com encargos.

A Realize também oferta seguros e assistências, assim como garantia estendida e serviços por assinaturas. Adicionalmente,

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

oferece soluções para negócios, com operações de antecipação de recebíveis para *sellers* do ecossistema, assim como financiamento de capital de giro e concessão de crédito para fornecedores. Ainda, no final do ano, lançou sua conta digital a clientes de praça específica, em SP, para posterior *rollout*. Aos clientes elegíveis, são também oferecidos outros serviços, como o Saque Rápido - modalidade de empréstimo pessoal e, na frente de investimentos, emissão de CDB.

Como resultado destas e outras iniciativas, a Companhia alcançou engajamento de 89%, nível acima do varejo e em linha com a meta estipulada para o período. Anualmente, há mais de duas décadas, é realizada uma pesquisa de engajamento voluntária e anônima, junto a todos os colaboradores Lojas Renner S.A. e, em 2021, a adesão foi de 78%. Adicionalmente, a Companhia foi certificada pelo Great Place to Work (GPTW) que, em pesquisa junto aos colaboradores, apontou que 87% consideram a Lojas Renner S.A. um ótimo lugar para trabalhar, 17 p.p. acima da média das empresas de todos os setores na América Latina. A Realize também obteve a certificação, com 82% na pesquisa.

REPASSA



A Companhia realizou a aquisição do Repassa em 2021. Trata-se de uma startup nativa digital, com sustentabilidade no centro, que foi fundada em 2015. Repassa é uma plataforma online, que revende roupas, calçados e acessórios, focada no público feminino das classes B e C+, através de um serviço gerenciado. Este segmento tem alto potencial de crescimento e é uma das grandes tendências do varejo de vestuário. Adicionalmente, esta transação está alinhada à estratégia de ecossistema da Companhia e o novo serviço entrega valor aos clientes, complementando sua jornada, assim como cria nova avenida de receita, maior recorrência e *lifetime value*.

Adicionalmente, reforça o objetivo da Companhia de estimular o consumo consciente e a ampliação da vida útil das peças.

No ano, foram inaugurados os 2 primeiros quiosques em shoppings da marca, que alavancaram a participação das parcerias, triplicando o volume de pedidos de Sacolas do Bem. No ano, houve reforço dos times e foi estruturada a sede de Jundiá, aumentando em 3 vezes a capacidade de estoque.

PILARES DE SUSTENTAÇÃO VALORES CORPORATIVOS

- ENCANTAR... exceder a expectativa dos clientes.
- NOSSO JEITO... fazer coisas de forma simples e ágil, com muita energia e paixão.
- GENTE... contratar, desenvolver e manter as melhores pessoas.
- DONOS DO NEGÓCIO... pensar e agir como donos de nossa unidade de negócio.
- OBSTINAÇÃO POR RESULTADOS... buscar resultados e não apenas boas ideias.
- QUALIDADE... nossos produtos e serviços têm o mais alto nível de qualidade.
- SUSTENTABILIDADE... negócios e atitudes pautados pelos princípios da sustentabilidade.

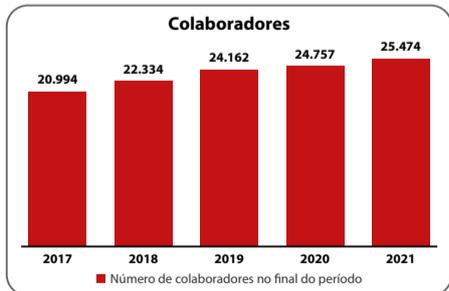
CULTURA DE ENCANTAMENTO

Encantar clientes faz parte da essência da Lojas Renner: é um dos seus valores e sua razão de existir. Há mais de 20 anos, foi pioneira com a criação do Encantômetro, que mensura a experiência de compra dos clientes nas lojas da Renner. Além disso, a disseminação desta cultura ocorre através de cerca de 900 mil Histórias de Encantamento, registradas pelos próprios colaboradores que protagonizam estas situações, em que surpreendem os clientes com iniciativas diferenciadas, que vão além do que eles esperam. Com base neste valor que, em 2021, a Companhia avançou de forma importante no desenvolvimento de seu ecossistema de moda e *lifestyle*, para oferecer uma proposta de valor cada vez mais robusta e se tornar a escolha de ainda mais clientes. Foram investimentos direcionados a uma oferta mais ampla em todas as etapas da jornada do consumidor. Como consequência, a Companhia seguiu superando as expectativas de seus clientes e, em 2021, atingiu seu recorde de encantamento, com 99,1% de clientes muito satisfeitos ou satisfeitos.



PESSOAS

Para fazer frente ao novo ciclo de transformação digital e atuação dos negócios, em 2021, foi iniciado um projeto de evolução cultural na Companhia. Após um diagnóstico, que considerou aspectos como a diversidade dos segmentos, das equipes e países, assim como a integração de novos negócios, foi realizada a revisão da proposta de valor ao colaborador. Esta proposta visa a continuidade da estratégia de marca empregadora, que valoriza a cultura e a diversidade de talentos e negócios da Lojas Renner S.A. Nesse sentido, também foi lançada a Encantech, uma comunidade tech, que busca atrair e desenvolver talentos para as áreas de Tech, Dados, Ágil e Digital de diferentes partes do Brasil e do mundo. O foco do ano foi o engajamento de todos na construção do ecossistema de moda e *lifestyle*, realizado por meio de uma comunicação clara e transparente sobre os desafios do negócio e as necessidades de transformação para o avanço contínuo. Para isso, houve mobilização de líderes e equipes, em uma jornada de aprendizagem, chamada OneX, onde o colaborador pode compartilhar e vivenciar os temas estratégicos do ciclo digital, reforçando ainda mais a cultura corporativa.



Além disso, é proporcionado a todos os colaboradores um ciclo de carreira, que se inicia com a avaliação de competências, realizado semestralmente pelos colaboradores e anualmente pela liderança. A partir dela, o colaborador e seu líder constroem o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com foco nos objetivos de carreira e nas necessidades de desenvolvimento individuais atuais. Por meio de inteligência artificial, as necessidades elencadas no PDI de cada colaborador são conectadas com os conteúdos da Universidade Renner (UR), apontando uma curadoria de cursos e treinamentos específicos de cada plano, que pode, ainda, adicionar pessoas de referência, mentores e grupos ao seu Plano. Em linha com isto, a UR agrupa e conecta trilhas de desenvolvimento e treinamento internas e externas, através de uma plataforma de mobilidade de carreira e do portal onde são realizados e geridos os PDIs. O colaborador tem autonomia sobre seu processo de aprendizagem, controlando e definindo suas próprias trilhas. A Companhia conta ainda com programa de desenvolvimento de lideranças, para acelerar a progressão de carreira e garantir a preparação de líderes para acompanhar a expansão do negócio. No ano, houve melhoria do Career Mobility, Programa Gente em Movimento Up, um canal da UR que

conecta as habilidades dos colaboradores a oportunidades de desenvolvimento. Inclui participação em projetos, mentorias, vagas internas em aberto, sempre com foco em desenvolver habilidades e preparar as pessoas para os desafios do negócio.

Como resultado destas e outras iniciativas, a Companhia alcançou engajamento de 89%, nível acima do varejo e em linha com a meta estipulada para o período. Anualmente, há mais de duas décadas, é realizada uma pesquisa de engajamento voluntária e anônima, junto a todos os colaboradores Lojas Renner S.A. e, em 2021, a adesão foi de 78%. Adicionalmente, a Companhia foi certificada pelo Great Place to Work (GPTW) que, em pesquisa junto aos colaboradores, apontou que 87% consideram a Lojas Renner S.A. um ótimo lugar para trabalhar, 17 p.p. acima da média das empresas de todos os setores na América Latina. A Realize também obteve a certificação, com 82% na pesquisa.

PRODUTO

Em 2021, a Companhia manteve o foco na sustentação de sua cadeia de fornecedores, em razão do cenário ainda adverso, trabalhando de maneira muito próxima aos seus parceiros. O ano trouxe grandes desafios no processo de desenvolvimento de produtos, reflexo da necessidade do trabalho remoto, da escassez de matérias-primas e do aumento de custos na fabricação de produtos, sendo necessário replanejar e ajustar coleções para adaptação a este cenário. No entanto, foi possível mitigar esses impactos com transparência e integração com fornecedores, gerando mais adaptabilidade e flexibilidade nos processos, assertividade nas coleções e maior autonomia e confiança entre times e parceiros. Devido a este cenário, na importação, a Companhia ampliou o escopo e reforçou os times na China e em Bangladesh, dando mais responsabilidade e autonomia, a fim de agilizar o processo, garantindo segurança e o cumprimento dos *lead times*, mesmo em meio ao período conturbado de logística internacional.

Em 2021, houve avanço nas coleções digitais, com o desenvolvimento de projetos pilotos que envolveram toda a cadeia E2E (*End to End Process*). Um exemplo foi o projeto da marca esportiva Get Over no Metaverso, além do desenvolvimento de uma pequena coleção totalmente digital, desde o seu início, com amostras digitais, até seu recebimento no CD, uma inovação que encantou parceiros e clientes. Este ano marcou ainda a consolidação do programa de reatividade, através da máquina de impressão de camisetas, gerando 115 mil peças entregues ao cliente sob reatividade da demanda.

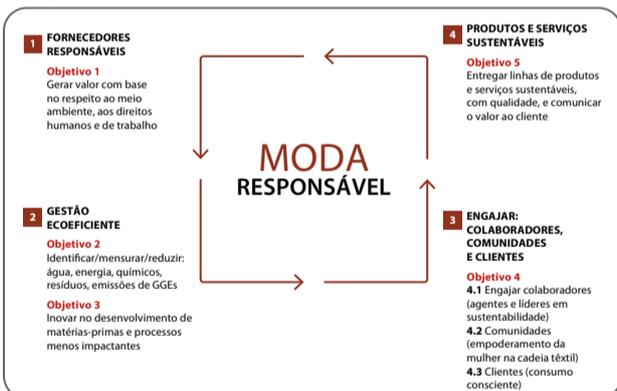
No ano, também foram lançadas coleções especiais. A coleção premium Atelier, na marca Renner, foi um dos destaques e trouxe fios nobres, cortes atemporais e acabamentos diferenciados. A coleção Studio, do selo Re, também foi lançada, e reforçou ainda mais a sustentabilidade dos produtos, com peças básicas e atemporais em matérias-primas como linho e algodão, além de uma linha de beleza. Também foi lançada mais uma edição da coleção Somos Arte, em parceria com artistas. Outro destaque, foi a ampliação da pilotagem interna de amostras e a criação de avatares digitais e manequins de prova baseados em corpos reais. A ação traz ainda mais qualidade, vestibilidade e diversidade aos produtos, além de uma maior velocidade no desenvolvimento de coleções.

Na Youcom, houve a ampliação de mix, bem como a consolidação da categoria de jeans jovem. Na Camicado, o sortimento de itens à disposição dos clientes na loja online aumentou 20 vezes de 2018 para cá, possibilitando que toda a jornada de compras para o lar fosse concluída em um só local.

Como resultado destas e outras melhorias, a Companhia manteve sua assertividade no desenvolvimento das coleções e gestão eficiente de estoques, contribuindo para a manutenção de níveis de remarketings bastante saudáveis e alinhados aos menores níveis dos últimos anos.

ESG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA AMBIENTAL E SOCIAL

Sustentabilidade é um dos valores da Lojas Renner. A Companhia acredita que a moda deve ser justa, consciente e responsável. O ano de 2021 marca a conclusão do ciclo estratégico de Moda Responsável da Renner, que elencou os temas prioritários para avanço da gestão entre 2016 e 2021, com o objetivo de minimizar os riscos socioambientais relevantes das operações, cadeia de fornecimento e aumentar a geração de valor aos stakeholders e meio ambiente.



FORNECEDORES RESPONSÁVEIS

A Companhia tem estratégias de gestão dedicadas ao monitoramento e desenvolvimento socioambiental da cadeia de fornecimento. Nesse sentido, todos os fornecedores devem se comprometer com o Código de Conduta para Fornecedores, por meio da assinatura do Contrato Comercial e do Termo de Compromisso de Conduta Responsável. Para fornecedores identificados com maior risco de impacto em cada grupo, o processo de avaliação se aprofunda. Nos fornecedores de revenda, as marcas Renner, Youcom e Ashua também exigem de seus fornecedores e contratados de confecção, calçados e acessórios a certificação ABVTEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), que avalia a sua aderência às boas práticas corporativas de responsabilidade socioambiental.

Adicionalmente, a Companhia entende que fornecedores orientados e cientes do impacto de sua atuação, conseguem controlar os riscos de sua operação e melhorar seu desempenho. Para isso, busca maximizar o potencial de impacto positivo na cadeia têxtil, através de iniciativas e programas de apoio ao desenvolvimento dos fornecedores no Brasil. Alguns destes programas já tem um histórico longo de existência, como o PMC (Programa de Melhoria Contínua), já em seu nono ano de atuação, assim como o Programa Encadeamento Produtivo, em parceria com o Sebrae, que promove a capacitação das empresas e, em 2021, beneficiou 121 fornecedores.

Ainda, através do Programa de Excelência Renner (PER), a Companhia busca promover e incentivar o desenvolvimento e a inovação na cadeia de fornecedores, reconhecendo as empresas que se diferenciam em Qualidade, Sustentabilidade, Eficiência, Cooperação e Inovação. Mais de 200 empresas participaram do programa neste ano. Também em 2021, foi lançado o PAC (Programa de Aceleração em Conformidade), em que é oferecida consultoria aos fornecedores de revenda da Renner identificados, no processo de auditoria, com necessidade de melhorar seu desempenho em gestão da conformidade, com etapas de diagnóstico e plano de ação construídas junto do fornecedor e especialistas, para garantir sua conformidade.

Como resultado, em 2021, foi alcançado o compromisso público de ter 100% da cadeia global de revenda da Renner com certificação socioambiental, garantindo a adoção de melhores práticas amplamente legitimadas.

GESTÃO ECOEFICIENTE

Em 2021, foi superado o compromisso público de ter 75% do consumo corporativo de fontes renováveis e de baixo impacto - solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH), chegando a 100%.

No combate às mudanças climáticas, a Companhia superou a meta de redução de 20% de emissões de CO₂ frente ao inventário de 2017, alcançando 30,99%. Neste sentido, se manteve no Índice Carbono Eficiente (ICO), da B3 e publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), que, desde 2013, recebe o selo Gold do programa GHG Protocol. Desde 2015, é uma Companhia carbono neutro, com 100% das emissões de GEE, relativas ao inventário do ano anterior, compensadas. Em 2019, passou também a apoiar a *Science Based Targets initiative* (SBTI), iniciativa global que reúne empresas em um caminho para reduzir emissões, em linha com a meta do Acordo de Paris. Também foram submetidas as metas baseadas na ciência à SBTi, que recentemente foram aprovadas e guiarão as iniciativas da companhia para a redução de emissões.

Quando olhamos para nossas operações, 100% das lojas têm sua iluminação com lâmpadas de LED e o objetivo é ter lojas cada vez mais eficientes. Atualmente, uma loja possui certificação LEED nível Silver, além da sede em Porto Alegre, e duas unidades com certificação nível Gold. A Companhia vem, desde 2015, adotando premissas, conceitos e critérios para construção e reforma de lojas com padrões de sustentabilidade, alinhados aos aprendizados das lojas certificadas. Possui também o Projeto de Gestão de Energia e Ativos, utilizando as melhores tecnologias em automatização, iluminação e ar-condicionado, para ganhos de eficiência nas lojas. Adicionalmente, ao longo dos últimos anos, foram promovidas, junto aos fornecedores de logística, ações de conscientização e capacitação, focadas no gestão de emissões de gases de efeito estufa.

Em relação à economia circular, foram dados passos importantes. Em 2021, foi inaugurada a primeira loja circular do País, no Rio de Janeiro, que alinha a circularidade à transformação digital, para criar uma experiência única para os clientes e reduzir o impacto ambiental desde a concepção até a operação. Na obra, destacou-se o reaproveitamento de 97% dos resíduos gerados, com redução de 37% no volume de madeira e os manequins são 100% recicláveis, entre outros. Quanto aos recursos, o consumo de água na operação é 56% menor do que em lojas convencionais, é abastecida por energia eólica e conta com equipamentos de maior eficiência energética.

ENGAJAR COLABORADORES, COMUNIDADES E CLIENTES

A Lojas Renner acredita que, além de oferecer linhas de produtos de vestuário menos impactantes, é preciso informar e conscientizar os clientes sobre o processo produtivo dessas peças e seus diferenciais, empoderando suas escolhas e estimulando hábitos de consumo e uso mais sustentáveis. Para isso, foram apresentados, através do blog Estilo Renner, os conceitos de sustentabilidade, mostrando sua importância e engajando a todos, com conteúdo sobre comportamentos responsáveis e padrões de consumo que contribuem para a preservação do meio ambiente e o respeito com as pessoas.

Quanto à responsabilidade social, há treze anos, o Instituto Lojas Renner faz a gestão do investimento social privado, direcionando tanto ao desenvolvimento de comunidades, quanto à geração de renda, capacitação e apoio ao empreendedorismo de mulheres no ecossistema da moda. Nesse sentido, busca-se engajar colaboradores, clientes e sociedade aos projetos e causas apoiadas pelo Instituto Lojas Renner. O Movimento Todas Avançam Juntas arrecadou R\$ 6,8 milhões no ano, com direcionamento de parte do lucro das vendas do site/app da Renner, Ashua, Youcom e Camicado em abril de 2021. Pela primeira vez os quatro negócios participaram da campanha de forma integrada.

Ainda, em 2021, seguiu-se atuando para apoiar o sistema de saúde e comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio de doações, articulação de recursos e parcerias institucionais que multipliquem o impacto social. Ao todo, foram investidos R\$ 2,2 milhões em ações voltadas ao combate à Covid-19, frente que recebeu o maior volume do montante arrecadado pelo Instituto pelo segundo ano consecutivo. Também foi realizado apoio à corrida pela imunização, com a doação de R\$ 1,2 milhão para a construção da nova fábrica do Instituto Butantan, bem como foram enviadas usinas e carretas de oxigênio para o Amazonas, estado que passou por crise de escassez de recursos no início do ano.

Quanto ao compromisso com os direitos humanos, desde 2020, a Política Corporativa sobre o tema estabelece os princípios que devem nortear as atividades e relações da Companhia em toda a sua cadeia de valor. Desde 1995, conta com o Código de Conduta e, desde 2018, com o Código de Conduta para Fornecedores, para orientar, esclarecer e formalizar as condutas, valores e princípios esperados de nossos colaboradores, administradores e fornecedores, respectivamente. Nesse sentido, os colaboradores devem ler e declarar conhecer o Código no momento de sua contratação e contam com treinamentos específicos na Universidade Renner. Já os fornecedores declaram conhecer o Código na contratação, devem divulgá-lo aos seus colaboradores e recebem conteúdos e treinamentos sobre o tema.

Considerando o cenário do ano e os riscos identificados, o de discriminação foi priorizado e foram criadas iniciativas, incluindo os públicos interno e externo, focadas em duas frentes: a tolerância zero à discriminação e assédio e o combate à violência doméstica. Para isso, um *squad* multidisciplinar promoveu ações direcionadas nas áreas de processos, sensibilização, treinamento, mitigação e medidas corretivas. Em 2021, seguiu-se promovendo treinamentos para colaboradores e lideranças sobre assuntos relevantes ao tema e foram concluídas ações importantes na frente de tolerância zero à discriminação e assédio.

Ainda, o Programa Plural, criado em 2020, orienta a estratégia de diversidade e inclusão. E, no ano de 2021, foi promovida a sua disseminação internamente, com a divulgação de vídeo manifesto, a publicação do guia de diversidade para colaboradores, comunicações e eventos temáticos ao longo do ano, sensibilização sobre diversidade para os fornecedores, bem como treinamentos sobre diversidade, discriminação e raça para colaboradores e alta liderança.

PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS

A Companhia entende que o caminho para uma Moda Responsável necessariamente passa por construir uma oferta de produtos e serviços menos impactantes. Esse propósito foi materializado pelo Selo Re Moda Responsável (Renner) e YC Change (Youcom), que identificam produtos com matérias-primas ou processos com menor impacto ambiental e maior geração de valor na cadeia. Para isso, foi realizado um trabalho na capacitação e alinhamento dos fornecedores de revenda, no apoio à inovação e desenvolvimento setorial e no engajamento e conscientização das equipes de produtos que, inclusive, têm metas de criação de produtos menos impactantes atreladas à sua remuneração variável.

Em 2021, foi superada a meta de compromisso público que previa alcançar, no ano, 80% das peças de vestuário da Renner com Selo Re Moda Responsável. Ao final do período, alcançou-se 81,3% de produtos menos impactantes. Para a meta de atingir 100% de algodão certificado, alcançou-se 99,15%, sendo essa diferença justificada principalmente pelo impacto da pandemia, em que foram necessários ajustes e prorrogações em pedidos, levando ao recebimento de uma pequena parcela de produtos sem algodão certificado no ano de 2021.

Também em 2021, após uma parceria bem-sucedida em 2020 e com muita adesão dos clientes, foi realizada a aquisição do Repassa, plataforma nativa digital de revenda de roupas e acessórios usados, reforçando o objetivo da Companhia de estimular o consumo consciente e a ampliação da vida útil das peças. Os clientes podem retirar gratuitamente nas lojas participantes a Sacola do Bem, para destinar suas roupas que não são mais usadas para venda ou doação no brechó.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lojas Renner S.A., em julho de 2005, foi a primeira empresa no Brasil a ter 100% de suas ações negociadas na B3, sem um acionista controlador, sendo considerada a primeira corporação brasileira. A adoção das melhores práticas de governança corporativa e o modelo de governança da Companhia é uma das fortalezas das políticas de ESG, o que se reflete na presença e evolução nos principais índices do mercado, como o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). As diretrizes estratégicas da Companhia são estabelecidas pelo Conselho de Administração, atualmente com oito membros, sendo 88% de independentes, e que conta com o apoio de quatro Comitês: Pessoas (2005), Sustentabilidade (2008), Estratégico (2014) e Auditoria e Gestão de Riscos (2012), sendo este último estatutário desde 2018. Também possui um Conselho Fiscal permanente, desde 2006.

Principais Práticas de Governança Corporativa

- Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão
- 100% de *free float*
- Maioria de Conselheiros independentes (88%)
- Mulheres no Conselho de Administração (25%), na Diretoria (40%) e no Conselho Fiscal (33%)
- Comitês do Conselho de Administração (CA) e de Gestão
- Diferentes executivos como Presidentes do CA e Diretoria
- Conselho Fiscal (CF) permanente
- Manual para Participação em Assembleias
- Plano de Opção de Compra de Ações e de Ações Restritas
- Regimento Interno para Conselhos, Diretoria e Comitês
- Avaliação formal do CA e da Diretoria
- Secretários para Conselhos, Diretoria e Comitês
- Portal de Governança para Conselhos e Comitês
- Auditoria Interna e Compliance
- Canal de denúncias terceirizado e independente
- Diversas Políticas Corporativas
- Área de Governança Corporativa - Governance Officer
- Diretoria com remuneração atrelada a metas ESG

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youcom

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

As atividades operacionais, por sua vez, são conduzidas pela Diretoria Estatutária, atualmente com cinco membros, seguindo as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e tendo o suporte de alguns Comitês de Gestão para a tomada de decisões. Ainda, conta com diretorias não estatutárias, alinhadas à cultura de líderes formadores de líderes e à formação e valorização dos talentos internos, a fim de suportar o crescimento da Companhia. Em relação a gestão de riscos, a Lojas Renner aderiu às melhores práticas nacionais e internacionais para gestão eficiente dos riscos do negócio, reforçando a cultura de ética, transparência e governança responsável, com uma estrutura robusta, suportada por políticas e processos. A Diretoria de Riscos, criada em 2019, trabalha próxima às áreas do negócio, dando apoio consultivo à identificação, prevenção e tratamento dos principais riscos e, também, promovendo a conscientização sobre uma cultura preventiva. As principais categorias de riscos monitorados são os operacionais, estratégicos, reputacionais e socioambientais. A Companhia conta ainda com uma estrutura dedicada na área de Compliance, vinculada à Diretoria de Riscos, voltada à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que busca garantir a privacidade e segurança de dados e que trabalha, desde 2018, nos avanços necessários para adoção das melhores práticas no tema. Ao longo de 2021, a Lojas Renner implementou ferramentas e melhorias de processos, tais como, uma plataforma externa de privacidade de dados pessoais, referente ao compromisso com os princípios da LGPD, e uma ferramenta externa de gestão da segurança da informação, trazendo dados relevantes para ações internas e junto aos parceiros.

A Lojas Renner revisa constantemente o seu sistema de Governança Corporativa, no qual novas práticas são adotadas e outras já existentes são aprimoradas. Para isso, conta com uma área de Governança Corporativa para apoio às atividades relacionadas ao funcionamento de governança, ao atendimento e relacionamento com órgãos reguladores, acionistas e agências de voto, inclusive de questões relacionadas às assembleias, assim como para a proposição e implementação de processos que promovam sempre as melhores práticas.

Em 2018, foi a primeira Companhia a entregar o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo a mais aderente ao documento. Desde 2019, a sua aderência às práticas recomendadas é de 98,1%, enquanto a média das empresas, em 2021, foi de 58,7%, conforme pesquisas divulgadas. Como reflexo, a Lojas Renner figurou em primeira posição e com nota máxima no ranking divulgado pelo Banco J.P. Morgan, baseado no Informe, com dados extraídos da CVM e relacionado à perspectiva de governança corporativa em empresas do setor de varejo. Foi atingido o maior percentual de conformidade, com 100% de adesão das 44 questões consideradas válidas pelo Banco, nos pilares Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Órgãos de Fiscalização e Controle, e Ética e Conflito de Interesses.

Valorizando a diversidade de gênero, em consonância com a sua Política de Indicação de Administradores, e visando manter a sua atuação alinhada às melhores práticas mundiais de governança, a Lojas Renner aderiu, em 2020, ao Women on Board (WOB), se comprometendo a manter, pelo menos, duas conselheiras no seu Conselho de Administração. A WOB é uma iniciativa independente, apoiada pela ONU Mulheres, que visa reconhecer, valorizar e divulgar a existência de ambientes corporativos com a presença de mulheres em Conselhos de Administração, para demonstrar os benefícios desta diversidade ao mundo empresarial e à sociedade.

Visando a preservação da saúde de acionistas e colaboradores diante da pandemia, em 2021, foram realizadas duas assembleias, exclusivamente virtuais, em que se observou o comprometimento dos acionistas com o negócio e com as novas formas de participação. A Assembleia Geral Ordinária contou com a participação de 774 acionistas, representando 64,3% do Capital Social. Entre as pautas, estavam (i) a aprovação das contas de 2020; (ii) a distribuição de dividendos; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal; e (iv) a remuneração dos Administradores. Todas as matérias foram aprovadas. Já a Assembleia Geral Extraordinária contou com a participação de 915 acionistas, representando 67,75% do Capital Social, em segunda convocação. Dentre as pautas aprovadas estavam: (i) o aumento do Capital Social no valor de R\$ 1,230 bilhão, através da incorporação de parte de Reservas de Capital e de Lucros, com bonificação de ações na proporção de 1 nova ação para cada 10 existentes; (ii) o aumento do capital social autorizado, na mesma proporção da bonificação de ações (10%); (iii) a alterações e consolidação do Estatuto Social, com destaque para a ampliação do objeto social, a fim de refletir as novas frentes de negócio e o ecossistema de moda e *lifestyle* e a otimização da distribuição de competências entre Diretoria e Conselho de Administração. A proposta para um novo plano de incentivo de longo prazo, com ações de performance, restritas e *matching* não foi aprovada. Dessa forma, continuam vigentes os dois planos atuais: Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Ações Restritas, aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de setembro de 2015 e alterados pela Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2020.

RECONHECIMENTOS ESG

No ano, a Companhia, recebeu diversos reconhecimentos relacionados ao tema ESG, tais como:

- Dow Jones Sustainability Index (DJSI) - 7º ano consecutivo na avaliação que tem como base o S&P Global ESG Scores, sendo a empresa de varejo com maior pontuação no mundo, alcançando 80 pontos sobre 100 no ranking, 15 a mais do que no ano anterior e, pela primeira vez, passou a integrar duas categorias simultaneamente: a *World Index* e a *Emerging Markets Index*.
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) - 8º ano consecutivo, tendo ficado em 2º lugar no ranking geral.
- Índice de Transparência da Moda Brasil (ITMB) 2021- Renner e Youcom na 3ª colocação entre as 40 varejistas brasileiras.
- Índice Carbono Eficiente (ICO2) B3 - 11º ano consecutivo, presente desde a criação do índice.
- Morgan Stanley Capital International (MSCI) - 3º ano consecutivo com rating A, 1º lugar do setor na categoria *Supply Chain Labor Standards*, uma das 25 empresas brasileiras apontadas como líderes no *MSCI Brazil ESG Leaders Index*, e a única varejista apontada entre as top 10 brasileiras com melhor desempenho no *MSCI ESG Ratings*.
- *Sustainalytics* - Categorizada como baixo risco e a 2ª melhor varejista de moda do mundo no ranking de risco ESG.
- *Refinitiv* - 2ª melhor do setor em ESG no *refinitiv ESG scores*, com rating ESG A e pontuação máxima em responsabilidade pelo produto.
- FTSE4GOOD - 7º ano consecutivo.
- CDP Climate Change - 11º ano consecutivo submetendo informações ao CDP Climate Change, com a melhor nota de todo o varejo brasileiro e compoando a carteira do Índice CDP Brasil - Resiliência Climática (ICDP-70).
- *Ranking ESG* no Brasil do *Bank of America* - 1º lugar, com base na pontuação do MSCI, *Refinitiv* e *Sustainalytics*.
- Merco Empresas Mais Responsáveis e com Melhor Governança Corporativa - 1ª posição na categoria varejo de moda.
- Prêmio Estadão Empresas Mais - 2ª colocada na categoria Governança Corporativa.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

No início de maio, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição primária de ações, com esforços restritos de colocação (oferta restrita), com a emissão de 102 milhões de ações, gerando uma captação de recursos equivalente a aproximadamente R\$ 3,9 bilhões. A oferta restrita foi precificada no dia 29 de abril, a R\$ 39,00, com desconto de 2,4% versus o preço de fechamento do dia, nível bastante abaixo da média de ofertas de ações a época no mercado. Os recursos líquidos provenientes da oferta estão sendo destinados para: (i) o desenvolvimento e fortalecimento do ecossistema de moda e *lifestyle*; (ii) a continuidade na digitalização dos processos core da Companhia e o desenvolvimento da omnicanalidade; (iii) construção de um novo centro de distribuição, (iv) expansão das lojas físicas; (v) a expansão de serviços financeiros ofertados pela Realize CFI; e (vi) flexibilidade para realizar investimentos; sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para o fortalecimento da posição de caixa para a gestão ordinária de seus negócios.

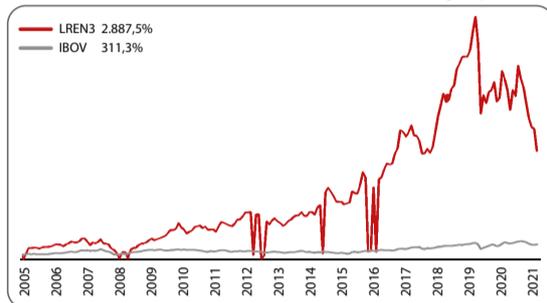
Em novembro, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária já mencionada, a bonificação de ações, a razão de 10%, com a emissão de 89,8 milhões ações ordinárias, sendo uma nova ação ordinária para cada dez possuídas naquela data, ao custo unitário atribuído de R\$ 13,35. As ações mantidas em tesouraria, no plano de opção de compra de ações, no plano de ações restritas e em ADRs também foram bonificadas.

Em relação aos dividendos, no ano, foram creditados aos acionistas R\$ 387,9 milhões sob a forma de Juros sobre Capital Próprio, a serem ratificados na Assembleia Geral de 2022. Assim, o *dividend yield* alcançou 1,8% (com base no preço da ação em 30/12/2021) e o *payout* foi de 61,3%, maior percentual distribuído desde 2013.

Performance das ações

As ações da Lojas Renner S.A. são negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código LREN3, e, via ADRs, no OTC US, sob o código LRENY. No ano de 2021, as ações LREN3 tiveram desvalorização de 37,53% (ajustada por eventos societários), *versus* uma desvalorização de 11,93% do Ibovespa, atingindo valor de mercado de R\$ 24 bilhões, em 30 de dezembro.

No ano, o número de acionistas da Companhia teve um aumento de 31,2%, saindo de 119,0 mil, em dezembro de 2020, para 156,1 mil, em dezembro de 2021, principalmente de pessoas físicas. Nesse período, foram realizados 7,6 milhões de negócios, com 2.359,9 milhões de ativos movimentados, e um volume médio diário negociado de R\$ 367,8 milhões. Quanto ao programa de ADRs, que foi lançado em 2017, havia um total de 11,6 milhões de recibos emitidos, ao final de 2021, ante 7,5 milhões, em igual período de 2020.



DESENVOLVIMENTO DO ECOSISTEMA DE MODA E LIFESTYLE



O ano de 2021 marcou a intensificação dos investimentos na consolidação do ecossistema de moda e *lifestyle* da Companhia, para uma oferta mais completa aos consumidores. Esta jornada iniciou em setembro de 2019, quando o Conselho de Administração e a Diretoria decidiram juntos as prioridades estratégicas para os anos seguintes e, com isso, foi definido o desenho do ecossistema. Naquele momento, a proposta de valor foi renovada, para atender ao novo modelo de negócio e, desde então, trabalhou-se nas evoluções necessárias nas práticas internas, trazendo novas expertises e estruturando os times. Em 2021, a Companhia acelerou e investiu de forma mais intensa na execução deste plano, potencializando a sua plataforma, para ser o ecossistema especializado líder em moda e *lifestyle* e referência na América Latina.

Os hábitos dos consumidores têm mudado de forma cada vez mais acelerada e, para atender estas demandas, foi necessário atuar rapidamente em uma oferta mais ampla em todas as etapas da jornada do consumidor. Desta forma, as principais frentes de investimento estão relacionadas à ampliação de sortimento de produtos, categorias e serviços, assim como na geração de conteúdo proprietário e mídias, para maior engajamento, frequência e *stickiness*. Da mesma forma, o contínuo investimento na jornada *omni*, com maior abrangência de canais e plataformas integradas, trouxe maior flexibilidade e potencialização das vendas. Adicionalmente, a base de clientes da Realize CFI vem aumentando, assim como a oferta de soluções financeiras que atendam às necessidades de todos os entes do ecossistema. E, para que tudo isso aconteça, vêm-se evoluindo em alguns habilitadores importantes: logística, tecnologia, conhecimento do cliente e dados. Todas estas iniciativas têm o objetivo de avançar o encantamento, ganhar eficiência e produtividade, reduzir o CAC (custo de aquisição de clientes), assim como aumentar o *lifetime value*. A seguir, as principais evoluções nestas frentes:

OMNICALIDADE

As vendas digitais seguiram com crescimento robusto de 49,9% durante o ano, mesmo com uma base de comparação recorde do ano anterior, atingindo um GMV consolidado de R\$ 1.625,2 milhões e representando 13,5% do GMV total da Companhia. Este desempenho refletiu o contínuo investimento para melhoria da experiência do cliente, trazendo mais autonomia, principalmente nos temas de pós-venda, bem como ferramentas integradas de *live commerce* e, principalmente, no *last mile*.

Sobre os canais de vendas digitais disponíveis, mereceu destaque o WhatsApp, com avanço na comunicação ativa, resultando em um crescimento de +10x nas vendas, sendo o canal com maior ticket médio e conversão do ecossistema. Da mesma forma, a Venda Social, recentemente renomeada para Favoritos Renner, cresceu +12x versus 2020.

Quanto ao fluxo online, alcançou cerca de 1.063 milhões de visitas (+28% ante 2020), das quais 65% foram através do app. No período, foram +19 milhões de downloads, resultando em 8,3 milhões de usuários ativos e mantendo, mais uma vez, a liderança absoluta em Monthly Active Users (MAU) entre os players nacionais, de acordo com os dados do AppAnnie. Como fruto destas evoluções operacionais, combinadas com as iniciativas de conteúdo, a Renner foi Top of Mind - lembrança de Marca em Varejo de Moda em todos os trimestres do ano, bem como a marca de moda mais lembrada na Black Friday, segundo o Ebit.

Em 2021, a Companhia seguiu investindo de forma relevante em todo o processo de omnicanalidade, com a implementação de diversas iniciativas para transformar a experiência de compras dos clientes em uma jornada cada vez mais encantadora e, assim, manter a posição de maior player *omni* de vestuário do Brasil. Nesse sentido, concluiu-se a implementação da prateleira infinita no segundo trimestre, com disponibilização de 100% do sortimento das lojas físicas para compras online, aumentando a diversidade e profundidade de itens no digital, e permitindo o maior uso das lojas para o *last mile*. Isto resultou em uma maior atratividade para os clientes, menor ruptura e, como consequência, mais vendas.

O passo seguinte foi priorizar as frentes de serviços e custos, com avanços na capacidade logística. Foram feitos ajustes nos modelos de operação para atender os novos formatos de venda, entrega e retirada de produtos, em linha com a estratégia de transformação digital. As operações foram diversificadas, os times reforçados, além da melhoria na qualidade das embalagens e preparo dos produtos enviados, gerando melhor experiência de compra. Adicionalmente, o retira em loja recuperou participação, chegando a representar 18% do total, e cerca de 18% dos clientes fazem uma compra adicional, alavancando a operação *omni*. Neste sentido, houve avanço significativo, tanto na velocidade de entrega, com até 45% delas sendo realizadas em até D+2, como no custo por remessa do *shipping from store*, que apresentou redução de 18% no 4T21 versus o mesmo período de 2020, melhorando a equação do digital.

Ainda sobre o *last mile*, na Renner, foi dado um foco nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentando ganhos relevantes no nível de serviço, onde 40% das entregas foram realizadas em *same day* ou *next day* nestas localidades. Adicionalmente, a Youcom migrou o CD do e-commerce do RJ para SP e, a partir de então, 70% dos pedidos na grande São Paulo são entregues em *same day* ou *next day*. Ainda, foi finalizada a obra civil do novo centro de distribuição em Cabreúva (SP) e iniciada a montagem dos equipamentos e automação. As obras seguiram conforme o cronograma e o CD será inaugurado em 2022. Este CD permitirá ganhos de eficiência, velocidade e sinergia entre os negócios e atenderá toda a operação *omnichannel* do ecossistema.

Do ponto de vista de lojas, foi dado seguimento ao plano de expansão, com 32 unidades inauguradas no ano, conforme já mencionado, assim como o piloto de *guide shop*, conceito de loja Renner que une online e offline, inaugurado em abril. Adicionalmente, a digitalização das atividades de loja avançou: em maio, foi realizado o piloto de checkouts por RFID e, em outubro, foi finalizada a implementação em 100% das lojas. Esta tecnologia traz ainda mais flexibilidade e agilidade no atendimento ao cliente.

Quanto ao checkout, mais de 45% das vendas de algumas unidades já estão sendo realizadas fora dos caixas tradicionais. A finalização das compras pode ser realizada através da Venda Móvel, feita por colaboradores utilizando dispositivos móveis de lojas; do Self Checkout, totens de autoatendimento; assim como do Pague Digital, através do smartphone dos clientes, que foi destaque. Esta modalidade chegou a representar mais de 10% das vendas das lojas em algumas regiões e o pagamento é feito através da carteira digital no app da Renner.

CONTEÚDO & BRANDING

Durante o ano, foram realizadas diversas iniciativas com o objetivo de trazer mais fluxo, recorrência, engajamento e rentabilização de clientes. Foram feitos investimentos em conteúdo, para gerar maior consistência na imagem de moda e maior interação dos clientes nos canais digitais da Companhia. Para isso, foram criados novos modelos de gestão de conteúdo para cada rede social, além de diversas iniciativas ao longo do ano, como postagens interativas, envio de conteúdos semanais com dicas de estilo e criação de séries no Youtube. Também foi lançada a Rennata, persona digital da Renner, e realizadas participações no universo gamer, através do Renner Play, entre outras. Ainda, foi realizada campanha no programa The Masked Singer e, em cada episódio, foram cerca de 37 milhões de pessoas impactadas pelas vinhetas e ações de merchandising, com efeito direto no fluxo do site.

Nesse sentido, a Renner foi a primeira marca da América Latina a fazer uma Live Shop 3D e também a primeira do segmento *fashion* a realizar uma *live* de produtos na rede social TikTok. Além disso, no ano, foram realizadas *lives* semanais nas diferentes marcas do ecossistema e em diversos formatos, desde grandes produções a eventos mais dinâmicos e ágeis, através de parcerias com influencers, marcas e canais de conteúdo.

Aliado a isso, foi desenvolvida uma comunicação mais recorrente e assertiva com os clientes, através de diferentes campanhas, coleções-cápsulas e conteúdos co-criados com parceiros. Para tanto, desde abril, foram ativados quase 1.400 macro e micro influenciadores, com aumento de 25% na quantidade sequencialmente nos trimestres do ano, incluindo parceiros orgânicos e grandes influencers. Com isso, o alcance destas ativações foi 161% superior na comparação do 2T21, quando se iniciou esta atuação, com o 4T21. Como resultado destas iniciativas, o tráfego nos sites e aplicativos advindos das redes digitais teve crescimento robusto, de 146% versus 2020, assim como aumento de 24% no volume de engajamentos das postagens no Instagram com redução no CAC.

CRM E LOYALTY

Em 2021, evoluiu-se de maneira importante e consistente a base de clientes do ecossistema, atingindo a totalidade de 17,7 milhões de clientes ativos em 31 de dezembro, representando um crescimento de 25% em comparação com o ano anterior. Além disso, a taxa de retenção do ecossistema foi 12 p.p. maior que em 2020, com redução de 18% no *churn*, evidenciando o maior *life time value* dos clientes. Ainda, 88% do faturamento é totalmente identificado, permitindo um conhecimento maior do perfil dos clientes e, assim, possibilitando um contato mais assertivo, através de campanhas personalizadas. Adicionalmente, os clientes do ecossistema têm se tornado cada vez mais integrados entre os canais, com aumento de 46% na base *omni*. Estes clientes compram com mais frequência, gerando um *spending* 3 vezes superior aos demais canais, alavancando as operações. Do ponto de vista de sinergia entre os negócios, clientes que compram em mais de uma das marcas do ecossistema chegam a ter *spending* 6 a 7 vezes superior àqueles que se relacionam com apenas uma.

Sobre o programa de *loyalty*, a plataforma foi contratada e foram iniciados MVPs de alguns benefícios, que já apresentaram boa receptividade dos clientes nos primeiros resultados acompanhados. O programa terá uma dinâmica *cross* marcas, atendendo a todos os clientes do ecossistema, e oferecerá benefícios quantitativos e experiências diferenciadas. **MARKETPLACE & SERVIÇOS PARA SELLERS**

O marketplace da Renner, que iniciou em maio de 2021, finalizou o ano com 154 *sellers* que, em dezembro, representavam ~5% do volume de vendas transacionado no e-commerce. Atualmente, são mais de 190 parceiros, que agregam 53 mil produtos ativos no site, com destaque para Camicado e Youcom, que estão entre os 5 maiores *sellers* do canal, reforçando a sinergia das marcas dentro do ecossistema. Com relação ao desenvolvimento da plataforma tecnológica, seguiu-se avançando na melhoria e automatização de processos internos para escalar o canal. Também já apresentou indicadores e aprendizados importantes relacionados ao perfil dos parceiros e receptividade dos clientes.

Ao longo do ano, a implementação na Renner teve foco na curadoria de sortimento e parceiros e, nos últimos meses, além da categoria core, foi ampliado o mix também de outras, como calçados, acessórios e moda casa. Esta última categoria, atualmente representada pela Camicado, representou 10% do GMV transacionado no 3P em dezembro. Além de aumentar o sortimento online disponível em 120%, os produtos do marketplace trazem complementariedade de faixas de preço. Mereceu destaque a Black Friday, com performance relevante, consolidando novembro como o principal mês de venda da plataforma.

O marketplace da Camicado, por sua vez, encerrou 2021 com 200 *sellers*, que representaram +16% do GMV digital do ano. Além disso, o sortimento de itens à disposição dos clientes na loja online aumentou 20 vezes desde 2018. Atualmente, os canais digitais oferecem 90 mil tipos de produtos, entre itens da Camicado e dos *sellers*, desde peças de decoração para cozinha, sala de jantar e estar, quarto, banheiro, jardim e varanda, lavanderia, escritório e linha pet, até móveis e eletrodomésticos. Além do marketplace próprio, a Camicado está presente em algumas plataformas parceiras.

SERVIÇOS ADJACENTES AO CORE

Transformar o ecossistema em uma plataforma completa para atender a jornada diária do consumidor também passa pela oferta de serviços adjacentes que possam adicionar valor para o cliente, através do desenvolvimento de parcerias e oportunidades de serviços diversos. Nesse sentido, desde 2020, a Renner tinha uma parceria com o Repassa, plataforma digital de revenda de moda, que já apontava favorabilidade dos clientes à sua proposta, com alta probabilidade de uso do serviço. E, em agosto, foi realizada a aquisição da startup, alongando a jornada dos clientes no ecossistema. Desde a finalização da aquisição, trabalhou-se na integração com o ecossistema, mantendo a autonomia de gestão do negócio e buscando a captura de sinergias. Mais informações sobre o Repassa em Nossos Negócios.

SOLUÇÕES FINANCEIRAS - REALIZE CFI

Ao longo de 2021, a Realize teve importante evolução na sua atuação junto ao ecossistema, fortalecendo sua plataforma de soluções. Focou no aumento da base de clientes ativos, de 12% versus 2020, bem como na busca por maior LTV, através da ampliação de seu portfólio e, assim, atendendo as necessidades de seus clientes e participando mais de suas jornadas diárias.

Neste sentido, no decorrer do ano, a Realize avançou na priorização do Meu Cartão (co-branding) na Renner e passou a ocupar mais o ecossistema, com expansão de oferta de soluções na Camicado, Youcom e Ashua. Com isso, a representatividade do Meu Cartão na base ativa atingiu 53% ao final do ano, um aumento de 68% versus 2020.

No ano, foram também realizadas campanhas de engajamento com clientes, como as de *cashback*, e ações de encantamento de clientes Super Heavy Users, com experiências diferenciadas e exclusivas em datas comemorativas, como no Dia das Crianças e no Natal. Estas ações são importantes alavancadoras e conectoras entre as operações de varejo e financeira.

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Quanto à digitalização, 90% da base de clientes interagiu digitalmente com a Realize, com aumento de 29% nos acessos únicos aos canais versus 2020. Este comportamento é fundamental para potencializar uma agenda mais acelerada de ofertas digitais no ecossistema.

Sobre a ampliação da oferta de soluções financeiras, com entrega de valor diferenciada aos clientes, foi realizada a extensão do portfólio de seguros e assistências, com as modalidades Pet, Bem Estar Saúde do Corpo e Saúde da Mente, assim como garantia estendida e serviços por assinaturas. Também foram lançadas soluções para negócios, com testes de operações de antecipação de recebíveis para *sellers* e financiamento de capital de giro e concessão de crédito para fornecedores Renner, com aproximadamente R\$80 milhões em liberações ao longo de 2021. Os CDBs da Realize, nas plataformas de investimentos, somavam R\$161 milhões emitidos até dezembro de 2021.

Ainda, a operacionalização da Conta Digital foi uma importante frente da financeira em 2021 e, ao final do ano, foi realizado o lançamento nas lojas físicas em praça piloto no estado de São Paulo. O objetivo deste projeto é expandir e escalar a operação, de forma rentável, potencializando a sinergia entre os serviços financeiros oferecidos e as operações de varejo, além do fortalecimento da fidelização dos clientes.

Como resultado destas e outras iniciativas, foi atingido TPV recorde de +R\$ 13 bilhões e, além disso, as receitas de serviços cresceram 64% versus 2020 e passou a representar 28% da receita da Realize no ano.

TECNOLOGIA E DADOS

Ao longo do ano houve avanço nas iniciativas de uso de dados para melhora da tomada de decisão. Com base no potencial infinito do uso de dados, a Companhia priorizou as frentes que trariam maior impacto ao ecossistema, reforçando também as equipes de TI e Dados, fundamentais para o desenvolvimento dos projetos. Assim, ao final de 2021, eram mais de 753 pessoas, envolvidas em mais de 12 tribos e 71 *squads*.

Quanto ao *forecast* de vendas, houve evolução dos modelos de curto prazo, com assertividade de 98% para a Lojas Renner S.A. e de níveis superiores a 99% para as lojas físicas da Renner. Foi também possível antecipar movimentos de baixa performance e recomendar ações corretivas para as lojas.

No processo de compra, o piloto da ferramenta de sugestão de volumes está sendo realizado nos itens básicos, de fabricação nacional, e continuou a capturar insights para a Companhia desenvolver melhorias e continuar a trabalhar na expansão deste motor.

Já o abastecimento através de dados, na Renner, teve a abrangência de categorias mantida, mas com avanços importantes nos modelos de *forecast* por peças, que possibilitam maior qualidade da informação gerada para aprimorar o abastecimento dos produtos. Com isso, 21% das subclasses, que representam cerca de 43% das vendas, estão no modelo. Além disso, a distribuição por IA foi destinada a itens básicos que, ao final do ano, representaram aproximadamente 30% das vendas.

Adicionalmente, foi concluída a produção do Motor de Remarcações da Renner. Ao final do ano, a ferramenta operava nas subclasses que representavam 84% das vendas, avanço de 30 p.p. ante o trimestre imediatamente anterior. Ainda, como benefício direto do motor, houve redução de 4 semanas no ciclo de vida do produto para itens sem liquidação, minimizando a necessidade de remarcação.

Já em relação ao Motor de Precificação, destaca-se o uso da ferramenta para o e-commerce da Camicado, para itens que representavam cerca de 16% das vendas. A ferramenta busca preços de produtos comparáveis e faz sugestões para otimização de preços, em um processo 100% automatizado.

Por fim, destaca-se também o Sortimento Inteligente. Ao final do ano, foram desenvolvidos 3 modelos para testar a hipótese de que sortimentos orientados às preferências dos consumidores poderiam reduzir os fretes do e-commerce e melhorar o serviço para clientes. Testes iniciais comprovaram a hipótese e deu-se início ao desenho do piloto, para posterior execução e expansão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as variações aqui apresentadas são calculadas com base nos números em milhares de reais, assim como os arredondamentos. Conforme a norma em vigor, a partir de janeiro de 2019, as despesas de aluguel, depreciação e juros refletem o efeito do IFRS 16. Por questões de comparabilidade com o mercado e em linhas com as Demonstrações Financeiras, a partir do 4T21, a Companhia passou a reportar as informações de EBITDA pós-IFRS 16 (excluindo Depreciação e Juros de arrendamento).

Informações Consolidadas (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Receita Líquida de Varejo¹	9.555,5	6.660,6	43,5%
Crescimento de Vendas em Mesmas Lojas	40,1%	-23,9%	-
GMV Digital	1.625,2	1.084,0	49,9%
Penetração das Vendas Digitais	13,5%	12,4%	-
Lucro Bruto da Operação de Varejo	5.178,8	3.459,3	49,7%
Margem Bruta da Operação de Varejo	54,2%	51,9%	2,3p.p.
Despesas Operacionais (VG&A) ² (Pós IFRS 16)	(3.529,8)	(2.608,9)	35,3%
% VG&A s/ Receita Líq. de Varejo	36,9%	39,2%	-2,3p.p.
EBITDA da Operação de Varejo Ajustado (Pós IFRS 16) ³	1.475,8	1.578,3	-6,5%
Margem EBITDA da Operação de Varejo Ajustada (Pós IFRS 16) ³	15,4%	23,7%	-8,3p.p.
Resultado de Serviços Financeiros	247,6	83,0	198,3%
EBITDA Total Ajustado (Pós IFRS 16)³	1.723,3	1.661,2	3,7%
Margem EBITDA Total Ajustada (Pós IFRS 16) ³	18,0%	24,9%	-6,9p.p.
EBITDA Total Ajustado (Pós IFRS 16)³ (ex PIS/COFINS)	1.723,3	925,8	86,1%
Margem EBITDA Total Ajustada (Pós IFRS 16) ³ (ex PIS/COFINS)	18,0%	13,9%	4,1p.p.
EBITDA Total Ajustado (Pré IFRS 16) ⁴	1.108,4	1.190,4	-6,9%
Margem EBITDA Total Ajustada (Pré IFRS 16) ⁴	11,6%	17,9%	-6,3p.p.
Lucro Líquido	633,1	1.096,3	-42,2%
Margem Líquida	6,6%	16,5%	-9,9p.p.
Lucro por ação	0,64	1,38	-
ROIC TM	6,7%	15,9%	-9,2p.p.

¹ Em 2021, a Operação de Varejo inclui a venda de mercadorias, bem como operações de serviços (comissões e custos dos marketplaces e Repassa)

² Na tabela acima, para melhor análise, as despesas com Depreciação e Amortização foram excluídas, inclusive a Depreciação de Arrendamento.

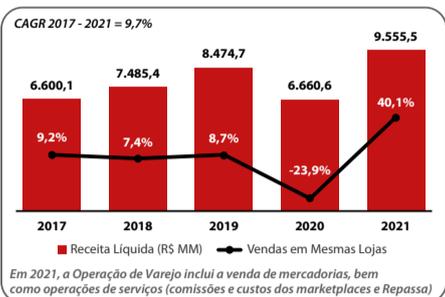
³ EBITDA Total Ajustado, sem a despesa da depreciação e despesa financeira dos Arrendamentos, relativas ao IFRS 16.

⁴ EBITDA Total Ajustado, com a despesa da depreciação e despesa Financeira dos Arrendamentos, relativas ao IFRS 16.

Nota: Em maio de 2020, a Companhia obteve êxito em ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, foi reconhecido, crédito tributário de R\$ 784,6 MM (R\$ 735,4 MM líquido dos honorários advocatícios) em Outros Resultados Operacionais, referente ao principal, assim como R\$ 578,4 MM (R\$ 551,4 milhões, líquido de impostos), referentes aos juros sobre este montante e contabilizados no Resultado Financeiro. O valor total foi de R\$ 1.363,0 MM, com efeito líquido de R\$ 1.036,9 MM no lucro de 2020.

RECEITA LÍQUIDA DAS OPERAÇÕES DE VAREJO

O ano de 2021 começou com um comportamento similar ao observado nos últimos dias de 2020, impactado pelas novas restrições de operação, em razão do agravamento da pandemia, além de clientes mais cautelosos quanto à circulação em shoppings, resultando em menor fluxo nas lojas físicas. Isso impactou de forma importante as receitas relacionadas às Operações de Varejo nesse início de ano, principalmente com a intensificação dos fechamentos temporários de lojas em relevantes praças de atuação da Companhia, como as regiões Sul, Sudeste e Nordeste.



No entanto, a partir das últimas semanas do mês de abril, com os avanços da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia, as medidas restritivas foram flexibilizadas, promovendo uma maior mobilidade da população, assim como a recuperação da carga horária das lojas, o que refletiu positivamente na operação. Desde então, a Companhia manteve uma consistência de crescimento, de em média mais de 20% por mês, com destaque para os dias das Mães e das Crianças, atingindo recordes e superando as melhores expectativas para esses eventos. Importante mencionar que o fluxo de clientes, ainda que menor ao usual, foi gradualmente se recompondo ao longo do ano e foi mais que compensado por uma maior conversão, aumento de ticket e itens por sacola.

Da mesma forma, a correta execução das operações, com mix de produtos bem diversificado, gerando maior atratividade e aceitação por parte dos consumidores, também contribuiu para o bom desempenho das vendas e recuperação da operação.

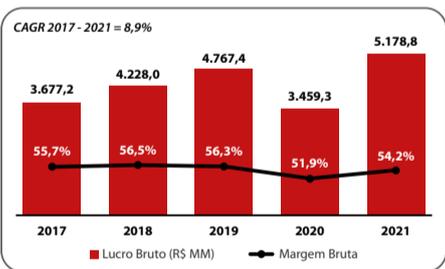
Em relação aos canais digitais, a Companhia obteve resultados importantes em 2021, tanto em razão das diversas iniciativas implantadas ao longo do ano, como da maior geração de conteúdos em mídias digitais, parcerias com influencers, melhoria da experiência de compra e fortalecimento dos *marketplaces*, assim como do sequencial aumento da base de clientes ativos. Destaque também para a evolução das vendas originadas através do WhatsApp, bem como uma maior relevância do uso do app pelos clientes. Com isso, o GMV Consolidado totalizou R\$ 1.625,2 milhões, com crescimento de 49,9% ante 2020 e participação de 13,5%.

Abertura por Negócio (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Consolidado	9.555,5	6.660,6	43,5%
Renner*	8.613,9	5.981,0	44,0%
Camicado	650,6	506,9	28,3%
Youcom	291,0	172,7	68,5%

* Inclui as receitas de vendas de Ashua e de serviços de Repassa. Para a Youcom, o mesmo cenário de recuperação ao longo do ano foi observado e, com isso, a Receita Líquida de Mercadorias teve um avanço de 68,6% ante 2020, totalizando R\$ 291,0 milhões. Já em comparação com 2019, o crescimento foi de 31,5%. Ainda, nos primeiros meses de 2022, a marca segue com crescimento acelerado. A Camicado, por sua vez, também beneficiada pelo retorno da mobilidade, atingiu uma Receita Líquida de Mercadorias de R\$ 650,6 milhões, resultando em um crescimento de 28,4% ante 2020, período em que houve maior demanda por itens de casa e decoração, quando os consumidores passavam mais tempo em casa. Na comparação com 2019, o crescimento foi de 23,9%. Adicionalmente, as vendas digitais seguiram com bom desempenho, representando 30,1% do total, ante 26,9% em 2020.

LUCRO BRUTO DAS OPERAÇÕES DE VAREJO

Os primeiros meses do ano se mostraram mais desafiadores, com um ambiente promocional superior ao usual para o período, em consequência das restrições de operação e fechamentos temporários de lojas. No entanto, este movimento perdeu força à medida que os efeitos da pandemia amenizaram e, a partir de então, viu-se uma trajetória de recuperação de margem. Estes fatores, aliados a estoques equilibrados nas lojas e com boa qualidade, apresentando sortimento adequado, também contribuíram para este desempenho.



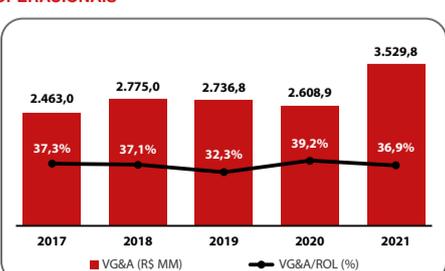
Em 2021, a Operação de Varejo inclui a venda de mercadorias, bem como operações de serviços (comissões e custos dos marketplaces e Repassa)

Abertura por Negócio (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Consolidado	54,2%	51,9%	2,3p.p.
Renner	54,6%	51,9%	2,7p.p.
Camicado	46,3%	50,9%	-4,6p.p.
Youcom	60,4%	56,2%	4,2p.p.

Neste contexto, a Margem Bruta Consolidada foi de 54,2%, com crescimento de 2,3 p.p. ante 2020. Se comparada a 2019, a margem bruta apresentou redução de 2,1 p.p., em razão principalmente dos efeitos inflacionários nos custos de matérias-primas e fretes internacionais, bem como dos maiores níveis de câmbio contratado para os produtos importados. Ainda assim, a assertividade das coleções, aliada a maior integração entre os canais, assim como o uso de dados em alguns processos, como alocação de itens em lojas e motor de remarcação, contribuíram para níveis de remarcações bastante saudáveis e nos menores níveis dos últimos anos, compensando parcialmente as pressões de custos no período.

Na Renner, a Margem Bruta foi 2,7 p.p. maior que em 2020 e, na Youcom, este aumento chegou a 4,2 p.p., pelas mesmas razões acima. A Camicado, por sua vez, apresentou redução de 4,6 p.p., consequência da maior exposição deste negócio aos produtos importados, assim como da maior competitividade neste setor.

DESPESAS OPERACIONAIS



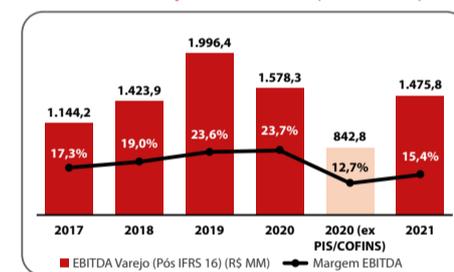
Composição das Despesas Operacionais (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Despesas Operacionais (VG&A) (Pós IFRS 16)¹	(3.529,8)	(2.608,9)	35,3%
% s/ Receita Líq. de Varejo	36,9%	39,2%	-2,3p.p.
Vendas	(2.545,1)	(1.885,6)	35,0%
% s/ Receita Líq. de Varejo	26,6%	28,3%	-1,7p.p.
Gerais e Administrativas	(984,7)	(723,3)	36,1%
% s/ Receita Líq. de Varejo	10,3%	10,9%	-0,6p.p.
Outros Resultados Operacionais	(176,3)	726,6	NA
Programa de Participação nos Resultados	(217,3)	(22,5)	864,8%
Recuperação de Créditos Fiscais	79,1	815,1	-90,3%
Outras Receitas/(Despesas) Oper.	(38,1)	(66,0)	-42,3%
Total das Despesas Operacionais	(3.706,1)	(1.882,3)	96,9%

¹ Em função da adoção do IFRS 16, os custos fixos dos contratos de ocupação não estão mais demonstrados no VG&A desde 2019.

A participação das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A) sobre a Receita Líquida de Varejo apresentou redução de 2,3 p.p., em relação ao ano anterior, resultado, principalmente, da maior diluição de despesas, em função dos maiores volumes vendidos. Estas despesas foram 35,3% maiores que em 2020, totalizando R\$ 3.529,8 milhões, e refletiram os investimentos relacionados ao desenvolvimento do ecossistema de moda e *lifestyle*, a aceleração das vendas digitais, assim como das iniciativas relativas à transformação digital em andamento. Também impactou este desempenho a maior pressão inflacionária sobre linhas importantes da operação.

As Despesas com Vendas totalizaram R\$ 2.545,1 milhões, representando 26,6% da Receita Líquida de Varejo, uma redução de 1,7p.p. versus o ano anterior. As Despesas Gerais e Administrativas, por sua vez, alcançaram R\$ 984,7 milhões, representando 10,3% da Receita Líquida de Varejo, também reduzindo sua participação, em 0,6p.p., ante 2020. Os Outros Resultados Operacionais foram negativos em R\$ 176,3 milhões, ante R\$ 726,6 milhões positivos, em 2020. Esta queda deveu-se, principalmente, ao reconhecimento de crédito tributário no ano anterior, relativo ao êxito em ação judicial referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, na ordem de R\$ 735,4 milhões, líquidos dos honorários advocatícios. Também impactou este resultado o maior provisionamento do Programa de Participação de Resultados (PPR) dos colaboradores, em razão da performance auferida ante o orçamento da Companhia. Importante mencionar que o orçamento de 2021 foi realizado em momento de muitas incertezas e volatilidade, durante a segunda onda da Covid-19, e a recuperação se deu de forma mais rápida e intensa do que o projetado, levando ao reconhecimento de despesas relativas ao PPR bastante superior ao usual e em níveis não recorrentes. Em 2020, ao contrário, estas despesas foram inferiores, pelos efeitos da pandemia naquele ano, que não eram esperados.

EBITDA AJUSTADO DAS OPERAÇÕES DE VAREJO (PÓS IFRS 16)

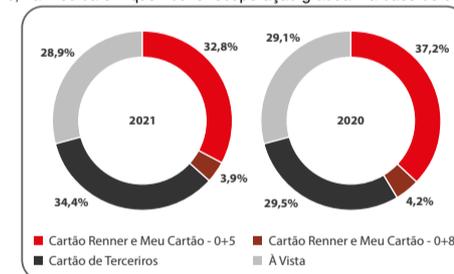


Em função da adoção do IFRS 16, a partir de 2019, as informações de EBITDA de 2017 e 2018 são Pré IFRS 16 e, portanto, não comparáveis. O EBITDA Ajustado de Varejo (Pós IFRS 16) alcançou R\$ 1.475,8 milhões em 2021, com margem de 15,4%. Em bases comparáveis, excluindo o benefício do crédito fiscal reconhecido em 2020, mencionado anteriormente, o EBITDA Ajustado de Varejo foi 1,8x maior ante 2020, em razão dos maiores volumes vendidos.

Adicionalmente, o maior provisionamento do Programa de Participação nos Resultados ao longo do ano, conforme mencionado anteriormente, impactou negativamente a Margem EBITDA de Varejo de 2021 em 2,0 p.p..

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

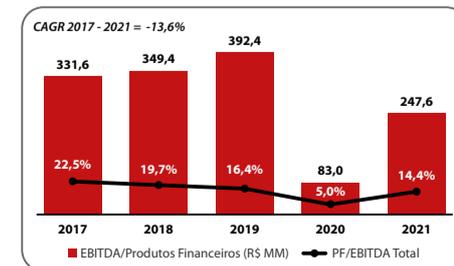
Os cartões emitidos pela Companhia somaram 34,7 milhões de unidades em dezembro de 2021 e representaram 36,7% das vendas de mercadorias ante 41,4% em 2020, percentual menor que no ano anterior, principalmente, pelos efeitos na base de clientes durante a pandemia. Contudo, a diferença na comparação anual apresentou evolução sequencial ao longo do ano, na medida em que houve recuperação gradual na base de clientes.



RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Abertura por Produto (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Receitas, Líq. do Funding e Impostos	993,6	854,3	16,3%
Cartão Renner (<i>Private Label</i>)	172,0	246,9	-30,3%
Meu Cartão (<i>Co-branded</i>)	821,6	607,5	35,2%
Perdas, Líq. das Recuperações	(339,8)	(412,6)	-17,7%
Cartão Renner (<i>Private Label</i>)	(41,2)	(107,2)	-61,5%
Meu Cartão (<i>Co-branded</i>)	(298,6)	(305,5)	-2,3%
Despesas Operacionais	(406,3)	(358,7)	13,2%
Resultado de Serviços Financeiros	247,6	83,0	198,3%
% Sobre o EBITDA Total Ajustado (pós IFRS 16)	14,4%	5,0%	9,4p.p.

As Receitas com Serviços Financeiros apresentaram aumento de 16,3% ante 2020, impulsionadas pela evolução nos volumes da carteira, em conjunto com a recuperação do desempenho do varejo. Importante mencionar a maior participação do Meu Cartão, decorrente da estratégia de maior oferta deste produto em todo o Ecossistema, além da inclusão de novos produtos e serviços, que contribuíram de forma positiva para a geração de receita adicional.



Em função da adoção do IFRS 16, a partir de 2019, as informações de EBITDA de 2017 e 2018 são ex IFRS 16 e, portanto, não comparáveis.

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

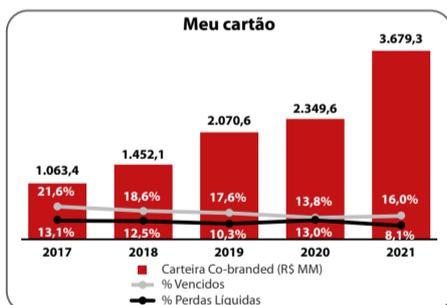
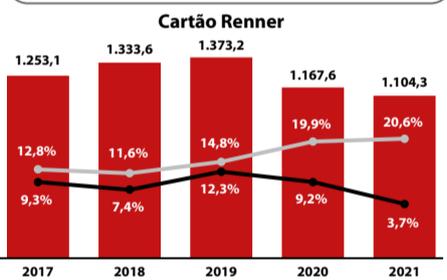
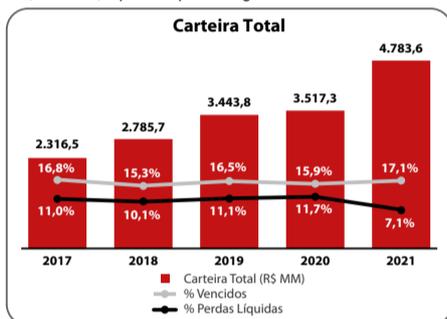
Já as Perdas Líquidas, apresentaram redução de 17,7%, em relação a 2020, em razão da melhora da qualidade de crédito, assim como dos maiores níveis de recuperação. E por fim, as Despesas Operacionais apresentaram aumento de 13,2%, inferior ao crescimento da carteira, decorrente do aumento do faturamento e do volume de transações. Esta linha também reflete os maiores investimentos operacionais alocados neste segmento, componente importante no desenvolvimento da Realize junto ao Ecossistema da Companhia, além das pressões inflacionárias. Desta forma, o Resultado de Serviços Financeiros totalizou R\$ 247,6 milhões, apresentando crescimento significativo, de 198,3%, em relação a 2020, em função principalmente do aumento nas Receitas e pelas menores perdas em crédito.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira total de produtos financeiros apresentou crescimento de 36,0%, impulsionada pelo portfólio do Meu Cartão, que alcançou R\$ 3.679,3 milhões, crescimento de 56,6%, resultado da estratégia de priorização da oferta deste produto, bem como o maior *spending*. Este aumento mais que compensou a queda de 5,4% no Private Label, que totalizou R\$ 1.104,3 milhões de carteira, em dezembro de 2021.

O aumento no percentual de vencidos total foi consequência, principalmente, da menor geração de volumes no Private Label, resultando em uma menor renovação da carteira. Já no Meu Cartão, foi resultado de uma oferta mais ampla, buscando maior rentabilização e levando à patamares mais normalizados de vencidos, ainda que nos menores níveis históricos.

Em relação ao percentual de perdas líquidas, estas se mostraram menores que em 2020, em função da qualidade de crédito, dos maiores níveis de recuperação, além da renovação da carteira, dado o crescimento mais robusto. Ambos os produtos apresentaram melhora neste indicador e, com isto, a perda líquida atingiu um dos menores níveis históricos.



EBITDA AJUSTADO TOTAL VAREJO + PRODUTOS FINANCEIROS

Reconciliação do EBITDA (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Lucro líquido	633,1	1.096,3	-42,2%
(+) IR, CSLL	6,7	104,5	-93,5%
(+) Resultado Financeiro, Líquido	175,4	(343,9)	NA
(+) Depreciações e Amortizações (*)	877,0	759,6	15,5%
EBITDA Total	1.692,2	1.616,5	4,7%
(+) Plano de Opção de Compra de Ações	15,4	22,8	-32,8%
(+) Participações Estatutárias	6,8	1,4	395,5%
(+) Resultado da Baixa e Provisão para Perda em Ativos Fixos	9,0	20,5	-56,2%
EBITDA Total Ajustado (pós IFRS 16)¹	1.723,3	1.661,2	3,7%
Margem EBITDA Total Ajustada (Pós IFRS 16)¹	18,0%	24,9%	-6,9p.p.
(-) Depreciação de Arrendamento (IFRS 16) (*)	(413,2)	(335,0)	23,3%
(-) Despesa Financeira de Arrendamento (IFRS 16) (**)	(201,8)	(135,8)	48,6%
EBITDA Total Ajustado (Pré IFRS 16)²	1.108,4	1.190,4	-6,9%
Margem EBITDA Total Ajustada (Pré IFRS 16)²	11,6%	17,9%	-6,3p.p.

De acordo com o previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades.

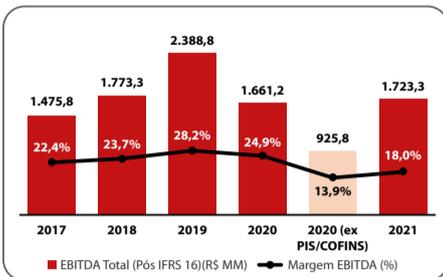
(*) A Depreciação e Amortização sobre arrendamento está demonstrada líquida dos efeitos do PIS/COFINS, cujo montante dos impostos são respectivamente (R\$ 38,4 MM em 2021 e R\$ 31,3 MM em 2020)

(**) Os Juros sobre Arrendamento estão demonstrados líquidos dos efeitos do PIS/COFINS, cujo montante dos impostos são respectivamente (R\$ 16,2 MM em 2021 e R\$ 12,3 MM em 2020). Os valores de Juros sobre Arrendamento estão demonstrados na DFC, na linha "Juros e custos de estruturação sobre empréstimos e arrendamento", cujos montantes correspondentes aos Juros sobre empréstimos são respectivamente (R\$ 210,7 MM em 2021 e R\$ 120,1 MM em 2020)

¹ EBITDA Total Ajustado, sem a despesa da depreciação e despesa financeira dos arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16.

² EBITDA Total Ajustado, com a despesa da depreciação e despesa financeira dos arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16.

O EBITDA Total Ajustado (Pós IFRS 16)² foi de R\$ 1.723,3 milhões, com Margem de 18,0%, e em bases comparáveis (excluindo o benefício da ação do PIS/COFINS), foi maior em 1,9x ante 2020, em razão do maior resultado operacional de Varejo e de Serviços Financeiros. Adicionalmente, o maior provisionamento do Programa de Participação nos Resultados ao longo do ano, conforme mencionado anteriormente, impactou negativamente a Margem EBITDA Total de 2021 em 1,9 p.p..



Em função da adoção do IFRS 16, a partir de 2019, as informações de EBITDA de 2017 e 2018 são ex IFRS 16 e, portanto, não comparáveis.

Abertura Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2021	2020	Var.
Receitas Financeiras	229,1	598,6	-61,7%
Rendimentos de Equivalentes de Caixa	196,0	35,3	456,1%
Outras Receitas Financeiras	33,0	563,4	-94,1%
Despesas Financeiras	(398,1)	(238,9)	66,7%
Juros de Empréstimos, Financiamentos e Swap	(168,6)	(87,5)	92,6%
Outras Despesas Financeiras	(27,7)	(15,6)	78,2%
Despesa Financeira de Arrendamento	(201,8)	(135,8)	48,6%
Varição Monetária, Líquida	(5,0)	(15,8)	-68,2%
Resultado Financeiro, Líquido	(174,1)	343,9	NA

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 174,1 milhões, resultando em uma queda ante 2020, basicamente, em razão dos juros sobre créditos tributários de R\$ 551,2 milhões reconhecidos no ano anterior. Excluído o efeito acima, o resultado financeiro teria sido 16,0% melhor, em função dos rendimentos de equivalentes de caixa sobre os recursos da oferta, liquidada no 2T21.

Reconciliação do Fluxo de Caixa Livre (R\$ MM)	2021	2020	Var.
EBITDA Total Ajustado (Pós IFRS 16)	1.723,3	1.661,2	62,1
(+/-) IR, CSLL/Outros	125,0	222,7	(97,7)
Fluxo de Caixa Operacional	1.848,3	1.883,9	(35,6)
(+/-) Varição Capital de Giro	(1.084,5)	(1.346,4)	261,9
Contas a Receber	(1.601,2)	14,3	(1.615,5)
Obrigações com Administradora de Cartões	641,7	207,9	433,9
Estoques	(227,9)	(257,2)	29,3
Fornecedores	195,3	418,6	(223,3)
Impostos	225,3	(1.313,3)	1.538,6
Outras Contas a Receber/Pagar	(317,7)	(416,7)	99,0
(-) Capex	(934,0)	(544,0)	(390,0)
(-) Investimentos em controladas	(96,3)	-	(96,3)
(=) Fluxo de Caixa Livre	(266,5)	(6,5)	(260,0)

O Fluxo de Caixa Livre foi negativo em R\$ 266,5 milhões, refletindo os maiores investimentos relacionados ao desenvolvimento do ecossistema e digitalização dos negócios. Excluído este efeito, a operação trouxe uma geração de caixa sensivelmente superior à obtida no ano de 2020.

Importante mencionar que, do aumento no contas a receber, a parte diretamente relacionada à operação de varejo é de quase R\$ 500 milhões e deveu-se ao melhor desempenho de vendas no período. Impactou também esta linha o maior *spending off-us* do Meu cartão, cuja contrapartida da parcela em dia está na linha Obrigações com Administradoras de Cartões.

No ano de 2020, o Fluxo de Caixa Operacional foi beneficiado em R\$ 1.287,0 milhões pela recuperação de créditos da ação do PIS e da COFINS, já mencionados anteriormente, e este montante foi neutralizado pelo aumento na linha Impostos a recuperar.

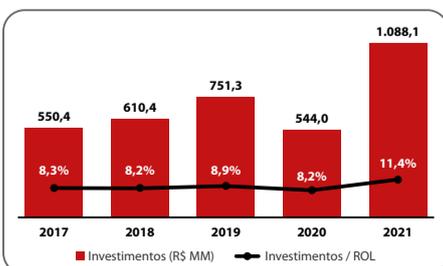
(CAIXA) ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

(Caixa) Endividamento Líquido (R\$ MM)	dez.21	dez.20
Empréstimos e Financiamentos	2.664,5	2.623,0
Circulante	1.610,5	1.077,1
Não Circulante	1.054,0	1.545,9
Financiamentos de Operações de Crédito ao Cliente	802,6	762,0
Circulante	475,5	341,4
Não Circulante	327,1	420,6
Endividamento Bruto	3.467,1	3.385,0
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	(5.947,5)	(2.672,4)
(Caixa) Endividamento Líquido	(2.480,4)	712,6
(Caixa) Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado Total (Pós IFRS 16)	-1,44x	0,43x
(Caixa) Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado Total (Pré IFRS 16)	-2,24x	0,60x

Em 31 de dezembro de 2021, o Caixa Líquido da Companhia era de R\$ 2.480,4 milhões, maior em relação à posição do mesmo período do ano anterior, devido, especialmente, à emissão de 102 milhões de novas ações. A oferta de ações foi liquidada no dia 4 de maio e os recursos estão sendo utilizados no desenvolvimento do ecossistema de moda e *lifestyle*, na aceleração da transformação digital, bem como na construção do novo CD *omni* e na expansão de lojas físicas.

Em função da adoção do IFRS 16, a partir de 2019, as informações de EBITDA de 2017 e 2018 são ex IFRS 16 e, portanto, não comparáveis.

INVESTIMENTOS

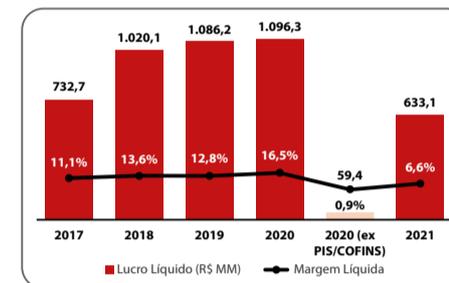


Sumário de Investimentos (R\$ MM)	2021	2020
Novas lojas	173,2	96,3
Remodelação de instalações e outros	91,2	45,5
Sistemas e equip. de tecnologia	488,5	265,7
Centros de distribuição e outros	335,2	136,5
Total dos Investimentos	1.088,1	544,0

Os investimentos totalizaram R\$ 1.088,1 milhões no ano, resultando em um crescimento relevante perante 2020, em razão, principalmente, da retomada do plano de expansão (32 lojas inauguradas) e remodelação de lojas em níveis mais normalizados, além dos desembolsos relativos à construção do novo CD em São Paulo, bem como das demais iniciativas relacionadas à digitalização das operações e desenvolvimento do ecossistema Lojas Renner S.A.

As despesas com Depreciação e Amortização (excluindo arrendamentos) totalizaram R\$ 463,8 milhões no ano, 9,2% maior ante o 2020, em função, principalmente, do aumento nos ativos relativos à sistemas de TI e da continuidade do plano de expansão de lojas.

LUCRO LÍQUIDO



O Lucro Líquido de 2021, em bases comparáveis, excluindo o benefício da ação do PIS/COFINS já mencionada, foi ~1x vezes maior que 2020, totalizando R\$ 633,1 milhões, com margem de 6,6% e reflete o maior resultado operacional no período.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Lojas Renner junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os serviços de auditoria independente na Companhia, realizados pela Ernst e Young Auditores Independentes S/S, contemplaram o exame das demonstrações financeiras, asseguarão do Relatório Anual da Companhia e emissão de carta de conforto no âmbito de Oferta Primária de Ações (Follow On). O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2021 foi de R\$ 2.509 mil.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Ao longo de 2021, a Lojas Renner foi destaque em diversas premiações e *rankings*, realizados por diferentes instituições referência nos seus campos de atuação. Estes reconhecimentos contribuem para o engajamento das equipes e fortalecimento da marca e do ecossistema. Abaixo, lista com os principais reconhecimentos:

As Melhores da Dinheiro - 1º Lugar na Categoria Varejo	Istoé Dinheiro
Campeãs da Inovação - 1º lugar no setor Comércio, Atacado e Varejo	Revista Amanhã
Dow Jones Sustainability World Index - 1º lugar no setor de Varejo no mundo	RobecoSam
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - composição da carteira pelo 8º ano consecutivo	B3
Marcas Brasileiras Mais Valiosas - 12º lugar geral	Interbrand
Marcas de Quem Decide - 1º lugar na categoria Moda Feminina	Jornal do Comércio
300 Maiores Empresas Varejo Brasileiro - 1º lugar na categoria Varejo	Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC)
Great Place to Work - 12º lugar no Rio Grande do Sul	GPTW
Melhor CEO (1º lugar), Melhor CFO (1º lugar), Melhor Profissional de RI (3º lugar), Melhor Time de RI (1º lugar), Melhor Investor Day (2º lugar), Melhor em Métricas ESG (1º lugar), Melhor Programa de RI (1º lugar) e Melhor Gerenciamento de Crise em meio a Covid-19 (1º Lugar). Classificações são considerando a categoria Midcap.	Institutional Investor Magazine
Mercado Empresas Mais Responsáveis e com Melhor Governança Corporativa - 1ª posição na categoria varejo de moda	Mercado
Estadão Empresas Mais - 2º Lugar na categoria Governança Corporativa	Estadão
Exame Melhores e Maiores - 5º Lugar na categoria Moda e Vestuário	Exame
Época Negócios 360º - 1º lugar do setor Têxtil, Couro e Vestuário	Época Negócios
Prêmio Mulheres na Liderança - 3º lugar na categoria Varejo	Valor Econômico
Prêmio Reclame Aqui - 1º lugar na categoria Moda e Confeção - Varejo	Reclame Aqui
Top of Mind - 1º lugar na categoria Rede de Lojas de Roupas	Revista Amanhã

PERSPECTIVAS

O ano de 2022 iniciou ainda com incertezas sobre os cenários econômico e de saúde. No entanto, a Companhia está mais preparada e atenta às oportunidades que se configuram e, neste sentido, acredita que marcas com significado e proposta de valor clara geram diferenciais competitivos e criam condições para ganhos de *market share*, principalmente em um cenário macroeconômico mais difícil e de consolidação como o atual.

A Lojas Renner já é o player *omni* de varejo de maior escala do Brasil e seguirá comprometida com seus projetos, para se consolidar, cada vez mais, como o ecossistema líder do segmento. Para tanto, seguirá se diferenciando em produto e *Lifestyle* e investindo em qualidade e moda. Para 2022, estão previstos R\$ 1,0 bilhão em investimentos, conforme proposta a ser apresentada aos acionistas. Este montante contempla a priorização da jornada *omni*, expandindo a rede de lojas, com a inauguração de cerca de 20 lojas Renner, 10 Youcom e cerca de 5 unidades tanto na Camicado, como na Ashua, bem como o crescimento e maior rentabilização da operação online. Alinhados a isso, focará também os investimentos nas plataformas logística e de tecnologia, assim como em melhor *time to market* e iniciativas na Realize. Tudo isto, com muito foco, buscando maior produtividade e eficiência nas operações, para potencializar o encantamento dos clientes e gerar retorno aos seus acionistas.

AGRADECIMENTOS

A Lojas Renner faz um agradecimento especial aos seus colaboradores, que seguiram engajados ao propósito da Companhia; aos fornecedores, que estiveram comprometidos com as operações; aos acionistas, que suportaram a transformação em andamento; e aos clientes e comunidade em geral, que mantiveram a cumplicidade com as marcas do ecossistema.

Porto Alegre, 17 de março de 2022

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

BALANÇO SOCIAL - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021				2020			
1 - Base de cálculo								
Receita Líquida (RL)				10.571.556				7.537.180
Resultado Operacional (RO)				813.944				856.879
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				1.120.645				841.085
Valor Adicionado Total (VAT)				5.495.478				4.539.776
2 - Indicadores sociais internos								
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	71.068	6,3%	0,7%	1,3%	51.016	6,1%	0,7%	1,1%
Encargos sociais compulsórios	342.773	30,6%	3,2%	6,2%	268.998	32,0%	3,6%	5,9%
Saúde	69.847	6,2%	0,7%	1,3%	55.000	6,5%	0,7%	1,2%
Segurança e medicina no trabalho	3.267	0,3%	0,0%	0,1%	2.969	0,4%	0,0%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	973	0,1%	0,0%	0,0%	462	0,1%	0,0%	0,0%
Creches ou auxílio-creche	1.036	0,1%	0,0%	0,0%	955	0,1%	0,0%	0,0%
Participação de empregados	217.335	19,4%	2,1%	4,0%	22.526	2,7%	0,3%	0,5%
Transporte	34.322	3,1%	0,3%	0,6%	29.812	3,5%	0,4%	0,7%
Outros	25.352	2,3%	0,2%	0,5%	27.516	3,3%	0,4%	0,6%
Total - Indicadores sociais internos	765.973	68,4%	7,2%	13,9%	459.254	54,6%	6,1%	10,1%
3 - Indicadores sociais externos								
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Outros (Instituto Lojas Renner)	6.770	0,6%	0,1%	0,1%	8.243	1,0%	0,1%	0,2%
Total das contribuições para a sociedade	6.770	0,6%	0,1%	0,1%	8.243	1,0%	0,1%	0,2%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.065.297	184,3%	19,5%	37,6%	1.539.082	183,0%	20,4%	33,9%
Total - Indicadores sociais externos	2.072.067	184,9%	19,6%	37,7%	1.547.325	184,0%	20,5%	34,1%
4 - Indicadores ambientais								
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa								
Conservação de energia	1.188	0,1%	0,0%	0,0%	914	0,1%	0,0%	0,0%
Investimentos em ações de compensação ambiental	1.111	0,1%	0,0%	0,0%	1.151	0,1%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.299	0,2%	0,0%	0,0%	2.065	0,2%	0,0%	0,0%

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção/operação para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

	2021				2020			
() Não tem metas					() Não tem metas			
() Cumpre de 51% a 75%					() Cumpre de 51% a 75%			
(x) Cumpre de 0% a 50%					(x) Cumpre de 0% a 50%			
(x) Cumpre 76% a 100%					(x) Cumpre 76% a 100%			

5 - Indicadores do corpo funcional

	2021		2020	
	Em unidades	Em unidades	Em unidades	Em unidades
Número de empregados(as) no fim do exercício	25.474	24.757		
Número de admissões durante o exercício	12.638	8.212		
Número de desligamentos durante o exercício	11.921	7.617		
Número de empregados(as) terceirizados(as)	ND	ND		
Número de estagiários(as)	154	58		
Número de empregados por faixa etária:				
até 29 anos	14.449	14.255	16.611	16.041
Entre 30 e 49 anos	10.062	9.565	65,2%	64,8%
50 anos ou mais	963	937	8.998	8.716
Número de empregados por nível de escolaridade:				
Analfabetos	4	2	35,3%	35,3%
Com ensino fundamental	515	552	6,039	6,783
Com ensino médio/técnico	19.479	19.560	23,7%	27,4%
Com ensino superior e Pós-Graduados	4.637	3.837	871	1.015
Não informados	839	806		

Os dados de escolaridade são coletados no momento da contratação do colaborador e não há fluxo contínuo de atualização. Assim, os dados apresentados não refletem a formação mais atual de todo nosso quadro.

Remuneração bruta segregada por:

	2021	2020
Empregados	1.136.819	789.106
Administradores	23.847	21.275

Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o salário-mínimo (nacional ou regional):

Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o salário-mínimo: Não há diferença / Não há diferença

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

Número total de acidentes de trabalho

	2021		2020	
() Direção			() Direção	
(x) Todos(as) os(as) empregados(as)			(x) Todos(as) os(as) empregados(as)	
() Direção			() Direção	
(x) Todos(as) os(as) empregados(as)			(x) Todos(as) os(as) empregados(as)	
() Não se envolve			() Não se envolve	
(X) Incentiva e segue a OIT			(X) Incentiva e segue a OIT	

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram desenvolvidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

	2021		2020	
	R\$ mil	% sobre total	R\$ mil	% sobre total
Governo	2.408.070	43,8%	1.808.080	39,8%
Colaboradores(as)	1.617.548	29,4%	1.099.119	24,2%
Acionistas	387.876	7,1%	271.516	6,0%
Terceiros	836.748	15,2%	536.308	11,8%
Retido	245.236	4,5%	824.753	18,2%

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora					Consolidado				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	5.216.237	1.761.439	5.489.417	2.066.781					
Aplicações financeiras	7.3	209.715	139.212	458.085	605.572					
Contas a receber	8.2	2.378.330	1.839.223	5.412.881	3.811.668					
Estoques	9.2	1.289.049	1.152.239	1.609.560	1.381.662					
Tributos a recuperar	10	766.524	863.933	849.389	961.997					
Instrumentos financeiros derivativos	24.4	21.022	4.896	24.364	5.435					
Outros ativos	11	101.835	46.093	141.084	63.651					
Créditos com partes relacionadas	26.3.2	15.161	18.215	-	-					
Total do ativo circulante		9.997.873	5.825.250	13.984.780	8.896.766					
Ativo não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber	8.2	8.098	-	-	-					
Tributos a recuperar	10	509.892	636.111	551.243	661.111					
Créditos com partes relacionadas	26.3.2	1.872	1.358	-	-					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	248.617	103.790	457.537	276.925					
Outros ativos	11	115.676	10.047	125.738	12.847					
Total do ativo realizável a longo prazo		884.155	751.306	1.134.518	950.883					
Investimentos	13	2.018.188	1.595.255	-	-					
Imobilizado	14.2	2.258.449	1.786.396	2.650.859	2.154.260					
Direito de uso	15.2	2.080.926	1.397.843	2.434.188	1.700.038					
Intangível	14.4	656.071	587.713	1.207.640	940.636					
Total do ativo não circulante		7.897.789	6.118.513	7.427.205	5.745.817					
Total do ativo		17.895.662	11.943.763	21.411.985	14.642.583					
Passivo e patrimônio líquido										
Passivo circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.2	1.603.751	1.037.626	1.610.452	1.077.081					
Financiamentos - operações serviços financeiros	18	-	-	-	475.522					
Arrendamentos a pagar	19.2	567.416	410.998	666.100	496.583					
Fornecedores	20.2	1.599.786	1.208.337	1.762.233	1.404.852					
Obrigações com administradoras de cartões		19.295	15.711	1.835.143	1.193.168					
Obrigações fiscais	21	414.739	366.320	516.678	402.930					
Obrigações sociais e trabalhistas	22	404.892	193.403	460.373	226.816					
Obrigações estatutárias		353.522	246.269	353.522	246.269					
Provisões para riscos	23.2	47.635	52.104	66.613	67.059					
Instrumentos financeiros derivativos	24.4	315	30.327	315	31.428					
Débitos com partes relacionadas	26.3.2	1.463	1.445	-	-					
Outras obrigações	25	114.247	64.571	207.149	145.835					
Total do passivo circulante		5.127.061	3.627.111	7.954.100	5.633.411					
Passivo não circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.2	998.430	1.545.933	1.054.027	1.545.933					
Financiamentos - operações serviços financeiros	18	-	-	327.101	420.575					
Arrendamentos a pagar	19.2	1.719.815	1.120.649	1.994.936	1.365.804					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	-	-	3.392	-					
Fornecedores	20.2	58.774	95.503	58.992	95.503					
Provisões para riscos	23.2	82.697	53.251	86.122	55.237					
Outras obrigações	25	102.264	-	126.694	24.804					
Total do passivo não circulante		2.961.980	2.815.336	3.651.264	3.507.856					
Total do passivo		8.089.041	6.442.447	11.605.364	9.141.267					
Patrimônio líquido										
Capital social	27.1	8.978.349	3.805.326	8.978.349	3.805.326					
Ações em tesouraria	27.2	(108.620)	(119.461)	(108.620)	(119.461)					
Reservas de capital	27.3	85.966	94.031	85.966	94.031					
Reservas de lucros	27.4	739.901	1.694.515	739.901	1.694.515					
Outros resultados abrangentes	27.5	111.025	26.905	111.025	26.905					
Total do patrimônio líquido		9.806.621	5.501.316	9.806.621	5.501.316					
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.895.662	11.943.763	21.411.985	14.642.583					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação apresentado em R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		8.365.402	5.853.395	10.571.556	7.537.180
Vendas de mercadorias	33.2	8.329.816	5.822.002	9.547.440	6.660.571
Receitas de serviços	33.2	35.586	31.393	1.024.116	876.609
Custos das vendas e serviços		(3.862.653)	(2.837.106)	(4.399.178)	(3.223.570)
Vendas de mercadorias		(3.862.653)	(2.837.106)	(4.374.886)	(3.201.309)
Serviços		-	-	(24.292)	(22.261)
Lucro bruto		4.502.749	3.016.289	6.172.378	4.313.610
Vendas	34.1	(2.653.258)	(2.041.170)	(3.204.715)	(2.468.018)
Administrativas e gerais	34.2	(1.005.840)	(763.428)	(1.181.073)	(885.233)
Reversões (Perdas) em créditos, líquidas		82.456	98.296	(339.801)	(412.636)
Outros resultados operacionais	34.3	(291.457)	608.174	(632.845)	309.156
Resultado de equivalência patrimonial	13	68.094	(63.663)	-	-
Despesas operacionais, líquidas		(3.800.005)	(2.161.791)	(5.358.434)	(3.456.731)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		702.744	854.498	813.944	856.879
Receitas financeiras	35	223.795	618.347	383.304	712.925
Despesas financeiras	35	(366.517)	(242.451)	(557.395)	(369.043)
Resultado financeiro, líquido		(142.722)	375.896	(174.091)	343.882
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		560.022	1.230.394	639.853	1.200.761
Corrente	12.5	(87.424)	(140.628)	(195.071)	(162.813)
Diferido	12.5	160.514	6.503	188.330	58.321
Imposto de renda e contribuição social, líquidos		73.090	(134.125)	(6.741)	(104.492)
Lucro líquido do exercício		633.112	1.096.269	633.112	1.096.269
Lucro líquido por ação - Básico R\$	29	0,6647	1,2424	0,6647	1,2424
Lucro líquido por ação - Diluído R\$	29	0,6628	1,2382	0,6628	1,2382
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		988.779	796.170	988.779	796.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		633.112	1.096.269	633.112	1.096.269
Ajustes de avaliação patrimonial		33.026	(14.924)	33.026	(14.924)
Itens que não serão reclassificados para o resultado		46.138	(22.995)	50.042	(22.612)
Hedge de fluxo de caixa		46.138	(22.995)	50.042	(22.612)
Impostos relacionados com resultado do hedge de fluxo de caixa		(15.687)	7.818	(17.016)	7.688
Hedge de fluxo de caixa em controladas, líquido de impostos		2.575	253	-	-
Ajustes acumulados de conversão e correção monetária		51.094	55.018	51.094	55.018
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado		51.094	55.018	51.094	55.018
Ajustes acumulados de conversão e correção monetária por hiperinflação		51.094	55.018	51.094	55.018
Outros componentes do resultado abrangente		84.120	40.094	84.120	40.094
Total do resultado abrangente do exercício		717.232	1.136.363	717.232	1.136.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
(+) Receitas		11.084.919	8.569.043	13.225.462	9.995.026
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções		10.871.089	7.605.783	12.366.079	8.641.516
Receitas de serviços		47.025	39.278	1.098.262	933.234
Perdas estimadas em crédito, líquidas		82.456	98.296	(339.801)	(412.636)
Outras receitas		84.349	825.686	100.922	832.912
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(6.136.749)	(4.565.232)	(7.208.344)	(5.406.310)
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados (incluindo impostos)		(4.390.241)	(3.239.976)	(4.955.850)	(3.658.781)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas		(1.654.185)	(1.258.188)	(2.145.737)	(1.668.259)
Perdas na realização de demais ativos, líquidas		(92.323)	(67.068)	(106.757)	(79.270)
(=) Valor adicionado bruto		4.948.170	4.003.811	6.017.118	4.588.716
(-) Retenções		(746.086)	(647.843)	(916.070)	(791.036)
Depreciações e amortizações		(746.086)	(647.843)	(916.070)	(791.036)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade		4.202.084	3.355.968	5.101.048	3.797.680
(+) Valor adicionado recebido em transferência		302.667	583.793	394.430	742.096
Resultado de equivalência patrimonial		68.094	(63.663)	-	-
Receitas financeiras, bruta de impostos		234.573	647.456	394.430	742.096
(-) Valor adicionado total a distribuir		4.504.751	3.939.761	5.495.478	4.539.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio e dividendos por ação apresentados em R\$)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva plano de opção de compra de ações e ações restritas	Reserva legal	Reserva para investimento e expansão			
Saldo em 1º de janeiro de 2021		3.805.326	(119.461)	94.031	109.768	1.421.744	162.812	191	5.501.316
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	633.112
Aumento de capital	27.1.1	5.173.023	-	(30.759)	(109.768)	(927.420)	(162.812)	-	3.942.264
Alienação/Transferência de ações	27.2	-	10.841	(10.841)	-	-	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	30	-	-	15.351	-	-	-	-	15.351
Plano de ações restritas	31	-	-	18.184	-	-	-	-	18.184
Ajustes de avaliação patrimonial	27.5	-	-	-	-	-	-	33.026	33.026
Ajustes acumulados de conversão	27.5	-	-	-	-	-	-	10.096	10.096
Correção monetária por hiperinflação	27.5	-	-	-	-	-	-	40.998	40.998
Deliberação de dividendos		-	-	-	-	-	(191)	-	(191)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	341	341
Destinação do Lucro:		-	-	-	17.757	(50.492)	277.971	341	(633.453)
Reserva legal	27.4.1	-	-	-	17.757	-	-	-	(17.757)
Reserva para investimento e expansão	27.4.2	-	-	-	-	(50.492)	-	-	50.492
Reserva para incentivos fiscais	27.4.3	-	-	-	-	-	277.971	-	(277.971)
Dividendos	28.3	-	-	-	-	-	-	341	(341)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,428513 por ação)	28.2	-	-	-	-	-	-	-	(387.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		8.978.349	(108.620)	85.966	17.757	443.832	277.971	341	111.025
Saldo em 1º de janeiro de 2020		3.795.634	(35.549)	74.227	54.955	434.856	97.539	282.546	(13.189)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.096.269
Aumento de capital	27.1.1	9.692	-	-	-	-	-	-	9.692
Recompra de ações	27.2	-	(96.964)	-	-	-	-	-	(96.964)
Alienação/Transferência de ações	27.2	-	13.052	(13.052)	-	-	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	30	-	-	22.832	-	-	-	-	22.832
Plano de ações restritas	31	-	-	10.024	-	-	-	-	10.024
Ajustes de avaliação patrimonial	27.5	-	-	-	-	-	-	(14.924)	(14.924)
Ajustes acumulados de conversão	27.5	-	-	-	-	-	-	10.205	10.205
Correção monetária por hiperinflação	27.5	-	-	-	-	-	-	44.813	44.813
Reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	282.221	-	-	-
Deliberação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(282.221)	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	(325)	-	(325)
Destinação do Lucro:		-	-	-	54.813	704.667	65.273	191	(1.096.460)
Reserva legal	27.4.1	-	-	-	54.813	-	-	-	(54.813)
Reserva para investimento e expansão	27.4.2	-	-	-	-	704.667	-	-	(704.667)
Reserva para incentivos fiscais	27.4.3	-	-	-	-	-	65.273	-	(65.273)
Dividendos (R\$ 0,038952 por ação)	28.3	-	-	-	-	-	-	191	(30.889)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,303839 por ação)	28.3	-	-	-	-	-	-	-	(240.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		3.805.326	(119.461)	94.031	109.768	1.421.744	162.812	191	5.501.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	633.112	1.096.269	633.112	1.096.269
Lucro líquido do exercício	633.112	1.096.269	633.112	1.096.269
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	746.086	647.843	916.070	791.036
Juros e custos de estruturação sobre empréstimos e arrendamento	355.971	212.725	387.590	238.548
Juros de financiamentos de serviços operacionais	-	2.561	40.781	29.708
Resultado de equivalência patrimonial	(68.094)	63.663	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(73.090)	134.125	6.741	104.492
Perdas (reversões) estimadas em ativos, líquidas	(887)	(33.843)	33.022	117.371
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	(1.363.029)	(17.416)	(1.363.029)
Descontos - arrendamentos a pagar	(97.473)	(104.488)	(117.622)	(128.927)
Outros ajustes do lucro líquido	87.941	67.836	98.012	95.560
Lucro líquido ajustado	1.583.566	723.662	1.980.290	981.028
Recebimento de dividendos de controladas (Aumento) Redução nos Ativos	8.171	6.926	-	-
Contas a receber de clientes	(558.284)	115.370	(1.659.394)	(95.712)
Estoques	(128.611)	(247.550)	(218.537)	(265.461)
Tributos a recuperar	217.703	92.855	222.723	75.502
Outros ativos	(171.041)	9.736	(186.154)	(1.287)
Aumento (Redução) nos Passivos				
Fornecedores	207.198	341.980	172.011	419.457
Obrigações com administradoras de cartões	3.584	(11.208)	641.975	207.870
Obrigações fiscais	(43.704)	(76.895)	(14.382)	(124.919)
Outras obrigações	338.847	(74.776)	367.470	(18.251)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(164.391)	(72.223)	(296.099)

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. ("Controladora") - Sociedade Anônima sediada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Porto Alegre (RS), listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LREN3 - e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado"), têm como principais negócios:

- i) Varejo:** comércio nos segmentos de vestuário, esportes, calçados, acessórios, perfumaria, utilidades domésticas, cama, mesa e banho, móveis e decoração; e
- ii) Serviços:** empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, receitas oriundas de comissões de vendas através de *Marketplace* entre a Companhia e empresas parceiras, comissões de intermediação de vendas e serviços *intercompany*, dentre outros.

2 DESTAQUES

A Administração destaca abaixo assuntos importantes nesta divulgação das demonstrações financeiras:

<p>Impactos do covid-19 Ofícios Circulares nº 02/2020 e nº 03/2020 da CVM, riscos e incertezas, impactos e medidas adotadas NE 3.10.</p>	<p>Emissões de debêntures 2T21 ocorreu a 12ª emissão de debêntures da Controladora no valor de R\$ 1.000.000 NE 17.2.</p>	<p>Oferta restrita de ações (Follow on) 2T21 Liquidação oferta restrita de ações no valor de R\$ 3.978.000 NE 27.1.2.</p>
<p>ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS - Camicado 3T21 foi reconhecida o ganho do processo da Camicado NE 10.</p>	<p>Aquisição - Repassa 3T21 Ocorreu a aquisição da Repassa Intermediação de Negócios Ltda. NE 3.7.</p>	<p>Bonificações de Ações 4T21 AGE aprovou bonificação de ações em 10%, correspondente à emissão de 89.858 novas ações ordinárias NE 27.1.</p>
<p>Ataque cibernético 3T21 a Companhia sofreu um ataque cibernético criminoso em seu ambiente de tecnologia, que resultou em indisponibilidade de parte de seus sistemas e acionou seus protocolos de controle de segurança para bloquear o ataque e minimizar eventuais impactos NE 3.11.</p>		

3 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17 de março de 2022, e foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

3.2 Declaração de relevância

A Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

3.3 Base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto na mensuração dos instrumentos financeiros de NDF e *Swap* (nota nº 24.3), do plano de opção de compra de ações (nota nº 30.4) e do reconhecimento inicial de combinação de negócios (nota nº 3.7) que são mensurados pelos seus valores justos.

3.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal e os ativos e passivos são convertidos pela taxa final. Para as controladas que atuam em ambiente de economia hiperinflacionária, os saldos de ativos, passivos e resultado acumulado são convertidos pela taxa final. Os itens do patrimônio líquido são mantidos pela taxa histórica em todos cenários.

3.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Como a preparação das demonstrações requer da Administração premissas e estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações, os resultados procedentes eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e não precisão, têm impacto significativo em:

Estimativa	Nota Explicativa
Determinação do valor justo e <i>goodwill</i> em Combinação de negócios	3.7
Perdas estimadas em crédito	8.3
Perdas estimadas em estoques	9.2.2
Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente	8.1, 9.2, 10, 19.1 e 20
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	12.4
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	14
Avaliação de <i>impairment</i> de ativos intangíveis com vida útil indeterminada	16.1
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos e opções de compra de ações	24.3 e 30.4

3.6 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.7 Combinação de negócios e Ágio Repassa

3.7.1 Política Contábil

Combinação de negócios é contabilizada aplicando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. O ágio mensurado corresponde ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos na data da aquisição.

3.7.2 Aquisição de Participação Societária - Repassa Intermediação de Negócios Ltda.

Em 31 de agosto de 2021, a Controladora concluiu a compra de 100% das quotas de emissão da Sociedade Repassa Intermediação de Negócios Ltda. ("Repassa"), enquadrada como Combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3. A empresa adquirida é uma plataforma *online* de venda de moda de alta recorrência que possui três pilares de negócios: o digital, a inovação e a sustentabilidade. Essa aquisição representa mais um passo rumo à consolidação do ecossistema de moda e *lifestyle*, com grande aderência à estratégia ESG (*Environmental, Social and Governance*) da Companhia.

Abaixo, demonstramos a conclusão do laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em 31 de agosto de 2021 ("acquisition date"), assim como a apuração do valor do ágio:

Ativo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	345
Contas a receber	587
Tributos a recuperar	14
Outros ativos	1.225
Imobilizado	2.258
Direito de uso	3.813
Intangível (i)	23.310
Total - Ativo	31.552
Passivo	Valor justo
Fornecedores	2.411
Empréstimos e financiamentos	65
Salários e encargos a recolher	1.732
Obrigações fiscais	556
Arrendamentos a pagar	3.927
Outros passivos	145
Total - Passivo	8.836
Total - Ativos identificáveis líquidos	22.716
Contraprestação transferida (ii)	130.000
Ágio gerado (iii)	107.284
Fluxo de caixa no momento da aquisição	Valor justo
Caixa líquido adquirido com a controlada	345
Caixa pago	(96.616)
Fluxo de caixa líquido da aquisição	(96.271)

- (i) Avaliação Intangível - Marca:** O valor justo da marca de R\$ 21.214 foi mensurado pelo método "*Relief-from-Royalty*", que baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa que o ativo avaliado deverá gerar no futuro. Tanto a taxa de *royalty*, como as taxas de desconto, foram obtidas através de estimativas com base na experiência e base de dados da consultoria contratada para elaboração do laudo. Na avaliação da Administração a marca "Repassa" possui valor atribuível e relevância de mercado na obtenção de clientes e fornecedores.
- (ii) Preço de aquisição (contraprestação):** Na data da aquisição ("*acquisition date*"), a Companhia realizou o pagamento à vista de R\$ 96.616 e o valor remanescente de R\$ 33.384 será pago em três parcelas anuais contadas a partir da data da aquisição e atualizado mensalmente com base no IPCA e foi reconhecido em Outras obrigações (nota explicativa nº 25).
- (iii) Ágio (goodwill):** O ágio alocado, no montante de R\$ 107.284, está relacionado ao grande potencial de sinergias a serem exploradas entre os negócios e também, está em linha com a estratégia ESG. No caso de futura operação de reorganização societária que preencha os requisitos do art. 7º da Lei 9.532/1997, o ágio poderá ser amortizado fiscalmente.

3.8 Base de consolidação

Na preparação, destas demonstrações, foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data base da Controladora. Os investimentos são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as empresas abaixo apresentadas, onde a participação, direta e indireta, representa 100,0% em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CONTROLADAS DIRETAS	CONTROLADAS DIRETAS	CONTROLADA INDIRETA
<p>Argentina ARS </p> <p>Lojas Renner Argentina S.A.U. ("LRA") atua no varejo de artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos e acessórios.</p> <p>Lojas Renner Trading Uruguay S.A. ("LRTU") atua no varejo de artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos e acessórios.</p> <p>Lojas Renner Uruguay S.A. ("LUR") atua no varejo de artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos e acessórios.</p>	<p>Brasil BRL </p> <p>Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") atua no varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração.</p> <p>Realize Participações S.A. tem como atividade a participação societária em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon") proprietária de alguns imóveis usados nas operações da Companhia, suas receitas limitam-se aos aluguéis.</p> <p>Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACCT") intermediação de serviços financeiros (até 2018), mediante comissões de empréstimo pessoal via contrato de correspondente bancário.</p> <p>Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom") atua no varejo de artigos de vestuário, calçados e acessórios.</p> <p>Repassa Intermediação de Negócios Ltda. ("Repassa") plataforma online de reserva de roupas, calçados e acessórios.</p>	<p>Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Realize CF") atua em atividades inerentes às companhias de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as leis e regulamentos em vigor.</p>

3.9 CPC 42/IAS 29 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

Os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das empresas que operam em economias altamente inflacionárias, de acordo com o CPC 42/IAS 29, devem ser corrigidos pela variação do poder de compra de acordo com o índice geral de preços de cada país. As atualizações realizadas na LRA estão baseadas no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), resultante da combinação de IPC do INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) e IPIM (Índice Interno de Preços ao Atacado) conforme a Resolução nº 539/2018 da FACPCE (Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas), alterada pela Resolução nº 553/2019.

As demonstrações da LRA estão atualizadas de acordo com CPC 42/IAS 29. Assim, a Companhia reconheceu, no exercício de 2021, no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, o montante de R\$ 40.998 de ganho (R\$ 44.813 em 2020) e no resultado financeiro, receitas de R\$ 34.924 (R\$ 21.284 em 2020) decorrentes da hiperinflação na LRA, compondo a rubrica de correção monetária ativa e passiva (nota nº 35).

3.10 Impactos da Covid-19

3.10.1 Contexto

A Companhia se manteve atenta a todos os desdobramentos da Covid-19, atuando tanto na prevenção via adoção de *Protocolos* rigorosos de segurança, bem como no suporte da sua cadeia de suprimentos e na aceleração dos seus canais digitais, como forma de viabilizar o atendimento de seus clientes mesmo em períodos de restrição de mobilidade. Nos primeiros meses do exercício de 2021, como consequência do agravamento da 2ª onda de contágio no Brasil, ocorreram fechamentos temporários de lojas e observou-se redução da circulação de clientes nos *shoppings* e principais centros comerciais do país, com impacto importante nas vendas de mercadorias naquele período. No entanto, a partir das últimas semanas do mês de abril, com os avanços da vacinação e desaceleração dos efeitos da pandemia, as medidas restritivas foram flexibilizadas, promovendo uma maior mobilidade da população, assim como a reabertura das lojas temporariamente fechadas, o que refletiu positivamente na operação.

Desde então, a Companhia manteve uma consistência de crescimento, superando os patamares de venda auferidos no período pré-pandêmico (meses comparáveis de 2019), atingindo um estágio próximo à normalidade na sua operação.

3.10.2 Reflexo da COVID-19 nas estimativas contábeis e nas demonstrações financeiras

Em observância aos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, foi relacionado abaixo o resumo dos principais impactos na demonstração financeira e revisão de estimativas em função dos desdobramentos da Covid-19.

3.10.2.1 Receitas de vendas

Com o fechamento temporário de lojas no início do ano e menor fluxo de clientes, tivemos um impacto importante nas receitas de vendas no primeiro trimestre, apresentando um decréscimo em relação a 2019 de 17,4%. Com a reabertura de lojas, a partir da 2ª quinzena de abril e o avanço das operações digitais, observou-se importante retomada das vendas, com a performance consolidada da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias referente ao exercício de 2021 atingindo R\$ 9.547.440, com crescimento significativo de 43,3% ante 2020 e de 12,7% quando comparado a 2019.

3.10.2.2 Revisão demais estimativas contábeis

Além da receita de vendas já citada anteriormente, analisamos ao longo do ano as principais contas e estimativas contábeis sensíveis, atentos aos possíveis impactos que poderiam advir da pandemia:

- ii) Gestão de capital e risco de liquidez e *covenants*
- iii) Contas a receber e perdas estimadas
- iv) Estoques e perdas estimadas
- v) Avaliação de *Impairment*
- vi) Distribuição de Dividendos

Após análise destes itens, considerando a retomada das vendas superando patamares históricos e a performance das operações de crédito em linha com os níveis observados no período pré-pandêmico, concluiu-se que não haviam elementos que justificassem a constituição de perdas adicionais ou necessidade de alteração nas estimativas, derivadas dos impactos da Covid-19. Da mesma forma, todas as providências tomadas no âmbito da gestão de capital se mostraram bastante acertadas, garantindo amplas condições de continuidade da operação e da execução do plano de investimentos. Ainda assim a Administração está atenta, acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos futuros que possam causar reflexo na performance da operação e no seu plano de investimentos e expansão.

3.11 Ataque cibernético

Em 19 de agosto de 2021, a Companhia sofreu um ataque cibernético criminoso em seu ambiente de tecnologia da informação, que resultou em indisponibilidade de parte de seus sistemas e operação e prontamente acionou seus *Protocolos* de controle de segurança para bloquear o ataque e minimizar eventuais impactos. Cabe salientar que as lojas físicas em nenhum momento tiveram suas atividades interrompidas. As operações do *e-commerce* e aplicativos foram reestabelecidas a partir do dia 21 de agosto (sábado). A Companhia atuou de forma diligente e com foco para mitigar os efeitos causados e ressaltar através de análises periciais que os bancos de dados de produção permaneceram preservados e se mantiveram íntegros durante todo o processo e sem quaisquer evidências de exfiltração de dados. A Companhia faz uso de tecnologias e padrões rígidos de segurança, e continuará aprimorando sua infraestrutura para incorporar cada vez mais *Protocolos* de proteção de dados e sistemas. E reforça que não fez nenhum contato com os autores desse ataque, tampouco negociou ou fez pagamento de resgate de qualquer espécie.

4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelo IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstra-se abaixo a distribuição das riquezas geradas pela Companhia, na visão do Consolidado, no montante do valor adicionado de R\$ 5.495.478 (R\$ 4.539.776 em 31 de dezembro de 2020):

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

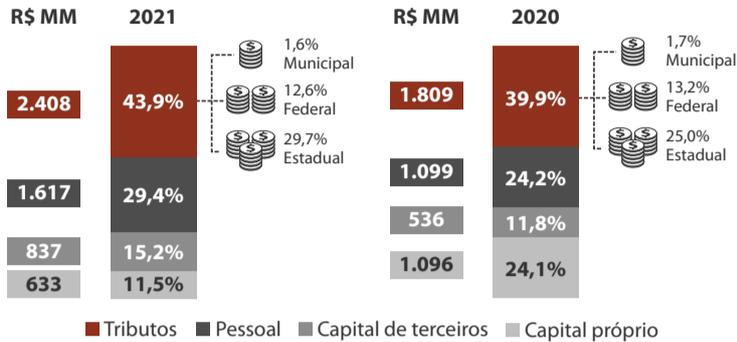
1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NÃO VIGENTES

5.1 Emenda IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual

Esta emenda do IFRS 3 - Combinação de negócios, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, e visa esclarecer algumas alterações referentes à estrutura conceitual, sem significativas mudanças. A Companhia avalia que não há impactos.

5.2 Emenda IAS 16 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido

Esta emenda entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, e proíbe a dedução do custo do imobilizado de qualquer venda de itens produzidos internamente enquanto a empresa está preparando o ativo para o uso pretendido. Em vez disso, a empresa reconhece tais receitas de vendas e custos relacionados no resultado. A Companhia entende que não há impactos.

5.3 Emenda CPC 25/ IAS 37 - Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato

Em 1º de janeiro de 2022 entra em vigor a emenda ao CPC 25/ IAS 37, e as alterações especificam que o "custo de cumprimento" de um contrato compreende os "custos que se relacionam diretamente com o contrato". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

5.4 Emenda IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, a emenda ao IAS 1 e visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

5.5 Emendas à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS 2 - Divulgação de políticas contábeis

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, a emenda com alterações que exigem que uma entidade divulgue suas políticas contábeis relevantes, em vez de suas políticas contábeis significativas. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

5.6 Emenda IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações propostas por esta emenda ao IAS 8, esclarecem que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

5.7 Emenda IAS 12 - Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações que esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Uma estrutura multidisciplinar gerencia os riscos da Companhia e possibilita à Diretoria avaliar o alinhamento da gestão do negócio às políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que identifica e monitora os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta no curso normal das suas operações:

- i) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);
- ii) Risco de crédito (notas explicativas nº 7.4, 8.5 e 24.5);
- iii) Risco de liquidez; e
- iv) Gestão de capital.

A Companhia aplicou o requerido pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 e, também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2022 observando aspectos qualitativos e quantitativos de gerenciamento de riscos.

Conheça a seguir a descrição dos principais riscos envolvidos:

6.1 Riscos de mercado

6.1.1 Risco cambial

Risco decorrente, principalmente, das importações de mercadorias. A política de gestão de risco cambial definida pela Companhia é de proteger até 100% das importações via operações de *hedge* - compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e por operações de *Swap* relativas ao valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen).

Além disso, como a exposição líquida ao risco cambial está relacionada à estimativa de fluxos de caixa futuros e pagamentos de mercadorias importadas a prazo, posteriormente ao seu registro no estoque, a Companhia ajusta a composição de preços no varejo para compensar o impacto de uma possível valorização na cotação do Dólar nos custos. Para mitigar a exposição líquida dos pedidos de mercadorias importadas, observando a política de gestão de risco cambial, a Administração acompanha as projeções e cenários esperados para as taxas de câmbio das moedas estrangeiras e, com isso, analisa o melhor momento para as contratações de *hedge*.

Abaixo, está demonstrada a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, imobilizado e empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021, considerando a cotação do Dólar e Euro em cada cenário com base nas projeções do mercado futuro B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, de acordo com a data base da próxima divulgação.

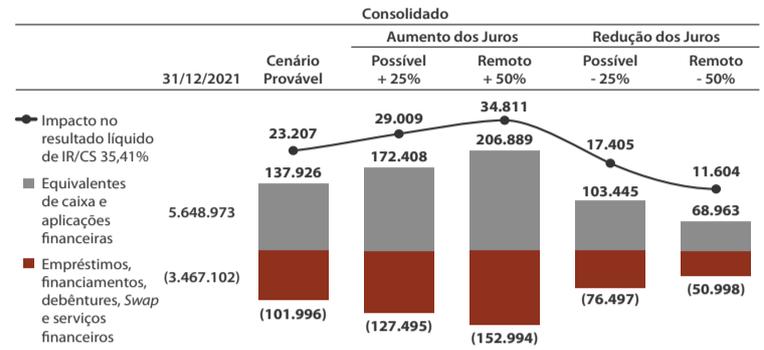
	Consolidado					
	Nocional (Pagar)	Cotação próximo trimestre	Cenário Provável	Valorização da moeda		
			Possível +25%	Remoto +50%		
Derivativos designados para hedge accounting						
Projeção de pedidos (objeto)	US\$ (220.365)	R\$ 5.7043	R\$ 8.979	R\$ (295.293)	R\$ (599.564)	
NDF (instrumento)	US\$ 79.446	R\$ 5.7043	R\$ (3.237)	R\$ 106.459	R\$ 216.155	
Exposição líquida	US\$ (140.919)	R\$ 5.742	R\$ (188.834)	R\$ (383.409)		
Contrato de compra de imobilizado (objeto)	€ (20.293)	R\$ 6,4620	R\$ 2.672	R\$ (28.662)	R\$ (59.996)	
NDF (instrumento)	€ 16.911	R\$ 6,4620	R\$ (2.227)	R\$ 23.885	R\$ 49.997	
Exposição líquida	€ (3.382)	R\$ 445	R\$ (4.777)	R\$ (9.999)		
Não designados para hedge accounting						
Empréstimo 4.131 (objeto)	€ (9.390)	R\$ 6,4620	R\$ 9.110	R\$ (3.719)	R\$ (16.548)	
Swap - (Instrumento)	€ 9.390	R\$ 6,4620	R\$ (9.110)	R\$ 3.719	R\$ 16.548	
Exposição líquida	€ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Exposição líquida total / Efeito		R\$ 6.187	R\$ (193.611)	R\$ (393.408)		
Exposição total, líquida de IR/CS de 34,00%		R\$ 4.083	R\$ (127.783)	R\$ (259.649)		

6.1.2 Risco de taxa de juros

Decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures, empréstimos e *Swap*. A política da Companhia é manter 100% dos empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto à taxa de juros fixa, quanto atreladas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e Selic. Como os ativos financeiros são *Indexed* ao CDI e os recebíveis são realizáveis a curto prazo, corrigidos a taxas de juros fixa, o nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros é relativamente baixo.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado, simulando cenários de refinanciamento, renovação de posições e *hedge* natural, definindo uma mudança razoável na taxa de juros e calculando o impacto sobre o resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, foram realizados testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, considerando o cenário esperado para a próxima divulgação de taxa de juros do CDI e Selic de 10,25% a.a., baseadas em projeções do mercado futuro B3. Os rendimentos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão líquidos de PIS e COFINS.



Considerando que a Companhia possui posição de caixa superior às suas dívidas (endividamento líquido negativo), tanto o aumento quanto a redução das taxas de juros resultariam em impacto positivo no resultado da Companhia.

6.2 Risco de liquidez

A Companhia gera suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio, como objetivo de:



A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, e acompanhamentos trimestrais dos indicadores financeiros e não financeiros exigidos contratualmente nos empréstimos e confirma o atendimento das premissas contratuais estabelecidas. Abaixo os indicadores:

FINANCEIROS					
Instrumento	Emissão	Vencimento	1º indicador:	Dívida Líquida Consolidada EBITDA	2º indicador: EBITDA Resultado Financeiro
9ª emissão de debêntures	12/04/2019	10/10/2022	≤ 3,0		≥ 2,0
11ª emissão de debêntures	08/05/2020	08/11/2022			
12ª emissão de debêntures	01/03/2021	18/02/2025	Até Dez 2023 < 4,0 após ≤ 3,5		≥ 2,0
Empréstimo CCB	14/05/2020	13/05/2022			
Empréstimo CCB	09/09/2020	09/09/2022	≤ 3,0		≥ 2,0

NÃO FINANCEIROS		
• Apresentar Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP com parecer dos Auditores Independentes até três meses após o fim de cada exercício social, ou cinco dias úteis após sua divulgação.	• Cumprir a legislação ambiental e trabalhista (saúde e segurança, não utilização de mão de obra infantil ou análoga ao trabalho escravo e combate à exploração sexual).	• Adotar políticas e procedimentos para cumprir as Leis Anticorrupção, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

A agência de *rating* 'Standard & Poors' classificou o *rating* de crédito da Companhia como brAAA com perspectiva estável na categoria escala nacional (Brasil).

O fluxo de caixa contratual inclui o principal mais os juros futuros estimados. A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Fluxo de Caixa					
			Menos de 3 meses	Entre 4 e 6 meses	Entre 7 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.664.479	3.101.082	18.717	362.833	1.404.746	188.142	1.126.644	-
Financiamentos - op. serviços financeiros	802.623	923.570	-	31.936	485.905	335.821	69.908	-
Arrendamentos a pagar	2.661.036	3.682.146	171.820	160.221	304.182	545.962	1.213.905	1.286.056
Fornecedores	1.821.225	1.828.794	1.663.288	88.224	18.290	58.992	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	1.835.143	1.835.143	1.366.768	333.007	135.368	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	315	315	315	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.784.821	11.371.050	3.220.908	976.221	2.348.491	1.128.917	2.410.457	1.286.056

	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Fluxo de Caixa					
			Menos de 3 meses	Entre 4 e 6 meses	Entre 7 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.623.014	2.767.421	556.850	545.206	36.463	1.214.029	414.873	-
Financiamentos - op. serviços financeiros	761.965	797.115	103.950	168.240	73.120	451.805	-	-
Arrendamentos a pagar	1.862.387	2.912.858	132.244	124.036	245.873	462.571	1.011.584	936.550
Fornecedores	1.500.355	1.509.498	1.329.530	82.316	2.149	26.999	68.504	-
Obrigações com administradoras de cartões	1.193.168	1.193.168	871.760	218.051	103.357	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.428	31.608	20.871	10.737	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.972.317	9.211.668	3.015.205	1.148.586	460.962	2.155.404	1.494.961	936.550

6.3 Gestão de Capital

Além do capital próprio, a Companhia utiliza também capital de terceiros para financiar as atividades, otimizando a estrutura de capital. O Endividamento líquido reflete a exposição total das obrigações junto ao sistema financeiro e ao mercado de capitais e, portanto, não inclui os passivos relacionados aos arrendamentos a pagar.

Os níveis de endividamento são monitorados em relação à capacidade de geração de caixa e estrutura de capital.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.664.479)	(2.623.014)
Circulante	(1.610.452)	(1.077.081)
Não circulante	(1.054.027)	(1.545.933)
Financiamentos operacionais	(802.623)	(761.965)
Circulante	(475.522)	(341.390)
Não circulante	(327.101)	(420.575)
Endividamento bruto	(3.467.102)	(3.384.979)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.947.502	2.672.353
Endividamento líquido (i)	2.480.400	(712.626)
Patrimônio líquido	9.806.621	5.501.316
Índice de alavancagem financeira (ii)	-25,29%	12,95%

(i) Devido às captações da Companhia, principalmente a oferta restrita de ações ocorrida em 04 de maio de 2021, quando captou aproximadamente R\$ 3.978.000, a Companhia possui saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras superior ao endividamento bruto.

(ii) Índice relativo obtido pela divisão do Endividamento líquido pelo Patrimônio líquido.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Política contábil

Os equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, registradas em montantes similares aos valores de mercado.

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos			105.780	82.419	209.537	95.958
Moeda Nacional			-	-	88.992	44.345
Moeda Estrangeira			-	-	-	-
Equivalentes de caixa			5.100.928	1.666.691	5.165.157	1.830.736
CDB	CDI	96,0% a 105,25%	-	-	-	77.927
Fundos de investimento	CDI	-	9.500	12.301	9.500	12.301
Aplicação automática	CDI	10,0%	29	28	16.231	5.514
Outros equivalentes de caixa	CDI	50,11% a 92,0%	-	-	-	-
Total			5.216.237	1.761.439	5.489.417	2.066.781

7.3 Composição das aplicações financeiras

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	SELIC	101,0%	-	-	248.370	466.360
Fundo de investimentos exclusivos (i)						
Letras Financeiras	CDI	102,7%	180.054	115.468	180.054	115.468
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	SELIC	100,0%	29.661	23.744	29.661	23.744
Total			209.715	139.212	458.085	605.572

(i) O fundo de investimento exclusivo Brasil Plural Retail FI é um fundo de renda fixa de crédito privado gerido e administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e foi constituído com o propósito exclusivo de participação da Controladora. Desta forma, a aplicação financeira do fundo foi integralmente consolidada a estas demonstrações financeiras, de acordo com a Instrução CVM 408/04. As demais obrigações relacionadas a este fundo estão relacionadas substancialmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem a marcação diária na posição do fundo e os seus ativos possuem liquidez através de mercado secundário.

7.4 Risco de crédito

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras, devem ser aplicados em instituições financeiras, com *rating* de longo prazo em escala nacional, classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras estão de acordo com as principais agências de classificação de risco. Demonstra-se ao lado a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

(*) Não aplicável, pois nas principais agências não há classificação de risco para os Fundos - Brasil Crédito Privado *Retail FIF* e Títulos do Tesouro Nacional, na escala nacional, entretanto, esses ativos têm classificação de risco AAA em pelo menos uma das agências de classificação de *rating*.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

8.1 Política contábil

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis das vendas de mercadorias, do uso do Meu Cartão na rede conveniada pelo sistema Visa e Mastercard e dos empréstimos pessoais concedidos aos clientes pela controlada indireta Realize CFI.

As vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa média do site do Banco Central do Brasil para antecipação de recebíveis, que foi de 0,97% a.m. (0,63% a.m. em 31 de dezembro de 2020). O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)	-	-	1.117.920	1.179.920
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>) - Partes relacionadas	730.937	810.639	-	-
Cartão bandeira (Meu Cartão)	-	-	3.693.744	2.355.916
Cartão bandeira (Meu Cartão) - Partes relacionadas	703.918	359.772	-	-
Cartões de terceiros	966.397	658.789	1.203.698	846.490
Exportações - Partes relacionadas	32.025	38.484	-	-
Outros recebíveis (i)	1.783	994	36.211	9.218
(-) Perdas estimadas em crédito	-	-	(583.139)	(548.109)
(-) Ajuste a valor presente	(48.632)	(29.455)	(55.553)	(31.767)
Total	2.386.428	1.839.223	5.412.881	3.811.668
Ativo circulante	2.378.330	1.839.223	5.412.881	3.811.668
Ativo não circulante	8.098	-	-	-
Total	2.386.428	1.839.223	5.412.881	3.811.668

(i) No saldo de outros recebíveis em 31 de dezembro de 2021 está incluído o montante de R\$ 28.228, referente a operações de Capital de Giro realizada pela Realize CFI junto a pessoas jurídicas.

8.3 Perdas estimadas em crédito

As estimativas para perdas em créditos são constituídas com base no modelo geral da metodologia CPC 48/ IFRS 9. A modelagem, adotada pela Companhia, tem como base a mensuração da perda esperada, mediante a observação do comportamento da carteira, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

A provisão para perdas estimadas em crédito é o total considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

A metodologia consiste na classificação das operações de crédito "*on balance*" e limites concedidos "*off balance*", considerando a segregação em portfólios (Cartão de Crédito Renner e Meu Cartão), alocação das operações em três estágios de risco e subsegmentação em cada grupo (Exemplo: por perfil de clientes, *score*, regiões, entre outros), considerando os seguintes componentes de cálculo:



Os três estágios da carteira de crédito, apresentados a seguir, consideram os componentes de cálculo da perda esperada "*PD*, *EAD* e *LGD*".

Estágio 1: Operações em dia e até 30 dias de atraso, com mensuração da perda esperada para os próximos 12 meses e limite de crédito ativo até o 8º dia de atraso;

Estágio 2: Operações com atraso de 31 a 89 dias de atraso, com mensuração da perda esperada ao longo da vida do contrato;

Estágio 3: Operações com atraso a partir de 90 dias, mensuradas considerando apenas a perda efetiva dado o *default*.

8.3.1 Movimentação das perdas estimadas em crédito

	Saldos em 01/01/2020		(Perdas reversões estimadas, líquidas)		Saldos em 31/12/2020		(Perdas reversões estimadas, líquidas)		Saldos em 31/12/2021	
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)	(25.965)	1.397	24.568	-	-	-	-	-	-	-
Total da Controladora	(25.965)	1.397	24.568	-	-	-	-	-	-	-
Cartão Bandeira	(287.892)	(372.060)	318.567	(341.385)	(367.903)	304.038	(405.250)			
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)	(106.848)	(216.793)	116.917	(206.724)	(159.659)	188.494	(177.889)			
Total do Consolidado	(420.705)	(587.456)	460.052	(548.109)	(527.562)	492.532	(583.139)			

8.3.2 Movimentação do ajuste a valor presente

	Saldos em 01/01/2020		Adições		Baixas		Saldos em 31/12/2020		Adições		Baixas		Saldos em 31/12/2021	
Total da Controladora	(45.309)	(92.532)	108.386	(29.455)	(124.150)	104.973	(48.632)							
Total do Consolidado	(48.817)	(102.474)	119.524	(31.767)	(141.157)	117.371	(55.553)							

8.4 Carteira por produto de crédito e faixa de atraso

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	A vencer	Vencida	Saldo	A vencer	Vencida	Saldo
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)						
A - de 0 a 14 dias	809.546	15.327	824.873	866.763	16.380	883.143
B - de 15 a 30 dias	29.111	8.519	37.630	29.085	9.253	38.338
C - de 31 a 60 dias	21.853	15.150	37.003	17.408	13.181	30.589
D - de 61 a 90 dias	10.649	15.029	25.678	8.962	10.511	19.473
E - de 91 a 120 dias	6.003	15.941	21.944	5.861	10.454	16.315
F - de 121 a 150 dias	3.684	18.002	21.686	3.997	8.251	12.248
G - de 151 a 180 dias	2.293	17.154	19.447	3.152	7.349	10.501
H - acima de 180 dias	7.481	122.178	129.659	12.273	157.040	169.313
Total	890.620	227.300	1.117.920	947.501	232.419	1.179.920

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	A vencer	Vencida	Saldo	A vencer	Vencida	Saldo
Cartão Bandeira (Meu Cartão)						
A - de 0 a 14 dias	2.883.121	57.166	2.940.287	1.800.723	27.865	1.828.588
B - de 15 a 30 dias	64.263	36.281	100.544	30.276	17.414	47.690
C - de 31 a 60 dias	48.666	66.244	114.910	22.157	18.856	41.013
D - de 61 a 90 dias	37.066	73.688	110.754	40.816	20.553	61.369
E - de 91 a 120 dias	15.619	58.198	73.817	21.640	17.536	39.176
F - de 121 a 150 dias	8.978	53.814	62.792	16.371	15.288	31.659
G - de 151 a 180 dias	5.957	41.873	47.830	13.835	14.809	28.644
H - acima de 180 dias	39.845	202.965	242.810	84.681	193.096	277.777
Total	3.103.515	590.229	3.693.744	2.030.499	325.417	2.355.916

8.4.1 Composição da perda esperada por produto *on balance* e *off balance*

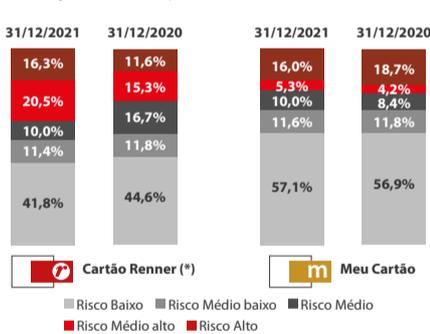
	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Carteira	PDD	% Cobertura	Carteira	PDD	% Cobertura
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)						
Saldo <i>On Balance</i>	1.117.920	172.252	15,4%	1.179.920	188.872	16,0%
Estágio 1	884.720	19.949	2,3%	942.135	28.286	3,0%
Estágio 2	63.509	7.293	11,5%	41.020	5.311	12,9%
Estágio 3	169.691	145.010	85,5%	196.765	155.275	78,9%
Saldo <i>Off Balance</i>	1.505.275	5.637	0,4%	2.859.347	17.852	0,6%
Total Geral	2.623.195	177.889	6,8%	4.039.267	206.724	5,1%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito <i>on balance</i>			15,9%			17,5%

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Carteira	PDD	% Cobertura	Carteira	PDD	% Cobertura
Cartão Bandeira (Meu Cartão)						
Saldo <i>On Balance</i>	3.693.744	388.586	10,5%	2.355.916	330.811	14,0%
Estágio 1	3.042.921	59.011	1,9%	1.878.047	38.457	2,0%
Estágio 2	226.237	28.683	12,7%	105.430	12.906	12,2%
Estágio 3	424.586	300.892	70,9%	372.439	279.448	75,0%
Saldo <i>Off Balance</i>	4.655.732	16.664	0,4%	2.854.369	10.574	0,4%
Total Geral	8.349.476	405.250	4,9%	5.210.285	341.385	6,6%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito <i>on balance</i>			11,0%			14,5%

8.5 Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia visam minimizar problemas decorrentes da inadimplência de clientes através da seleção criteriosa da carteira, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas operações (pulverização do risco). Estas políticas estão subordinadas às de crédito, fixadas pela Administração, com apoio de sistemas tecnológicos e processos avançados vinculados à área de risco e fraude.

A classificação interna da qualidade do risco do crédito da carteira das contas a receber está apresentada abaixo:



i) **Risco baixo:** probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

ii) **Risco médio baixo:** probabilidade maior que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

iii) **Risco médio:** clientes com até 4 meses de Cartão de Crédito Renner ou Meu Cartão, com pouco histórico de movimentação para que se meça sua probabilidade de inadimplência.

iv) **Risco médio alto:** probabilidade maior que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

v) **Risco alto:** probabilidade maior que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

(*) A partir de 2021 a Companhia passou a adotar na base para avaliação da qualidade do crédito, operações vencidas até 360 dias e não mais até 180 dias, como eram registradas na Controladora. O ano de 2020 foi atualizado com o mesmo critério para fins de comparabilidade.

Os recebíveis oriundos das vendas com cartões de crédito de terceiros não estão compondo esta análise por se tratar de recebíveis com risco de inadimplência por parte do emissor do cartão, sem histórico de perda e expectativa de perdas futuras.

Os recebíveis da Companhia provêm das operações de varejo à pessoa física em massa, com análise de crédito individual e baixo *ticket* médio,

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir da implementação do sistema *RFID* (Identificação de Produtos por Rádio Frequência) inicialmente na Controladora, posteriormente na LRU e na LRA, foi possível aumentar a frequência da realização dos inventários para maior parte dos estoques e, com isso, passou-se a reconhecer os efeitos dos inventários, realizados ao longo do ano, diretamente no resultado, sem transitar pela conta de perdas estimadas.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	186.942	152.239	243.439	199.125
ICMS sobre imobilizado	119.075	41.297	125.148	46.400
Imposto de renda e contribuição social (i)	59.470	43.373	78.229	73.146
PIS e COFINS (ii)	890.966	1.252.670	905.541	1.254.412
Créditos tributários de controladas no exterior	-	-	31.072	39.130
Outros tributos a recuperar	19.963	10.465	28.860	10.895
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	(11.657)	-
Total	1.276.416	1.500.044	1.400.632	1.623.108
Ativo circulante	766.524	863.933	849.389	961.997
Ativo não circulante	509.892	636.111	551.243	661.111
Total	1.276.416	1.500.044	1.400.632	1.623.108

(i) **Não incidência IRPJ/CSLL sobre atualização pela SELIC dos indébitos tributários:** Em setembro de 2021, o STF, no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário".

A Companhia possui ações ajuizadas para a Controladora e Controladas. No processo da Controladora, foi proferida decisão judicial, ainda não definitiva, que permitiu a Companhia deixar de tributar a Selic recebida em repetição de indébitos tributários desde o exercício de 2018, a partir de quando os efeitos já estão reconhecidos no resultado.

Os processos da Controladora e das controladas ainda estão pendentes de decisão judicial transitada em julgado. Não há como assegurar, neste momento, quando os montantes estimados serão efetivamente realizados. No entanto, de acordo com o ICPC 22/IFRIC 23 e CPC 32/IAS 12, reconheceu contabilmente os créditos tributários referentes ao período de 2010 à 2015, no valor total atualizado de R\$ 8.937 na Controladora e, na controlada Youcom, referente ao ano de 2019, no valor total atualizado de R\$ 399, valores que serão compensados somente após o trânsito em julgado dos seus respectivos processos judiciais.

Os demais saldos são referentes a créditos apurados no curso normal das operações.

(ii) **ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS:** A ação judicial da Controladora para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos, transitou em julgado, em maio de 2020, em sentido favorável, não sendo impactada pela modulação de efeitos reconhecida pelo STF no julgamento do RE 574.706.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021, líquido das compensações já realizadas, totaliza R\$ 866.406 (R\$ 1.241.314 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora, seja compensado até o segundo trimestre de 2023.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2021, a Camicado teve certificado seu trânsito em julgado da mesma matéria. O valor total atualizado é de R\$ 11.644, líquido das compensações já realizadas.

(iii) **Ajuste a valor presente:** Considerando o cenário de hiperinflação na Argentina e o prazo de recuperação dos impostos serem maiores do que um ano, foi adotado o ajuste a valor presente na controlada direta LRA. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos a valor presente foi de 50,57% a.a., observada no mercado através do Banco Nacional da Argentina.

11 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas antecipadas (i)	20.596	6.307	28.366	9.858
Depósitos judiciais (ii)	49.569	4.701	55.555	4.856
Adiantamento a terceiros	16.320	18.257	24.256	28.096
Adiantamento a funcionários	8.387	7.838	9.347	8.709
Crédito convênio fornecedores (iii)	84.572	4.780	84.572	4.780
Indenizações de seguros em andamento	18.500	164	18.604	315
Comissões de seguros a receber	-	-	4.409	3.740
Outras contas a receber	17.835	12.257	41.713	16.144
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.732	1.836	-	-
Total	217.511	56.140	266.822	76.498
Ativo circulante	101.835	46.093	141.084	63.651
Ativo não circulante	115.676	10.047	125.738	12.847
Total	217.511	56.140	266.822	76.498

(i) Refere-se principalmente a serviços de suporte de sistemas.

(ii) Refere-se principalmente a depósitos judiciais relativos ao ICMS Diferencial de Alíquota (EC 87/2015) em operações de venda não presencial, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.469, cujas ações foram ajuizadas antes de 24/02/2021, bem como o depósito judicial relativo a IRPF sobre parcelas consideradas pela autoridade tributária como sendo parcelas de natureza remuneratória, mas que no entendimento da Companhia e de seus assessores jurídicos possuem natureza mercantil.

(iii) Saldos referentes às operações de convênio com fornecedores de repasses para o BNDES.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social tem base no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda no passivo está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

12.2 Composição dos tributos diferidos

Fato gerador	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Perdas estimadas em ativos	8.748	9.049	134.735	104.537
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	44.575	36.905	54.587	47.271
Ajuste a valor presente	22.085	15.308	25.654	18.241
Provisão para participação de empregados	52.986	7.880	55.986	8.713
Plano de ações restritas	10.966	9.129	10.966	9.129
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	128.661	55.392	240.928	167.389
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	-	8.647	-	9.435
Swap de empréstimos	-	-	617	-
Arrendamento a pagar	64.996	41.225	73.632	50.689
Outras provisões	4.169	175	12.126	6.339
Ativo fiscal diferido	337.186	183.710	609.231	421.743
Ágio na aquisição de participação societária	-	-	(39.671)	(35.100)
Mais valia de ativos	-	-	(9.704)	(10.361)
Diferença da vida útil societária versus fiscal	(81.529)	(63.303)	(89.652)	(73.462)
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	(7.040)	-	(8.176)	-
Swap de empréstimos	-	(16.205)	-	(22.988)
Outras provisões	-	(412)	(7.883)	(2.907)
Passivo fiscal diferido	(88.569)	(79.920)	(155.086)	(144.818)
Total líquido	248.617	103.790	454.145	276.925
Ativo não circulante	248.617	103.790	457.537	276.925
Passivo não circulante	-	-	(3.392)	-
Total	248.617	103.790	454.145	276.925

(i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora e das controladas Camicado, Youcom e LRS, são suportados por revisões que ocorrem no fim de cada exercício, para constatação da geração de bases tributáveis futuras, permitindo a recuperação destes créditos. Em dezembro de 2021, foram revertidos créditos nas Controladas em que o estudo apresentou a impossibilidade de recuperação.

As alíquotas, das empresas sediadas no Brasil, são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, com exceção da controlada indireta Realize CFI que tem alíquota de 25% para IRPJ e 15% para CSLL. Para as empresas no exterior as alíquotas do imposto sobre a renda variam de 25% a 30%.

A Companhia compensa o ativo diferido contra o passivo diferido da Controladora e das subsidiárias individualmente.

12.3 Movimentação dos tributos diferidos líquidos

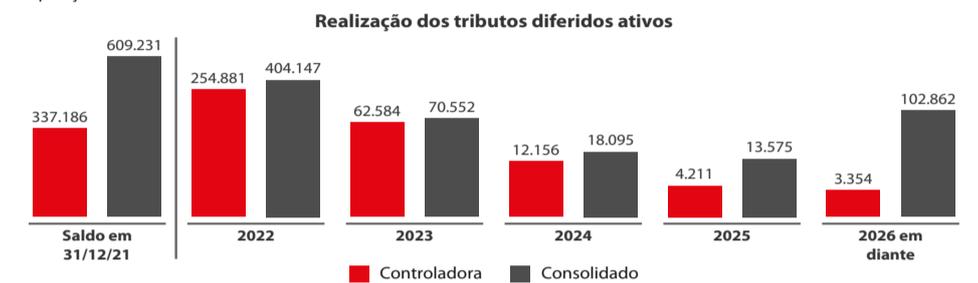
A seguir demonstra-se a movimentação dos tributos diferidos, constituídos às alíquotas nominais ponderadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	89.469	209.218
Reconhecido no resultado	6.503	58.321
Reconhecido em outros resultados abrangentes	7.818	7.688
Ajustes de conversão	-	1.698

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	103.790	276.925
Reconhecido no resultado	160.514	188.330
Reconhecido em outros resultados abrangentes	(15.687)	(17.016)
Ajustes de conversão	-	5.906
Saldo em 31 de dezembro de 2021	248.617	454.145

12.4 Realização dos tributos diferidos ativos

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. A avaliação da Administração é suportada por estudos técnicos de viabilidade que demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperabilidade de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. Em dezembro de 2021, foram revertidos créditos nas Controladas em que o estudo apresentou a impossibilidade de recuperação.



12.5 Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do IR e CS	560.022	1.230.394	639.853	1.200.761
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(190.407)	(418.334)	(217.550)	(408.259)
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesa com plano de opção de compra de ações	(5.219)	(7.763)	(5.219)	(7.763)
Resultado de participações societárias	23.152	(21.645)	-	-
Juros sobre capital próprio	131.878	81.878	131.878	81.878
Participação de administradores	(1.688)	(341)	(1.688)	(341)
Incentivos fiscais (PAT)	2.058	4.341	2.730	4.468
Subvenção para investimento (i)	94.023	22.193	95.654	22.977
Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005)	5.289	5.129	11.073	7.623
Diferenças de alíquotas IR e CS de controladas	-	-	(19.163)	(3.769)
Recuperações operações de crédito	-	-	266	12.051
Reversão diferido por não recuperabilidade	-	-	(17.301)	-
Correção monetária	-	-	(2.919)	(11.691)
Outras exclusões (adições) (ii)	13.986	200.405	15.404	198.280
Parcela isenta do adicional de 10%	18	12	94	54
IR e CS no resultado	73.090	(134.125)	(6.741)	(104.492)
Corrente	(87.424)	(140.628)	(195.071)	(162.813)
Diferido	160.514	6.503	188.330	58.321
Alíquota efetiva	-13,05%	10,90%	1,05%	8,70%

(i) A Companhia possui benefícios e incentivos fiscais e financeiros de ICMS em alguns estados onde tem operação. Tais incentivos são considerados subvenção para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. Estes incentivos, quando apurados são destinados para Reserva de Incentivos Fiscais (nota explicativa nº 27.4.3). Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendos e possivelmente serão incorporados ao capital social. Em atenção ao ICPC 22 (IFRIC 23), a Administração efetuou, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a análise da aceitabilidade do tratamento tributário descrito, concluindo que é provável que a autoridade fiscal aceite o mesmo.

(ii) Na sua maior parte refere-se a exclusão dos juros Selic em repetição de indébito tributário nos termos de decisões judiciais em processos em que a Companhia é parte e, decisão de mérito do RE nº 1.063.187 em repercussão geral pelo STF, maiores informações na nota explicativa nº 10.

13 INVESTIMENTOS

13.1 Composição dos investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	2.016.898	1.593.965
Ágio sobre mais valia de ativos	1.290	1.290
Total	2.018.188	1.595.255

13.2 Movimentação dos investimentos em controladas

Empresas controladas	Saldo em 31/12/2020	Aporte de capital	Combinação de negócios (i)	Resultado de equivalência	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em
							31/12/2021
RACC	1.985	-	-	2.555	-	(3.057)	1.483
Dromegon	11.331	-	-	4.618	-	(5.114)	10.835
Camicado	514.722	159.222	(31.704)	-	1.921	-	644.161
Youcom	170.527	-	(141)	-	654	-	171.040
LRS	9.287	-	(6.598)	-	2.704	-	5.393
Realize Participações S.A.	580.808	-	-	123.925	-	-	704.733
LRU	165.251	-	-	19.792	2.314	-	187.357
LRA	138.758	8.017	(33.407)	-	46.152	-	159.520
Realize CFI	3	-	-	1	-	-	4
Lojas Renner Trading Uruguay	1.293	4.132	(3.923)	-	(76)	-	1.426
Repassa	-	7.970	130.000	(7.024)	-	-	130.946
Total	1.593.965	179.341	130.000	68.094	53.669	(8.171)	2.016.898

(i) Compõe: ativo líquido identificável adquirido, ágio da marca e goodwill.

Empresas controladas	Saldo em 01/01/2020	Aporte de capital	Resultado de equivalência	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em
						31/12/2020
RACC	1.647	-	3.423	-	(3.085)	1.985
Dromegon	11.443	-	3.729	-	(3.841)	11.331
Camicado	406.766	128.778	(21.149)	327	-	514.722
Youcom	142.244	44.211	(15.854)	(74)	-	170.527
LRS	9.750	313	(2.589)	1.813	-	9.287
Realize Participações S.A.	550.744	-	30.064	-	-	580.808
LRU	142.631	16.900	(15.083)	20.803	-	165.251
LRA	114.820	37.095	(45.040)	31.883	-	138.758
Realize CFI	3	-	-	-	-	3
Lojas Renner Trading Uruguay	1.938	-	(1.164)	519	-	1.293
Total	1.381.986	227.297	(63.663)	55.271	(6.926)	1.593.965

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas controladas 2020	Controle	Participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido
RACC	Direto	99,9%	5.085	3.100	1.985	3.423
Dromegon	Direto	99,9%	11.535	204	11.331	3.729
Camicado	Direto	100,0%	817.354	302.632	514.722	(21.149)
Youcom	Direto	100,0%	277.586	107.059	170.527	(15.854)
LRS	Direto	100,0%	18.543	9.256	9.287	(2.589)
Realize Participações S.A.	Direto	99,9%	580.855	5	580.850	30.066
LRU (i)	Direto	100,0%	261.888	94.635	167.253	(14.605)
LRA (i)	Direto	100,0%	281.946	142.773	139.173	(43.731)
Realize CFI	Indireto	0,1%	3.902.709	3.322.170	580.539	30.069
Lojas Renner Trading Uruguay	Direto	100,0%	15.564	14.271	1.293	(1.164)

(i) Valores relativos ao resultado das controladas, sem efeito do lucro não realizado nos estoques.

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

14.1 Política contábil

Registramos os bens do ativo imobilizado e intangível ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzidos da depreciação ou amortização acumulada. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando:

Bens, Taxa | Vida útil

IMOBILIZADO		INTANGÍVEL	
Prédios 1,66% 60 anos	Instalações 5 a 10% 10 a 20 anos	Veículos 20% 5 anos	Sistemas de informática 12,5 a 20% 5 a 8 anos
Máquinas e equipamentos 5 a 10% 10 a 20 anos	Móveis e utensílios 10 a 25% 4 a 10 anos	Direito de uso de imóveis 10% 10 anos	
Benfeitorias em imóveis de terceiros 10% 10 anos	Computadores e periféricos 10 a 33,3% 3 a 10 anos		

A Companhia tem como procedimento, revisar anualmente os bens do ativo imobilizado e intangível com base em avaliações técnicas de especialistas com o objetivo de:

- Identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados;
- Identificar alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

14.3 Conciliação do valor contábil líquido do Imobilizado

14.3.1 Controladora

Valor contábil	Saldo em 01/01/2020	Adições	Transf.	Baixas	Reversão de Perdas estimadas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições (i)	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	288	-	-	-	-	-	288	-	-	-	-	-	288
Imóveis	59.285	-	-	-	-	(826)	58.459	-	-	-	-	(825)	57.634
Móveis e Utensílios	231.866	6.378	17.393	(11.174)	8.204	(52.639)	200.028	14.709	22.530	(179)	-	(35.998)	201.090
Instalações	266.353	6.347	9.570	(1.566)	256	(23.423)	257.537	15.713	25.527	(26)	(1.027)	(30.808)	266.916
Máquinas e Equipamentos	127.920	5.919	3.279	(1.607)	206	(9.820)	125.897	7.935	12.563	(67)	(947)	(13.278)	132.103
Benfeitorias Imóveis Terceiros	826.467	25.861	37.756	(2.936)	1.795	(150.236)	738.707	42.105	92.833	(89)	(4.925)	(154.138)	714.493
Veículos	1.164	-	-	(101)	-	(201)	862	264	-	(82)	-	(173)	871
Computadores	112.195	3.913	20.810	(7.281)	5.502	(23.538)	111.601	12.393	33.693	(191)	(342)	(27.682)	129.472
Imob. em andamento	188.715	193.146	(88.808)	(36)	-	-	293.017	649.712	(187.146)	(1)	-	-	755.582
Total	1.814.253	241.564	-	(24.701)	15.963	(260.683)	1.786.396	742.831	-	(635)	(7.241)	(262.902)	2.258.449

14.3.2 Consolidado

Valor contábil	Saldo em 01/01/2020	Adições	Transf.	Baixas	Reversão de Perdas estimadas	Deprec.	Ajuste de conversão/ Correção Monetária	Saldo em 31/12/2020	Adições (i)	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Deprec.	Ajuste de conversão/ Correção Monetária	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	288	-	-	-	-	-	-	288	-	-	-	-	-	-	288
Imóveis	68.472	-	-	-	-	(826)	-	67.646	-	-	-	-	(825)	-	66.821
Móveis e Utensílios	277.831	10.076	25.416	(13.945)	8.608	(60.242)	2.633	250.377	16.144	272	25.123	(179)	(233)	(44.007)	249.754
Instalações	301.118	8.802	11.283	(3.169)	480	(28.386)	795	290.923	17.125	-	25.930	(99)	(1.335)	(34.790)	298.080
Máquinas e Equipamentos	142.822	5.821	4.627	(1.810)	264	(11.118)	3.120	143.726	8.153	-	12.963	(204)	(970)	(14.829)	151.606
Benfeitorias Imóveis Terc.	1.058.341	35.892	54.382	(8.322)	3.708	(182.430)	14.003	975.574	50.980	1.541	101.712	(570)	(5.667)	(191.148)	952.942
Veículos	1.165	-	-	(102)	-	(201)	-	862	265	-	(82)	-	(173)	-	872
Computadores	124.343	6.673	27.218	(8.689)	5.566	(29.086)	959	126.984	14.193	445	41.220	(186)	(475)	(32.802)	150.549
Imob. em andamento	199.330	216.535	(122.926)	(786)	-	-	5.727	297.880	689.047	-	(206.948)	(45)	-	13	779.947
Total	2.173.710	283.799	-	(36.823)	18.626	(312.289)	27.237	2.154.260	795.907	2.258	(1.365)	(8.680)	(318.574)	27.053	2.650.859

(i) Do total das aquisições do exercício, na Controladora e Consolidado, R\$ 132.216 serão pagos durante os anos de 2022 e 2023.

As principais naturezas que compõem o grupo de contas de imobilizado em andamento referem-se às inaugurações de lojas e centros de distribuição da Companhia.

14.4 Composição do Intangível

Valor contábil	Controladora					
	31/12/2021	31/12/2020				
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	1.085.770	(634.048)	451.722	1.004.211	(532.676)	471.535
Direito de utilização de imóveis	77.590	(55.656)	21.934	69.077	(51.904)	17.173
Marcas e Patentes	6.978	(83)	6.895	6.755	(83)	6.672
Intangível em andamento	175.520	-	175.520	92.333	-	92.333
Total	1.345.858	(689.787)	656.071	1.172.376	(584.663)	587.713

Valor contábil	Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020				
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	1.378.755	(716.398)	662.357	1.219.527	(584.533)	634.994
Direito de utilização de imóveis	121.056	(73.768)	47.288	103.764	(65.639)	38.125
Marcas e Patentes	56.944	(83)	56.861	35.508	(83)	35.425
Outros intangíveis	3.500	(3.500)	-	3.836	(3.500)	336
Intangível em andamento	217.171	-	217.171	115.077	-	115.077
Goodwill	223.963	-	223.963	116.679	-	116.679
Total	2.001.389	(793.749)	1.207.640	1.594.391	(653.755)	940.636

14.5 Conciliação do valor contábil líquido do Intangível

14.5.1 Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Saldo em 31/12/2021
Sistemas de Informática	471.535	2.740	78.872	(20)	(35)	(101.370)	451.722
Direito de utilização de imóveis	17.173	1.662	6.885	-	(33)	(3.753)	21.934
Marcas e Patentes	6.672	223	-	-	-	-	6.895
Intangível em andamento	92.333	168.952	(85.757)	(8)	-	-	175.520
Total	587.713	173.577	-	(28)	(68)	(105.123)	656.071

Valor contábil	Saldo em 01/01/2020	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Saldo em 31/12/2020
Sistemas de Informática	314.472	91.907	146.358	(10)	(81.202)	-	471.535
Direito de utilização de imóveis	20.610	-	(223)	(872)	872	(3.214)	17.173
Marcas e Patentes	6.436	236	-	-	-	-	6.672
Intangível em andamento	128.193	110.275	(146.135)	-	-	-	92.333
Total	469.711	202.418	-	(882)	882	(84.416)	587.713

As principais naturezas que compõem o grupo de contas de intangível em andamento referem-se ao desenvolvimento e implantação de sistemas de tecnologia da informação e licenciamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou as projeções futuras das suas unidades geradoras de caixa (UGC), utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de dez anos e não identificou fatores que indiquem perdas relevantes na constituição de impairment, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade de ativos imobilizados.

14.2 Composição do Imobilizado

	Controladora					
	31/12/2021	31/12/2020				
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	61.898	(4.264)	57.634	61.898	(3.439)	58.459
Móveis e Utensílios	459.504	(258.414)	201.090	422.727	(222.699)	200.028
Instalações	564.515	(297.599)	266.916	524.433	(266.896)	257.537
Máquinas e Equipamentos	288.855	(156.752)	132.103	269.507	(143.610)	125.897
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.890.393	(1.175.900)	714.493	1.760.527	(1.021.820)	738.707
Veículos	1.524	(653)	871	1.424	(562)	862
Computadores e Periféricos	304.493	(175.021)	129.472	259.715	(148.114)	111.601
Imobilizado em andamento	755.582	-	755.582	293.017	-	293.017
Total	4.327.052	(2.068.603)	2.258.449	3.593.536	(1.807.140)	1.786.396

	Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020				
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	76.965	(10.144)	66.821	76.965	(9.319)	67.646
Móveis e Utensílios	549.563	(299.809)	249.754	505.892	(255.515)	250.377
Instalações	625.398	(327.318)	298.080	583.571	(302.648)	290.923
Máquinas e Equipamentos	314.027	(162.421)	151.606	291.093	(147.367)	143.726
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.258.884	(1.305.942)	952.942	2.089.477	(1.113.903)	975.574
Veículos	1.525	(653)	872	1.424	(562)	862
Computadores e Periféricos	343.457	(192.908)	150.549	287.350	(160.366)	126.984
Imobilizado em andamento	779.947	-	779.947	297.880	-	297.880
Total	4.950.054	(2.299.195)	2.650.859	4.133.940	(1.979.680)	2.154.260

14.5.2 Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2021
Sistemas de Informática	634.994	59.424	-	95.604	(20)	(37)	(131.340)	662.357
Direito de utilização de imóveis	38.125	3.449	-	12.047	-	(316)	(7.656)	

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3 Movimentação do Direito de Uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.344.150	1.634.690
(+) Remensuração	153.053	209.038
(+/-) Novos contratos / Contratos encerrados	203.384	218.887
(-) Depreciação	(302.744)	(366.409)
(+/-) Ajuste de conversão/ correção monetária	-	3.832
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.397.843	1.700.038
(+) Remensuração	335.422	409.135
(+) Aquisição - Combinação de negócios (i)	-	3.813
(+/-) Novos contratos / Contratos encerrados	725.722	770.323
(-) Depreciação	(378.061)	(458.500)
(+/-) Ajuste de conversão/ correção monetária	-	9.379
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.080.926	2.434.188

(i) Saldo inicial referente a aquisição - combinação de negócios da "Repessa" apresentadas na nota explicativa nº 3.7.

16.1 Política contábil

Ativos com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*. Para avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), de acordo com as visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

16.2 Camicado

16.2.1 Avaliação do valor recuperável

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2020).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetadas de 2022 a 2031 considerando crescimento histórico das vendas, e, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas e do crescimento de iniciativas digitais;
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora;
- Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, no qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. (13,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020); e
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 6,5% a.a. (6,5% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou testes de revisão do valor recuperável e concluiu que não há fatores que indiquem perdas por *impairment*, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

Em 31 de agosto de 2021, no processo de aquisição da Repassa foram identificados como intangíveis o ágio (*goodwill*) e a mais-valia da marca (nota explicativa nº 3.7). O valor contábil do ágio (*goodwill*) e da marca são de R\$ 128.498 conforme laudo de avaliação emitido por consultoria especializada, no período da aquisição. Dada a proximidade do evento com a apresentação destas demonstrações financeiras, a Administração entende que as premissas que sustentam o valor, permanecem válidas e, portanto, conclui pela recuperabilidade dos valores investidos.

16.2.2 Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento da Camicado. Considerando um acréscimo ou uma redução de 1% na taxa de desconto e de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Taxa de desconto			Taxa de perpetuidade		
	Cenário Provável de 1%	Acréscimo de 1%	Redução de 1%	Cenário Provável de 0,5%	Acréscimo de 0,5%	Redução de 0,5%
Varição fluxo de caixa descontado	13,3%	(130.149)	177.470	6,50%	49.086	(42.362)

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 Política contábil

Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente (acréscimos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias, cambiais e amortizações incorridos até as datas dos balanços).

O saldo do empréstimo de capital de giro Lei 4.131 Bacen é mensurado pelo valor justo, que reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros, usando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado (conversão dos fluxos de caixas futuros em valor único).

17.2 Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrições	Encargos (a.a.)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda nacional						
Debêntures 9ª Emissão - série única (i)	103,9% do CDI	10/10/2022	406.955	401.649	406.955	401.649
Debêntures 10ª Emissão - série única	-	-	-	518.855	-	518.855
Debêntures 11ª Emissão - 1ª série (i)	CDI + 3,00%	05/05/2022	305.101	302.255	305.101	302.255
Debêntures 11ª Emissão - 2ª série (i)	CDI + 3,04%	05/11/2022	203.413	201.515	203.413	201.515
Debêntures 12ª Emissão - série única (i)	CDI + 1,60%	18/02/2025	1.030.736	-	1.030.736	-
Debêntures - Custos de estruturação	-	-	(3.992)	(5.177)	(3.992)	(5.177)
Capital de giro - modalidade 4.131	-	-	-	313.740	-	313.740
Capital de giro - CCB (ii)	CDI + 2,65%	07/07/2022	156.506	153.376	156.506	153.376
Capital de giro - CCB (ii)	148,0% do CDI	16/11/2022	100.412	100.033	100.412	100.033
Capital de giro - CCB (ii)	140,0% do CDI	25/11/2022	404.779	401.005	404.779	401.005
Capital de giro - CCB (ii)	3,80%	04/06/2023	-	-	53	-
Capital de giro - Custos de estruturação	-	-	(1.729)	(3.607)	(1.729)	(3.607)
Em moeda estrangeira						
Capital de giro - modalidade 4.131	-	-	-	247.577	-	302.698
Capital de giro - modalidade 4.131 (iii)	€ + 1,05%	16/10/2023	-	-	60.431	-
(+/-) Swap - capital de giro	-	-	-	(47.662)	-	(63.328)
(+/-) Swap - capital de giro (iii)	CDI + 1,15%	16/10/2023	-	-	1.814	-
Total			2.602.181	2.583.559	2.664.479	2.623.014
Passivo circulante			1.603.751	1.037.626	1.610.452	1.077.081
Passivo não circulante			998.430	1.545.933	1.054.027	1.545.933
Total			2.602.181	2.583.559	2.664.479	2.623.014

(i) **Debêntures**: Referem-se a captações emitidas em abril de 2019 (9ª emissão) e maio de 2020 (11ª emissão), nos montantes totais de R\$400.000 e R\$500.000, respectivamente, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com pagamentos de juros semestrais e amortização do principal no vencimento.

Em março de 2021, foi realizada a 12ª emissão de debêntures em série única, no montante de R\$ 1.000.000, por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal no 3º e 4º ano de acordo com os respectivos vencimentos.

(ii) **Cédula de Crédito Bancário (CCB)**: Referem-se a captações tomadas junto ao Banco Safra no valor de R\$ 100.000 em novembro de 2020 com pagamentos mensais de juros e, de R\$ 150.000 em julho de 2020 com pagamentos semestrais de juros e outra captação em novembro de 2020 junto ao Banco Itaú de R\$ 400.000 com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal nos respectivos vencimentos.

(iii) **Capital de Giro - Modalidade 4131**: Referem-se à captação de empréstimo contratado em moeda estrangeira, na modalidade 4131, firmado junto ao Banco Itaú S.A no valor de EUR 9.390, equivalente a R\$ 60.000. Esses recursos são destinados a manutenção do caixa mínimo da Companhia. A operação de Swap em moeda estrangeira (Lei 4.131) está protegendo as oscilações do câmbio.

A nota explicativa nº 37 demonstra a movimentação dos empréstimos da Controladora e do Consolidado.

As cláusulas contratuais (*covenants*) e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual (principal mais juros estimados futuros) estão demonstrados na nota explicativa nº 6.2.

18 FINANCIAMENTOS - OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS E GARANTIAS

18.1 Financiamentos - Operações Serviços Financeiros

Financiamentos	Encargos (a.a.)	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020
Em moeda nacional				
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	268.880
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i)	116,0% do CDI	12/06/2023	207.412	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (ii)	131,0% do CDI	21/02/2024	52.671	-
Letras Financeiras (ii)	104,1% do CDI	12/08/2022	329.637	315.203
Cédula de Crédito Bancário (iii)	CDI + 3,5%	13/05/2022	30.448	31.083
Cédula de Crédito Bancário (iii)	160,00% do CDI	09/09/2022	21.616	20.187
Certificados de Depósitos Bancários (iv)	132,7% do CDI	01/2022 - 12/2022	93.821	72.095
Certificados de Depósitos Bancários (iv)	130,0% do CDI	01/2023 - 12/2023	67.018	54.517
Total			802.623	761.965
Passivo circulante			475.522	341.390
Passivo não circulante			327.101	420.575
Total			802.623	761.965

(i) **Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)**: Referem-se a emissões de R\$ 50.000 em março de 2021 junto ao Banco Itaú e R\$ 200.000 em junho de 2021 junto ao Banco Bradesco. Todas com pagamentos de juros ao final do contrato, com a finalidade de reforçar o caixa mínimo e suportar o curso ordinário do negócio.

(ii) **Letras Financeiras**: A captação refere-se a emissão de R\$ 300.000 em agosto de 2019 para distribuição privada e financiamento das operações e o curso ordinário do negócio.

(iii) **Cédula de Crédito Bancário (CCB)**: Referem-se a captações tomadas junto ao Banco de BOCOM BBM no valor de R\$ 30.000 em maio de 2020, com pagamento de juros ao final do primeiro ano e após seguindo pagamentos de juros trimestrais e R\$ 20.000 em setembro de 2020, com pagamentos de juros ao final do contrato e finalidade de financiamento das operações e o curso do negócio, com a Controladora como garantidora.

(iv) **Certificados de Depósitos Bancários (CDB)**: Referem-se a emissões, junto a XP Investimentos, Easynvest, Genial Investimentos e Órama Investimentos, no curto e longo prazo no montante de R\$ 88.690 e R\$ 64.282, respectivamente, com a finalidade de financiar as operações e o curso ordinário do negócio.

18.2 Garantias

A Controladora é fiadora solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias, das operações de Letras Financeiras e Cédula de Crédito Bancário mais detalhes nota explicativa nº 26.1.9.

19 ARRENDAMENTOS A PAGAR

19.1 Política contábil

Dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado + *spread* de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

19.2 Composição dos Arrendamentos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Locação com opção de compra (i)	40.302	38.335	40.302	38.335
Locações	2.246.929	1.493.312	2.620.734	1.824.052
Total	2.287.231	1.531.647	2.661.036	1.862.387
Passivo circulante	567.416	410.998	666.100	496.583
Passivo não circulante	1.719.815	1.120.649	1.994.936	1.365.804
Total	2.287.231	1.531.647	2.661.036	1.862.387

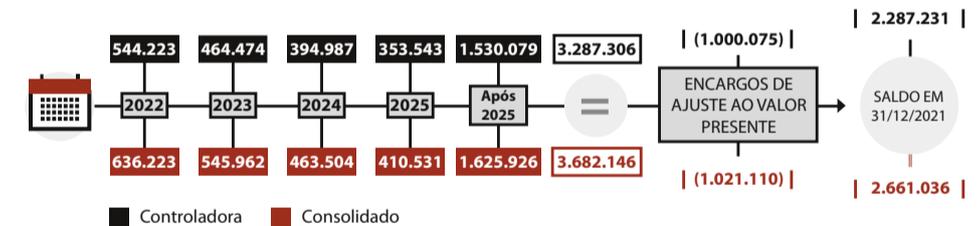
(i) A taxa de desconto da locação com direito de opção de compra está de acordo com o contrato do aluguel do imóvel da sede administrativa, firmado em julho de 2012, e corrigido com base na variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) anual.

19.3 Movimentação dos Arrendamentos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.434.424	1.739.361		
(+) Remensuração	153.053	209.038		
(+/-) Novos contratos / Contratos encerrados	203.384	218.887		
(+) Encargos	124.291	148.099		
(-) Contraprestação (i)	(383.505)	(463.838)		
(+/-) Ajuste de conversão	-	10.840		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.531.647	1.862.387		
(+) Remensuração	335.422	409.135		
(+) Adição por aquisição de controlada	-	3.927		
(+/-) Novos contratos / Contratos encerrados	725.722	770.323		
(+) Encargos	188.306	217.671		
(-) Contraprestação (i)	(493.866)	(589.540)		
(+/-) Ajuste de conversão	-	(12.867)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.287.231	2.661.036		

(i) Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020, que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia optou pelo expediente prático e reconheceu descontos de contraprestação em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 97.473 na Controladora e R\$ 117.622 no Consolidado (vide nota explicativa nº 34.1 e 34.2). Em 31 de dezembro de 2020, os montantes de descontos foram de R\$ 104.852 na Controladora e R\$ 129.486 no Consolidado.

19.4 Compromissos futuros

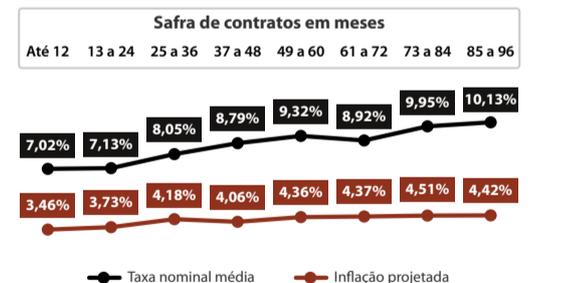


19.4.1 Informações adicionais

Para atendimento ao Ofício da CVM SNC/SEP nº 02/2019, divulga-se os *inputs* mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa nominal recomendado pela CVM.

A taxa nominal de desconto corresponde às cotações futuras de mercado obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - referência em DI x Pré + *spread* de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

As cotações de inflação projetada utilizam o mesmo critério da taxa de desconto e são demonstradas para fins de cálculo do fluxo de caixa, conforme gráfico ao lado.



Segue abaixo o fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado que tem correspondência com as respectivas taxas apresentadas no gráfico acima:

Período médio ponderado (meses) (i)	Consolidado					
	Fluxo Contratual	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Até 12	1.791	1.732	59	-	-	-
13 a 24	83.976	70.909	13.067	-	-	-
25 a 36	501.002	188.913	156.364	86.659	47.661	21.405
37 a 48	356.107	84.146	84.652	84.705	70.605	31.999
49 a 60	824.995	117.853	117.890	117.890	117.890	353.472
61 a 72	902.447	111.469	111.604	111.788	111.913	455.673
73 a 84	67.948					

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores (i)	1.561.850	1.218.139	1.722.381	1.408.895
Nacionais	1.294.855	1.093.882	1.415.040	1.225.578
Estrangeiros	266.995	124.257	307.341	183.317
Fornecedores - "confirming" (ii)	34.045	58.960	54.983	58.960
Fornecedores - "confirming" - partes relacionadas(ii)	26.299	-	-	-
Ajuste a valor presente	(6.929)	(7.688)	(7.571)	(9.143)
Aluguéis a pagar	42.067	33.219	51.432	41.643
Aluguéis a pagar - Partes Relacionadas	1.228	1.210	-	-
Total	1.658.560	1.303.840	1.821.225	1.500.355
Passivo circulante	1.599.786	1.208.337	1.762.233	1.404.852
Passivo não circulante	58.774	95.503	58.992	95.503
Total	1.658.560	1.303.840	1.821.225	1.500.355

(i) **Fornecedores:** O saldo de fornecedores nacionais e estrangeiros é composto por Fornecedores comerciais R\$ 970.500 (R\$ 825.445 em 2020) na controladora e R\$ 1.037.816 (R\$953.505 em 2020) no consolidado e por Fornecedores de uso e consumo sendo R\$ 591.350 (R\$ 392.694 em 2020) na controladora e R\$ 684.565 (R\$ 455.390 em 2020) no consolidado.

(ii) **Fornecedores "confirming":** A Companhia possui convênio de *confirming* com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos, que permanecem como "Fornecedores" até a extinção desta obrigação. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e, como não há impactos pelos encargos praticados pela instituição financeira, entende e demonstra a operação na conta de "Fornecedores - *Confirming*". Além disso, a Administração da Companhia, também considerou a orientação do Ofício CVM SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco compromete a alavancagem financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, pagamentos antecipados a fornecedores somaram R\$ 259.859 (R\$ 209.288 em 31 de dezembro de 2020). Os descontos obtidos com estas antecipações, por serem relacionados ao fornecimento de mercadorias, são registrados como redução do custo das vendas.

20.3 Movimentação do Ajuste a Valor Presente de Fornecedores

	Saldos em 01/01/2020		Adições		Baixas		Saldos em 31/12/2021	
	(4.805)	(63.520)	60.637	(7.688)	(75.393)	76.152	(6.929)	
Total da Controladora	(4.805)	(63.520)	60.637	(7.688)	(75.393)	76.152	(6.929)	
Total do Consolidado	(5.212)	(68.723)	64.792	(9.143)	(81.600)	83.172	(7.571)	

21 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	38.822	91.895	86.912	93.983
ICMS a recolher	264.867	198.906	287.146	214.857
PIS e COFINS	87.808	57.772	101.611	64.658
Tributos a recolher de controladas no exterior	-	-	7.474	4.900
Outros tributos	23.242	17.747	33.535	24.532
Total	414.739	366.320	516.678	402.930

22 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	52.057	39.816	62.252	47.944
Participação de empregados	205.816	23.175	220.252	24.203
Provisão de férias e gratificações	83.558	66.186	102.055	80.224
Encargos sociais	63.461	64.226	75.814	74.445
Total	404.892	193.403	460.373	226.816

23 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

23.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os ativos contingentes surgem da possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia e não são reconhecidos contabilmente. São avaliados periodicamente e divulgados quando há provável entrada de benefícios econômicos.

23.1.1 Provisões Tributárias

Consideram a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Para os processos cuja probabilidade de perda foi classificada como possível, a Administração provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com seus assessores jurídicos, pois é provável desembolsos futuros de recursos. Para os processos com probabilidade de perda provável, são constituídas provisões para o montante total do risco mensurado.

23.1.2 Provisões Cíveis e Trabalhistas

As provisões cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados, já que há probabilidade de saída de recursos para o cumprimento destas obrigações.

23.2 Saldos e Movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.202	56.752	26.091	(5.690)	105.355
Provisões/reversões	(5.404)	22.692	7.180	(3)	24.465
Atualizações	-	-	512	-	512
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.798	79.444	33.783	(5.693)	130.332
Passivo Circulante	19.378	28.257	-	-	47.635
Passivo Não Circulante	3.420	51.187	33.783	(5.693)	82.697
Total	22.798	79.444	33.783	(5.693)	130.332

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.905	59.004	32.813	(10.426)	122.296
Provisões/reversões	(2.498)	23.810	8.559	(9)	29.862
Atualizações	-	-	577	-	577
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.407	82.814	41.949	(10.435)	152.735
Passivo Circulante	34.987	31.626	-	-	66.613
Passivo Não Circulante	3.420	51.188	41.949	(10.435)	86.122
Total	38.407	82.814	41.949	(10.435)	152.735

As provisões de natureza tributária mais significativas referem-se a:

- i) Glosa do direito ao crédito de ICMS em aquisições de fornecedores considerados inidôneos;
- ii) Glosa do direito ao crédito de ICMS sobre energia, aquisições de mercadorias, diferenciais de alíquota, entre outros;
- iii) Aumento da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e a instituição do FAP (Fator Acidentário de Prevenção);
- iv) Glosa da despesa com pagamento de Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores; e
- v) Exigência de INSS/IRRF sobre parcelas não salariais.

Com relação às provisões cíveis e trabalhistas, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista e trabalhista com objetos diversos.

23.3 Passivos contingentes tributários

De acordo com os assessores jurídicos, os passivos contingentes (perdas possíveis) acrescidos de juros e correção monetária estão demonstrados abaixo:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IPI - revenda (i)	225.327	-	225.327	-
ICMS - fornecedores inidôneos (ii)	168.186	168.572	171.025	171.245
PIS/COFINS - créditos (iii)	162.508	-	162.508	-
IRPF - natureza remuneratória (iv)	87.651	-	87.651	-
INSS/IRPF - parcelas não salariais (v)	39.101	38.143	39.101	38.143
IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores (vi)	28.965	28.252	28.965	28.252
ICMS - quebras de estoque (vii)	24.223	24.251	26.197	25.762
IRPJ - compensação (viii)	-	-	25.296	-
ICMS - glosa de créditos de terceiros (ix)	19.660	19.375	19.660	19.375
ICMS - centralização (x)	-	-	19.569	19.054
Outros passivos contingentes (xi)	71.209	44.294	93.263	53.718
Total	826.830	322.887	898.562	355.549

As causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritas abaixo:

- (i) Autos de Infração lavrados para a exigência de IPI Revenda, supostamente recolhido sem a observância do Valor Tributável Mínimo, na saída dos centros de distribuição para as lojas.

- (ii) Processos referentes a suposta tomada de crédito indevida de ICMS na aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados inidôneos pela autoridade fazendária.
- (iii) Autos de Infração referente à glosa de créditos de PIS/COFINS sobre custos e despesas avaliados pela Administração como essenciais e relevantes para as atividades da Companhia.
- (iv) Autos de infração lavrados para a exigência de IRPF sobre parcelas reputadas pela autoridade fiscal como sendo de natureza remuneratória, e que no entendimento da Companhia e de seus assessores jurídicos possuem natureza mercantil.
- (v) Autos de infração lavrados para cobrança de contribuição previdenciária sobre valores considerados pela Companhia como não tributáveis e multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os valores. O auto de infração relativo ao INSS encerrou na fase administrativa e é objeto de ação anulatória de débito.
- (vi) Execução fiscal para cobrança de IRPJ/CSLL relativo a glosa de despesa com pagamento de JSCP calculado com base no patrimônio líquido de exercício anterior.
- (vii) Autos de infração e execuções fiscais para a cobrança de ICMS decorrente de supostas divergências de estoque apontadas pela autoridade fiscal.
- (viii) Compensação não homologada de crédito de IRPJ com débitos de outros tributos federais.
- (ix) Glosa de créditos de ICMS adquiridos de terceiros.
- (x) Autos de infração para a cobrança de ICMS decorrente de supostos equívocos na centralização dos saldos devedores de estabelecimentos centralizados em estabelecimento centralizador.
- (xi) Referem-se a matérias diversas de âmbito federal, estadual e municipal.

23.4 Passivos contingentes cíveis e trabalhistas

Para processos cíveis e trabalhistas, consideram-se o histórico de obrigações efetivamente liquidadas para constituição da provisão, pois tratam-se de processos massificados de natureza civil consumerista e natureza diversa trabalhista, em que o valor da causa frequentemente não reflete o valor da contingência, e, portanto, a Administração entende que a provisão é a informação que melhor reflete a exposição a essa natureza de risco.

Do total de processos cíveis, classificados como perda possível, destacam-se como exceção ao conceito de processos massificados:

- i) Processo em que se discute o valor da aplicação de multa por alegada rescisão de contrato no montante atualizado de R\$ 11.618 (R\$ 8.875 em 31 de dezembro de 2020);
- ii) Processo de ação indenizatória movida por ex-fornecedor no montante atualizado de R\$ 8.442 (R\$ 45.377 em 31 de dezembro de 2020);
- iii) Processo referente a execução de multas de contrato de locação no montante atualizado de R\$ 7.611; e
- iv) Ação de cobrança movida por ex-fornecedor relacionado a valores supostamente devidos em razão de rescisão contratual, no montante de R\$ 3.194 (R\$ 2.381 em 31 de dezembro de 2020).

23.5 Ativo Contingente - ICMS seletividade

Em novembro de 2019, o STF concluiu o julgamento do Tema 745 de repercussão geral, declarando inconstitucional a aplicação de alíquotas superiores às das operações em geral para as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicações. Em análise da modulação de efeitos, o Tribunal definiu que a decisão passa a produzir efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvando as ações ajuizadas até a data do início do julgamento do mérito, 05/02/2021. A decisão sobre a modulação de efeitos foi publicada somente em 10/01/2022. A Companhia possui ações ajuizadas antes da data de corte nos Estados de GO, PR, RJ, RS, SC. Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em aproximadamente R\$ 42.409 na Controladora, considerando somente os CNPJs que a Companhia tinha em operação na data de ajuizamento das ações (em 15/07/2016), e retroagindo os efeitos a 15/07/2011.

Os processos da Controladora ainda estão pendentes de decisão judicial transitada em julgado. As ações contêm pedido expresso no sentido de ser declarado o direito ao aproveitamento do crédito do ICMS pago a maior no preço das faturas, na escrita fiscal, porém, o STF decidiu que a determinação dos requisitos concernentes à restituição e compensação tributária deverão ser deliberados no âmbito infraconstitucional.

Não há como assegurar, neste momento, quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados. A Companhia, avaliando a situação de seus processos, concluiu que em 31 de dezembro de 2021, não estavam atendidos os requisitos do CPC 25, para contabilização do crédito, razão pela qual nenhum montante foi ativado.

23.6 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 sobre créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos

Com base no julgamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) REsp 1.221.170/PR, que definiu o conceito de insumo para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, levando em consideração os critérios da essencialidade ou relevância da despesa para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte, e precedente do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), por meio de sua Câmara Superior, posterior à decisão do STJ, assegurando direito ao crédito de PIS e COFINS sobre insumos para contribuinte com objeto social de distribuição e revenda de mercadorias (acórdão 9303007.702), a Companhia apropriou créditos de PIS e COFINS em relação a despesas consideradas essenciais ou relevantes para sua operação em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 20.884 (R\$ 22.113 em 31 de dezembro de 2020). Dada a avaliação dos consultores jurídicos, de que a probabilidade de saída de recursos em decorrência da apropriação de tais créditos é possível ou remota, nenhuma provisão foi reconhecida, nos termos do CPC 25/IAS 37.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com política interna aprovada pela Administração, a contratação de instrumentos financeiros derivativos tem a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações de mercadorias e bens do ativo imobilizado. A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no CPC 48/IFRS 9. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

24.1 Política contábil

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto *Swaps*. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base nos indicadores do contexto macroeconômico. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge*. Em caso positivo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa os contratos a termos futuros (*NDF*) como *hedge* de fluxo de caixa. No início de cada operação, é documentada a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco, a estratégia de realização das operações de *hedge* e a avaliação da Companhia, tanto no início do *hedge* como continuamente, da relação econômica entre o instrumento e o item protegido.

24.1.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se do risco de variação cambial nos pedidos de importação ainda não pagos. A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Após liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

24.2 Instrumentos financeiros por categoria

24.2.1 Controladora

	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.216.237	-	5.216.237
Aplicações financeiras	-	209.715	-	209.715
Contas a receber de clientes	2.386.428	-	-	2.386.428
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	21.022	21.022
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	(315)	(315)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.602.181)	-	-	(2.602.181)
Arrendamentos a pagar	(2.287.231)	-	-	(2.287.231)
Fornecedores	(1.658.560)	-	-	(1.658.560)
Obrigações com administradoras de cartões	(19.295)	-	-	(19.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.180.839)	5.425.952	20.707	1.265.820

	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.761.439	-	1.761.439
Aplicações financeiras	-	139.212	-	139.212
Contas a receber de clientes	1.839.223	-	-	1.839.223
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	4.896	4.896
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	(30.327)	(30.327)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.383.644)	(199.915)	-	(2.583.559)
Arrendamentos a pagar	(1.531.647)	-	-	(1.531.647)
Fornecedores	(1.303.840)	-	-	(1.303.840)
Obrigações com administradoras de cartões	(15.711)	-	-	(15.711)
Total em 31 de dezembro de 2020	(3.395.619)	1.700.736	(25.431)	(1.720.314)

24.2.2 Consolidado

	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Total
Ativos financeiros				
Ca				

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.066.781	-	2.066.781
Aplicações financeiras	-	605.572	-	605.572
Contas a receber de clientes	3.811.668	-	-	3.811.668
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	5.435	5.435
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	(31.428)	(31.428)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.383.644)	(239.370)	-	(2.623.014)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(761.965)	-	-	(761.965)
Arrendamentos a pagar	(1.862.387)	-	-	(1.862.387)
Fornecedores	(1.500.355)	-	-	(1.500.355)
Obrigações com administradoras de cartões	(1.193.168)	-	-	(1.193.168)
Total em 31 de dezembro de 2020	(3.889.851)	2.432.983	(25.993)	(1.482.861)

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme classificação do CPC 48/ IFRS 9.

24.3 Mensuração e hierarquia dos valores justos

Utiliza-se a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimados por cotações futuras de mercado. Para ativos e passivos financeiros, em que os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40/ IFRS 7.

Abaixo, os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures e financiamentos - operações serviços financeiros que a Companhia mensura somente para fins de divulgação.

24.3.1 Controladora

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Passivos financeiros				
Debêntures	(1.931.316)	(1.942.213)	(1.410.113)	(1.419.097)
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais	-	-	(313.300)	(313.740)
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário	(659.008)	(659.968)	(659.539)	(650.807)
Total	(2.590.324)	(2.602.181)	(2.382.952)	(2.383.644)

24.3.2 Consolidado

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Passivos financeiros				
Debêntures	(1.931.316)	(1.942.213)	(1.410.113)	(1.419.097)
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais	-	-	(313.300)	(313.740)
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário	(658.946)	(660.021)	(659.539)	(650.807)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(808.325)	(802.623)	(745.768)	(761.965)
Total	(3.398.587)	(3.404.857)	(3.128.720)	(3.145.609)

Ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no "Nível 2" de hierarquia do valor justo versus saldos contábeis.

Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração.

24.4 Instrumentos financeiros derivativos

Estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança orientam a Administração desses instrumentos. São usados contratos de compra de Dólar futuro do tipo *NDF* como instrumento de *hedge* para exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira e não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Abaixo a composição dos derivativos, segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

Descrição Derivativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Designado para hedge				
<i>NDF</i> (Pedidos)	20.707	(25.431)	24.049	(25.993)
Não designado para hedge				
Swap cambial	-	47.662	(1.814)	63.328
Total	20.707	22.231	22.235	37.335

24.4.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

24.4.1.1 *NDF* (Non-Deliverable Forward)

Vencimentos	Instrumento de Hedge			Objeto de Hedge	
	Moeda	Nocional	Valor justo R\$ (i)	Operação	Vencimentos Estimados
De 25/02/2022 a 31/05/2022	USD	70.620	19.386	Pedido de Importações de mercadorias	De 25/02/2022 a 31/05/2022
De 31/03/2022 a 31/08/2022	EUR	16.911	1.321	Contrato de importação de imobilizado	De 31/03/2022 a 31/08/2022
Total Controladora			20.707		
De 31/01/2022 a 31/05/2022	USD	8.826	3.342	Pedido de Importações de mercadorias	De 31/01/2022 a 31/05/2022
	USD	79.446			
Total Consolidado	EUR	16.911	24.049		

(i) A metodologia de mensuração a valor justo das *NDFs* é o desconto no fluxo de caixa com projeções da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão".

Durante o exercício, as operações de *hedge* com *NDF* (Non-Deliverable Forward) usadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 48/ IFRS 9.

24.4.1.2 Fluxo de caixa

Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importação de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente nos estoques e, posteriormente, ao longo da operação, registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas.

A seguir, demonstra-se o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção:

	Consolidado		
	Até 3 meses	Entre 4 e 6 meses	Total
Pedidos de importação de mercadoria de revenda R\$	139.413	313.771	453.184
Valor Nocional USD	24.440	55.006	79.446

Dólar esperado para a próxima divulgação: R\$ 5,7043

	Consolidado			
	Até 3 meses	Entre 4 e 6 meses	Entre 7 e 12 meses	Total
Contrato de importação de imobilizado R\$	21.854	65.570	21.855	109.279
Valor Nocional EUR	3.382	10.147	3.382	16.911

Euro esperado para a próxima divulgação: R\$ 6,4620

24.4.2 Derivativos não designados para *hedge accounting*

24.4.2.1 Swaps

Instrumento	Vencimento	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Nocional	Valor a receber (pagar)	
					31/12/2021	31/12/2020
Swap cambial						
Capital de giro - Lei 4.131	-	-	-	-	-	47.662
Total da Controladora						47.662
Swap cambial						
Capital de giro - Lei 4.131	-	-	-	-	-	15.666
Capital de giro - Lei 4.131	10/2023	€ + 1,05%	CDI + 1,15%	€ 9.390	(1.814)	-
Total do Consolidado					(1.814)	63.328

24.4.2.2 Movimentação dos Swaps

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020				
Pagamento de ajuste de Swap	3.555	3.715	-	-
Recebimento de ajuste de Swap	(122.289)	(288.794)	-	-
Varição do valor justo	168.511	351.362	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.662	63.328		
Pagamento de ajuste de Swap	-	-	-	-
Recebimento de ajuste de Swap	(44.651)	(59.085)	-	-
Varição do valor justo	(3.011)	(6.057)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.814)		

24.5 Risco de crédito

Rating - Escala Nacional	Consolidado		No quadro ao lado estão demonstrados os ratings de crédito dos instrumentos financeiros derivativos ativos, de acordo com as principais agências de classificação de risco.
	31/12/2021	31/12/2020	
brAAA	17.817	40.283	
brA+	-	5.435	
brA-	6.547	-	
brA	-	23.045	
Total - Instrumento financeiro derivativo (ativo)	24.364	68.763	

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas antecipadas (i)	24.335	247	51.985	27.278
Obrigações com clientes (ii)	39.097	31.952	102.983	98.639
Obrigações relacionadas às operações com seguros (iii)	7	7	12.759	6.080
Repasse da operação de produtos financeiros - partes relacionadas (iv)	5.165	7.980	-	-
Aquisição de créditos de ICMS (v)	13.788	13.999	13.826	14.083
Parceiros Marketplace (vi)	10.150	-	19.748	4.694
Convênio fornecedores (vii)	84.791	4.780	84.791	4.780
Obrigações com investimento (viii)	34.732	-	34.732	-
Outras obrigações (ix)	4.446	5.606	13.019	15.085
Total	216.511	64.571	333.843	170.639
Passivo circulante	114.247	64.571	207.149	145.835
Passivo não circulante	102.264	-	126.694	24.804
Total	216.511	64.571	333.843	170.639

- (i) Antecipação de receita de convênio da folha de pagamento junto à instituição financeira, prêmios de exclusividade de seguros junto à seguradora e prêmio de incentivo do Meu Cartão.
- (ii) Saldos a favor dos clientes (créditos que podem ser usados como pagamento em compras na Companhia), mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues e saldos credores nos cartões de crédito da Realize CFI.
- (iii) Adiantamentos relacionados aos prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse à empresa seguradora.
- (iv) Repasses referentes às operações do cartão Renner junto à Realize CFI.
- (v) Saldos a pagar correspondentes à aquisição de créditos de ICMS.
- (vi) Repasses aos vendedores pelos serviços de Marketplace in.
- (vii) Saldos referentes às operações de convênio com fornecedores de repasses para o BNDES.
- (viii) Saldo atualizado referente à aquisição - combinação de negócios da "Repassa" apresentadas na nota explicativa nº 3.7.
- (ix) Saldos a pagar correspondentes aos royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

26 PARTES RELACIONADAS

A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descreve-se abaixo as operações mais relevantes.

26.1 Contexto Controladora

26.1.1 Contratos de locação

Em agosto de 2018, atualizou-se os contratos de locação, por meio de aditivo, com a controlada Dromegon dos prédios das lojas do centro de Porto Alegre, de Santa Maria e de Pelotas, com validade de 10 anos, sujeitos a renovação, e valores estabelecidos entre 4% e 4,29% das vendas mensais brutas das lojas.

26.1.2 Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece aos clientes Renner serviços financeiros através de sua controlada indireta Realize CFI e participa na operação com sua infraestrutura operacional, realizando serviços de correspondente bancário.

26.1.3 Utilização do Cartão Renner e do Meu Cartão na Camicado e na Youcom

Um dos principais geradores de sinergia na Camicado é a aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão. Em dezembro de 2021, três lojas Youcom iniciaram testes para aceitação do Cartão Renner (CCR).

26.1.4 Operações com o Cartão de Crédito Renner - Realize

A partir de abril de 2019, alinhado à estratégia de reorganização e especialização dos negócios, as vendas no Cartão de Crédito Renner (Private Label) passaram a ser registradas na controlada indireta Realize CFI.

26.1.5 Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Para otimizar a estrutura corporativa, a Lojas Renner e suas controladas têm convênios de compartilhamento de estruturas, focados principalmente na partilha das estruturas de back-office e corporativa. Para as subsidiárias do exterior o compartilhamento de despesas corporativas é cobrado pela Controladora na forma de exportação de serviços.

26.1.6 Intermediação de importação

A Controladora efetua operações comerciais com sua controlada LRS, que atua no intermédio de importações, em linha com a estratégia de aproximação e desenvolvimento da base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado.

26.1.7 Exportação de mercadorias

A Controladora efetua operações comerciais com suas controladas LRU e LRA relacionadas à exportação de mercadorias com o objetivo de formar estoques para operações de varejo nestes países, precificadas considerando as condições de mercado.

26.1.8 Compra de créditos de ICMS

Em 29 de maio de 2019, foi firmado contrato de promessa de cessão onerosa de créditos de ICMS no montante de R\$ 9.446 da controlada Camicado para a Controladora que, por sua vez, pagou montante trazido a valor presente de R\$ 9.109, utilizando uma taxa de 0,5% a.m.. Tais créditos fiscais estão em processo de homologação para habilitação junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para a transferência à Controladora, quando será reconhecido no resultado o efeito do deságio desta operação.

26.1.9 Garantias

A Controladora é fiadora solidariamente responsável por algumas operações financeiras realizadas por controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2021	31/12/2020
Camicado		
Financiamentos moeda estrangeira - modalidade 4.131	60.431	39.455
Realize CFI		
Letras Financeiras	329.637	315.203
Cédula de Crédito Bancário	52.064	51.270
Certificado de Depósito Interfinanceiro	-	103.850
Total	442.132	509.778

26.2 Contexto Consolidado

26.2.1 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria e os Administradores são descritos em termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de um ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos mesmos. A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho, tem mandato de 2 anos, permitida a reeleição e é vinculada por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável de acordo com o desempenho financeiro da Companhia.

26.2.2 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, cabe aos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) do dia 29 de abril de 2021 aprovou para 2021 o limite de remuneração global dos administradores da Lojas Renner S.A. em até R\$ 39.920. Tal valor é composto por remuneração fixa, variável e despesas com plano de opção de compra de ações e de ações restritas. A AGO também aprovou a remuneração global dos Conselheiros Fiscais para 2021 de até o valor total de R\$ 669 correspondente ao valor praticado em 2020 atualizado pelo INPC.

Demonstra-se abaixo o resumo dos montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração dos administradores	(21.642)	(19.959)	(23.445)	(21.275)
Participação dos administradores	(6.754)	(1.363)	(6.754)	(1.363)
Plano de opção de compra de ações	(6.068)	(11.101)	(6.068)	(11.101)
Plano de ações restritas	(4.693)	(2.528)	(4.693)	(2.528)
Total	(39.157)	(34.951)	(40.960)	(36.267)

O montante global de remuneração dos administradores é

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youcom realize repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3 Saldos e transações com partes relacionadas

26.3.1 Política Contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora. Os principais saldos de balanço e resultado relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações conforme condições contratuais e usuais de mercado.

26.3.2 Saldos com empresas ligadas

Operações Ativo (Passivo)	RACC	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	Realize Partici- pações S.A.	LRU	LRA	Realize CFI	Total
Contas a receber										
Exportação de mercadorias para revenda	-	-	-	-	-	-	19.393	12.632	-	32.025
Operações com Meu Cartão	-	-	-	-	-	-	-	-	703.918	703.918
Cartão de crédito Renner (Novo Private Label)	-	-	-	-	-	-	-	-	730.937	730.937
Outros ativos										
Cartão de crédito Renner	-	-	-	-	-	-	-	-	1.732	1.732
Crédito com partes relacionadas										
Compartilhamento de despesas/prestação de serviços	-	-	733	1.172	1.872	4	625	7.467	5.160	17.033
Fornecedores										
Fornecedores "Confirming" - Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.299)	(26.299)
Débito com partes relacionadas										
Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	(235)	-	-	-	-	(235)
Aluguéis a pagar	-	(956)	-	-	(272)	-	-	-	-	(1.228)
Obrigações com administradoras de cartões										
Operações com Meu Cartão	(143)	-	-	-	-	-	-	-	(19.152)	(19.295)
Outras obrigações										
Operações com Cartão de crédito Renner (Private Label)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)
Total em 31 de dezembro de 2021	(143)	(956)	733	1.172	1.365	4	20.018	20.099	1.391.131	1.433.423

Operações Ativo (Passivo)	RACC	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	Realize Partici- pações S.A.	LRU	LRA	Realize CFI	Total
Contas a receber										
Exportação de mercadorias para revenda	-	-	-	-	-	-	22.748	15.736	-	38.484
Operações com Meu Cartão	-	-	-	-	-	-	-	-	359.772	359.772
Cartão de crédito Renner (Novo Private Label)	-	-	-	-	-	-	-	-	810.639	810.639
Outros ativos										
Cartão de crédito Renner	-	-	-	-	-	-	-	-	1.836	1.836
Crédito com partes relacionadas										
Compartilhamento de despesas/prestação de serviços	170	6	692	570	1.358	4	415	7.466	8.892	19.573
Débito com partes relacionadas										
Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	(235)	-	-	-	-	(235)
Aluguéis a pagar	-	(874)	(23)	-	(313)	-	-	-	-	(1.210)
Obrigações com administradoras de cartões										
Operações com Meu Cartão	(1.377)	-	-	-	-	-	-	-	(14.334)	(15.711)
Outras obrigações										
Operações com Cartão de crédito Renner (Private Label)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.980)	(7.980)
Total em 31 de dezembro de 2020	(1.207)	(868)	669	570	810	4	23.163	23.202	1.158.825	1.205.168

26.3.3 Transações com empresas ligadas

Natureza da receita (despesa)	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	LRU	LRA	Realize CFI	Total
Rateio de despesas corporativas	81	7.329	10.027	(1.853)	-	-	35.430	51.014
Comissão de intermediação	-	-	-	(23.847)	-	-	-	(23.847)
Despesa c/ alugueis de imóveis	(5.355)	-	-	-	-	-	-	(5.355)
Receita c/ prestação de serviços	-	-	-	-	9.008	-	78.265	87.273
Export.de mercadorias	-	-	-	-	64.275	12.613	-	76.888
Total 2021	(5.274)	7.329	10.027	(25.700)	73.283	12.613	113.695	185.973
Rateio de despesas corporativas	77	7.302	7.249	(3.460)	-	845	39.917	51.930
Comissão de intermediação	-	-	-	(17.205)	-	-	-	(17.205)
Despesa c/ alugueis de imóveis	(4.343)	-	-	-	-	-	-	(4.343)
Receita c/ prestação de serviços	-	-	-	-	5.585	-	55.946	61.531
Export.de mercadorias	-	-	-	-	54.406	17.768	-	72.174
Total 2020	(4.266)	7.302	7.249	(20.665)	59.991	18.613	95.863	164.087

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.497.375.000 (um bilhão, quatrocentas e noventa e sete milhões e trezentas e setenta e cinco mil) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá aumentar independentemente de reforma estatutária. O Conselho fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

De acordo com o art. 40 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da B3 e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro 2021 nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Em novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.230.759, sendo, o montante de R\$ 30.759 através da incorporação reservas de capital e o montante de R\$ 1.200.000 pela incorporação de reservas de lucros.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, além da participação na destinação dos lucros na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado.

27.1.1 Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

	Quant. de ações (mil)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	795.558	3.795.634
Aumento de capital, RCA de 21/05/2020, 20/08/2020 e 19/11/2020	612	9.692
Saldo em 31 de dezembro de 2020	796.170	3.805.326
Oferta restrita de ações, 04/05/2021	102.000	3.978.000
Gastos com emissão de ações, líquido de tributos	-	(49.564)
Aumento de capital, RCA de 20/05/2021, 19/08/2021 e 18/11/2021	751	13.828
Incorporação reservas de lucros, AGE de 04/11/2021	-	1.230.759
Bonificação, AGE de 04/11/2021 (i)	89.858	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	986.779	8.978.349

(i) Em 04 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a bonificação de ações, a razão de 10% (dez por cento), que correspondeu a emissão de 89.858.402 novas ações ordinárias, sendo 1 (uma) nova ação ordinária para cada 10 (dez) ações ordinárias possuídas nesta data, com um custo unitário atribuído de R\$ 13,35.

27.1.2 Oferta restrita de Ações

Em 19 de abril de 2021, a Companhia publicou em fato relevante a aprovação, em reunião do Conselho da Administração, da realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, com esforços restritos de colocação.

A oferta restrita consistiu na emissão de 102.000.000 (cento e dois milhões) de novas ações da Companhia e o preço por ação foi de R\$ 39,00, gerando assim um efetivo aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 3.978.000. Os gastos com esta emissão de ações foram reconhecidos, em conta redutora do capital social, líquido dos tributos no montante de R\$ 49.564, no entanto, em AGE de 04 de novembro de 2021, foi aprovada a absorção pelo capital social, sendo apresentado líquido dos gastos com emissão de ações.

As ações objeto da oferta restrita passaram a ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no dia 03 de maio de 2021, sendo que a liquidação física e financeira das ações ocorreu no dia 04 de maio de 2021.

Os recursos líquidos oriundos desta operação serão destinados para:

- Desenvolvimento e fortalecimento do ecossistema de moda e lifestyle da Companhia por meio de iniciativas orgânicas e/ou inorgânicas;
- Continuidade na digitalização dos processos core da Companhia e no desenvolvimento do seu canal omnichannel;
- Construção de um novo centro de distribuição;
- Expansão das lojas físicas (Omni Hubs);
- Expansão de serviços financeiros ofertados por meio da Realize CFI; e
- Flexibilidade para realizar investimentos (orgânicos e/ou inorgânicos).

Quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para o fortalecimento da posição de caixa para a gestão ordinária de seus negócios.

27.2 Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de março de 2020, foi aprovado por unanimidade de votos e sem qualquer restrição o Programa de Recompra de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social, podendo ser adquiridas até 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias, este programa teve seu término em 10 de setembro de 2021. Em 20 de janeiro de 2022 foi aprovado novo Programa de Recompra (maiores informações nota nº 38.1).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ações em tesouraria é de R\$ 108.620 (R\$ 119.461 em 31 de dezembro de 2020) correspondente a 3.158.685 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil e seiscientos e oitenta e cinco) ações ordinárias a um custo médio ponderado de R\$ 34,38 (R\$ 37,82 em 31 de dezembro de 2020). As transferências realizadas estão relacionadas ao atendimento ao programa de ações restritas da Companhia. Segue movimentação a seguir:

	Quantidade (mil)	Valor	Preço médio
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.831	35.549	19,42
Alienação de ações	(672)	(13.052)	19,42
Recompra de ações	2.000	96.964	48,48
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.159	119.461	37,82
Alienação de ações	(287)	(10.841)	37,82
Bonificação (i)	287	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.159	108.620	34,38

(i) Em 04 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a bonificação de ações, (vide nota 27.1.1).

27.3 Reservas de capital

27.3.1 Reserva de plano de opção de compra de ações e ações restritas

São reservas em contrapartida às despesas do plano de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 30 e 31), cuja destinação depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 85.966 (R\$ 94.031 em 31 de dezembro de 2020).

27.4 Reservas de lucros

27.4.1 Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item (a) do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, após reduzir a parcela destinada à reserva de incentivos fiscais. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 17.757 (R\$ 109.768 em 31 de dezembro de 2020).

27.4.2 Reserva para investimento e expansão

É constituída conforme deliberado pelos órgãos da Administração para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, como previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 443.832 (R\$ 1.421.744 em 31 de dezembro de 2020).

27.4.3 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS com seus impactos no resultado. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 277.971 (R\$ 162.812 em 31 de dezembro de 2020).

27.4.4 Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2021 não há proposição de dividendo adicional.

27.5 Outros resultados abrangentes

São os ajustes acumulados de conversão, correção monetária por hiperinflação e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos como ajustes de avaliação patrimonial. O montante representa um saldo acumulado de ganho, líquido dos impostos, de R\$ 111.025 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.905 de ganho, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2020).

28 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

28.1 Política contábil

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 12.5).

28.2 Distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos - exercício 2021

A soma dos juros sobre capital próprio, líquida da retenção do imposto de renda, acrescido dos dividendos, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

28.2.1 Base de cálculo ajustada

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	633.112	1.096.269
(-) Reserva legal	(17.757)	(54.813)
(-) Reserva Incentivos Fiscais	(277.971)	(65.273)
Lucro líquido do exercício ajustado	337.384	976.183
Dividendo proposto + JSCP	387.876	271.516
(+) IRRF sobre JSCP	(41.310)	(27.470)
Total distribuído aos acionistas, líquido do imposto de renda	346.566	244.046

Para suportar o total deliberado na forma de JSCP do ano de 2021, de R\$ 387.876, foi revertido o montante de R\$ 50.492 de Reserva de investimento e expansão.

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO youCOM realize repassa

LREN
B3 LISTED NM



ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2.2 Composição da distribuição

	2021	2020
Distribuído na forma de JSCP	387.876	240.818
(-) IRRF sobre JSCP	(41.310)	(27.470)
Complemento para dividendo mínimo obrigatório	-	30.698
Total dividendos e JSCP	346.566	244.046
(+) IRRF sobre JSCP	41.310	27.470
Total distribuído aos acionistas	387.876	271.516

28.3 Distribuição de juros sobre capital próprio

28.3.1 Demonstrativo da proposta de distribuição

Período	Natureza	Pagamento	(i) Ações em circulação (mil)	R\$/ação	31/12/2021	R\$/ação	31/12/2020
1T21	JSCP - RCA 15/03/2021	Abril/2022	793.250	0,073498	58.302	0,073638	58.351
2T21	JSCP - RCA 17/06/2021	Abril/2022	895.636	0,098314	88.054	0,070596	55.942
3T21	JSCP - RCA 16/09/2021	Abril/2022	895.712	0,127800	114.472	0,083344	66.049
4T21	JSCP - RCA 16/12/2021	Abril/2022	985.620	0,128901	127.048	0,076261	60.476
4T21	Dividendos - RCA	Abril/2022	-	-	-	0,038711	30.698
-	Dividendos prescritos	-	-	-	-	0,000241	191
Total			0,428513		387.876	0,342791	271.707

(i) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as ações em tesouraria.

Os juros sobre o capital próprio foram deduzidos na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Estima-se que os benefícios tributários dessa dedução para o exercício de 2021 foram de aproximadamente R\$ 131.878 respectivamente (R\$ 81.878 em 31 de dezembro de 2020).

29 RESULTADO POR AÇÃO

Abaixo demonstra-se o lucro por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Numerador básico/diluído		
Lucro líquido do exercício	633.112	1.096.269
Média ponderada de ações ordinárias, líquida das ações em tesouraria	952.449	882.351
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções e ações restritas	2.820	2.991
Lucro líquido básico por ação - R\$ (i)	0,6647	1,2424
Lucro líquido diluído por ação - R\$ (i)	0,6628	1,2382

(i) Em 04 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a bonificação de ações, a razão de 10% (dez por cento). Assim, para fins de atendimento ao CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação, foi recalculado o lucro por ação dos períodos comparativo.

30 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

30.1 Política contábil

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações que dá aos administradores e executivos selecionados a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga, com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base *pro rata temporis*, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. A Companhia possui um plano de opção de compra de ações com um total de quatro programas e duas outorgas contratuais em andamento. Segue abaixo o detalhamento das características do 2º Plano de Opção de Compra de Ações:

30.2 2º Plano de opção de compra de ações e características

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em AGE um novo plano de opção de compra de ações. Cada programa terá quatro *tranches*, sendo que 25% se tornarão exercíveis após um ano e assim sucessivamente. Em 09 de fevereiro de 2017 e 07 de fevereiro de 2019 foram aprovadas outorgas contratuais de opções ao Diretor Presidente na ocasião, que prevêm as mesmas condições das outorgas do 2º Plano de Opções de Compra de Ações.

O plano é supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de seis anos da data de outorga. O plano prevê também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos arts. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se houver desligamento (que ocorra em até 12 meses no caso do plano aprovado em 2015) sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao participante e que ainda não sejam passíveis de exercício se tornarão automaticamente exercíveis.

30.3 Posição do plano de opção de compra de ações

Valor Justo (i)	Valor de Exercício (i)	Data da Outorga (ii)	Outorgas	Saldo em 31/12/2021 (Quant./mil) (i)	Disponível para exercício	Carência a cumprir (iii)			Saldo em 31/12/2020 (Quant./mil)
						2º tranche	3º tranche	4º tranche	
8,54	12,73	04/02/2016	1º OUTORGA	-	-	-	-	-	410
9,23	17,95	09/02/2017	2º OUTORGA	555	555	-	-	-	680
9,23	17,95	09/02/2017	OUTORGA CONTRATUAL	1.893	1.893	-	-	-	1.721
13,96	29,93	08/02/2018	3º OUTORGA	766	575	-	-	191	827
17,46	35,28	07/02/2019	OUTORGA CONTRATUAL	146	73	-	33	40	133
17,46	35,28	07/02/2019	4º OUTORGA	875	438	-	219	218	864
22,23	52,45	05/02/2020	5º OUTORGA	1.070	268	268	268	266	1.118
TOTAL				5.305	3.802	268	520	715	5.753

(i) Em 04 de novembro de 2021, a AGE aprovou bonificação de ações a razão de 10%, sendo uma nova ação ordinária para cada dez ações ordinárias possuídas nesta data. Como consequência da bonificação e para manter as bases originais acordadas no momento da outorga foram ajustadas as quantidades de opções ainda não exercidas, bem como o valor de exercício e valor justo.

(ii) Limite de 6 anos para exercer as opções a partir da data da outorga.

(iii) As opções estarão disponíveis para exercício após cumprimento das carências por *tranches*. A carência da 1ª tranche termina um ano após a data da outorga, a 2ª tranche dois anos depois e assim sucessivamente.

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 24,44 (R\$ 43,54 em 31 de dezembro de 2020). Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, existiam 2.448 mil opções *in the Money* (4.635 mil opções *in the Money* em 31 de dezembro de 2020). Demonstra-se ao lado os efeitos no valor patrimonial da ação e o respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas:

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		QUANTIDADE DE AÇÕES (MIL)		VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (R\$)	
SEM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i>	9.806.621	988.779	796.170	9,92	6,91
COM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i>	9.850.562	991.227	800.805	9,94	7,02
		0,25%	0,58%		

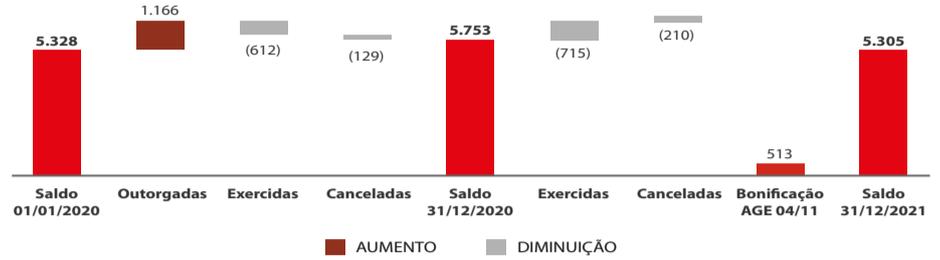
Queda na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções *in the Money* (%)

30.4 Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Para sua determinação a Companhia utilizou premissas como:

- Valor de exercício da opção: taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A. antes da data da outorga.
- Volatilidade do preço das ações: ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- Taxa de juros livre de risco: utilizou-se o CDI disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- Dividendo esperado: pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação na data da outorga.
- Prazo do direito de aquisição: limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

30.5 Movimentação do plano de opção de compra de ações



Em 31 de dezembro de 2021, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 15.351 (R\$ 22.832 em 2020) na Controladora e no Consolidado.

31 PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

31.1 Política contábil

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores e executivos selecionados, cuja despesa é registrada em uma base *pro rata temporis* (da data da outorga até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário) e corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia.

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em AGE um Plano de Ações Restritas, administrado pelo Comitê - composto por membros independentes do Conselho - que prevê que os membros de ambos os órgãos não serão elegíveis às Ações Restritas nele contidas.

31.2 Principais características

O Conselho de Administração poderá outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, que estiverem em tesouraria, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas, mediante recomendação do Comitê, aos administradores e executivos da Companhia que ocupem cargos estratégicos para os negócios.

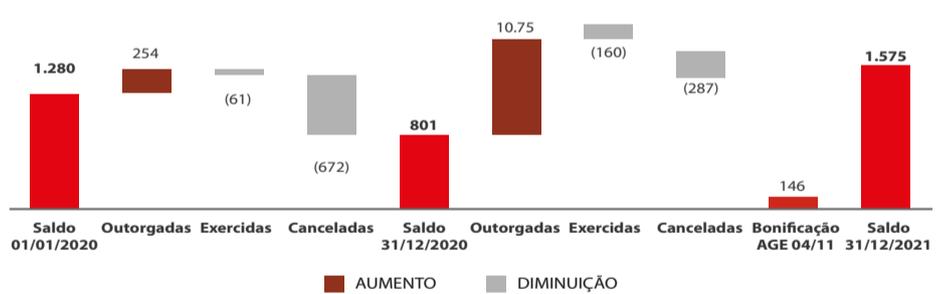
A transferência definitiva das ações restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar vinculado à Companhia para que as outorgas não sejam canceladas. As ações restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência se tornarão devidas e serão transferidas aos titulares, herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos arts. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se houver desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as ações restritas atribuídas ao participante e dentro do exercício de carência serão transferidas a ele, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

A outorga contratual possui a mesma condição de exercício e carência das demais outorgas vigentes.

31.3 Posição do plano de ações restritas

Data da Outorga	Outorgas	Saldo em 31/12/2021 (Quant./mil)	Carência a cumprir			Saldo em 31/12/2020 (Quant./mil)
			2022	2023	2024	
08/02/2018	3º OUTORGA	-	-	-	-	238
07/02/2019	OUTORGA CONTRATUAL	44	44	-	-	40
07/02/2019	4º OUTORGA	261	261	-	-	280
05/02/2020	5º OUTORGA	225	-	225	-	243
11/02/2021	6º OUTORGA	1.045	-	-	1.045	-
TOTAL		1.575	305	225	1.045	801



31.4 Movimentação do plano de ações restritas

A despesa com plano de ações restritas em 2021 foi de R\$ 18.184 (R\$ 10.024 em 2020) e encargos sociais nos montantes de R\$ 4.180 (R\$ 2.992 em 2020), totalizando R\$ 22.364 (R\$ 13.016 em 2020).

32 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

32.1 Política contábil

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- Varejo:** comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de casa & decoração, abrangendo as operações da Renner, Camicado, Youcom, Repassa, Ashua e operações nos Uruguai e na Argentina.
- Produtos financeiros:** concessão de empréstimos pessoa física e jurídica, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, financiamento e investimentos.

	Varejo		Produtos Financeiros		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	9.555.528	6.660.571	1.016.028	876.609	10.571.556	7.537.180
Custos das vendas e serviços	(4.376.770)	(3.201.309)	(22.408)	(22.261)	(4.399.178)	(3.223.570)
Lucro bruto	5.178.758	3.459.262	993.620	854.348	6.172.378	4.313.610
Vendas	(3.066.397)	(2.302.953)	-	-	(3.066.397)	(2.302.953)
Gerais e administrativas	(1.073.944)	(774.391)	-	-	(1.073.944)	(774.391)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(339.801)	(412.636)	(339.801)	(412.636)
Outros resultados operacionais	(176.280)	726.605	(407.605)	(359.798)	(583.885)	366.807
Resultado gerado pelos segmentos	862.137	1.108.523	246.214	81.914	1.108.351	1.190.437
Depreciação e amortização	(443.606)	(409.913)	(20.223)	(14.714)	(463.829)	(424.627)
Plano de opção de compra de ações	-	-	-	-	(15.351)	(22.832)
Resultado da baixa e estimativa de perdas em ativos fixos	-	-	-	-	(8.994)	(20.533)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(6.754)	(1.363)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	26.430	479.679
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(6.741)	(104.492)
Lucro líquido do exercício	633.112	1.096.269				

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível, com o plano de opção de compra de ações e com o resultado da baixa de ativos. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento (exceto o resultado financeiro oriundo da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16), entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

33 RECEITAS

33.1 Política contábil

O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- Identificação do contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NM

1ª
CORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente, conforme nota explicativa nº 8.1.

Venda de mercadorias - varejo: opera-se tanto em lojas físicas, como no *e-commerce*, a receita é reconhecida no resultado quando a mercadoria é entregue ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros ou cartão Renner, e por financiamentos concedidos pela controlada indireta Realize CFI.

Serviços: compõem operações de crediário próprio, oferta de empréstimos pessoa física e jurídica e financiamento de vendas pela controlada indireta Realize CFI. O resultado das operações é apropriado considerando a taxa efetiva de juros ao longo da vigência dos contratos. Inclui, também, receitas oriundas de comissões de vendas através de *Marketplace* entre a Companhia e empresas parceiras, comissões de intermediações de vendas e serviços *intercompany*.

33.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta	11.766.690	8.347.343	14.395.708	10.341.605
Vendas de mercadorias	11.719.665	8.308.065	13.297.446	9.408.371
Receitas de serviços	47.025	39.278	1.098.262	933.234
Deduções	(3.401.288)	(2.493.948)	(3.824.152)	(2.804.425)
Devoluções e Cancelamentos	(848.576)	(702.282)	(931.367)	(766.855)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(2.541.273)	(1.783.781)	(2.818.639)	(1.980.945)
Impostos sobre receitas de serviços	(11.439)	(7.885)	(74.146)	(56.625)
Receita operacional líquida	8.365.402	5.853.395	10.571.556	7.537.180

De acordo com a política de devoluções, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca com mesmo valor da mercadoria devolvida para utilização em uma nova compra.

34 DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. Os gastos são demonstrados a seguir por natureza.

34.1 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(863.787)	(684.686)	(1.033.509)	(823.460)
Ocupação	(291.508)	(234.214)	(377.482)	(291.806)
Depreciação - Direito de uso, líquida dos tributos	(303.051)	(247.638)	(374.035)	(304.350)
Descontos - arrendamentos a pagar	62.388	104.488	82.425	128.927
Serviços de terceiros	(67.052)	(32.677)	(94.687)	(52.791)
Frete	(125.659)	(82.738)	(145.843)	(103.752)
Utilidades e serviços	(240.736)	(190.880)	(272.779)	(217.213)
Publicidade e propaganda	(392.118)	(303.125)	(453.531)	(343.884)
Depreciação e amortização	(230.988)	(224.916)	(285.568)	(278.040)
Outras despesas	(200.747)	(144.784)	(249.706)	(181.649)
Total	(2.653.258)	(2.041.170)	(3.204.715)	(2.468.018)

34.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(477.001)	(342.407)	(539.198)	(381.063)
Ocupação	(4.165)	(4.605)	(14.372)	(10.578)
Depreciação - Direito de uso, líquida dos tributos	(34.441)	(27.184)	(38.375)	(30.077)
Descontos - arrendamentos a pagar	35.085	364	35.197	559
Serviços de terceiros	(161.339)	(115.963)	(196.673)	(142.317)
Frete	(126.122)	(87.713)	(140.680)	(96.488)
Utilidades e serviços	(62.491)	(44.436)	(69.531)	(52.652)
Depreciação e amortização	(139.907)	(116.344)	(158.038)	(131.873)
Outras despesas	(35.459)	(25.140)	(59.403)	(40.744)
Total	(1.005.840)	(763.428)	(1.181.073)	(885.233)

34.3 Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com produtos e serviços financeiros	(87.242)	(85.479)	(404.443)	(357.414)
Depreciação e amortização	(3.388)	(3.839)	(20.223)	(14.714)
Depreciação - Direito de uso, líquida dos tributos	-	-	(777)	(587)
Resultado da baixa de ativos fixos	(7.496)	(12.788)	(8.994)	(20.533)
Plano de opção de compra de ações	(15.351)	(22.832)	(15.351)	(22.832)
Participação dos administradores	(6.754)	(1.363)	(6.754)	(1.363)
Outros resultados operacionais	(30.068)	(56.308)	(38.070)	(65.995)
Recuperação de créditos fiscais (i)	65.053	811.870	79.100	815.120
Participação empregados	(206.211)	(21.087)	(217.333)	(22.526)
Total	(291.457)	608.174	(632.845)	309.156

(i) Em 2021, refere-se principalmente a êxitos em processos judiciais transitados em julgado que reconheceram: a) a não incidência de IRRF nas remessas para o Exterior (países com os quais o Brasil tem acordo para evitar a bitributação) para pagamento de serviços para aquisição de produtos no mercado internacional, bem como o direito a recuperação dos valores indevidamente recolhidos nos 5 (cinco) anos que antecedem o ajuizamento da ação; b) o direito a crédito de PIS/COFINS sobre a depreciação do ativo imobilizado adquirido até 30 de abril de 2004 (Tema 244 do STF), afastando as limitações do art. 31 da Lei 10.865/04; e c) a outras receitas relativas ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS da Camicado.

Em 2020 refere-se principalmente a outras receitas relativas ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS da Controladora.

35 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras	223.795	618.347	383.304	712.925
Rendimentos de equivalentes de caixa	195.475	34.515	196.041	35.250
Varição cambial ativa	2.454	21.235	14.767	44.035
Correções monetárias ativas	472	-	139.456	70.262
Juros Selic sobre créditos tributários (i)	21.707	560.384	27.049	560.384
Outras receitas financeiras	3.687	2.213	5.991	2.994
Despesas financeiras	(366.517)	(242.451)	(557.395)	(369.043)
Juros de empréstimos, financiamentos e swap	(166.345)	(85.510)	(168.600)	(87.534)
Juros sobre arrendamentos	(173.863)	(113.604)	(201.794)	(135.798)
Varição cambial passiva	(16.208)	(32.622)	(53.684)	(81.422)
Correções monetárias passivas	(1.348)	-	(105.574)	(48.723)
Outras despesas financeiras	(8.753)	(10.715)	(27.743)	(15.566)
Resultado financeiro líquido	(142.722)	375.896	(174.091)	343.882

(i) No exercício de 2020, refere-se principalmente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

36 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), para os estoques e cobertura sobre riscos cibernéticos conforme demonstrado a seguir.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Veículos	Patrimônio e Estoque	Responsabilidade Civil e D&O	Cyber
Total	5.639	5.224.903	98.000	46.000
			98.000	46.000
			5.374.542	5.173.253

37 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

37.1 Controladora

	Capital social	Ações em tesouraria	Arrendamentos a pagar	Empréstimos, financiamentos, debêntures e financiamentos operacionais	Obrigações estatutárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.795.634	(35.549)	1.434.424	1.000.480	243.114	6.438.103
Alterações que afetam caixa	9.692	(96.964)	(279.017)	1.454.344	(249.670)	838.385
Aumento de capital/Alienação e/ou Transferência de ações em tesouraria	9.692	-	-	-	-	9.692
Recuperação de ações	-	(96.964)	-	-	-	(96.964)
(Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento	-	-	(279.017)	1.512.288	-	1.233.271
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais	-	-	-	(57.944)	-	(57.944)
JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP	-	-	-	-	(243.835)	(243.835)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(5.835)	(5.835)
Alterações que não afetam caixa	-	13.052	376.240	128.735	252.825	770.852
Remensuração, novos contratos e contratos encerrados	-	-	356.437	-	-	356.437
Descontos - arrendamentos a pagar	-	-	(104.488)	-	-	(104.488)
Alienação/transferência de ações	-	13.052	-	-	-	13.052
Despesas de juros de empréstimos, custos de estruturação e financiamentos operacionais	-	-	124.291	90.995	-	215.286
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	273.397	273.397
Compensação de IR s/JSCP	-	-	-	-	(20.572)	(20.572)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	37.740	-	37.740
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.805.326	(119.461)	1.531.647	2.583.559	246.269	8.047.340
Alterações que afetam caixa	3.916.730	-	(396.393)	(149.043)	(245.917)	3.125.377
Aumento de capital (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento	3.916.730	-	(396.393)	(2.102)	-	(398.495)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais	-	-	-	(146.941)	-	(146.941)
JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP	-	-	-	-	(244.037)	(244.037)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(1.880)	(1.880)
Alterações que não afetam caixa	1.256.293	10.841	1.151.977	167.665	353.170	2.939.946
Bonificação de ações e incorporação de reserva de lucros	1.230.759	-	-	-	-	1.230.759
Remensuração, novos contratos e contratos encerrados	-	-	1.061.144	-	-	1.061.144
Descontos - arrendamentos a pagar	-	-	(97.473)	-	-	(97.473)
Alienação/transferência de ações	-	10.841	-	-	-	10.841
Despesas de juros de empréstimos, custos de estruturação e financiamentos operacionais	-	-	188.306	167.665	-	355.971
Distribuição JSCP e dividendos prescritos	-	-	-	-	394.480	394.480
Compensação de IR s/JSCP	-	-	-	-	(41.310)	(41.310)
Tributos diferidos sobre Gastos com emissão de ações	25.534	-	-	-	-	25.534
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.978.349	(108.620)	2.287.231	2.602.181	353.522	14.112.663

37.2 Consolidado

	Capital social	Ações em tesouraria	Arrendamentos a pagar	Empréstimos, financiamentos, debêntures e financiamentos operacionais	Obrigações estatutárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.795.634	(35.549)	1.739.361	1.153.663	243.114	6.896.223
Alterações que afetam caixa	9.692	(96.964)	(334.911)	1.619.793	(249.670)	947.940
Aumento de capital	9.692	-	-	-	-	9.692
Recuperação de ações	-	(96.964)	-	-	-	(96.964)
(Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento	-	-	(334.911)	1.679.318	-	1.344.407
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais	-	-	-	(59.525)	-	(59.525)
JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP	-	-	-	-	(243.835)	(243.835)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(5.835)	(5.835)
Alterações que não afetam caixa	-	13.052	457.937	611.523	252.825	1.335.337
Remensuração, novos contratos, contratos encerrados e ajuste de conversão	-	-	438.765	-	-	438.765
Descontos - arrendamentos a pagar	-	-	(128.927)	-	-	(128.927)
Alienação/transferência de ações	-	13.052	-	-	-	13.052
Despesas de juros de empréstimos, custos de estruturação e financiamentos operacionais	-	-	148.099	120.157	-	268.256
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	273.397	273.397
Compensação de IR s/JSCP	-	-	-	-	(20.572)	(20.572)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	491.366	-	491.366
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.805.326	(119.461)	1.862.387	3.384.979	246.269	9.179.500
Alterações que afetam caixa	3.916.730	-	(471.918)	(128.642)	(245.917)	3.070.253
Aumento de capital (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento	3.916.730	-	(471.918)	21.736	-	(450.182)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais	-	-	-	(150.378)	-	(150.378)
JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP	-	-	-	-	(244.037)	(244.037)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(1.880)	(1.880)
Alterações que não afetam caixa	1.256.293	10.841	1.270.567	210.765	353.170	3.101.636
Bonificação de ações e incorporação de reserva de lucros	1.230.759	-	-	-	-	1.230.759
Remensuração, novos contratos, contratos encerrados e ajuste de conversão	-	-	1.166.591	-		

LOJAS RENNER S.A.



CAMICADO

youCOM

realize

repassa

LREN
B3 LISTED NMCORPORAÇÃO
BRASILEIRA
ANO 16

ISE B3

LOJAS RENNER S.A. CNPJ Nº 92.754.738/0001-62
NIRE - 43300004848 - CVM - 00813-3 - Companhia Aberta**Conselho de Administração**

José Galló
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto
Conselheiro

Christiane Almeida Edington
Conselheira

Fábio de Barros Pinheiro
Conselheiro

Thomas Bier Herrmann
Conselheiro

Oswaldo Burgos Schirmer
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Alexandre Vartulio Gouvea
Conselheiro

Juliana Rozenbaum Munemori
Conselheira

Conselho Fiscal

Roberto Frota Decourt
Conselheiro Fiscal

Joarez José Piccinini
Presidente

Estela Maris Vieira de Souza
Conselheira Fiscal

Diretoria

Fabio Adegas Faccio
Diretor Presidente

Regina Frederico Durante
Diretora de Gente e Sustentabilidade

Fabiana Silva Taccola
Diretora de Operações

Daniel Martins dos Santos
Diretor Administrativo e Financeiro e de RI

Henry Costa
Diretor de Produto

Controladoria

Luciano Teixeira Agliardi
Diretor de Controladoria
Contador - CRC - RS 61.106/O-5

Alexandro de Lima Tavares
Gerente Sênior de Contabilidade
CRC - RS 63.339/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Lojas Renner S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Perdas estimadas em crédito

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada indireta Realize Crédito Financiamento e Investimento S.A. Esses créditos estão sujeitos a análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito.

Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da diretoria, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (tíquete médio baixo) e o alto volume de transações, além dos possíveis impactos do COVID-19 nos níveis de inadimplência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; acompanhamento trimestral da provisão e discussões periódicas com a diretoria; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria em relação à mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos, sendo este ajuste não registrado pela Companhia tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o NBC TG 06 (R3) (IFRS 16)

Conforme descrito nas notas explicativas 15 e 19, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo NBC TG 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$2.080.926 mil na Controladora e R\$2.434.188 mil no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$2.287.231 mil na Controladora e R\$2.661.036 mil no Consolidado.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela diretoria para mensuração dos impactos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 15 e 19, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

Em função do volume de transações, pulverizadas em um número relevante de lojas, somado ao fato da natureza das operações da Companhia serem dependentes do funcionamento da estrutura de tecnologia e seus sistemas, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento e avaliação do ambiente de controles gerais de tecnologia ("ITGCs") relacionados aos processos de gestão de acessos lógicos, gestão de mudanças e gestão de operações de tecnologia da informação, para os sistemas considerados relevantes para a geração de informações diretamente relacionadas às demonstrações financeiras.

Como resultado desses procedimentos, identificamos deficiências de controle relacionadas aos processos de gestão de acessos lógicos e de gestão de mudanças, que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos procedimentos adicionais incluíram testes de controles

compensatórios da Companhia e procedimentos substantivos sobre a integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossa auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para o planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 17 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório sem ressalvas dos auditores independentes - Ernest & Young Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, RS, 17 de março de 2022

Joarez José Piccinini
Presidente

Roberto Frota Decourt
Conselheiro Fiscal

Estela Maris Vieira de Souza
Conselheira Fiscal



TAURUS ARMAS S.A.

COMPANHIA ABERTA BRASILEIRA
CNPJ nº 92.781.335/0001-02 - NIRE nº 43.3.0000739.1
São Leopoldo - RS

TASA3 TASA4

São Leopoldo, 15 de março de 2022
Prezados acionistas,
A administração da Taurus Armas S.A. ("Taurus" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas deste Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes.
As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, conforme estabelecido pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) e pelos pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

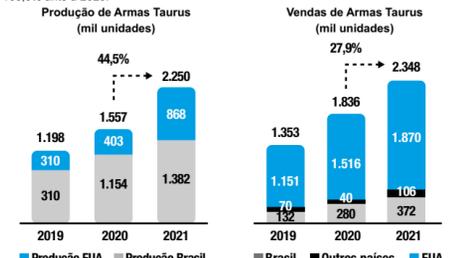
R\$ 1,0 bilhão de Ebitda em 2021. Para nós essa marca não é uma surpresa, mas é uma quebra de barreira importante que reflete o atual padrão de desempenho operacional da Taurus. Pavimentamos com cuidado o caminho que nos trouxe até aqui, de forma que hoje a Taurus é uma empresa bem estruturada, que conta com processos sólidos de gestão, de operação e de governança corporativa, assim como um planejamento estratégico bem definido para os próximos anos. A forte geração de caixa nos proporcionou investir no crescimento da Companhia, assunto que tratarei a seguir, e atingimos em 2021 um dos grandes objetivos da nossa administração, que é a criação de valor para todos os nossos stakeholders e, portanto, o pagamento de remuneração a nossos acionistas. Com lucro líquido de R\$ 635,1 milhões em 2021, será proposto em assembleia geral o pagamento de dividendos totalizando o montante de **R\$ 194,3 milhões, o que representa cerca de R\$ 1,65 por ação.** Essa é uma notícia que consolida o encerramento do processo de turnaround da Taurus. Outra importante meta da nossa administração foi alcançada. Em dezembro de 2020, em nossa reunião Apimex, na presença de investidores, expressei meu desejo de ser a maior empresa de armas curtas do mundo. Após menos de 2 anos, hoje posso afirmar que a Taurus é a maior vendedora de armas curtas no mundo, considerando as principais companhias dos Estados Unidos, tais como Smith & Wesson e Ruger, e muito maior do que outras empresas tradicionais do setor sobre as quais possuímos informações, como Colt, Springfield, Beretta, SIG, CZ, Colt, Walther, FN e HK. Em termos de atividades operacionais, com os processos estruturados, temos nos dedicado a ampliar a produção de modo a atender a crescente demanda por nossos produtos. Em 2021, foram 2,25 milhões de armas produzidas, crescimento de 44,5% em relação ao ano anterior. A fábrica dos EUA, em processo de ramp up, atingiu a produção de 868 mil unidades no ano, volume superior ao estimado inicialmente como capacidade máxima da unidade de 800 mil armas/ano, considerando a estrutura original, que não demandou investimentos da Companhia em função do acordo firmado com o governo do Estado da Geórgia. O prédio tem ainda cerca de 60% de sua área disponível, com espaço para ampliação da capacidade a partir de novos investimentos. Ao mesmo tempo, a produtividade da fábrica brasileira continuou aumentando, de modo que a produção no ano somou 1,4 milhão de armas em 2021, 20% superior ao volume de produção de 2020. Nossas vendas também seguiram em alta. Nos EUA, o NICS (National Instant Background Check System), indicador do número de pessoas interessadas em adquirir uma arma, mostrou que a demanda seguiu aquecida em 2021, atingindo o segundo maior patamar desde que foi criado. Ainda assim, em relação ao recorde histórico registrado em 2020, houve redução de 12%. Mas as vendas da Taurus no país apresentaram tendência inversa do NICS com crescimento de 23,4% em 2021, evidenciando o aumento do market share da marca. Para 2022, nossa percepção é que o cenário será semelhante, com a demanda norte-americana perdendo um pouco de força em relação aos dois últimos anos, enquanto as vendas da Taurus devem seguir vigorosas, com aumento de participação do mercado. Nossa perspectiva se baseia nos pedidos recebidos e nos contatos com distribuidores e lojas de todo o país feitos durante grandes feiras do setor nesse início de ano, especialmente o maior evento profissional da indústria de armas nos EUA, o "Shot Show", realizado no final de janeiro. Além do aumento de participação de mercado nos EUA, temos outros projetos em andamento, como o *joint venture* Jindal Taurus na Índia, que vai contribuir para ampliar nossa atuação na região. O projeto da fábrica no país está em andamento, após atraso significativo em função de dificuldades criadas pela pandemia. Agora, a construção do prédio está sendo concluída e a primeira equipe da Taurus do Brasil foi ao país para uma visita técnica em fevereiro. A JV, mesmo antes do início das operações industriais, já está criando oportunidades comerciais. A equipe da Taurus que viajou ao país realizou demonstração técnica para autoridades das Forças Armadas indianas das características e performance de tiro e resistência do Fuzil Taurus T4 em sua diferentes versões, para um futuro processo de licitação em andamento. Outras oportunidades comerciais no mercado institucional indiano para a venda de submunições SMT9, pistolas TH9 e TS9, além de mais uma venda de fuzis T4, estão em diferentes etapas do processo de negociação. Com relação às exportações para outros países, em dezembro entregamos 12,4 mil fuzis T4 para o Exército das Filipinas, após as armas terem sido aprovadas integralmente, sem restrições, em rigorosos testes realizados. Em nova licitação vencida em dezembro, faremos a entrega de mais 1,1 mil dessas armas para esse Exército. Ainda em dezembro, fomos vencedores no processo licitatório de 9,5 mil pistolas TS9 para a Polícia Nacional das Filipinas, cuja entrega está programada para o segundo semestre, em função da atual capacidade x demanda. Para garantir o aumento da oferta e da continuidade para crescimento da Companhia, conforme nosso planejamento estratégico, estamos investindo em estrutura física, em pesquisas & desenvolvimento e em modernos equipamentos e maquinários. A palavra-chave na Taurus é "inovação", o que nos proporciona mais produtividade, manutenção de baixos custos (hoje a Taurus tem o menor custo de produção do mundo), maior volume de produção e, também, maiores vendas, já que o consumidor cada vez mais reconhece o valor que tem sido agregado aos produtos que entregamos no mercado. Com isso, ao mesmo tempo que temos geração no aumento das vendas, em termos de estrutura operacional estamos sempre um passo à frente, nos preparando para atender o aumento das vendas. Como exemplo disso, podemos citar a contratação de um Vice-presidente de vendas para reforçar a estrutura comercial nos Estados Unidos. Como tecnologia é essencial para atender o nosso planejamento, reforçamos a área com a criação do Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia Brasil/EUA (CITE), que hoje conta com 250 engenheiros nas áreas de produtos, processos e qualidade. O CITE tem proporcionado mais agilidade no desenvolvimento de produtos com inovação e qualidade, sempre com foco nos desejos dos consumidores, a baixo custo e em linha com as mais avançadas soluções tecnológicas do mundo. Exemplo é a utilização do grafeno em componentes e na proteção superficial de metais, proporcionando maior resistência e durabilidade. Em 2021, investimos também na renovação do parque fabril com a aquisição de equipamentos que contam com tecnologia de última geração. Em termos de infraestrutura, o condomínio industrial foi entregue em dezembro e os cinco fornecedores parceiros que vão desenvolver all suas operações estão em processo de instalação. Com essa estrutura em pleno funcionamento, teremos mais agilidade e qualidade na cadeia de suprimentos, com redução de custos. Outro passo dado no projeto de expansão da unidade industrial do Brasil foi a aquisição de área de 100 mil m2 ao lado do complexo industrial atual. O total de investimentos em 2021 foi de R\$ 175 milhões, financiados com recursos próprios, gerados a partir do forte desempenho operacional que proporcionou o Ebitda de R\$ 1,0 bilhão no ano. Para 2022, nosso planejamento considera investimentos da ordem de R\$ 250 milhões, seguindo com a modernização e ampliação da estrutura industrial, de modo a dar sustentação ao crescimento da Companhia, aumentando ainda mais sua competitividade. Em termos de posicionamento da marca, nosso planejamento se baseia em três grupos de ações que visam a criação de valor: a marca global de uma multinacional brasileira; o desenvolvimento de produtos com qualidade, inovação e custo competitivo; e excelência na distribuição e em serviços, oferecendo amplo suporte para o cliente da Taurus. Como iniciativa no sentido de estreitar o relacionamento direto da Companhia com o seu consumidor para propiciar uma experiência única para o cliente, em novembro inauguramos em Brasília nossa primeira loja conceito. São 1,8 mil m2 onde o cliente encontra a linha completa de produtos da Taurus e da CBC, serviços para a aquisição de armas e munições, assistência técnica, 18 linhas de tiro, serviços pós-venda, cursos de qualificação e atividades relacionadas ao segmento. Em breve, teremos a inauguração da segunda loja, agora em São Paulo. O projeto que adotamos na Taurus e, portanto, também o planejamento estratégico traçado para os próximos anos, considera outros aspectos essenciais para a estabilidade e controle dos negócios, representados pelas práticas adequadas de governança corporativa. A Taurus está no Nível II do B3, segmento de mercado que demanda a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa. A transparência faz parte de nosso dia a dia, apresentando ao mercado nosso modelo estratégico e atualizando sobre nossas ações. Em dezembro realizamos nossa 41ª reunião Apimex que, pela segunda vez nos últimos três anos, foi avaliada pelos participantes como uma das 10 melhores Apimex em 2021. Nosso Conselho de Administração é composto atualmente por seis membros qualificados e experientes, sendo 5 deles, inclusive o Presidente, independentes. Temos também um Conselho Fiscal permanente cuja função é acompanhar e fiscalizar todos os atos de nossa administração. Contamos ainda, em nossa estrutura de governança corporativa, com o CAR - Comitê de Auditoria e Risco que, em 2021, teve sua atuação estabelecida no Estatuto Social, de modo a fortalecer os controles internos. Adotamos uma postura de ampla transparência com relação à gestão da Companhia e seus resultados. Para incentivar a retenção dos membros da atual diretoria, visando dar estabilidade e continuidade ao modelo de gestão, foi criado em 2021 o plano de opções de ações (stock options) para os diretores, aprovado em assembleia geral realizada em abril. No âmbito social, seguimos mantendo em 2021 todos os cuidados com relação à situação da pandemia de Covid-19, assumindo a responsabilidade de cuidar da saúde de nossos funcionários e suas famílias. Fizemos também adequações físicas na fábrica de modo a oferecer um ambiente de trabalho adequado aos protocolos sanitários necessários. Apoiamos ainda a sociedade em geral, não só oferecendo apoio às comunidades do entorno de nossa unidade, como também em todo o Brasil, fazendo doações de alimentos, equipamentos hospitalares e de proteção. No aspecto ambiental, contamos com um centro de tratamento de efluentes e água, além de uma central de resíduos e produtos químicos. Diante dessas ações e das que ainda iremos realizar, autorizei a contratação dos serviços da Ernest & Young para estruturar as ações ESG e elaborar nosso primeiro relatório de sustentabilidade baseado no modelo GRI. Como primeiro passo, será formado um comitê ESG multidisciplinar para tratar dos assuntos envolvendo o tema. Nesse ano de implantação, estarei engajado do Comitê ESG, atuando ativamente nos temas que serão tratados em nossas reuniões. Excelência, força e vigor são as características desta sólida Companhia. A Taurus é hoje uma gigante brasileira que gera empregos para mais de 3.500 colaboradores, riquezas e divisas para o Brasil. Só chegamos nessa posição porque temos o apoio de nossos acionistas, o contínuo acompanhamento e direcionamento de nosso Conselho de Administração, a confiança de nossos parceiros e clientes e o trabalho incansável de toda a equipe de colaboradores da Taurus, no Brasil e nos EUA. Agradeço a todos por seguir conosco nesse caminho de sucesso.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Taurus passa por período de acelerado crescimento de suas operações, tendo em vista o objetivo de aumentar ainda mais sua posição no mercado internacional. Os investimentos realizados em maquinário e tecnologia de ponta e o processo de ramp up da unidade industrial norte-americana proporcionaram o crescimento de 44,5% do volume de armas produzidas em 2021, quando comparado ao exercício anterior. A fábrica dos EUA, inaugurada em dezembro de 2019, já superou a capacidade de produção originalmente projetada de 800 mil unidades/ano, atingindo a marca de 868 mil unidades em 2021, volume que multiplica em mais de duas vezes (+115,4%) a produção do ano anterior. O ganho de produtividade, resultado dos processos adotados e novos e modernos maquinários, levou ao aumento de 19,8% no volume produzido na unidade brasileira, que totalizou 1,382 mil armas em 2021. Com isso, a Taurus atingiu a marca de 2,25 milhões de armas fabricadas no ano, com média de 9,3 mil unidades diárias.

Vendas
A Companhia entende que a demanda nos EUA se manterá no mesmo patamar em 2021. Da mesma forma, as exportações para outros países vêm crescendo com a retomada das licitações e remessas internacionais após a fase inicial da pandemia, que freou esse segmento de mercado. Além disso, a Taurus vem ampliando seu market share. No segmento de revólveres, a Companhia detém liderança de mercado absoluta nos EUA. Em 2020, 41% do total dos revólveres vendidos nesse país foram da marca Taurus e, em 2021, a estimativa é que essa participação de mercado tenha alcançado 61%. A Companhia vem também ampliando suas vendas em outros segmentos de armas, especialmente em produtos de maior valor agregado, com novos perfis e modelos desenvolvidos pelo seu CITE - Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia Brasil/EUA, a exemplo da pistola GX4 lançada no 1º semestre de 2021. Foram 2,348 mil unidades vendidas em 2021, volume 27,9% superior ao registrado no ano anterior, com aumento em todos os mercados de atuação. Os EUA foram responsáveis pela venda de 1,870 mil unidades, ou 79,6% do total no ano, com crescimento de 23,4% em relação ao volume de vendas realizado nesse país em 2020. No Brasil, onde

o mercado para os produtos da Taurus é bem menor, o crescimento das vendas no mesmo período foi de 32,9%, enquanto nas exportações para os demais países as vendas foram crescendo gradativamente no decorrer do ano, totalizando 106 mil unidades, aumento de 163,3% ante a 2020.

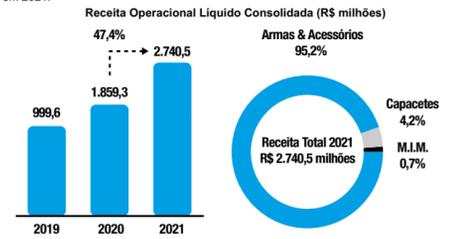


Um bom termômetro do mercado norte-americano de armas é o NICS (National Instant Background Check System), sistema que verifica todas as pessoas interessadas em adquirir uma arma no país, desde 1998. Em 2020, o número de consultas no Adjusted NICS atingiu o maior nível desde sua criação e, em 2021, ainda manteve patamar bem superior à média histórica. A comparação da evolução do volume de vendas de armas Taurus nos EUA com esse indicador evidencia a ampliação do market share da Companhia, uma vez que, em 2021, as vendas da Taurus no país aumentaram em 27,9% em relação ao ano anterior, ao mesmo tempo que o Adjusted NICS apresentou recuo 12,2%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

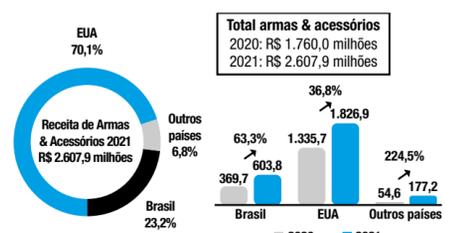
A partir de janeiro de 2021, de acordo com as normas contábeis, os resultados da operação de capacidades voltaram a ser consolidados no resultado da Taurus. No decorrer dos dois últimos exercícios - 2020 e 2019 - o resultado líquido dessa operação era apresentado na linha de "Resultado líquido de operações descontinuadas". Tendo em vista a alteração do padrão de contabilização e de modo a manter a adequada comparação, também os dados de 2020 apresentados nesse relatório consideram a consolidação da operação de capacidades no Demonstrativo de Resultados.

Receita Operacional Líquida: Além de armas e acessórios, principal segmento de atuação e responsável por 95,2% da receita em 2021, compõem a receita operacional líquida da Taurus o resultado das vendas de M.I.M. (peças de metal injetado ou metal injection molding, na sigla em inglês) e capacidades. Os três segmentos apresentaram evolução positiva em 2021.



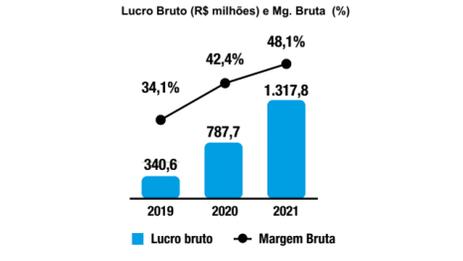
A receita líquida consolidada, principalmente fomentada por armas e acessórios, atingiu R\$ 2.740,5 milhões em 2021, com alta de 47,4% em relação ao exercício anterior. Além do maior volume de vendas de armas, o preço médio dos produtos também experimentou crescimento no ano. Com base em investimentos dedicados a pesquisa e desenvolvimento, a Taurus vem agregando novos produtos à sua linha, colocando no mercado um mix de maior valor agregado. Ainda, em junho/21, a Companhia aplicou aumento de 10% em sua tabela de preços de armas nos EUA e, a partir de agosto, de 17% no Brasil. A demanda não foi afetada por tal aumento, o que confirma a evolução do valor percebido pelos consumidores nos produtos da Taurus. A estratégia da Taurus incluiu a ampliação de sua linha de armas longas e o lançamento de produtos em nichos de mercado, criando um mix de valor crescente em sua linha, sem concorrer com seus produtos atuais. Outro motivo que contribuiu para o aumento da receita foi a desvalorização de 7,3% do real frente à moeda norte-americana em 2021. Com a maior parte das vendas realizadas no exterior e, portanto, em dólares, a variação cambial exerceu efeito positivo sobre a receita da Taurus, que é contabilizada em moeda nacional.

Receita Operacional Líquida - Armas & Acessórios (R\$ milhões)



Avaliando o desempenho exclusivamente de armas & acessórios, principal segmento de atuação, houve crescimento de 48,2% na comparação entre 2021 e 2020, com evolução positiva nas três regiões geográficas nas quais a Companhia classifica suas vendas: Brasil, EUA e outros países. A receita do segmento no exercício de 2021, totalizou R\$ 2.607,9 milhões, com os EUA respondendo por 70,1% desse total. Os EUA são, portanto, o maior mercado da Taurus uma vez que é, também, o maior mercado mundial de armas & acessórios. A demanda por produtos da Taurus continua forte nesse país, avançada pelos lançamentos realizados. Ao final do exercício, a Taurus registrou *back order* de 982 mil unidades para entrega nos mercados norte-americano e brasileiro, volume equivalente a mais de 5 meses de produção integrada nos dois países. As vendas para outros países representam um mercado adicional acessível para a Companhia, uma vez que, com o menor custo de produção no mundo e ampla exposição internacional da marca, presente em cerca de 100 países, a Taurus garante grande competitividade em licitações. O crescimento de 224,5% da receita com vendas para outros países em 2021 tem como um de seus principais destaques a venda de fuzis T4 para o Exército das Filipinas, resultado de duas licitações internacionais vencidas pela Taurus para entrega de mais de 12,4 mil unidades dessa arma, com adicional de 1,1 mil unidades que serão entregues em março de 2022.

Com evolução positiva a cada trimestre de 2021, o lucro bruto totalizou R\$ 1.317,8 milhões no exercício, o que representa crescimento de 67,3% em relação ao exercício anterior. Com o mix de vendas de maior valor agregado e a gestão firme de custos, o aumento do lucro foi acompanhado de aumento também da rentabilidade, com alta de 5,7 p.p. na margem bruta, que atingiu 48,1% em 2021. O crescimento do lucro bruto passou pelo aumento de produção e produtividade, com contínua gestão sobre os custos e diluição de custos fixos à medida que há crescimento da produção, das vendas e da receita. Esses fatores estão relacionados à modernização do complexo industrial e à adoção de processos operacionais eficientes. Também o aumento na tabela de preços adotado em junho nos EUA e em agosto no Brasil, sem reflexo negativo sobre os pedidos, e o mix de vendas de maior valor agregado atuaram no sentido de ampliar a lucratividade bruta em 2021.



Despesas Operacionais
No decorrer de 2021, as despesas operacionais se mantiveram equilibradas em relação ao registrado no exercício anterior, acumulando R\$ 344,2 milhões, com alta de +0,5% no período. Considerando o aumento de 47,4% da receita operacional líquida no mesmo período, bastante superior à variação verificada nas despesas operacionais, houve diluição dessas despesas em 2021, o que atuou no sentido de ampliar rentabilidade operacional da Companhia. Alguns fatores permitiram que as despesas operacionais tivessem esse desempenho em 2021, com destaque para o saldo de R\$ 104,4 milhões registrado a título de "outras receitas operacionais", abatendo o total das despesas do exercício, que inclui: (i) receita de R\$ 0,5 milhão de resultado de equivalência patrimonial; (ii) receita de recuperação de PIS/COFINS, IPI e de ICMS presumido contabilizadas no 4T21 (R\$ 32,2 milhões) e no 3T21 (R\$ 36,8 milhões); e (iii) receita extraordinária equivalente a US\$ 3,0 milhões no 2T21, em função do benefício obtido pela Taurus USA de cancelamento integral de empréstimo obtido por meio de programa de apoio do governo norte-americano durante a crise causada pela pandemia da Covid-19 (PPP - Paycheck Protection Program, ou, em português, Programa de proteção à folha de pagamento), uma vez que a Companhia atendeu às exigências determinadas em tal programa. As despesas com vendas foram, em 2021, o grupo de maior representatividade entre as despesas operacionais, totalizando R\$ 242,0 milhões, e também o grupo que apresentou maior alta em relação a 2020, com aumento de 47,0%. Parcela significativa das despesas com vendas são variáveis, acompanhando a evolução do volume de vendas e da receita, já que incluem itens como comissões, fretes e seguros, o que explica a elevação das despesas gerais e administrativas no acumulado do exercício se deu em percentual bem inferior ao observado na receita líquida, 8,8% ante o apurado em 2020, totalizando R\$ 205,1 milhões. Esse resultado foi obtido a despeito do aumento da estrutura necessária para suportar o crescimento dos negócios, o que inclui, por exemplo, a ampliação da equipe de engenheiros do CITE - Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia Brasil/EUA, que contava com 250 engenheiros ao final de 2021, além do investimento no desenvolvimento de pessoas, com treinamento e capacitação. Outro fator que exerce influência sobre as despesas operacionais da Companhia é a variação cambial, uma vez que todas as despesas da unidade norte-americana são realizadas em dólares e convertidos em moeda nacional ao serem contabilizadas no resultado consolidado da Companhia. Assim, a desvalorização de 4,6% do real em 2021 sobre o dólar médio agiu pressionando as despesas operacionais incorridas pela Taurus USA.

O crescimento dos negócios, com contínuo aumento da eficiência operacional proporcionando aumento de receita e de margem bruta, assim como a maior diluição das despesas operacionais na receita total, levaram a Taurus a bater a marca de R\$ 1,0 bilhão de Ebitda no exercício de 2021. A Taurus, conseqüentemente, assim, sua característica de forte geradora de caixa, estabelecendo seu novo e diferenciado patamar de desempenho, com Ebitda de R\$ 1.002,9 milhões em 2021. O Ebitda do exercício supera em 11,4% a geração operacional de caixa medida por esse indicador em 2020, exercício durante o qual a Companhia tinha se beneficiado de um mercado bastante aquecido, quando a demanda nos EUA bateu recordes históricos. Assim, após o Ebitda apresentar crescimento de 270,6% entre 2020 e 2019, a Taurus mais do que duplicou esse indicador em 2021. Da mesma forma, a margem

Ebitda teve forte aumento no decorrer dos últimos anos, o que reflete o crescimento da rentabilidade operacional obtida a partir de todo o trabalho desenvolvido pela Companhia. Isso inclui a dedicação à pesquisa & desenvolvimento, o estabelecimento de novos e eficientes processos operacionais e logísticos, os investimentos em tecnologia e equipamentos de ponta, os lançamentos de produtos, as ações comerciais e de marketing, e todos os demais processos de gestão dos negócios e das operações. No exercício de 2021, a margem Ebitda apresentou aumento de 11,1 p.p. em relação ao registrado no exercício superior, atingindo 36,6%.

R\$ milhões	2021	2020	21 x 20 Var. %
Receita operacional líquida	2.740,5	1.859,3	47,4%
Custo dos produtos vendidos	-1.422,7	-1.071,6	32,8%
Lucro bruto	1.317,8	787,7	67,3%
Despesas operacionais	-344,2	-342,6	0,5%
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	0,5	0,0	-
Depreciação e amortização	28,8	29,3	-1,7%
Ebitda	1.002,9	474,4	111,4%
Margem Ebitda	36,6%	25,5%	11,1 p.p.
Despesas extraordinárias relacionadas à Covid-19	3,9	4,8	-18,8%
Ebitda ajustado	1.006,8	479,2	110,1%
Margem Ebitda ajustada	36,7%	25,8%	10,9 p.p.



O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, aplicada de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa.

Todos os fatores comentados anteriormente neste relatório explicam o desempenho do Ebitda, a saber: (i) crescimento do volume de vendas com mix de produtos de maior valor agregado e maior preço médio; (ii) aumento da receita; (iii) evolução do custo dos produtos vendidos inferior à da receita líquida, levando ao aumento da margem bruta; e (iv) manutenção das despesas operacionais basicamente estáveis em relação ao ano anterior.

Resultado financeiro

As variações cambiais, tanto ativas (receitas) como passivas (despesas), representam o principal componente do resultado financeiro da Taurus. A desvalorização da moeda nacional se reflete na forma de variação cambial ativa sobre a carteira de clientes e sobre o caixa em dólares da subsidiária norte-americana e na forma de variação cambial passiva sobre as obrigações financeiras relativas à dívida da Companhia, majoritariamente tomada em dólares. Como a Taurus vem diminuindo seu endividamento de forma consistente, conforme o cronograma de pagamentos, as despesas financeiras apresentaram retração, uma vez que o menor saldo da dívida reduz também seu custo de manutenção. No consolidado do exercício de 2021, as despesas financeiras líquidas tiveram redução de R\$ 178,7 milhões (-71,2%) em relação ao apurado em 2020, refletindo, principalmente, o menor custo da dívida, em função dos dois fatores que atuaram em conjunto e levaram à redução das variações cambiais passivas: (i) redução do saldo da dívida da Companhia; e (ii) menor desvalorização do real no ano, comparado a 2020 quando a variação do dólar Ptax no ano foi de 28,9%, pressionando as despesas financeiras da Companhia, principalmente no primeiro semestre.

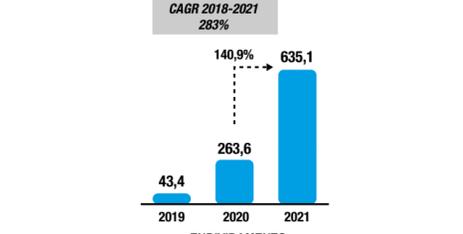
R\$ milhões	2021	2020	21 x 20 Var. %
(+) Receitas financeiras	225,0	252,4	-10,9%
Variáveis cambiais ativas	196,6	250,7	-21,6%
Juros e outras receitas	28,4	1,7	1570,6%
(-) Despesas financeiras	279,3	503,4	-40,9%
Variáveis cambiais passivas	245,4	438,2	-44,0%
Juros, IOF e outras	33,9	65,2	-20,6%
(+/-) Resultado financeiro líquido	-72,3	-251,0	-71,2%

Cotação dólar Ptax no final do período (R\$)	5,58	5,20	7,3%
--	------	------	------

Lucro líquido

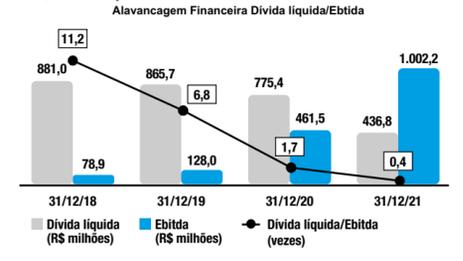
A Taurus apresentou lucro líquido de R\$ 635,1 milhões em 2021, seu terceiro resultado positivo consecutivo. O lucro obtido em 2021 multiplica por 2,4 (+140,9%) o apurado no exercício anterior. O sólido crescimento da Companhia em termos de volume de produção e vendas, receita e geração de caixa, mantendo as margens bruta e Ebitda em patamares elevados, conforme apresentado neste relatório, explicam a evolução do lucro líquido. Ao mesmo tempo, o equacionamento da questão do endividamento eliminou a pressão das despesas financeiras sobre o resultado. O atual perfil da Taurus é de uma empresa com estrutura e processos robustos, cujos produtos vão ao encontro das demandas do consumidor que, cada vez mais, reconhece o valor da marca. A Companhia tem seu planejamento estratégico bem definido e segue no processo de crescimento, ampliando seu market share no mercado, desenvolvendo novos produtos de maior valor agregado para atuar em segmentos onde não está presente atualmente, ou seja, sem concorrer com seus próprios produtos e caminhando no sentido de aumentar o preço médio de seu mix de vendas. Ao mesmo tempo, toda a estrutura de pesquisa & desenvolvimento, de logística (inbound e outbound) e de operações vem sendo adequada e ampliada, de modo a acompanhar a evolução da Companhia. Além disso, estão em andamento outros projetos que vão reforçar o posicionamento da Taurus no mercado mundial. Exemplo disso é a JV Jindal Taurus, com a construção de fábrica na Índia, onde o investimento foi integralmente do Grupo indiano Jindal e a Taurus entra com tecnologia e know-how, de modo a espelhar na nova unidade a manufatura que existe nas suas fábricas do Brasil e dos EUA.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



ENDIVIDAMENTO

O crescimento dos negócios e da geração operacional de caixa proporcionaram maior liquidez financeira à Taurus, de modo que a Companhia vem cumprindo com suas obrigações financeiras de acordo com o cronograma de pagamentos da dívida e, ao mesmo tempo, tem realizado investimentos em modernização de equipamentos operacionais e financiado todo o processo de crescimento dos negócios. Ainda, a Companhia tem antecipado alguns valores, realizando pagamentos adicionais com recursos provenientes dos exercícios de bônus de subscrição do processo de aumento de capital em andamento, reduzindo de forma mais acelerada o saldo de sua dívida. Assim, comparando a posição da dívida bruta no encerramento dos exercícios de 2021 e de 2020, houve redução de 20,0% ou R\$ 173,4 milhões na dívida bruta no período. Ao mesmo tempo, dado o aumento do saldo de caixa e aplicações, a dívida líquida diminuiu em R\$ 338,7 milhões ou 43,7%. No encerramento de 2021, a Taurus USA tinha zerado seu endividamento financeiro, de modo que a totalidade da dívida da Companhia era da Taurus no Brasil e, em termos de moeda, 93,7% da dívida bruta era em dólares. Como também a maior parte das vendas da Taurus são realizadas no exterior (73,2% da receita líquida em 2021), a Companhia conta com hedge de moeda natural para essa dívida em moeda estrangeira. A partir do equacionamento da dívida, a Companhia voltou a ter acesso ao mercado de crédito bancário. No 4T21, firmou operação de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) com banco de primeira linha no montante de R\$ 108,7 milhões, com a liberação dos recursos tendo ocorrido em novembro de 2021.



A dívida líquida vem sendo reduzida de forma contínua e consistente nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a Companhia se consolidou como forte geradora de caixa. Dessa forma

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$				
Ativo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	185.764	91.231	65.399
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	70.778	-	70.778
Clientes	9	515.163	317.406	360.933
Estoques	10	491.864	296.343	274.370
Impostos a recuperar	11	65.261	33.319	53.471
Pagamentos antecipados	12	30.985	22.222	7.265
Outras contas a receber	14	29.779	34.488	29.850
Ativos mantidos para venda	14	66.396	133.850	-
		1.455.990	930.859	862.066
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	11	5.627	-	4.886
Moeda de renda e contribuição social diferidos	13	121.380	188.580	101.951
Crédito com empresas ligadas	24	-	-	40.681
Outras contas a receber	12	24.809	14.541	15.160
Investimento em controladas	15	4.420	2	683.822
Imobilizado	16	379.023	233.355	204.027
Intangível	17	102.371	93.313	26.213
		485.814	326.670	914.662
Total do Ativo		2.093.620	1.460.650	1.936.806

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$				
Passivo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Fornecedores	18	618.904	178.673	618.904
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	20.680	57.488	46.450
Salários e encargos sociais	21	96.632	68.259	39.102
Impostos, taxas e contribuições	21	41.181	49.062	40.897
Adiantamentos de clientes	19	2.098	-	68.007
Arrendamentos	22	41.731	40.983	35.012
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	55.191	59.512	51.007
Partes relacionadas - mútuos financeiros	22	6.736	-	18.435
Provisão para garantia de produtos	32	11.910	14.551	6.535
Outras contas a pagar	19	23.047	27.145	10.236
Passivos relacionados a vendas não circulantes mantidas para venda e operação descontinuada	14	5.830	27.297	-
		1.119.801	575.350	959.181
Ativo não circulante				
Fornecedores	18	74.407	688.007	74.407
Impostos, taxas e contribuições	21	23.583	31.195	22.707
Moeda de renda e contribuição social diferidos	13	16.469	10.291	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	55.191	59.512	51.007
Partes relacionadas - mútuos financeiros	22	6.736	-	18.435
Provisão para garantia de produtos	32	6.536	6.569	-
Provisão para passivo a descoberto	19	33.851	46.891	53.996
Outras contas a pagar	19	21.872	843.031	220.578
		1.336.573	1.418.381	1.179.759
Total do passivo		2.093.620	1.460.650	1.936.806

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$								
Capital social	Reservas e Reservas de avaliação		Ajustes acumulados		Lucros acumulados		Total do patrimônio líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
520.277	-	-	-	-	-	-	-	-
40.010	-	-	45.558	130.575	970.315	304.621	40.010	40.010
-	-	-	846	41.386	1.045	1.891	-	-
-	-	-	(350)	350	-	-	-	-
-	-	-	(597)	597	-	-	-	-
-	-	-	-	263.603	263.603	263.603	-	-
560.287	(31.116)	45.857	171.961	(704.720)	(704.720)	42.269	560.287	560.287
(170.868)	-	-	-	17.714	370.964	181.868	-	-
(304.964)	-	-	-	-	304.964	304.964	-	-
-	-	-	-	635.060	635.060	635.060	-	-
-	-	-	-	25.015	25.015	25.015	-	-
-	-	5.423	-	5.423	5.423	5.423	-	-
-	-	(1.588)	-	(1.588)	(1.588)	(1.588)	-	-
-	-	-	(88)	88	-	-	-	-
-	-	-	(544)	544	-	-	-	-
-	-	15.065	-	(15.065)	-	-	-	-
-	-	92.586	-	(92.586)	-	-	-	-
-	-	126.284	-	(126.284)	-	-	-	-
-	-	-	-	(194.284)	(68.000)	-	-	-
308.191	(27.281)	233.936	45.225	196.976	196.976	757.047	308.191	308.191

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional: A Taurus Armas S.A. ("Companhia"), sediada em São Leopoldo/RS, foi constituída em 17 de novembro de 1939. Companhia brasileira de capital aberto desde 1982, e desde 2011 listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (símbolos de negociação são TASA3, TASA4). Sua controladora é a holding é a BYK Participações S.A., com sua sede no Brasil, e a Taurus Armas S.A. é uma subsidiária integral da Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil"), uma subsidiária integral da Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil"). A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, Capacetes e Acessórios e M.I.M. ("Metal Injection Molding"). Possui três plantas industriais, sendo duas no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná e outra em Bainbridge, no Estado da Geórgia nos Estados Unidos. A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa, sob o controle da Agência de Defesa dos Estados Unidos e, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Operação de capacetes: Em março de 2018, a Administração da Companhia assinou o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução desse processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de venda do investimento, esse foi classificado como "ativo não circulante mantido para venda" e a operação descontinuada em 31 de dezembro de 2021. A operação de capacetes possui unidade de produção em Mandrituba/PR. Ao longo do exercício de 2021, a Companhia permaneceu avaliando propostas recebidas para a venda de sua operação de capacetes. Considerando que a Companhia visa obter o retorno do valor que realmente o negócio possui, que não é suficiente para continuar o processo de desativação da operação de capacetes, a Companhia decidiu não prosseguir com a venda da operação de capacetes. A Companhia decidiu retornar às suas demonstrações financeiras consolidadas esta operação como atividade operacional, conforme apresentado na nota explicativa 4.c. **Joint Venture de acessórios:** Em 28 de maio de 2020, a Companhia, após autorização pelo Conselho de Administração, realizou uma reunião com a administração da Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil") para discutir a possibilidade de aquisição de uma participação de 50% na Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil"), uma subsidiária integral da Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil"). A aquisição da participação de 50% na Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil") foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de maio de 2020, com o objetivo de fortalecer a operação de acessórios para armas leves. A **Joint Venture** objetiva a fabricação e a comercialização de acessórios para armas leves. A **Joint Venture** é constituída pela Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil") e pela Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil"). A **Joint Venture** é constituída pela Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil") e pela Taurus Armas do Brasil, Inc. ("Taurus Armas do Brasil").

2. Apresentação das demonstrações financeiras do exercício: 2.1. Base de elaboração: as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no método de custo histórico. 2.2. Base de consolidação: as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia possui o controle sobre a entidade. 2.3. Base de avaliação: as demonstrações financeiras consolidadas foram avaliadas com base no método de custo histórico. 2.4. Base de mensuração: as demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas com base no método de custo histórico. 2.5. Base de reconhecimento: as demonstrações financeiras consolidadas foram reconhecidas com base no método de custo histórico. 2.6. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.7. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.8. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.9. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.10. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.11. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.12. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.13. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.14. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.15. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.16. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.17. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.18. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.19. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.20. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.21. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.22. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.23. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.24. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.25. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.26. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.27. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.28. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.29. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.30. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.31. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.32. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.33. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.34. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.35. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.36. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.37. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.38. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.39. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.40. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.41. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.42. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.43. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.44. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.45. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.46. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.47. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.48. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.49. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.50. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.51. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.52. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.53. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.54. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.55. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.56. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.57. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.58. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.59. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.60. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.61. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.62. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.63. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.64. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.65. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.66. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.67. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.68. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.69. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.70. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.71. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.72. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.73. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.74. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.75. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.76. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.77. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.78. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.79. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.80. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.81. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.82. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.83. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.84. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.85. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.86. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.87. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.88. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.89. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.90. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.91. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.92. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.93. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.94. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.95. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.96. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 2.97. Base de classificação: as demonstrações financeiras consolidadas foram classificadas com base no método de custo histórico. 2.98. Base de apresentação: as demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas com base no método de custo histórico. 2.99. Base de divulgação: as demonstrações financeiras consolidadas foram divulgadas com base no método de custo histórico. 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas: Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamento e elaborar estimativas para reconhecer, mensurar, avaliar e divulgar os ativos, passivos, receitas e despesas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que envolvam a avaliação dos valores e as informações sobre incertezas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 9 - Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa), 10 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 14 - Ativos mantidos para venda (impairment), 16 - Imobilizado (perdas estimadas em estoques), 17 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 18 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 19 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 20 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 21 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 22 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 23 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 24 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 25 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 26 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 27 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 28 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 29 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 30 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 31 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 32 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 33 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 34 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 35 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 36 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 37 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 38 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 39 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 40 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 41 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 42 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 43 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 44 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 45 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 46 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 47 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 48 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 49 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 50 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 51 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 52 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 53 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 54 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 55 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 56 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 57 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 58 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 59 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 60 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 61 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 62 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 63 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 64 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 65 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 66 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 67 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 68 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 69 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 70 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 71 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 72 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 73 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 74 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 75 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 76 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 77 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 78 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 79 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 80 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 81 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 82 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 83 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 84 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 85 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 86 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 87 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 88 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 89 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 90 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 91 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 92 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 93 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 94 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 95 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 96 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 97 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 98 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 99 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 100 - Estoques (perdas estimadas em estoques).

Empresa	2021		2020	
	País	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (*)	Estados Unidos	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Blandings-Ferramenta Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
T Investments Co. Inc. (*)	Paraná	100,00%	100,00%	100,00%
Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (**)	Paraná	100,00%	100,00%	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas. (***) Taurus Holdings, Inc. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blandings-Ferramenta Ltda., Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., Polimetá Metálgica e Plásticos Ltda., T Investments Co. Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. e Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (****) Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc., Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda

★ continuação		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada - 31 de dezembro de 2021 da Taurus Armas S.A. - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)																																																																											
		Controladora e Consolidado	Controladora																																																																										
		31/12/2021	31/12/2020																																																																										
Numerador básico																																																																													
Denominador básico - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)																																																																													
Ordinárias	46.445.314	46.445.314																																																																											
Preferenciais	59.446.591	42.200.378																																																																											
	105.891.905	88.645.692																																																																											
Resultado básico por ação das operações continuadas (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	5,39697	2,75108																																																																											
Preferenciais	6,50527	3,23895																																																																											
Resultado básico por ação das operações descontinuadas (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	(0,01964)	(0,00891)																																																																											
Preferenciais	(0,02689)	(0,01050)																																																																											
Resultado básico por ação (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	5,37733	2,74217																																																																											
Preferenciais	6,45158	3,22845																																																																											
	119,21201	119,21201																																																																											
Numerador diluído																																																																													
Resultado líquido das operações continuadas																																																																													
Ordinárias	250.664	127.775																																																																											
Preferenciais	386.716	136.685																																																																											
	637.380	264.460																																																																											
Resultado líquido das operações descontinuadas																																																																													
Ordinárias	(912)	(414)																																																																											
Preferenciais	(1.408)	(443)																																																																											
	(2.320)	(857)																																																																											
Resultado líquido do exercício																																																																													
Ordinárias	249.752	127.361																																																																											
Preferenciais	385.308	136.242																																																																											
	635.060	263.603																																																																											
Denominador diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)																																																																													
Ordinárias	46.445.314	46.445.314																																																																											
Preferenciais	59.446.591	42.200.378																																																																											
	105.891.905	88.645.692																																																																											
Potencial incremento nas ações em função do exercício de subscrições																																																																													
Ordinárias	5.939.288	4.932.787																																																																											
Preferenciais	5.939.288	4.932.787																																																																											
Resultado diluído por ação das operações continuadas (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	5,39697	2,75108																																																																											
Preferenciais	6,50527	3,23895																																																																											
Resultado diluído por ação das operações descontinuadas (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	(0,01964)	(0,00891)																																																																											
Preferenciais	(0,02163)	(0,00940)																																																																											
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)																																																																													
Ordinárias	5,37733	2,74217																																																																											
Preferenciais	5,89224	2,89057																																																																											
<p>1) Transações de capital: A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetalia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R\$ 40.996, o qual foi reconhecido no patrimônio líquido na conta transação de capital.</p> <p>27) Pagamento baseado em ações: Plano de opções - Stock Options: Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte acordo de pagamento baseado em ações: Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações): No dia 26 de abril de 2021, a Companhia aprovou o Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia que deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano. No dia 18 de outubro de 2021, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("2º Programa") incluindo a eleição do beneficiário deste 2º Programa</p>																																																																													
<p>e a definição das condições da outorga, quais sejam: Foram observados os termos e as condições do Plano, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2021. O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados a Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia. São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles será determinado pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao alinhamento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a nenhuma indenização. A despesa é registrada em uma base <i>pro rata temporis</i>, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. A Companhia reconheceu no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021, o total de R\$ 5,4 milhões. O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o Black, Scholes & Merton. O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black, Scholes & Merton, tendo sido consideradas as seguintes premissas:</p> <p>(i) Quantidade de ações objeto das opções:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ações Objeto das Opções de Compra</th> <th colspan="2">Opções de Compra</th> </tr> <tr> <th>Especie</th> <th>Porcentagem</th> <th>Porcentagem</th> <th>Número</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ordinária</td> <td>33,33%</td> <td>728,332</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Preferencial</td> <td>66,67%</td> <td>1.456.668</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>100,00%</td> <td>2.185.000</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ordinária</td> <td>33,33%</td> <td>100.000</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Preferencial</td> <td>66,67%</td> <td>200.000</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>100,00%</td> <td>300.000</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>100,00%</td> <td>2.485.000</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(ii) Vida das Opções de Compra</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Opções de Compra</th> <th>26.11%</th> <th>24.63%</th> <th>24.63%</th> <th>24.63%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Data de Exercício</td> <td>30/04/2023</td> <td>30/04/2025</td> <td>30/04/2027</td> <td>30/04/2029</td> </tr> </tbody> </table> <p>As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">1º Programa de opção de compra de ações - 2021</th> <th colspan="2">2º Programa de opção de compra de ações - 2021</th> </tr> <tr> <th>Valor justo na data de outorga</th> <th>R\$ 24,14</th> <th>R\$ 24,49</th> <th>R\$ 24,49</th> </tr> <tr> <th>Preço da ação na data de outorga</th> <th>R\$ 20,82</th> <th>R\$ 20,27</th> <th>R\$ 20,27</th> </tr> <tr> <th>Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)</th> <th>7,78%</th> <th>10,20%</th> <th>10,20%</th> </tr> <tr> <th>Volatilidade esperada (média ponderada)</th> <th>89,81%</th> <th>79,75%</th> <th>79,75%</th> </tr> <tr> <th>Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)</th> <th>4,97</th> <th>4,53</th> <th>4,53</th> </tr> <tr> <th>Dividendos esperados</th> <th>2,85%</th> <th>4,05%</th> <th>4,05%</th> </tr> </thead></table>				Ações Objeto das Opções de Compra		Opções de Compra		Especie	Porcentagem	Porcentagem	Número	Ordinária	33,33%	728,332		Preferencial	66,67%	1.456.668			100,00%	2.185.000		Ordinária	33,33%	100.000		Preferencial	66,67%	200.000			100,00%	300.000			100,00%	2.485.000		Opções de Compra	26.11%	24.63%	24.63%	24.63%	Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029	1º Programa de opção de compra de ações - 2021		2º Programa de opção de compra de ações - 2021		Valor justo na data de outorga	R\$ 24,14	R\$ 24,49	R\$ 24,49	Preço da ação na data de outorga	R\$ 20,82	R\$ 20,27	R\$ 20,27	Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)	7,78%	10,20%	10,20%	Volatilidade esperada (média ponderada)	89,81%	79,75%	79,75%	Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,97	4,53	4,53	Dividendos esperados	2,85%	4,05%	4,05%
Ações Objeto das Opções de Compra		Opções de Compra																																																																											
Especie	Porcentagem	Porcentagem	Número																																																																										
Ordinária	33,33%	728,332																																																																											
Preferencial	66,67%	1.456.668																																																																											
	100,00%	2.185.000																																																																											
Ordinária	33,33%	100.000																																																																											
Preferencial	66,67%	200.000																																																																											
	100,00%	300.000																																																																											
	100,00%	2.485.000																																																																											
Opções de Compra	26.11%	24.63%	24.63%	24.63%																																																																									
Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029																																																																									
1º Programa de opção de compra de ações - 2021		2º Programa de opção de compra de ações - 2021																																																																											
Valor justo na data de outorga	R\$ 24,14	R\$ 24,49	R\$ 24,49																																																																										
Preço da ação na data de outorga	R\$ 20,82	R\$ 20,27	R\$ 20,27																																																																										
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)	7,78%	10,20%	10,20%																																																																										
Volatilidade esperada (média ponderada)	89,81%	79,75%	79,75%																																																																										
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,97	4,53	4,53																																																																										
Dividendos esperados	2,85%	4,05%	4,05%																																																																										

Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)

a) **Pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - Phantom Shares:** Em abril de 2021, a Companhia outorgou 780.000 phantom shares (710.000 em 31 de dezembro de 2020, todas liquidadas na data), equivalentes ao mesmo número de ações preferenciais de emissão da Companhia aos beneficiários do programa. Uma vez cumpridas as condições de vesting, qual seja: manter-se vinculado como Diretor da Companhia até o término do vesting, previsto para o mês de dezembro de 2021, o beneficiário terá o direito de receber o prêmio em 30 de dezembro de 2021. O valor da remuneração, em moeda nacional corrente, será definido após o encerramento do pregão da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão do dia 17 de dezembro de 2021. A metodologia de cálculo é a média linear da cotação média da ação preferencial dos dias 13 a 15 de dezembro de 2021 multiplicado pela quantidade de phantom shares em circulação de R\$ 25,00 por ação. O plano foi concluído e pago no dia 31 de dezembro de 2021. No total foram pagos os valores que representavam 710.000 phantom shares no valor médio de R\$ 24,19 por ação, totalizando R\$ 17,2 milhões. Em 31 de

dezembro de 2021, o total reconhecido na despesa, incluindo encargos sociais representa o montante de R\$ 20,3 milhões (R\$ 14 milhões em 31 de dezembro de 2020). No caso de o Diretor elegível ao recebimento da remuneração ser desligado da Companhia por vontade desta, com destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administração antes da data de pagamento, o elegível terá direito a receber o bônus integralmente na data do vencimento das phantom shares. O executivo elegível perderá o direito ao recebimento da totalidade das phantom shares a ele atribuídas se, até a data do pagamento do bônus: (i) se desligar da Companhia por vontade própria, renunciando ao seu cargo de administrador; (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, com destituição do seu cargo com violação dos deveres e atribuições de administrador. 28. **Receita operacional líquida:** De acordo com o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita de contratos com clientes será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, aguarda-se o prazo de devoluções expirar para que seja procedido o reconhecimento da receita. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial. **Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:	Alíquotas	Controladora		-----------	---------------		0% a 25%	0% a 45%		0% a 25%	0% a 45%		3% e 7,6%	0,65% e 1,65%	ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social PIS - Programa de Integração Social Vendas de produtos Prestação de serviços Total de receita bruta Impostos sobre vendas Devoluções e abatimentos Total de receita operacional líquida Em razão de suas vendas possuírem vencimento de curto prazo, sendo os efeitos do cálculo de ajuste de valor presente materiais, a Companhia não realiza o ajuste a valor presente dos respectivos saldos.	29. Outras Recetas Operacionais		Controladora		---------------------------------	------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		3.448.315	2.310.138	2.224.113		329	31	308		3.448.644	2.310.169	2.224.421		(701.906)	(446.909)	(493.162)		(6.274)	(3.880)	(2.415)		2.740.464	1.859.380	1.728.844	Outras receitas operacionais Recuperação de Impostos Subvenção governamental - COVID Royalties Alienação de immobilizados Recuperação de despesas com fornecedores Recuperação de créditos vencidos - PDD Outras receitas	30. Despesas por natureza		Controladora		---------------------------	-------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		(1.422.708)	(1.071.619)	(867.550)		(241.989)	(164.641)	(90.569)		(1.594)	(92.328)	(9.924)		(957.807)	(684.013)	(632.762)	Despesas por função Total de receita operacional líquida Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras despesas operacionais Despesas tributárias Depreciação e amortização Despesas com pessoal Despesas tributárias Materia-primas e materiais In-put e consumo	31. Resultado financeiro líquido:		Controladora		-----------------------------------	-------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		1.884.312	(1.427.565)	(1.103.019)		(1.884.312)	(1.427.565)	(1.103.019)		(1.884.312)	(1.427.565)	(1.103.019)	Despesas por natureza Materiais Auxiliares Conservação e manutenção Fretes e seguros Serviços de terceiros Propaganda e publicidade Despesas com garantia de produto Água e energia elétrica Viagens e estadias Despesas com comissões Custo do imobilizado baixado Riscos cíveis, trabalhistas e tributários Aluguis Outras despesas	32. Provisão para garantia de produtos:		Controladora		---	------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		26.528	1.489	27.594		196.542	250.695	194.254		1.905	235	1.673		224.975	252.399	223.521	Despesas financeiras Juros e Multas Variações cambiais IOF Outras despesas	Resultado financeiro líquido		Controladora		------------------------------	------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		(38.524)	(43.438)	(36.003)		(245.439)	(438.202)	(243.341)		(13.293)	(293)	(184)		(297.256)	(503.355)	(291.214)		(72.281)	(250.956)	(67.693)	32. **Provisão para garantia de produtos:** A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia de acordo com histórico e custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos, mediante assim os valores são provisionados com competência em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos são apresentados como segue:	33. Eventos subsequentes:		Controladora		---------------------------	------------	--------------		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		8.003	10.624	6.535		10.443	10.496	-		18.446	21.120	6.535		11.910	12.620	6.535		6.536	6.569	-	33. **Eventos subsequentes:** Em 25 de fevereiro de 2022, a Taurus Armas celebrou um acordo com o Ministério Público Federal (MPF) para encerramento da ação civil pública proposta contra a Companhia em 2017, e já homologado pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Federal de Sergipe. O MPF alegava problemas de qualidade em dez modelos de armas fabricadas pela então Forjas Taurus S.A. e pedia a suspensão da fabricação e comercialização de tais modelos, a substituição, reparo ou indenização das armas e indenização por danos morais coletivos, atribuindo à causa valor de aproximadamente R\$ 45 milhões. Conforme divulgado na nota 22, De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Taurus, a presente ação estava classificada como risco de perda possível e seu valor atualizado montia em R\$ 75,8 milhões. O acordo, que não implica reconhecimento de qualquer responsabilidade, culpa ou defeito de produto por parte da Taurus, prevê investimentos pela Companhia no valor global de R\$ 10 milhões, ao longo de cinco anos, em benefício da sociedade e da garantia de segurança pública. A Taurus apresentará de acordo com escopo, cronograma, custos estimados e resultados esperados (indicadores, metas e marcos de entrega) no prazo de 40 dias antes do início das ações para possibilitar monitoramento e aprovação prévia do MPF e homologação pela justiça federal de Sergipe. Nesse contexto, a celebração desse acordo se mostrou medida eficaz para encerrar relevante litígio com menor impacto à Companhia, evitando os riscos e custos aos quais estaria eventualmente exposta em caso de continuidade do litígio.			
Conselho de Administração Jorio Dauster Magalhães e Silva Presidente do Conselho de Administração José Paulo Dornier Carroli Conselheiro Bernardo Simões Birmann Vice-Presidente do Conselho de Administração Sérgio Laurimar Fioravanti Conselheiro Magnó Neves Fonseca Conselheiro **Conselho Fiscal** Mauro César Medeiros de Melo Conselheiro **Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre o Relatório dos Auditores Independentes** Os Srs. Salecio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho e Leonardo Brum Sesti, Diretores da Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, constantes do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, emitido em 11 de março de 2022. São Leopoldo, 11 de março de 2022 Salecio Nuhs Diretor Presidente Sergio Castilho Sgrillo Filho Diretor Administrativo Financeiro Leonardo Brum Sesti Diretor sem designação específica **Parcer do Conselho Fiscal** São Leopoldo, 11 de março de 2022 Mauro César Medeiros de Melo Conselheiro Edson Pereira Ribeiro Conselheiro **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Aos Acionistas e Administradores da** risco. (f) Envio de instruções e supervisão do trabalho dos auditores dos componentes na execução de procedimentos de auditoria em determinadas subsidiárias do Grupo. Consideramos que os procedimentos adotados pela Diretoria para a consolidação de suas demonstrações financeiras são adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Os processos de supervisão e coordenação dos auditores dos componentes foi considerado apropriado e suficiente. Avaliamos também a adequação das divulgações sobre as bases de consolidação das empresas do Grupo que compõem as demonstrações financeiras consolidadas, sobre a conversão de balanços das controladas no exterior e as transações e saldos com essas empresas controladas, as quais estão apresentadas nas notas explicativas nº 2,2, nº 2,4 e nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e consideramos que essas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Realização dos Impostos Diferidos Ativos -** Porque é um PAA Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado ativos líquidos relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$101.951 mil (R\$104.911 mil (controladora e consolidado, respectivamente), cujo reconhecimento foi efetuado considerando um estudo elaborado pela Diretoria da Companhia e suas controladas e aprovado pelo Conselho de Administração, sobre o montante provável de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e nos orçamentos preparados e aprovados pela Diretoria da Companhia e contou com o auxílio de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois na definição do valor provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e nos orçamentos preparados e aprovados pela Diretoria da Companhia e contou com o auxílio de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois na definição do valor provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos fiscais diferidos, a Diretoria da Companhia utiliza premissas baseadas em suas estratégias de mercado, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, as quais requerem aplicação de alto grau de julgamento e são sujeitas a incertezas inerentes que podem impactar de forma relevante as projeções. Adicionalmente, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são considerados materiais para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) Entendimento dos controles internos relevantes relativos à aprovação do estudo elaborado pela Diretoria da Companhia; (b) Avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado. (c) Avaliação da consistência matemática das projeções e a razoabilidade dos principais componentes comparados com a legislação tributária vigente; com a participação dos nossos especialistas em imposto de renda e contribuição social; (d) Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos impostos diferidos ativos reconhecidos, a existência de lucros tributáveis futuros projetados suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Diretoria da Companhia para o reconhecimento dos impostos diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Planos de opções - "Stock Options"** - Porque é um PAA Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia aprovou em abril de 2021 o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações que deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. As despesas relativas ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações são registradas pelo Conselho de Administração no resultado do exercício, em uma base *pro rata temporis*, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas foi o Black, Scholes & Merton. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores relativos ao plano de opções são considerados materiais para a auditoria; (ii) a determinação do valor justo das opções envolve alto grau de julgamento por parte da Diretoria no que se refere a determinação da metodologia de cálculo, bem como as premissas a serem adotadas no cálculo,																																																																																																																																																																																																						
Diretoria Estatutária Sergio Castilho Sgrillo Filho Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relações com Investidores Leonardo Brum Sesti Diretor sem designação específica **Contador** Cláudia Costa Gerente de Contabilidade - CRC/RS 055869/0-8 **Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021** Os Srs. Salecio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho e Leonardo Brum Sesti, Diretores da Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Taurus Armas S.A. e empresas consolidadas relativas ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. São Leopoldo, 11 de março de 2022 Salecio Nuhs Diretor Presidente Sergio Castilho Sgrillo Filho Diretor Administrativo Financeiro Leonardo Brum Sesti Diretor sem designação específica **Parcer do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A.** Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as condições patrimoniais e financeiras da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. São Leopoldo, 10 de março de 2022 Salecio Nuhs Diretor Presidente Sergio Castilho Sgrillo Filho Diretor Administrativo Financeiro Leonardo Brum Sesti Diretor sem designação específica Magnó Neves Fonseca Conselheiro Luciano Luit Barsi Conselheiro com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos certo escopo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.																																																																																																																																																																																																						
Porto Alegre, 11 de março de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011603/0-9 Fº R Otávio Ramos Pereira Contador CRC nº RS 05770/0-2 **Deloitte**																																																																																																																																																																																																						

Jornal do Comércio

Disponível no Google Play e na App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MERCADO FINANCEIRO Bolsas na Europa fecham em queda, com tecnologia e incerteza com Brexit

08/09/2020 14:08 Alfredo Soares lança livro e diz que varejistas tem que ser um criador de demanda

08/09/2020 14:05 Braskem avança em pesquisas sobre reciclagem

08/09/2020 14:01 ESTADOS UNIDOS Apoiadores de Trump se reúnem nos arredores de Portland e confrontam democratas

08/09/2020 13:37 ABRONEGÓCIOS Ex-entregador digital de medicação

Evento de eventos aposta em temas para retomada segura

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 92.781.335/0001-02 NIRE 43300007391

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 2021, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Deliberar sobre proposta de aditamento do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, ("Plano de Opção de Compra") para fins de ampliar os colaboradores elegíveis a participar de tal plano e regular expressamente as consequências aplicáveis aos casos de cancelamento, extinção ou de qualquer forma de exercício parcial das opções de compra emitidas pela Companhia. (ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2022; (iii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022; (iv) Deliberar sobre a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere a: (a) Artigo 5º - valor do capital social e quantidade de ações de acordo com o aumento do Capital Social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/01/2022; (b) Artigo 6º - limite máximo de número de ações para aumento de capital social por deliberação do Conselho de Administração; e, (c) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta de administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). Para poder participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 15.04.2021, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para ago@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto por meio do "Boletim de Voto a Distância" (Boletim), disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br).

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

www.cpfl.com.br

Companhia Aberta



Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2021, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,0 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,9% em relação ao exercício de 2020. Destaca-se a classe Outros, que registrou uma redução de 16,9% ante 2020, devido ao aumento da migração das permissionárias. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico

O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021. A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano: i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetivados no início do mandato de Biden; ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto; iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022. A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia. A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas. No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor. A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano. Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre - mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário. Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano. **Tarifas de energia elétrica: Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2021:** Em 15 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.880, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 15,23%, sendo 16,68% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e - 1,45% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 9,95% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,88% e da Parcela B de 10,81%. Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que irá vigorar até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: a RGE encerrou o ano com 3,0 milhões de clientes, com acréscimo de 55 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%. **Vendas de energia:** Em 2021, as vendas para o mercado cativo totalizaram 12.934 GWh, uma queda de 6,9% em relação a 2020. A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2021 foi de 44,3% para a classe residencial,

14,2% para a classe comercial e 10,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se: • **Classe Residencial:** queda de 1,5%, refletindo o efeito da temperatura, que foi menor que em 2020 ao longo do ano e o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora; • **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 2,4% e 1,1%, respectivamente, refletindo os impactos trazidos pela restrição de atividades devido à pandemia do Covid-19, o efeito da temperatura, que foi menor que em 2021 ao longo do ano, o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre. **Qualidade dos serviços prestados: Atendimento ao cliente:** a RGE obteve em 2021 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 68,8, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE, resultado 12,7 pontos abaixo do resultado de 2020. O índice foi superior à média nacional de 65,5, porém a RGE perdeu posições no ranking de sua categoria, passando a ocupar 13º lugar, após vencer o prêmio em 2019 e ocupar o 5º lugar em 2020. **Fornecimento de energia:** a RGE desenvolveu iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2021, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 10,84 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,83 vezes.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 16.234 milhões em 2021, representando um aumento de 24,0% (R\$ 3.145 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 13,4% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.263 milhões); (ii) de R\$ 892 milhões no ativo e passivo financeiro setorial; (iii) de 200,6% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 340 milhões); (iv) de 17,1% em outras receitas (R\$ 312 milhões); (v) de 22,4% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 223 milhões); e (vi) de 19,7% no suprimento de energia elétrica (R\$ 114 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 5.573 milhões em 2021, representando um aumento de 14,5% (R\$ 706 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 10.660 milhões em 2021, representando um aumento de 29,7% (R\$ 2.438 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** em 2021, o EBITDA foi de R\$ 2.170 milhões, representando um aumento de 51,9% (R\$ 742 milhões), devido ao aumento de 29,7% (R\$ 2.438 milhões) na receita líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 29,1% no custo com energia elétrica (R\$ 1.399 milhões); (ii) de 22,4% (R\$ 223 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) de 7,6% (R\$ 75 milhões) no PMSO (despesas com PESSOAL, MATERIAL, SERVIÇOS DE TERCEIROS, OUTROS CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS e ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA). O aumento no PMSO deve-se aos seguintes fatores: ✓ Aumento de 5,1% (R\$ 17 milhões) nas despesas com pessoal; ✓ Aumento de 25,7% (R\$ 17 milhões) nas despesas com material; ✓ Aumento de 3,9% (R\$ 10 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; ✓ Aumento de 10,4% (R\$ 33 milhões) em outros custos/despesas operacionais; ✓ Redução de 11,6% (R\$ 2 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2021	2020
Lucro Líquido	976.685	687.610
Amortização	412.698	390.287
Resultado Financeiro	276.604	85.529
Contribuição Social	134.381	70.065
Imposto de Renda	369.273	194.621
EBITDA	2.169.641	1.428.113

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a RGE apurou lucro líquido de R\$ 977 milhões em 2021, representando um aumento de 42,0% (R\$ 289 milhões), refletindo principalmente o aumento 51,9% no EBITDA (R\$ 742 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 223,4% nas despesas financeiras (R\$ 191 milhões); e (ii) de 90,3% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 239 milhões). **Endividamento:** no final de 2021, a dívida financeira (incluindo derivativos) da RGE atingiu R\$ 5.886 milhões, representando um aumento de 22,9%.

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 1.253 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano de sustentabilidade:** organizado em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade. **Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. **Gestão ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. A empresa foi certificada na norma ISO 14001 em 2020 e suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização + Segura. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade do Grupo CPFL, além de ter como base as diretrizes, valores e princípios do Grupo, formaliza o seu compromisso em conduzir os negócios pautados pela integridade e pelos mais altos parâmetros de Governança Corporativa. O programa possui 4 pilares compostos por dispositivos que evidenciam o tom e a prática do discurso pela alta administração, a existência de procedimentos e diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ações de comunicação e treinamentos para

colaboradores e fornecedores. O programa conta, ainda, com o canal de ética, independente e gerido por empresa terceira, bem como com mecanismos de avaliação e monitoramento de suas ações. Ao longo de 2021, destacamos as seguintes ações executadas: (i) a manutenção do Selo Pró-Ética 2020/2021 que é um prêmio concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seletivo grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude; (ii) os treinamentos presenciais e virtuais sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores; (iii) a divulgação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas as unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades; e (iv) a comemoração do Dia da Integridade, com evento online que contou com a participação do convidado Max Gehring para reflexão sobre o valor deste tema para a CPFL. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2021, para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período. **Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, destacam-se: (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 3 cidades; (ii) **CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhoria na infraestrutura, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar (realizados em formato digital, alcance nacional) em 07 cidades. Ao todo, a frente atingiu 285 mil pessoas digitalmente; (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação digital - alcance nacional):** foram executados projetos digitais que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países; (iv) **Circuito CPFL (atividades suspensas em 2021 e postergadas para 2022 devido à pandemia de Covid-19):** A frente Circuito CPFL promove atividades culturais e esportivas itinerantes em todo o país como sessões de cinema movidos a energia solar (CineSolar) e etapas de corrida. Em função da pandemia do Covid-19 as atividades do CineSolar foram adaptadas ao formato digital através da mostra digital "A brincadeira tá on", que selecionou 56 curtas-metragens em 14 estados (alcance nacional); (v) **Café Filosófico CPFL (programação digital-alcance nacional):** foram executadas lives do programa Café Filosófico CPFL, exibidas ao vivo nas redes sociais do Instituto e posteriormente na TV Cultura. Mais de 170 milhões de pessoas foram impactadas com essas atividades; (vi) **Outros investimentos sociais:** foi executado 1 projeto voltado às pessoas com deficiência, além do apoio a dois editais (FAC das Artes e FEAI - Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva), que apoiou projetos de geração de renda e de auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade social; (vii) **Voluntariado:** Em 2021, foram desenvolvidas 8 ações que envolveram cerca de 329 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 2 cidades (Santa Rosa e São Leopoldo) da área de concessão beneficiaram aproximadamente 610 pessoas diretamente; e (viii) **Eficiência Energética (0,5% da ROL):** Foram investidos R\$ 68,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 12,0 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 1.476 clientes; substituição de (b) 4.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e (c) 3.206 trocadores de calor. Foi também executado projeto educacional (d) RGE nas Escolas, que capacitou 127.988 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 1,9 milhões. Também desenvolveu (e) projeto bônus residencial com a substituição de 2.498 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia inverter, com um investimento de R\$ 2,2 milhões. Executou ainda (f) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 8.440 pontos de iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 9,6 milhões. Por fim, (g) investiu R\$ 36,1 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão. **Gestão de Recursos Humanos:** Em 2021, treinamos 4.025 pessoas. Da base ativa de colaboradores, 97% já passou por algum treinamento. Foram 20,9 mil horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 14 Escolas para formação de eletricitistas concluídas ao longo do ano, e 5 em andamento/finalização; a previsão é de 298 pessoas treinadas e mais de 8 mil horas de desenvolvimento. **Rede de Valor:** em 2021, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, que contaram com a participação de 80 parceiros e no qual foram abordados os seguintes temas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Segurança da Informação, ESG, Código de Ética para Fornecedores e Segurança do Trabalho. Assim como em 2020, os encontros de 2021 também foram em formato online por causa da pandemia.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2021, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 6% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2019	01/06/2020	24 meses

Contratamos um total de R\$ 37 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 6% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2021 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62											
Balancos Patrimoniais						Demonstrações dos Resultados					
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020						Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Em milhares de Reais)						(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)					
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	322.437	392.601	Fornecedores	15	1.090.239	1.052.529	Receita operacional líquida	25	10.660.448	8.222.080
Títulos e valores mobiliários	6	3.568	757.705	Empréstimos e financiamentos	16	435.612	1.803.770	Custo do serviço			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.403.690	1.405.990	Debêntures	17	159.762	129.898	Custo com energia elétrica	26	(6.208.132)	(4.809.605)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	14.001	3.367	Entidade de previdência privada	18	-	35	Custo com operação			
Outros tributos a compensar	8	99.338	80.543	Taxas regulamentares	19	142.599	23.658	Amortização		(321.866)	(297.715)
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	478.204	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	17.875	3.045	Outros custos com operação	27	(437.072)	(398.841)
Derivativos	32	103.613	486.476	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	159.921	167.986	Custo do serviço prestado a terceiros	27	(1.218.554)	(995.543)
Ativo financeiro setorial	9	595.997	188.331	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	29	126.750	-	Lucro operacional bruto		2.474.824	1.720.377
Estoques		19.273	-	Dividendo e juros sobre capital próprio	23	-	163.307	Despesas operacionais			
Outros ativos	12	411.022	220.396	Obrigações estimadas com pessoal		34.070	30.884	Despesas com vendas			
Total do circulante		3.450.376	3.554.682	Outras contas a pagar	22	442.046	372.556	Amortização		(5.494)	(4.945)
Não circulante				Total do circulante		2.608.874	3.747.668	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(110.853)	(79.683)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	79.690	108.877	Não circulante				Outras despesas com vendas	27	(162.739)	(166.879)
Depósitos judiciais	21	106.144	123.808	Fornecedores	15	221.283	189.578	Despesas gerais e administrativas			
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.751	2.565	Empréstimos e financiamentos	16	3.283.120	2.471.467	Amortização		(33.239)	(35.529)
Outros tributos a compensar	8	114.026	91.657	Debêntures	17	2.376.098	1.268.228	Outras despesas gerais e administrativas	27	(256.059)	(269.830)
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	2.283.726	-	Entidade de previdência privada	18	160.542	176.409	Outras despesas operacionais			
Ativo financeiro setorial	9	253.379	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	8.802	3.148	Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Derivativos	32	289.343	398.645	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	215.196	231.817	Outras despesas operacionais	27	(97.398)	(73.587)
Créditos fiscais diferidos	10	539	167.303	Mútuos com controladora	29	-	300.019	Resultado do serviço		1.756.943	1.037.826
Ativo financeiro da concessão	11	5.904.078	4.513.915	Derivativos	32	24.133	-	Resultado financeiro	28		
Outros ativos	12	4.566	5.947	Passivo financeiro setorial	9	-	8.654	Receitas financeiras		284.251	223.271
Ativo contratual	13	650.777	618.617	PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.768.506	-	Despesas financeiras		(560.854)	(308.800)
Intangível	14	2.340.592	2.458.397	Outras contas a pagar	22	117.810	106.797	Lucro antes dos tributos		1.480.339	952.297
Total do não circulante		12.029.611	8.489.733	Total do não circulante		9.175.490	4.756.118	Contribuição social	10	(134.381)	(70.065)
				Patrimônio líquido	23			Imposto de renda	10	(369.273)	(194.621)
				Capital social		2.831.534	2.820.677	Lucro líquido do exercício		976.685	687.610
				Reserva de capital		173.962	184.819	Lucro líquido básico e diluído			
				Reserva legal		234.784	185.950	por ação ordinária - R\$	24	867,83	610,98
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro		-	489.922				
				Dividendo		591.850	-				
				Resultado abrangente acumulado		(136.508)	(140.739)				
						3.695.623	3.540.630				
Total do ativo		15.479.987	12.044.415	Total do passivo e do patrimônio líquido		15.479.987	12.044.415				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de lucros		Dividendo não distribuído	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
					Reserva de capital de giro	Reserva de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	450.356	11.479	424.296	(139.466)	-	3.950.620
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	687.610	687.610
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	(526)	-	(526)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	(747)	-	(747)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição da reserva legal	-	-	34.381	-	-	-	-	-	-	(34.381)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	489.922	-	-	-	-	(489.922)	-
Transações de capital com os acionistas											
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(424.296)	-	-	-	(424.296)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.307)	(163.307)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	(46.890)	(450.356)	-	(11.479)	-	-	-	(508.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.820.677	184.819	185.950	-	489.922	489.922	-	-	(140.739)	-	3.540.630
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	976.685	976.685
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	18.405	-	18.405
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.174)	-	(14.174)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição da reserva legal	-	-	48.834	-	-	-	-	-	-	(48.834)	-
Transações de capital com os acionistas											
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	591.850	-	-	(591.850)	-
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021 e 11/11/2021	-	-	-	-	(489.922)	-	-	-	-	(336.000)	(825.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.831.534	173.962	234.784	-	489.922	489.922	591.850	-	(136.508)	-	3.695.623

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos tributos	1.480.339	952.297
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	412.698	390.287
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	66.648	79.182
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110.853	79.683
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(125.018)	7.356
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	12.896	14.583
Perda (ganho) na baixa de não circulante	95.517	71.805
	2.053.933	1.595.193
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(173.143)	(127.738)
Tributos a compensar	189.930	(10.476)
Depósitos judiciais	20.405	(3.938)
Ativo financeiro setorial	(607.717)	174.731
Contas a receber - CDE	(1.615)	(17.843)
Outros ativos operacionais	(95.119)	(96.442)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	69.415	309.960
Outros tributos e contribuições sociais	(5.540)	11.198
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(5.395)	(14.808)
Taxas regulamentares	118.942	(35.429)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(112.535)	(96.241)
Passivo financeiro setorial	(268.451)	(12.307)
Contas a pagar - CDE	(6.869)	(36.880)
Outros passivos operacionais	87.106	77.591
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.263.347	1.716.571
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(191.055)	(170.386)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(330.353)	(39.065)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	741.939	1.507.120
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(26.239)	(750.270)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	775.179	463
Adições de ativo contratual	(1.253.015)	(960.056)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(504.075)	(1.709.863)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	2.260.046	1.441.962
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.920.552)	(355.176)
Liquidação de operações com derivativos	525.509	67.256
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(989.230)	(933.021)
Captações de mútuos com controladora	-	300.000
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(183.800)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(308.027)	521.021
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(70.163)	318.278
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	392.601	74.323
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	322.437	392.601

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	976.685	687.610
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	18.405	(526)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(14.174)	(747)
Resultado abrangente do exercício	980.916	686.338

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
1 - Receita	16.122.687	13.009.027
1.1 Receita de venda de energia e serviços	15.015.776	12.093.840
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.217.764	994.869
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.853)	(79.683)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(8.679.290)	(6.864.314)
2.1 Custo com energia elétrica	(6.875.202)	(5.323.359)
2.2 Material	(703.038)	(538.899)
2.3 Serviços de terceiros	(802.375)	(722.984)
2.4 Outros	(298.676)	(279.072)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	7.443.397	6.144.713
4 - Retenções	(414.421)	(392.039)
4.1 Amortização	(362.321)	(339.939)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	7.028.976	5.752.674
6 - Valor adicionado recebido em transferência	299.669	233.105
6.1 Receitas financeiras	299.669	233.105
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	7.328.645	5.985.779
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	348.593	331.490
8.1.1 Remuneração direta	201.750	187.138
8.1.2 Benefícios	133.510	131.765
8.1.3 F.G.T.S	13.333	12.586
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.396.825	4.613.623
8.2.1 Federais	2.228.682	1.884.358
8.2.2 Estaduais	3.16	

—☆ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;

- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta Covid por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A Conta Covid destinou-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B". A disponibilização de tais recursos (exceto para o item "iv" apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vindanças relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A. A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta Covid e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE Covid, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação. Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens "i" a "iii" citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro: Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia, a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência. Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ónus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão. O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica. Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2020, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta COVID e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia. Concluiu a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta Covid, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta Covid a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpf.com.br) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Débitos e créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro; • Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras

estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulemante quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.3 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16). Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32. - **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e *serviço de passagem*. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.5 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** - **Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuárias desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuárias são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de

continua—☆

—☆ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa que reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício. **3.12 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares - nota 25.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):** Em fevereiro de 2021, a CVM emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):** Em fevereiro de 2021, a CVM emitiu alterações ao CPC 26 (R1) no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e

adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações de aluguel relacionadas à Covid-19 (alterações ao CPC 06); e • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. **- Intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos bancários	55.033	73.273
Aplicações financeiras	267.404	319.328
• Títulos de crédito privado (a)	261.053	82.086
• Operações compromissadas (b)	6.351	237.242
Total	322.437	392.601

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs no montante de R\$ 261.053 (R\$ 82.086 em 31 de dezembro de 2020), realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,93% do CDI (98,61% do CDI em 31 de dezembro de 2020). (b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 86,50% do CDI (79,46% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação direta	3.568	757.705
Total	3.568	757.705

Representa valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI e em 31 de dezembro de 2020 são valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT") e títulos de capitalização, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da SELIC.

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Vencidos		Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Classes de consumidores				
Residencial	420.391	198.489	24.183	643.063
Industrial	16.021	16.006	16.684	48.711
Comercial	98.333	30.998	18.876	148.207
Rural	67.803	17.110	10.453	95.366
Poder público	23.879	1.753	7.471	33.103
Iluminação pública	30.711	291	1.005	32.008
Serviço público	16.878	336	2	17.216
Faturado	674.015	264.985	78.674	1.017.675
Não faturado	380.271	-	-	380.271
Parcelamento de débito de consumidores	67.904	27.700	13.415	109.018
Operações realizadas na CCEE	78.421	-	-	78.421
Concessionárias e permissonárias	22.653	-	-	22.653
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica	(96.476)	-	-	(96.476)
Outros	2.508	-	-	2.508
Total	1.129.295	292.685	92.089	1.514.069
				1.487.887
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(110.379)
Total				1.403.690
Não circulante				
Precatórios	36.263	-	-	36.263
Parcelamento de débito de consumidores	43.427	-	-	43.427
Total	79.690			79.690
				108.877

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)		Recebimento Conta de Comercialização de Itaipu		Saldo em 31/12/2021			
	Diferido	Homo-logado	Total	Consti-tuição	Realização	Atualização monetária	Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS	Diferido	Homo-logado	Total	Diferido	Homo-logado	Total
Parcela "A"													
CVA (*)	288.048	25.605	313.654	767.593	(154.220)	31.861	-	(95.186)	700.474	163.228	863.702		
CDE (**)	(7.822)	35.024	27.202	(1.758)	(53.056)	746	-	-	(42.531)	15.666	(26.865)		
Custos energia elétrica	(51.031)	(155.087)	(206.119)	(163.092)	240.409	4.359	-	(41.058)	(83.385)	(124.443)			
ESS e EER (***)	67.438	(103.034)	(35.596)	419.232	51.995	3.292	-	395.388	43.536	438.924			
Proinfa	(3.154)	(6.877)	(10.031)	17.044	(649)	433	-	-	6.798	6.798			
Rede básica	84.155	36.397	120.551	54.096	(78.574)	4.202	-	61.972	38.303	100.275			
Repasso de Itaipu	221.545	195.847	417.392	544.016	(284.327)	19.951	-	(95.186)	467.677	134.170	601.847		
Transporte de Itaipu	15.527	7.040	22.567	(4.371)	(12.610)	564	-	(939)	7.089	6.150			
Neutralidade dos encargos setoriais	(18.772)	2.886	(15.885)	8.096	5.938	44	-	6.546	(8.353)	(1.807)			
Sobrecontratação	(19.838)	13.410	(6.428)	(105.670)	(23.346)	(1.730)	-	(146.581)	9.406	(137.175)			
Outros componentes financeiros	(135.783)	1.806	(133.977)	244.600	113.380	(9.529)	(228.800)	-	101.841	(116.167)	(14.326)		
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	116.958	(6.003)	(228.800)	-	-	(117.845)	(117.845)		
Outros	(135.783)	1.806	(133.977)	244.600	(3.579)	(3.526)	-	101.841	1.678	103.519			
Total	152.266	27.411	179.677	1.012.194	(40.841)	22.332	(228.800)	(95.186)	802.315	47.061	849.376		
Ativo circulante													
Ativo não circulante													
Passivo não circulante													

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da parcela "A"; (**) Conta de desenvolvimento energético; (***) Encargo de serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER").

Parcelamento de débitos de consumidores - refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuísem histórico de medição. O referido bônus será custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras. A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 96.478 em ativo em Consumidores, concessionárias e permissonárias, referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa, sendo que desde montante, R\$ 2 já foram pagos durante o exercício de 2021, em contrapartida de um ativo em Outros Créditos no mesmo montante. O bônus será concedido aos consumidores nas faturas de janeiro e fevereiro de 2022, sendo que o reembolso às distribuidoras se dará na contabilização da CCEE de janeiro, a ser liquidada em março deste mesmo ano. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissonárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2019	(78.461)	(17.022)	(95.483)
Provisão revertida (constituída) líquida	(129.188)	114	(129.074)
Recuperação de receita	49.391	-	49.391
Baixa de contas a receber provisionadas	76.360	-	76.360
Saldo em 31/12/2020	(81.897)	(16.908)	(98.805)
Provisão revertida (constituída) líquida	(170.141)	(191)	(170.332)
Recuperação de receita	59.479	-	59.479
Baixa de contas a receber provisionadas	82.180	-	82.180
Saldo em 31/12/2021	(110.379)	(17.099)	(127.478)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 32 (e).

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.001	3.367
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.001	3.367
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	20.857	14.546
ICMS a compensar	77.027	64.368
Programa de integração social - PIS	249	280
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.149	1.293
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	99.338	80.543
Total circulante	113.339	83.911
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.576	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.751	2.565
ICMS a compensar	108.726	86.436
Programa de integração social - PIS	826	812
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.802	3.738
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	114.026	91.657
Total não circulante	116.777	94.222

Imposto de renda e contribuição social a compensar - referem-se principalmente a constituição de crédito de imposto sobre lucro líquido e retenções de órgão público. **Imposto de renda retido na fonte - IRRF** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras. **ICMS a compensar** - refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. **8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:**

	31/12/2021
Ativo Circulante	
PIS sobre ICMS	84.190
COFINS sobre ICMS	394.014
Total circulante	478.204
Não circulante	
PIS sobre ICMS	411.080
COFINS sobre ICMS	1.872.647

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Faixa de vencimento		Garantia
	31/12/2021	31/12/2020			
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
TJLP					
FINEP	TJLP + 6%	427	1.451	2017 a 2022	Fiança Bancária
		<u>427</u>	<u>1.451</u>		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.903.727	1.196.305	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>1.903.727</u>	<u>1.196.305</u>		
		<u>1.904.154</u>	<u>1.197.755</u>		
		(17.179)	(20.357)		
Total moeda nacional					
Gastos com captação					
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%	229.372	282.980	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%	1.463.329	2.191.038	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>1.692.701</u>	<u>2.474.018</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79 a 0,80%	187.339	644.243	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>187.339</u>	<u>644.243</u>		
		(48.284)	(20.422)		
Marcação a mercado					
Total moeda estrangeira					
Total		<u>3.718.732</u>	<u>4.275.237</u>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa prefixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. **Taxa efetiva a.a.:** (a) De 60% a 110% do CDI. Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 48.284 (R\$ 20.422 em 31 de dezembro de 2020), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.874 (R\$ 20.500 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 14.410 (R\$ 40.922 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Subtotal
	494.591	532.868	853.698	366.529	1.079.517	(44.085)	<u>3.283.120</u>
Total							<u>3.283.120</u>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
TJLP	4,80	4,87	0,01	0,03
IPCA	10,06	4,52	50,73	27,51
CDI	4,40	2,78	49,26	72,46
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Montantes		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	liberados em 2021						
Moeda estrangeira								
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	340.000	340.000	Semestral	Duas parcelas em 06/2025 e 06/2026	Capital de Giro	USD + 1,8258%	USD + 1,8258%	CDI+1,26%
Moeda nacional								
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	157.183	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	504.297	Trimestral em junho de 2027	Parcela única	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
	<u>1.825.620</u>	<u>1.001.480</u>						

Condições restritivas: Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e, • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020		Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Captação				
Mensuradas ao custo						
Pós-fixado						
CDI	993.236	603.000	(125.000)	52.872	(34.211)	1.489.897
IPCA	152.292	-	-	23.944	(8.073)	168.163
Total ao custo	<u>1.145.528</u>	<u>603.000</u>	<u>(125.000)</u>	<u>76.815</u>	<u>(42.284)</u>	<u>1.658.060</u>
Gastos com captação	(5.464)	(24.434)	-	3.062	-	(26.836)
Mensuradas ao valor justo						
Pós-fixado						
IPCA	244.804	680.000	-	105.948	(28.946)	1.001.805
Marcação a mercado	13.258	-	-	(110.426)	-	(97.169)
Total ao valor justo	<u>258.062</u>	<u>680.000</u>	<u>-</u>	<u>(4.478)</u>	<u>(28.946)</u>	<u>904.637</u>
Total	<u>1.398.126</u>	<u>1.258.566</u>	<u>(125.000)</u>	<u>75.399</u>	<u>(71.230)</u>	<u>2.535.860</u>
Circulante	129.898	-	-	-	-	159.762
Não circulante	1.268.228	-	-	-	-	2.376.098

Modalidade	Saldo em 31/12/2019		Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019			
Mensuradas ao custo					
Pós-fixado					
CDI	998.542	998.542	29.383	(34.689)	993.236
IPCA	145.901	145.901	14.043	(7.652)	152.292
Total ao custo	<u>1.144.443</u>	<u>1.144.443</u>	<u>43.426</u>	<u>(42.341)</u>	<u>1.145.528</u>
Gastos com captação	(7.066)	(7.066)	1.602	-	(5.464)
Mensuradas ao valor justo					
Pós-fixado					
IPCA	234.538	234.538	23.571	(13.306)	244.804
Marcação a mercado	24.873	24.873	(11.615)	-	13.258
Total ao valor justo	<u>259.411</u>	<u>259.411</u>	<u>11.957</u>	<u>(13.306)</u>	<u>258.062</u>
Total	<u>1.396.788</u>	<u>1.396.788</u>	<u>56.985</u>	<u>(55.648)</u>	<u>1.398.126</u>
Circulante	16.393	16.393	-	-	129.898
Não circulante	1.380.395	1.380.395	-	-	1.268.228

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Faixa de vencimento		Garantia
	31/12/2021	31/12/2020			
Mensuradas ao custo					
Pós-fixado					
CDI	De 107% a 109,75% do CDI	1.489.897	993.236	2021 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,3473%	168.163	152.292	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo		<u>1.658.060</u>	<u>1.145.528</u>		
Gastos com captação		(26.836)	(5.464)		
Mensuradas ao valor justo					
Pós-fixado					
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	270.320	244.804	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	731.485	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
		<u>(97.169)</u>	<u>13.258</u>		
Marcação a mercado		<u>904.637</u>	<u>258.062</u>		
Total mensuradas ao valor justo		<u>2.535.860</u>	<u>1.398.126</u>		

(1) Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. **Taxa efetiva a.a.:** (a) De 107,84% a 109,75% do CDI. (b) IPCA + 5,49 a 6,31% (c) CDI + 1,48%. Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 97.169 (perdas de R\$ 13.258 em 31 de dezembro de 2020), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 66.571 (R\$ 38.659 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 30.598 (ganho R\$ 25.401 em 31 de dezembro de 2020). O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Subtotal
	452.446	577.276	128.770	197.823	198.377	918.574	<u>2.473.267</u>
Total							<u>2.473.267</u>
Adições no exercício:							<u>(97.169)</u>
Total							<u>2.376.098</u>

Modalidade	Montantes R\$ mil		Quantidade emitida	Liberado líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Liberado em 2021	Liberado em 2021								
Moeda nacional - IPCA										
11ª Emissão	680.000	680.000	680.000	659.490	Semestral	03 parcelas anuais a partir de maio de 2029	(a)	IPCA + 4,3%	CDI + 8,20%	CDI + 0,43%
12ª Emissão	603.000	603.000	603.000	599.076	Semestral	03 parcelas anuais a partir de setembro de 2026	(a)	CDI + 1,4%	CDI + 1,58%	Não se aplica
	<u>1.283.000</u>	<u>1.283.000</u>		<u>1.258.566</u>						

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo: **18.1 Características: "Plano 1" (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e **"Plano 2" (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. Ao final do exercício de 2021 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	472.498	622.201	452.237	670.330
Valor justo dos ativos do plano	(451.414)	(482.743)	(463.399)	(493.886)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	<u>21.084</u>	<u>139.458</u>	<u>(11.162)</u>	<u>176.444</u>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	11.162	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>21.084</u>	<u>139.458</u>	<u>-</u>	<u>176.444</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	<u>464.335</u>	<u>681.363</u>		
Custo do serviço corrente bruto	(24)	1.873		
Juros sobre obrigação atuarial	34.289	50.135		
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.423	1.263		
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(18.607)	(24.665)		
Benefícios pagos no exercício	(29.179)	(39.639)		
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	<u>452.237</u>	<u>670.330</u>		
Custo do serviço corrente bruto	(1.167)	1.142		
Juros sobre obrigação atuarial	33.746	50.085		

—☆ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3 Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Passivo atuarial no início do exercício	-	176.444	-	177.506
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(1.539)	14.435	(295)	14.879
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.160)	(3.201)	(7.853)	(6.948)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	25.026	14.221	-	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(9.252)	(76.057)	(18.607)	(24.665)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	21.033	13.616	17.686	15.638
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(12.024)	-	9.069	-
Passivo atuarial no fim do exercício	21.084	139.458	-	176.409
Outras contribuições	-	-	-	35
Total passivo	21.084	139.458	-	176.444
Circulante	-	-	-	35
Não circulante	-	160.542	-	176.409

18.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 2.246 (plano 1) e R\$ 3.329 (plano 2). Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2022	35.308	44.490
2023	36.542	46.213
2024	37.730	47.768
2025	38.958	49.297
2026 a 2031	258.945	330.231
Total	407.483	517.999

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi 10 anos (Plano 1) e 10,5 anos (Plano 2). **18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:** Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2021 e 2020, são como segue:

	2022 estimadas		2021 realizadas		2020 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(79)	1.367	(1.167)	1.142	(24)	1.873
Juros sobre obrigações atuariais	42.801	56.456	33.746	50.085	34.289	50.135
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.933)	(43.517)	(34.980)	(36.792)	(34.598)	(37.129)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	862	-	38	-
Total da despesa (receita)	1.789	14.306	(1.539)	14.435	(295)	14.879

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,74% a.a.(*)	5,48% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 5,22% em 2021 e de 4,96% em 2020. **18.6 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021. A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2021	2020	2021	2020
Renda fixa	78%	78%	77%	74%
Títulos públicos federais	68%	63%	65%	64%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	10%	5%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	2%
Renda variável	12%	18%	14%	21%
Fundos de investimento em ações	12%	18%	14%	21%
Investimentos estruturados	7%	-	5%	1%
Fundos imobiliários	-	-	-	-
Fundos de investimento multimercado	7%	-	5%	-
Cotados em mercado ativo	98%	97%	97%	96%
Imóveis	1%	1%	1%	2%
Operações com participantes	2%	2%	3%	2%
Outros ativos	-1%	-	-1%	-
Depósitos judiciais e outros	-1%	-	-1%	-
Não cotados em mercado ativo	2%	3%	3%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2022 - Fundação Família Previdência	
	Plano 1	Plano 2
Renda fixa	72%	69%
Renda variável	14%	17%
Imóveis	2%	2%
Empréstimos e financiamentos	2%	3%
Investimentos estruturados	7%	5%
Investimentos no exterior	3%	4%
Total	100%	100%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Fundação Família Previdência determinar a alocação de recursos e com isso atingir os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de *Asset Liability Management - ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se

os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 Análise de sensibilidade: As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33. • Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 11.919 no plano 1 e R\$ 16.559 no plano 2 (redução de R\$ 11.410 no plano 1 e R\$ 15.816 no plano 2). • Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagradada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 8.985 no plano 1 e R\$ 12.040 no plano 2 (aumento de R\$ 8.760 no plano 1 e R\$ 11.761 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a.. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

19. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.114	791
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	75
Bandeiras tarifárias e outros	133.549	22.792
Total	142.599	23.658

Bandeiras tarifárias e outros - O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB") no primeiro trimestre de 2021.

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.170	90
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.704	2.955
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.875	3.045
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	115.806	93.360
Programa de integração social - PIS	5.293	11.001
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.862	50.889
Outros	13.960	12.736
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	159.921	167.986
Total circulante	177.796	171.031
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.906	3.148
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.896	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.802	3.148
Total Não circulante	8.802	3.148

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	75.682	41.612	81.489	48.885
Cíveis	104.178	24.882	113.576	36.408
Fiscais	19.058	39.649	18.390	38.516
Regulatórios	15.909	-	17.994	-
Outros	369	-	369	-
Total	215.196	106.144	231.817	123.808

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020			Atualização monetária 31/12/2021			Saldo em 31/12/2021
	Adições	Reversões	Pagamentos	Adições	Reversões	Pagamentos	
Trabalhistas	81.489	25.455	(12.198)	(26.255)	7.192	75.682	75.682
Cíveis	113.576	57.675	(13.251)	(84.976)	31.154	104.178	104.178
Fiscais	18.390	234	(310)	(2)	746	19.058	19.058
Regulatórios	17.994	-	(1.465)	(1.303)	683	15.909	15.909
Outros	369	-	-	-	-	369	369
Total	231.817	83.364	(27.225)	(112.535)	39.774	215.196	215.196

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a. Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização; **b. Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros; **c. Fiscais** - os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial; **d. Regulatórios** - os processos regulatórios estão relacionados a não conformidades na prestação do serviço de distribuição em 2018 e 2019 e a fiscalizações de compartilhamento de infraestrutura entre os setores de energia elétrica e de telecomunicações; e **e. Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços

Públicos Delegados do RS. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	325.171	288.351	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.005.363	877.181	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.056.046	1.044.011	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	546.262	526.200	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	48.394	63.764	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.981.235	2.799.507	

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	112.063	70.947	75.415	63.209
Programa de eficiência energética - PEE	137.480	127.833	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	70.116	68.029	1.451	2.548
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	21.560	11.115	-	-
Adiantamentos	15.219	9.072	3.084	4.118
Descontos tarifários - CDE	19.194	26.063	-	-
Folha de pagamento	3.754	2.860	-	-
Participação nos lucros	16.940	18.186	1.933	1.735
Convênios de arrecadação	38.935	31.776	-	-
Garantias	-	-	993	993
Outros	6.786	6.675	34.934	34.194
Total	442.046	372.556	117.810	106.797

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 75.415 (R\$ 63.209 em 31 de dezembro de 2020), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35). **Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabeleceram que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético ("CDE") em favor da modalidade tarifária. Os recolhimentos à CDE são realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021. **Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes. **Descontos tarifários - CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação** - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

☆ continuação **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico: O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	976.685	687.610
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$	867,83	610,98

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.562.073	2.504.771	5.732	5.817	5.893.062	5.054.865
Industrial	17.843	19.715	1.385	1.400	1.150.286	1.007.286
Comercial	175.366	174.478	1.833	1.879	1.917.877	1.668.518
Rural	248.130	249.383	1.548	1.627	966.324	808.076
Poderes públicos	22.115	22.009	316	300	316.171	257.133
Iluminação pública	539	513	553	570	307.184	244.754
Serviço público	3.780	3.599	313	434	279.012	312.451
Fornecimento faturado	3.029.846	2.974.468	11.680	12.027	10.829.915	9.353.083
Consumo próprio	225	225	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(129.146)	85.062
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.215.346)	(4.792.068)
Fornecimento de energia elétrica	3.030.071	2.974.693	11.685	12.033	5.485.423	4.646.077
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	1.539	1.857	400.021	516.015
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(100.162)	(84.202)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	837	749	293.752	63.698
Suprimento de energia elétrica			2.376	2.606	593.611	495.511
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	5.315.508	4.876.270
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	1.362.721	1.086.836
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(44.240)	(48.800)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	1.217.764	994.869
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	971.353	78.993
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	510.119	169.682
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	697.980	677.845
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	123.301	111.426
Outras receitas operacionais					10.154.506	7.947.121
Total da receita operacional bruta					16.233.540	13.088.709
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	-	-	(3.164.980)	(2.725.610)
PIS	-	-	-	-	(207.417)	(196.304)
COFINS	-	-	-	-	(955.379)	(904.188)
ISS	-	-	-	-	(153)	(307)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(983.845)	(953.809)
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	-	-	(89.768)	(71.063)
PROINFA	-	-	-	-	(45.989)	(37.610)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(112.599)	32.722
Outros	-	-	-	-	(12.963)	(10.461)
					(5.573.092)	(4.866.629)
Receita operacional líquida					10.660.448	8.222.080

25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos: No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25. **25.2 Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):** Em 15 de junho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.880, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 15,23%, sendo 16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,45% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,95%. Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,09%. Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), foi mantida nesse interim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019. A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020. **25.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:** A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 697.980 (R\$ 677.845 em 2020), sendo (i) R\$ 62.083 (R\$ 67.491 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 587.451 (R\$ 569.295 em 2020) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 7 (R\$ 231 em 2020) de desconto tarifário - liminares e (iv) R\$ 48.439 (R\$ 40.828 em 2020) de subvenção CCRBT. **25.4 Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):** A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e REH nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente. A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais. A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021. Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

26. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.315	3.478	1.173.077	1.212.982
PROINFA	314	351	104.659	88.484
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	12.465	13.466	3.814.735	2.933.198
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(456.181)	(375.442)
Subtotal	16.095	17.295	4.636.290	3.859.223
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	815.126	715.916
Encargos de transporte de Itaipu	-	-	95.504	101.659
Encargos de conexão	-	-	157.817	105.820
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	7.285	1.876
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	-	-	603.967	44.078
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	52.357	77.901
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(160.212)	(96.868)
Subtotal			1.571.843	950.382
Total			6.208.132	4.809.605

(*) Conta de energia de reserva: O aumento no ESS líquido do repasse da CONER representa principalmente o aumento expressivo no custo com segurança energética para fazer frente ao cenário energético desfavorável em 2021.

27. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	196.337	182.342	-	-	84.879	81.388	63.931	64.635	-	-	345.147	328.365
Entidade de previdência privada	12.896	14.583	-	-	-	-	-	-	-	-	12.896	14.583
Material	71.824	48.509	343	259	8.879	16.019	3.987	2.888	-	-	85.033	67.675
Serviços de terceiros	131.088	133.819	450	416	40.666	39.756	99.969	88.085	-	-	272.174	262.074
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.217.764	994.869	-	-	-	-	-	-	1.217.764	994.869
Outros	24.926	19.588	(3)	(2)	28.315	29.716	88.171	114.223	97.398	73.587	238.807	237.112
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	28.624	29.192	-	-	-	-	28.624	29.192
Arrendamentos e alugueis	23.066	21.285	-	-	-	-	9.049	9.666	-	-	32.115	30.951
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	5.198	4.517	-	-	5.198	4.517
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	73.527	91.868	-	-	73.527	91.868
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	945	2.043	-	-	945	2.043
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	95.517	71.805	95.517	71.805
Outros	1.861	(1.697)	(3)	(2)	(309)	523	(548)	6.128	1.881	1.782	2.881	6.734
Total	437.072	398.841	1.218.554	995.543	162.739	166.879	256.059	269.830	97.398	73.587	2.171.822	1.904.679

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	24.500	31.787
Acréscimos e multas moratórias	100.063	92.781
Atualização de créditos fiscais	59.191	1.333
Atualização de depósitos judiciais	2.741	2.376
Atualizações monetárias e cambiais	59.588	84.610
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	4.222	3.722
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	22.332	1.319
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(15.418)	(9.834)
Outros	27.032	15.178
Total	284.251	223.271
Despesas		
Encargos de dívidas	(222.955)	(188.462)
Atualizações monetárias e cambiais	(247.767)	(102.644)
(-) Juros capitalizados	12.959	13.082
Outros	(103.091)	(30.776)
Total	(560.854)	(308.800)
Resultado financeiro	(276.603)	(85.529)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. em janeiro e fevereiro e 7,02% a.a. a partir de março de 2021 (8,09% a.a. em 2020) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 6.713 (R\$ 761.305 em 2020) (nota 32).

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S/A. - Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. - Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria. **b) Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada. A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 4.207 (R\$ 6.651 em 2020). Este valor é composto por R\$ 3.250 (R\$ 5.552 em 2020) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 77 (R\$ 215 em 2020) de benefícios pós-emprego e R\$ 880 (R\$ 884 em 2020) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia. **Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa/Custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Encargos - Rede básica						
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6.180	-	240	86.919	80.887	-
Intangível, materiais e prestação de serviço						
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	7.706	-	26.608	-	-

Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	3	-	19	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	344	345	2.124	1.868	-	-	23.121	21.113
Companhia Piratininga de Força e Luz	98	107	1.458	1.540	-	-	17.819	16.834
Companhia Jaguará de Energia	88	55	81	128	-	-	362	542
CPFL Energia S.A.	18	33	-	-	-	-	(250)	(193)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	28	-	-					

→ **continuação** **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratual da Companhia o montante de R\$ 84.811 no exercício de 2021 (R\$ 65.817 em 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima. (***) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 126.750, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

30. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2021
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	271.614
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	303.766
Garantia	Seguro Garantia	1.831.427
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		2.718.807

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro, o que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e

acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Nota Explicativa	Categoria	Nível(*)	31/12/2021		
			Contábil	Valor Justo	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	322.437	322.437
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	3.568	3.568
Derivativos	32	(a)	Nível 2	392.956	392.956
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	5.904.078	5.904.078
Total				6.623.040	6.623.040
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.886.975	1.886.975
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.831.757	1.831.757
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.631.223	1.621.594
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	904.637	904.637
Derivativos	32	(a)	Nível 2	24.133	24.133
Total				6.278.725	6.269.095

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador dívida	Moeda/indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						Valores a custo, líquidos (1)
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	296.776	-	296.776	327.934	(31.158)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,84% a 3,47%)	106,95% do CDI ou CDI + 0,8% a 1,26%	jul/21 a jun/26 jun/21 a fev/22	1.427.369
Empréstimos bancários - Lei 4.131	50.348	-	50.348	53.065	(2.716)	Euro + 0,79%	103,5% do CDI		133.000
Hedge variação índice de preços	347.125	-	347.125	380.999	(33.874)				
Debêntures	45.831	(24.133)	21.698	88.270	(66.571)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	899.600
Total	392.956	(24.133)	368.823	469.269	(100.446)				
Circulante	103.613	-	103.613	103.613	(100.446)				
Não circulante	289.343	(24.133)	265.210	365.656	(100.446)				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17. (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Para dívidas designadas a valor justo	825.962	168.815	(525.509)	469.269
Marcação a mercado (*)	59.159	(159.605)	-	(100.446)
Total	885.121	9.211	(525.509)	368.823
Ativo circulante	486.476			103.613
Ativo não circulante	398.645			289.343
Passivo não circulante	-			(24.133)
(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.				
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Para dívidas designadas a valor justo	146.636	743.209	(63.883)	825.962
Para dívidas não designadas a valor justo	-	3.372	(3.372)	-
Marcação a mercado (*)	50.854	8.305	-	59.159
Total	197.490	754.886	(67.256)	885.121
Ativo circulante	14.166			486.476
Ativo não circulante	183.444			398.645
Passivo não circulante	(120)			-
(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.				

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2020 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Variação de taxas de juros	69.712	17.243	-	-
Marcação a mercado	(103.507)	3.473	(1.723)	(1.985)
Variação cambial	99.104	729.338	-	-
Marcação a mercado	(58.595)	11.251	4.220	(4.434)
Total	6.713	761.305	2.498	(6.419)

c) Ativos financeiros da concessão: Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2021 de R\$ 522.435 (R\$ 176.385 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 138.289 em 2021 (um ganho de R\$ 18.682 em 2020). (***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1). **Legenda: Categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado. (b) - Mensurados ao custo amortizado. A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócio e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial. • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários - CDE, (ix) passivo financeiro setorial, e (x) mútuo entre coligadas, controladas e controladora. Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador dívida	Moeda/indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						Valores a custo, líquidos (1)
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	296.776	-	296.776	327.934	(31.158)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,84% a 3,47%)	106,95% do CDI ou CDI + 0,8% a 1,26%	jul/21 a jun/26 jun/21 a fev/22	1.427.369
Empréstimos bancários - Lei 4.131	50.348	-	50.348	53.065	(2.716)	Euro + 0,79%	103,5% do CDI		133.000
Hedge variação índice de preços	347.125	-	347.125	380.999	(33.874)				
Debêntures	45.831	(24.133)	21.698	88.270	(66.571)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	899.600
Total	392.956	(24.133)	368.823	469.269	(100.446)				
Circulante	103.613	-	103.613	103.613	(100.446)				
Não circulante	289.343	(24.133)	265.210	365.656	(100.446)				

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Para dívidas designadas a valor justo	825.962	168.815	(525.509)	469.269
Marcação a mercado (*)	59.159	(159.605)	-	(100.446)
Total	885.121	9.211	(525.509)	368.823
Ativo circulante	486.476			103.613
Ativo não circulante	398.645			289.343
Passivo não circulante	-			(24.133)

risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.647.264)		(173.331)	281.818	736.966
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.692.481		178.088	(289.554)	(757.196)
	45.217	baixa dólar	4.757	(7.736)	(20.230)
Instrumentos financeiros passivos	(184.492)		(21.371)	30.094	81.560
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	184.722		21.398	(30.132)	(81.662)
	230	baixa euro	27	(38)	(102)
Total	45.447		4.785	(7.773)	(20.332)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			70	(105)	(280)
Efeitos no resultado do exercício			4.715	(7.668)	(20.052)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar e R\$ 6,33 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,17 e R\$ 7,06 e a depreciação cambial de 10,52% e 11,58%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2021. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa

—☆ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d.2) Variação das taxas de juros: Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	279.017				34.012	42.515	51.018
Instrumentos financeiros passivos	(1.616.647)				(197.069)	(246.337)	(295.604)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.490.277)				(303.565)	(379.456)	(455.347)
	(3.827.907)	alta CDI	4,40%	12,19%	(466.622)	(583.278)	(699.933)
Instrumentos financeiros passivos	(427)				(26)	(32)	(39)
	(427)	alta TJLP	4,80%	6,08%	(26)	(32)	(39)
Instrumentos financeiros passivos	(2.976.527)				(160.732)	(120.549)	(80.366)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	981.897				53.022	39.767	26.511
Ativo financeiro da concessão	5.904.078				318.820	239.115	159.410
	3.909.448	baixa IPCA	10,06%	5,40%	211.110	158.333	105.555
Ativos e passivos financeiros setoriais	849.376				103.539	77.654	51.769
Instrumentos financeiros ativos	3.568				435	326	217
	852.944	baixa SELIC	4,40%	12,19%	103.974	77.980	51.986
Total	934.059				(151.564)	(346.997)	(542.431)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					293	87	(120)
Efeitos no resultado do exercício					(151.857)	(347.084)	(542.311)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito: Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissonárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Consumidores, Concessionárias e Permissonárias. **Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissonárias:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste

	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31/12/2021								
Fornecedores	15	1.088.768	1.471	-	3.483	-	217.800	1.311.522
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	20.715	524.246	290.497	1.472.012	1.427.231	1.113.077	4.847.779
Derivativos	32	-	-	-	24.133	-	-	24.133
Debêntures - principal e encargos	17	-	167.098	137.240	1.347.121	547.871	1.273.170	3.472.499
Taxas regulamentares	19	142.599	-	-	-	-	-	142.599
Outros	22	7.226	146.055	19.277	-	-	75.415	247.973
Consumidores e concessionárias		7.226	104.837	-	-	-	75.415	187.478
EPE/FNDCT/PROCEL		-	2.283	19.277	-	-	-	21.560
Convênio de arrecadação		-	38.935	-	-	-	-	38.935
Total		1.259.309	838.870	447.014	2.846.749	1.975.102	2.679.461	10.046.505

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO Presidente	YUEHUI PAN Vice Presidente	FABRÍCIO MANGANELLI KLAFKE Conselheiro
---	--------------------------------------	--

Diretoria

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU Diretor Presidente	YUEHUI PAN Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	RAFAEL LAZZARETTI Diretor Comercial	OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA Diretor de Operações	JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES Diretor de Assuntos Regulatórios	FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor Administrativo
---	--	---	---	--	--

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS	ANA PAULA PERESSIM DE PAULO Gerente de Contabilidade das Distribuidoras CT CRC 1SP217200/O-6
---	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. São Leopoldo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada:** Veja as notas explicativas 25 e 3.9 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de

auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

—☆ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a

respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Fábio Antonio
Contador - CRC 1SP255184/O-6

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



SLC AGRÍCOLA S.A. | Companhia Aberta | CNPJ nº 89.096.457/0001-55 | NIRE 43300047521

Mensagem da Administração

Notável e desafiante, o ano de 2021 foi marcado pelo crescimento e por resultados recordes! Nosso Sonho Grande, **"Impactar gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta."**, nos guiou para uma estratégia clara e bem definida com visão de longo prazo, indicando quem somos e onde almejamos chegar.

Passamos por mais um ano de pandemia, mais preparados e fortalecidos, devido aos aprendizados desse evento epidêmico em que o mundo precisou se adaptar às novas formas de se relacionar e de se comunicar.

Mais do que nunca a geração de valor interconectada através dos capitais humano, natural, manufaturado, financeiro, intelectual e social e de relacionamento são imprescindíveis para a sustentabilidade e longevidade do negócio.

A nossa estratégia possui fortes pilares de atuação que visam dar suporte ao crescimento da Companhia.

O primeiro pilar é o **Crescimento Asset Light**. Em 2021, realizamos duas importantes transações: a combinação de negócios com Terra Santa Agro S.A. e o contrato de arrendamento com a Agrícola Xingu S.A.

A operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A. adicionou ao portfólio de área plantada arrendada da Companhia 145 mil hectares em áreas maduras no Mato Grosso, importante estado em termos de produção no Brasil. A operação foi finalizada em julho, com uma contraprestação líquida de R\$ 193,0 milhões com ágio de R\$ 47,4 milhões. O contrato de arrendamento é de longo prazo, ou seja, 20 anos. Em 01/11/2021 foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da Terra Santa Agro S.A. para SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. A transição de pessoas e processos, importante fator em transações desse porte, foi bem-sucedida. Mantivemos a taxa de *turnover* dentro do projeto e, pelo lado operacional, conseguimos manter a eficiência.

Celebramos o contrato de arrendamento com a Agrícola Xingu S.A. através do qual a Companhia adicionou mais 39.034 hectares, distribuídos entre os municípios de Correntina/BA (34.284 hectares) e Unaí/MG (4.749 hectares) com uma área plantada potencial de 45 mil hectares. Áreas desenvolvidas e devidamente licenciadas, que foram destinadas ao plantio de grãos e adividamento. O prazo do contrato será de 15 anos para as áreas da Bahia, e de 10 anos para as áreas de Minas Gerais.

E mais recentemente, em fevereiro de 2022, divulgamos a parceria com a Kothe Logística S.A. para a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) e armazenamento refrigerado, no Mato Grosso. A Companhia vendeu 29 hectares na Fazenda Paiaguás para a Kothe, onde será construída a UBS. O investimento para construção é do parceiro, seu relacionamento com a Companhia é de prestação de serviços, em beneficiamento e armazenamento de sementes. Essa UBS terá capacidade instalada para a produção de 1 milhão de sacas de soja semente em até 5 anos. Essa parceria visa dar suporte ao *business* de sementes que já vem mostrando um importante crescimento e também adiciona valor aos nossos acionistas.

O nosso segundo pilar é **eficiência e distanciamento em relação à média**. Nesse quesito, nossas entregas também foram muito positivas. Em 2021, encerramos a safra 2020/2021 com recorde na produtividade da soja pelo 4º ano consecutivo, atingindo 3.985 kg/ha, ficando 6,2% superior ao projeto inicial e 13,0% superior à média nacional (CONAB - fevereiro/2022). O algodão de 1ª e 2ª safra finalizou com uma produtividade média de 1.848 kg/ha, 0,3% inferior ao projeto inicial, mas 5,3% superior à safra 2019/2020 e 7,4% superior à média nacional. No milho 2ª safra, obtivemos 5.880 kg/ha de produtividade, com queda de 22,5% em relação ao projeto inicial, mas 45,2% superior à média nacional (CONAB - fevereiro/2022). Em função da menor produtividade média nacional do milho, os preços de mercado se elevaram e o resultado na cultura do milho da Companhia atingiu o resultado financeiro esperado. A queda de produtividade no milho foi ocasionada principalmente pela irregularidade na distribuição dos volumes de chuva ao longo dos meses de março e abril, principalmente no Mato Grosso do Sul.

Iniciamos a safra 2021/2022 em setembro de 2021, com um crescimento de 45,8% em termos de área plantada. Além disso, houve um crescimento de 33,6% em termos de área plantada de segunda safra, o que acentua ainda mais a utilização dos nossos ativos próprios e arrendados sob o nosso controle. Ativos em terras maduras, estrategicamente bem localizadas, visando alto potencial produtivo e redução da exposição a riscos climáticos.

A **solidez financeira e a geração de valor ao acionista** é o terceiro pilar da nossa estratégia. Encerramos o ano de 2021 com recorde em todos os nossos principais indicadores financeiros. O EBITDA Ajustado alcançou a marca de R\$ 1,685 bilhão, crescimento de 57,0% frente ao ano de 2020, com margem EBITDA ajustada de 38,6%, aumento de 8,0 pontos percentuais. O Lucro Líquido, também recorde, ultrapassou R\$ 1,1 bilhão, finalizando em R\$ 1,131, aumento de 153,3% frente a 2020, com margem líquida de 25,9% e aumento de 13,2 pontos percentuais. No ano, não houve geração de caixa positiva em virtude dos investimentos realizados para aquisição da operação da Terra Santa Agro S.A. e da Agrícola Xingu S.A. Contudo, a Companhia ainda permanece desalavancada, encerrando o período em 1,42x (vezes) Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado. Esse patamar de alavancagem proporciona a continuidade do nosso crescimento, principalmente em novos projetos/opportunidades de investimentos.

A alocação de capital em Recomprou de Ações foi um dos investimentos também realizados pela Companhia. Em setembro, aprovamos via Conselho de Administração a realização de um novo Programa de Recomprou de Ações no montante de 2 milhões de ações. O plano de recompra está em andamento e as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para alienação ou cancelamento. Distribuímos R\$ 232,0 milhões como dividendos e juros sobre o capital próprio, correspondendo a 50% do lucro líquido ajustado da controladora, sendo que, desse total, R\$ 32,3 milhões foram pagos em novembro de 2020 a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 199,7 milhões pagos em 2021. O *dividend yield* médio foi de 3,3%. Nos últimos 5 anos o *dividend yield* médio ficou em 5,7%.

Visando aumentar a liquidez do ativo SLCE3, sem desembolso de caixa e adicionando também valor aos nossos acionistas, emitimos em dezembro de 2021 ações a título de Bonificação de Ações. Para tanto, aprovamos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2021, aumento do capital social no valor total de R\$ 500 milhões, por meio da incorporação de parte do saldo da conta de Reservas Estatutárias, com bonificação de ações à razão de 10%, o que correspondeu a emissão de 19.311.145 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 25,89.

Em 2021, divulgamos a nova avaliação do portfólio de terras da SLC Agrícola, que apresentou um valor total de R\$ 6,941 bilhões, com aumento de 75,2% em relação a 2020. O valor médio do hectare cultivável está atualmente em R\$ 35.693, o que eleva o Valor Líquido dos Ativos (NAV) da Companhia para R\$ 8,8 bilhões (posição 4T21), que corresponde a um NAV por ação de R\$ 41,31.

O último, não menos importante, pilar de nossa estratégia é o **protagonismo em ESG**. Em 2021, foram várias ações voltadas a dar suporte a esse importante pilar.

Finalizamos a nossa nova matriz de materialidade, através de ampla pesquisa com os nossos *stakeholders*. Ao final do estudo, identificamos 10 temas que compõem nossa nova Matriz de Materialidade. Esses temas foram agrupados nos três pilares da agenda ESG e direcionaram a priorização dos conteúdos GRI (Global Reporting Initiative), SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures) utilizados para a elaboração do Relatório Integrado, divulgado nesta data.

Na safra 2020/2021 (agosto/2021), encerramos o ciclo de expansão via transformação de terras brutas, possibilitando, assim, a divulgação do compromisso de não abertura de novas áreas com vegetação nativa para a produção agrícola. Em linha com esse compromisso, 2.872 hectares não serão abertos, mesmo já com a concessão de licença ambiental. A Companhia vai destinar essa área para o banco de terras de vegetação nativa remanescente. Com essa adição, atualmente a SLC Agrícola possui 118 mil hectares de áreas dedicadas a Reserva Legal, Preservação Permanente e vegetação remanescente.

Investimos em treinamentos e políticas de *compliance*: foram 8 treinamentos para 2.804 pessoas, envolvendo diversos assuntos importantes, como nosso novo Código de Ética e Conduta, o Canal de Denúncias e outras políticas de *compliance*. Mantivemos nossa taxa de frequência (acidentes com afastamento para cada 1 milhão de horas trabalhadas) e nosso *turnover* controlados, em 1,9 e 15%, respectivamente, mesmo com as aquisições. Além disso, atingimos 84% de nível de satisfação de nossos colaboradores na pesquisa interna de clima organizacional.

Do lado social, a Companhia fez doações através do Instituto SLC no montante de R\$ 2,2 milhões de reais. Entre as doações realizadas, destaca-se R\$ 1 milhão direcionado para a campanha contra a fome, gerando 180 toneladas de alimentos que vão contribuir para melhorar a realidade de milhares de brasileiros. Uma das instituições beneficiadas foi o Banco de Alimentos do RS. Ao todo, associações, entidades e famílias de mais de 30 municípios, localizados em sete estados brasileiros, receberam cestas básicas. Além disso, R\$ 1,2 milhão foram encaminhados para diversos projetos, como Projeto Educando pela Vida, Projeto de Capacitação em Educação Infantil em Contexto Híbrido, Programa Creche para Todas as Crianças, Inclusão Digital na Escola e Programa Na Mão Certa.

A Companhia utiliza-se de todos os recursos necessários para que suas atividades sejam sustentáveis e responsáveis, usando as melhores práticas mundiais de forma a impactar positivamente as questões ambientais e sociais onde atua, através de uma produção de baixo carbono, contribuindo para minimizar as mudanças climáticas e alinhando-se a seu Sonho Grande.

Outlook Safra 2021/2022

Olhando para a safra 2021/2022, ano civil 2022, temos algumas premissas importantes que já estão bem definidas: o crescimento de 45,8% em termos de área plantada, nossa posição de *hedge* já fixada (vide tabela 26) e a compra dos insumos que já foi finalizada.

No lado operacional, obtivemos um plantio dentro da janela ideal para a soja, o que trouxe excelente potencial ao desenvolvimento das lavouras. Contudo, na região de Mato Grosso, chuvas um pouco acima do normal afetaram um pouco a produtividade - mas ainda fechamos acima do projeto para a região.

Nas demais regiões, o potencial de produtividade está superior ao projeto. Até 03/03, já estamos com 72,3% colhido, com uma produtividade média projetada de 66,57 sacos, superior em 6,1% em relação ao projeto inicial e 29,2% superior à média nacional estimada (CONAB - fev/2022). O algodão e o milho estão 100% plantados, apresentando bom desenvolvimento.

A posição de *hedge* já fixada pela Companhia apresenta excelentes níveis de preços para todas as nossas culturas, algodão, soja e milho, juntamente com ótimos *strikes* fixados no câmbio (mais detalhes na tabela 26). Isso nos permite estimar que as margens de 2022 serão iguais ou superiores a 2021

Outlook Safra 2022/2023

Em relação às compras de insumos para a safra 2022/2023, até o momento já adquirimos 83% da necessidade para o cloreto de potássio, 49% dos fosfatados e 59% dos defensivos. O nitrogênio (N) ainda não foi comprado, podendo ser negociado até o final do segundo semestre de 2022.

A relação de troca entre preço de commodities e fertilizantes está sendo acompanhada e o restante dos insumos será negociado no melhor momento. A política de *hedge* é bem estruturada e visa garantir um bom nível de margem para a Companhia. Dada a fixação de parte dos insumos, avançamos no *hedge* para a safra 2022/2023 (vide tabela 26), atingindo bons preços tanto para as commodities quanto para o câmbio. Com isso, a nossa expectativa é que o aumento de custos será compensado pelo aumento na receita através de preços mais altos, mantendo margens em patamares similares aos últimos anos.

Inovação

Em 2021, consolidamos e escalamos os programas Ideias e Resultados (intraempreendedorismo), e AGroX (conexão com startups). Ao longo do ano, formamos 39 squads, com um total de 48 pessoas envolvidas, executamos 39 provas de conceito e concluímos 10 rollouts. Esse volume de iniciativas nos levou à estruturação de um Portfólio de Inovação, o que tem permitido à Companhia visualizar os avanços de forma consolidada e priorizar esforços na escalada dessas iniciativas.

Pessoas e reconhecimentos

Inauguramos no dia 14/02 a nova sede da matriz da Companhia, no Iguatemi Business, em Porto Alegre. Um local de trabalho moderno, bem localizado e totalmente preparado para o bem-estar dos nossos colaboradores. Estamos muito felizes com esse retorno ao trabalho presencial de forma mais flexível na nova casa.

Durante o ano, foram várias premiações, reconhecimentos do nosso trabalho e dos nossos colaboradores, a seguir pontuamos os principais (veja todas na seção "Pessoas e Reconhecimentos"):

- Fomos a 5ª melhor empresa do Agro para Trabalhar na categoria Grandes Empresas (GPTW Agro);
- A Fazenda Pamplona foi campeã do desafio nacional de Máxima Produtividade promovido pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB), na categoria Sequeiro, região Centro-Oeste, com um índice de 100,33 sacas/ha na safra 2020/2021;
- Pela 6ª vez consecutiva, vencemos as principais categorias do Latin America Executive Team, prêmio criado pela Institutional Investor que mede o desempenho das organizações em diferentes frentes, como a atuação de CEO's, CFO's, da área de Relacionamento com Investidores (RI) e das práticas em ESG (meio ambiente, social e governança corporativa).

Por fim, a Companhia agradece a todos os seus *stakeholders* pela parceria de sucesso atingida aqui. Aos nossos acionistas e colaboradores o nosso muito obrigado, pela confiança e dedicação. Estamos confiantes no futuro promissor do agronegócio no Brasil.

A Administração

Perfil

A SLC Agrícola é uma das maiores produtoras de soja, milho e algodão do Brasil. Com sede em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), possui 23 fazendas nas quais, além dessas *commodities* principais, desenvolve a criação de gado em um modelo sustentável de integração lavoura-pecuária e produz sementes de soja e algodão de alta qualidade para produtores brasileiros, comercializadas pela SLC Sementes.

Os produtos são comercializados no Brasil e no exterior, atendendo clientes de importantes mercados consumidores - como a China e países da Europa. Por meio das *tradings*, a soja, o milho e o algodão produzidos chegam à base de diversas cadeias produtivas essenciais para o desenvolvimento da sociedade, em especial a de proteína animal e a da indústria têxtil.

Nosso sonho grande

Impactar positivamente gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.

Nossos valores

INTEGRIDADE

PAIXÃO
PELO QUE FAZ

RELAÇÕES
DURADOURAS

RESULTADOS
SUSTENTÁVEIS

Acreditamos que quem tem **paixão pelo que faz** é comprometido e o faz com a máxima qualidade, preservando a sua **integridade** por meio de uma conduta ética, coerente e inquestionável.

Estas atitudes somadas geram **relações duradouras** e de respeito entre todas as partes interessadas, produzindo **resultados sustentáveis** que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente responsáveis.

Figura 1 | Mapa das operações



Prêmios e reconhecimentos

100 Open Startups 2021 | Top 5 no ranking Agronegócio
 Lugares Incríveis Para Trabalhar (FIA e UOL) | 52º no ranking Geral e 16º no ranking Grande Porte
 A Granja | Premiada na categoria Produtor de Milho
 Época 360º | 25º lugar no ranking geral, 3º lugar na Região Sul e 1º lugar no Agronegócio
 As Melhores da Dinheiro (Istoé) | 1º lugar Agronegócio e reconhecimento da gestão em Sustentabilidade (3º lugar), Governança Corporativa (2º lugar) e Financeira, Recursos Humanos Inovação, Qualidade e Responsabilidade Social (1º lugar)
 Desafio Nacional de Máxima Produtividade (CESB) | Fazenda Pamplona foi campeã do desafio na região Centro-Oeste pela categoria Sequeiro
 Latin America Executive Team (Institutional Investor) | Conquista das principais categorias pela sexta vez consecutiva, alcançando 1º ou 2º lugar nos rankings Geral e Small Caps do setor Agronegócio nas categorias CEO, CFO, Programa de RI, Profissional de RI, Equipe de RI, Eventos Investidores/Analistas, ESG e Gestão de Crises em meio ao Covid 19
 Great Place To Work (GPTW) | Pelo terceiro ano consecutivo no ranking "Melhores Empresas para Trabalhar do Rio Grande Sul" e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking GPTW Agro
 Gupy Destaca | Reconhecida entre os 100 RHs mais inspiradores, com destaque para as categorias Desenvolvimento e Inovação em atração
 Top Ser Humano ABRH RS | Premiada com o Case: "Educação Inclusiva: a aprendizagem continuada para desafiar e transformar"
 Prêmio "Lugares Incríveis Para Trabalhar", da Fundação Instituto de Administração (FIA) e do UOL, pelo segundo ano consecutivo
 Prêmio ESARH - Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos, com o case "Educação Inclusiva na SLC Agrícola" na categoria Projetos - Modalidade Gestão de Pessoas
 Escolhida para a lista dos "100 RHs mais inspiradores" no Prêmio Gupy Destaca, com destaque nas categorias Desenvolvimento e Inovação em atração
 As Melhores na Gestão de Pessoas | Valor Carreira e Mercer, pelo quarto ano consecutivo
 As Melhores do Agronegócio, da revista Globo Rural | 1º lugar nas categorias Produção Agrícola e Sustentabilidade

Estratégia

A estratégia de crescimento da produtividade agrícola, buscando a máxima eficiência no cultivo de áreas maduras e desenvolvidas com o uso de tecnologias inovadoras, está voltada para atender a demanda global por mais alimentos e fibras de algodão. Segundo estimativas das Nações Unidas, a produção agrícola terá de aumentar cerca de 70% para suprir as necessidades de uma população que deverá chegar a quase 9,7 bilhões até 2050.

Esse crescimento é acompanhado de uma sólida visão de responsabilidade com as pessoas e o meio ambiente. O compromisso com a sustentabilidade é traduzido em ações concretas para gerenciar o uso da energia e da água, a geração e a destinação de resíduos, o correto manejo do solo com foco na diminuição das emissões de carbono e a proteção das áreas de preservação da biodiversidade, entre outros exemplos.

Essa é a visão sintetizada pelo **Nosso Sonho Grande**, o propósito que orienta a atuação de todos os colaboradores e administradores para a geração de valor com sustentabilidade e responsabilidade.

Por isso, investimos continuamente na incorporação de novas tecnologias e inovações que acelerem a produtividade e a eficiência em nossas lavouras. A utilização de soluções digitais, em conjunto com a conectividade das fazendas, impulsiona nossa capacidade de aumentar a produção de grãos e de algodão e de gerar valor para os acionistas e para a sociedade.

DESTAQUE

Na safra 2020/2021, encerramos o ciclo de transformação de terras e a abertura de áreas com vegetação nativa para a produção agrícola e aprovou sua Política de Desmatamento Zero

Figura 2 | Fases estratégicas da SLC Agrícola



Crescimento das operações

Combinação de negócios com a Terra Santa

Em agosto de 2021, a SLC Agrícola concluiu a combinação de negócios com a Terra Santa, um passo importante para a continuidade do crescimento asset light e o aumento da capacidade produtiva nas próximas safras. A operação foi finalizada em julho, com uma contraprestação líquida de R\$ 193,0 milhões com ágio de R\$ 47,4 milhões.

Arrendamento com a Xingu S.A.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de arrendamento com a Agrícola Xingu S.A. para produção em uma área de aproximadamente 39 mil hectares, distribuídos entre os municípios de Correntina (Bahia) e Unaí (Minas Gerais), em áreas já desenvolvidas. O acordo também permite que a SLC utilize as instalações operacionais já existentes nas propriedades.

Governança corporativa

A SLC Agrícola é uma sociedade com ações listadas e negociadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, desde 2007. Fomos pioneira no setor de produção de grãos e fibras ao abrir o capital societário e, desde então, temos evoluído nas políticas, procedimentos e estrutura de governança para garantir uma gestão eficiente, o crescimento dos negócios e o gerenciamento dos riscos corporativos.

Nossa estrutura de governança corporativa conta com o Conselho de Administração, órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes estratégicas e políticas para a condução dos negócios. Seguindo as melhores práticas de mercado, três membros do Conselho de Administração são independentes e possuem formações e experiências profissionais que garantem uma visão abrangente dos riscos e oportunidades para a Companhia no contexto do agronegócio brasileiro.

O Conselho de Administração tem sua atuação e deliberações apoiadas por comitês consultivos, especialistas nos temas que estão sob sua alçada de análise. Em 2021, o Comitê ESG, criado para auxiliar na avaliação dos aspectos relacionados à temática da sustentabilidade, completou o seu primeiro ano de atuação.

Figura 3 | Estrutura de governança corporativa



Inovação

A agricultura de precisão é um pilar central do investimento em inovação para aumentar a produtividade e a eficiência em nossas lavouras. Com a utilização de tecnologias digitais para acompanhamento das rotinas no campo e a conectividade das lavouras para a inserção das informações nas bases de dados com cada vez mais agilidade, a SLC Agrícola tem avançado no monitoramento de diferentes tipos de indicadores e na identificação de oportunidades para ser mais eficiente, com a redução do consumo de combustíveis, do uso de fertilizantes e de defensivos, e da geração de resíduos.

Diversas novas tecnologias passaram a ser utilizadas nas fazendas a partir da conectividade das lavouras. No encerramento de 2021, 515 mil hectares de lavouras estavam cobertos com sinal de internet 4G. Entre as soluções aplicadas estão a utilização de *tablets* e *smartphones* para apontamento digital e georreferenciado de análises agrônomicas, a gestão em tempo real de frota e equipamentos agrícolas, o monitoramento digital de chuvas, umidade do solo e outras condições climáticas e a aplicação seletiva para redução do consumo de insumos e defensivos.

Como *early-adopter* na integração de soluções inovadoras e desenvolvimento de novos negócios, alcançamos vantagens competitivas e benefícios que se tornam escaláveis diante do volume da produção e quantidade de áreas cultivadas.

SLC Ventures

A SLC Ventures foi criada para acelerar novos negócios e investimentos inovadores e com potencial de crescimento para a solução de desafios do agronegócio. A atuação ocorre em duas frentes: Corporate Venture Capital e Venture Builder.

Em 2021, a SLC Ventures realizou seu primeiro aporte em uma startup, participando da terceira rodada de captação de recursos da Aegro. A empresa, criada em 2014, desenvolveu um sistema de gestão agrícola já utilizado em mais de 4 mil fazendas de 20 estados diferentes. A plataforma tem potencial de escalabilidade, fator que pesou na tomada de decisão.

AgroX

Programa de Conexão com Startups da SLC Agrícola, o AgroX, abriu as inscrições para a sua terceira edição em 2021. A iniciativa consiste na proposição de desafios do agronegócio para serem solucionados por startups com uma abordagem *open innovation*. O AgroX recebeu 34 projetos de startups de 14 países diferentes e seis delas foram selecionadas para a rodada de apresentação (o "pitch day").

Programa Ideias&Resultados

Nossos colaboradores também participam da inovação e desenvolvimento de novas soluções e negócios por meio do Programa Ideias&Resultados, que recebe ideias, sugestões e projetos com foco na resolução dos desafios e melhorias. Do total de ideias apresentadas até 2021, dez projetos foram selecionados para *rollout*, após alcançarem resultados positivos nas etapas de testes e avaliações.

Gestão de riscos

Por meio dos mecanismos de governança, gerenciamos os riscos que podem impactar a continuidade dos negócios, de forma integrada e alinhada às expectativas dos diferentes *stakeholders* com os quais estabelecemos relações de longo prazo. Também identificamos as oportunidades para o crescimento e a solidificação dos negócios, com base na estratégia desenhada a partir da visão de longo prazo e de responsabilidade socioambiental dos acionistas.

Essa forma de atuação está alinhada às diretrizes e procedimentos estabelecidos na Política de Gestão de Risco de Mercado e é acompanhada pelo Comitê de Gestão de Riscos com aprovação do Conselho de Administração.

Em 2022, nosso gerenciamento de riscos será fortalecido com a instalação do Comitê de Auditoria para assessorar o Conselho de Administração. Com essa evolução, a Auditoria Interna passará a responder diretamente ao novo órgão, fortalecendo a avaliação dos mecanismos e controles da Companhia.

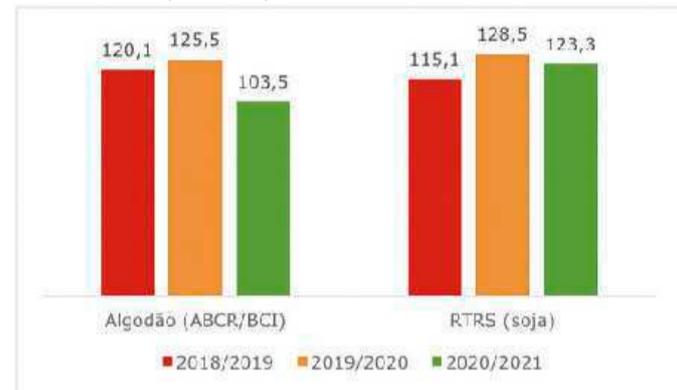
Certificações e qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade da SLC Agrícola é certificado em seis fazendas e na matriz de acordo com a norma ISO 9001, garantindo a padronização e a rastreabilidade do processo de armazenamento e beneficiamento de grãos e do algodão nas unidades. Além disso, o Sistema de Gestão Integrado (SGI) conta com 11 unidades (dez fazendas e a sede) certificadas nas normas ISO 14001 (gestão ambiental), ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional) e NBR 16001 (responsabilidade social) (saiba mais na seção "ESG").

Além das certificações dos processos de gestão, investimos para que as *commodities* produzidas estejam de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e de responsabilidade socioambiental. As certificações são plataformas que agregam valor no relacionamento com os clientes, assegurando a rastreabilidade e o compromisso com uma produção sustentável.

Em 2021, celebramos dez anos da certificação RTRS (Round Table on Responsible Soy para a produção de soja responsável e sustentável). A RTRS é uma das principais certificações para a oleaginosa em todo o mundo e nossa Companhia foi uma das pioneiras, desde 2007, a contribuir com a sua difusão no Brasil.

Figura 4 | Evolução da área certificada (mil hectares)



RTRS (Round Table on Responsible Soy): estabelece um padrão internacional para a produção da soja de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

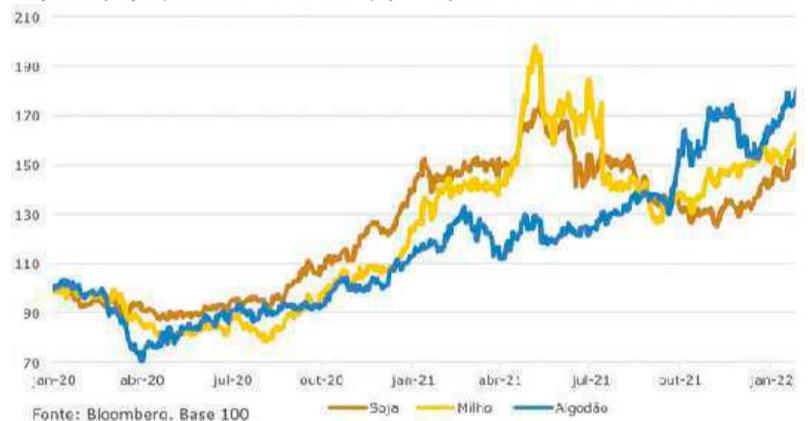
ABR (Algodão Brasileiro Responsável): promove a produção sustentável do algodão, incentivando a adoção de boas práticas de gestão ambiental, responsabilidade social e visão de sustentabilidade.

BCI (Better Cotton Initiative): estimula a conscientização de toda a cadeia produtiva para a importância de relações trabalhistas justas e da responsabilidade socioambiental no campo.

Panorama de mercado

Commodities

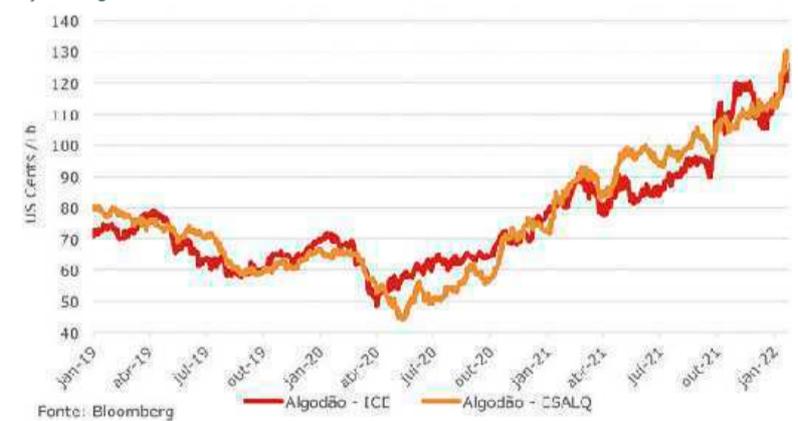
Figura 5 | Variação nos preços (commodities selecionadas) - jan/20 - jan/21



Algodão

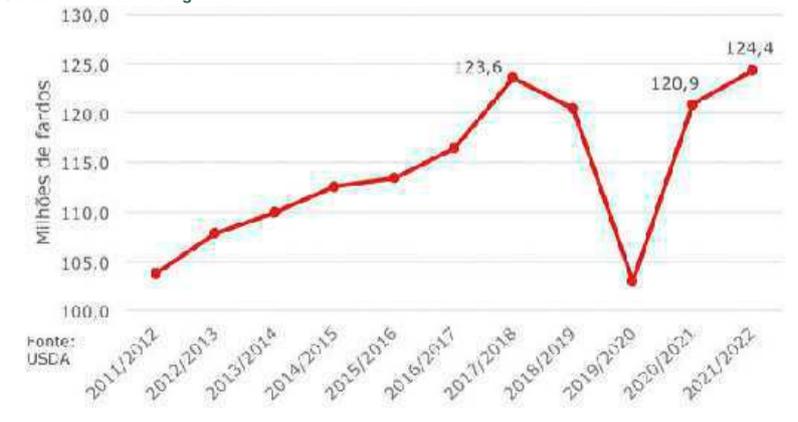
O ano de 2021 foi marcado pela manutenção e consistência da trajetória de alta das cotações de algodão no mercado internacional brasileiro.

Figura 6 | Preços do algodão no mercado internacional e no Brasil



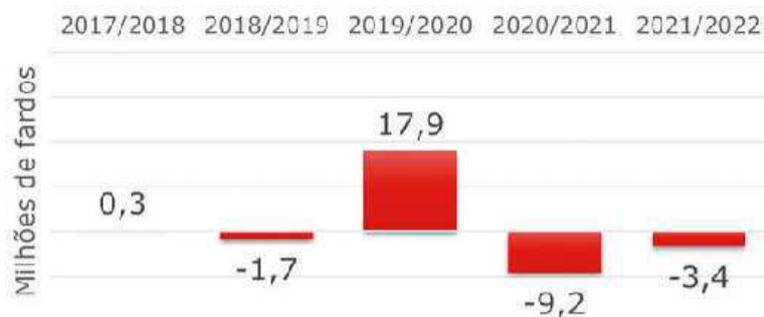
A expectativa de aumento do consumo global da fibra para o ciclo 2021/2022 a patamares superiores a 124 milhões de fardos - após a recuperação dos níveis de consumo pré-pandêmicos observado ao longo de 2020/2021 -, segundo estimativas do USDA, vem sendo um importante fator de sustentação às cotações da fibra.

Figura 7 | Consumo mundial de algodão



O ano de 2021 pode ser caracterizado como um período marcado por um cenário de atrasos logísticos globais, demanda consistente pela fibra e safras menores em importantes países produtores, como o Brasil. Segundo maior exportador global da fibra, o Brasil produziu na safra 2020/2021 volume aproximadamente 21% inferior no comparativo anual, segundo estimativas da CONAB. A já mencionada recuperação do consumo global da fibra observada em 2020/2021 e a expectativa de maior volume de consumo da história em 2021/2022 - cuja marca de 124,4 milhões de fardos excede o nível observado em 2017/2018 - tem se traduzido em consistentes déficits globais, decorrentes de um crescimento do consumo mais acelerado que o aumento da oferta.

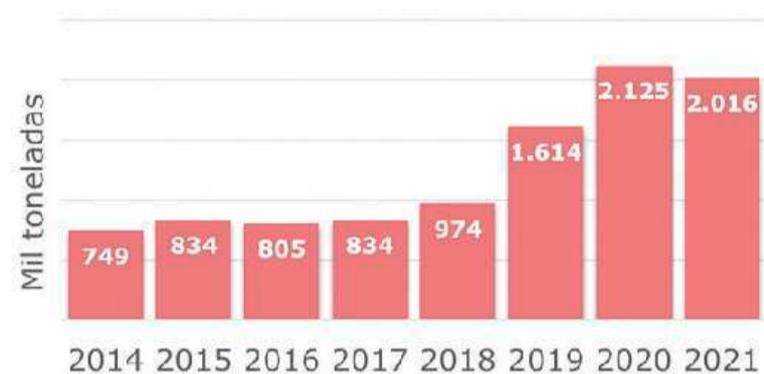
Figura 8 | Balanço mundial de oferta e demanda de algodão



Fonte: USDA

Com relação às exportações do Brasil, a demanda pela fibra nacional manteve ao longo do ano a sua tendência de crescimento, porém devido ao cenário de complexidade logística e menor safra, o país acabou por registrar ao longo do último trimestre de 2021 volumes de exportação inferiores em relação ao ciclo anterior. Nesse sentido, de acordo com os dados brasileiros de exportação, o país encerrou o ano com 2,01 milhões de toneladas exportadas, cifra aproximadamente 5% inferior ao exportado durante o ano de 2020.

Figura 9 | Exportação brasileira anual de algodão

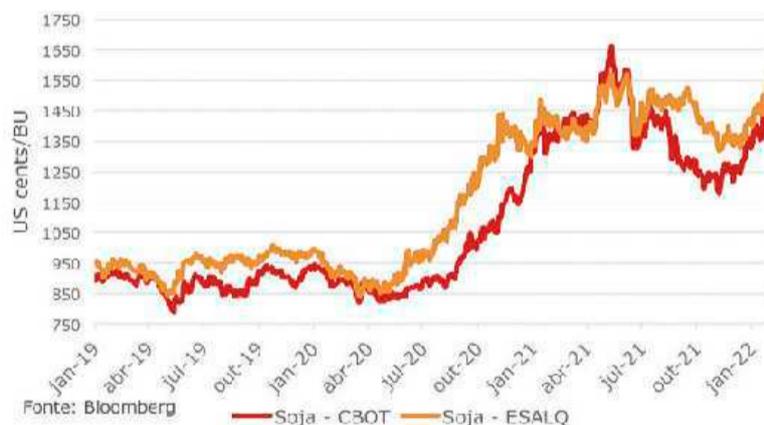


Fonte: MDIC

Soja

As cotações da soja no contrato spot da CBOT e os preços pagos pela oleaginosa na base Paranaguá/CEPEA apresentaram consistente recuperação ao longo do último trimestre de 2021 e considerável resiliência ao longo do mesmo período.

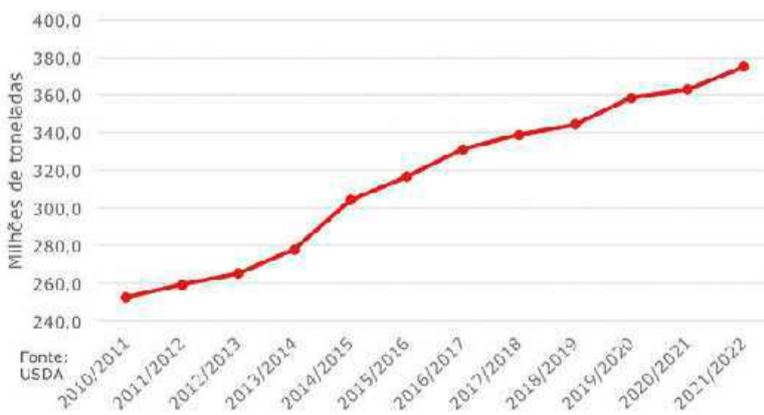
Figura 10 | Preços da soja no mercado internacional e no Brasil



Fonte: Bloomberg

As altas observadas em Chicago somadas aos prêmios pagos e à depreciação cambial se traduziram em oscilações nos preços de soja e, mais recentemente, em cotações superiores a 183,00 R\$/saca, segundo levantamento CEPEA na base Paranaguá. Após uma safra bem-sucedida em 2020/2021 no que diz respeito à produção brasileira de soja, as incertezas relacionadas à produção da oleaginosa na América do Sul, com especial destaque para o Sul do Brasil, Argentina e Paraguai, decorrentes dos volumes de precipitação abaixo da média registrados ao longo do desenvolvimento de safra nessas regiões, tem sido fonte de importante ganhos na bolsa de Chicago no que tange ao desenvolvimento da safra 2021/2022. A expectativa de aumento do consumo global de soja em volume próximo a 375 milhões de toneladas, o que corresponde a uma variação anual de 12 milhões de toneladas para o ciclo 2021/2022, após uma variação anual de consumo de 4,5 milhões de toneladas observada em 2020/2021, demonstra que o consumo da oleaginosa segue em trajetória crescente e resiliente.

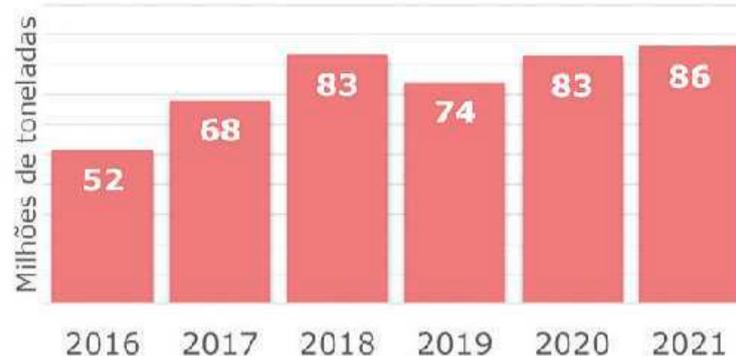
Figura 11 | Consumo mundial de soja



Fonte: USDA

Problemas de produção em regiões situadas ao Sul do Brasil poderão impactar diretamente o programa de exportação brasileiro, posição ocupada pelo país hoje na condição de líder global. Dessa maneira, será de fundamental importância o monitoramento das condições de lavoura brasileiras de modo a dimensionar o impacto e os riscos existentes ao bem-sucedido programa de exportação nacional, cujo volume exportado em 2021 excedeu 86 milhões de toneladas, volume recorde de exportação.

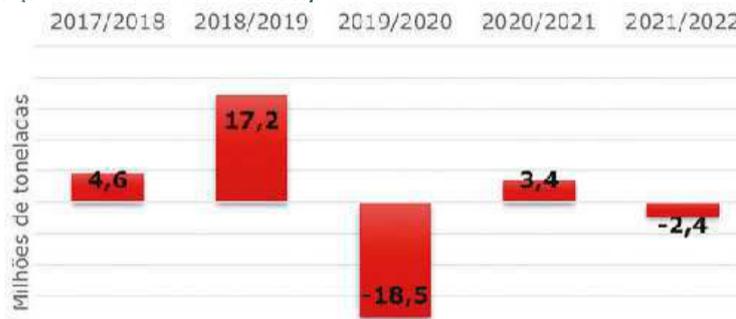
Figura 12 | Exportação brasileira anual de soja



Fonte: MDIC

As no nível global, a relação entre oferta e demanda deverá apresentar pela segunda vez em cinco anos uma condição de déficit, em que o consumo deverá ser superior à produção em volume próximo a 2,4 milhões de toneladas, em sequência ao balanço negativo de 18,5 milhões de toneladas observado em 2019/2020.

Figura 13 | Balanço mundial de oferta e demanda de soja

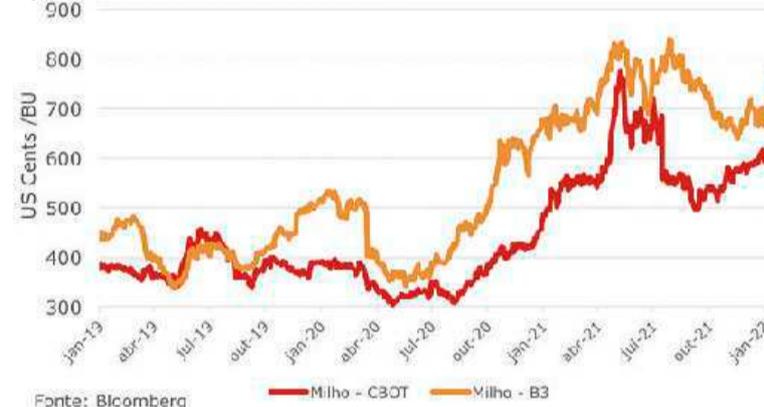


Fonte: USDA

Milho

Os preços de milho no contrato spot da CBOT apresentaram significativa volatilidade ao longo de 2021, período em que, após um ciclo de baixa durante o mês de setembro, as cotações apresentaram uma sólida trajetória de recuperação e valorização, tanto no mercado internacional (Chicago), quanto no mercado doméstico (B3).

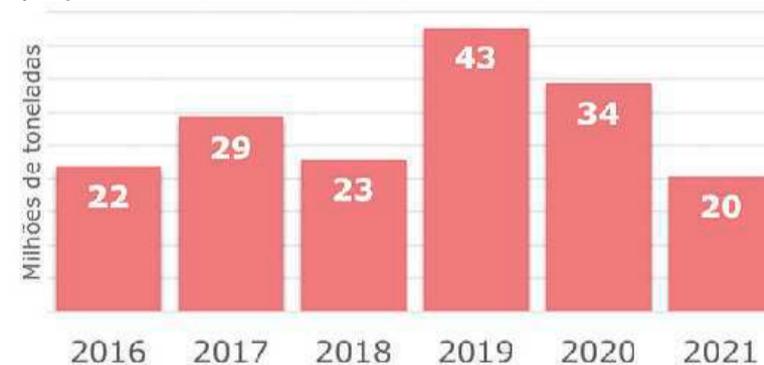
Figura 14 | Preços do milho no mercado internacional e no Brasil



Fonte: Bloomberg

Ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro, os preços na bolsa americana esboçaram sinais de recuperação no contrato spot após negociarem em níveis superiores a 6,0 US\$/bushel. No cenário brasileiro, ao longo de 2020/2021, as regiões produtoras de milho enfrentaram condições climáticas adversas para o desenvolvimento das lavouras. Segundo estimativas da CONAB, a produção total no país foi de 87 milhões de toneladas - volume 15% inferior ao ciclo anterior e 17% abaixo das expectativas iniciais, de 105 milhões de toneladas. A quebra observada no país foi o principal fundamento responsável por fornecer sustentação aos preços no mercado doméstico brasileiro ao longo do ano, com especial destaque para os últimos meses. No contexto das exportações, a quebra de safra observada no país resultou em um volume acumulado de milho embarcado pelo Brasil de 20,5 milhões de toneladas, 40% inferior ao registrado em igual período do ano anterior.

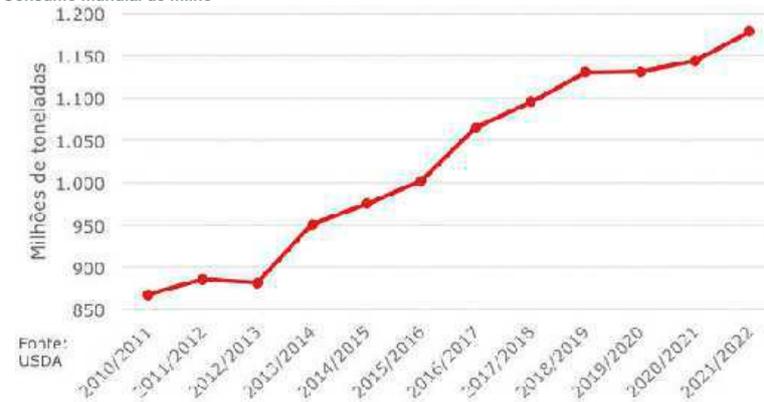
Figura 15 | Exportação brasileira anual de milho



Fonte: MDIC

Sob o ponto de vista global de demanda, o cereal segue em uma crescente, com especial destaque para o ciclo 2021/2022, em que a variação anual de consumo deverá apresentar crescimento de 35 milhões de toneladas.

Figura 16 | Consumo mundial de milho



Fonte: USDA

No cenário mundial, a diferença entre oferta e demanda deverá apresentar um volume de 28,2 milhões de toneladas de consumo superior à produção, primeiro ano entre os últimos cinco ciclos sob tal condição.

No contexto de formação de preços doméstico e internacional, o cenário de desenvolvimento da safra de milho na América do Sul, bem como o ritmo de exportações brasileiros, serão fatores importantes a serem observados de modo a se consolidarem os balanços globais.

Figura 17 | Balanço mundial de oferta e demanda de milho



Fonte: USDA

Desempenho operacional

Área plantada

Nossa estimativa atual é de 675,4 mil hectares de área plantada, com um crescimento de 45,8% frente ao ano safra anterior. A seguir, apresentamos o quadro com a primeira intenção de área plantada no ano-safra 2021/2022, e o comparativo com a safra anterior. Mais detalhes podem ser encontrados na seção de "Informações Adicionais" deste documento.

Tabela 1 | Área plantada por cultura - safra 2020/2021 X 2021/2022

Mix de culturas	2020/21	2021/22 ⁽¹⁾	Participação	Δ%
	ha	ha		
Algodão	109.605	177.093	26,2%	61,6%
Algodão 1ª safra	78.011	86.326	12,8%	10,7%
Algodão 2ª safra	31.594	90.767	13,4%	187,3%
Soja (Comercial + Soja Semente)	229.449	334.966	49,6%	42,3%
Milho 2ª safra	106.470	123.112	18,2%	15,6%
Outras culturas ⁽²⁾	17.644	40.179	5,9%	244,9%
Área Total	463.167	675.350	100,0%	45,8%

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Outras Culturas (milho 1ª safra 11.738 ha, milho semente 607 ha, milho pipoca 2.014 ha, trigo 1.716 ha, pecuária 4.713, semente de braquiária 7.786 ha, feijão mungo 10.214 ha, gergelim 691 ha e estilosantes 700 ha (total 40.179 ha).

Produtividades

Tabela 2 | Produtividade orçada safra 2021/2022

Produtividade (kg/ha)	Safra 2020/21	Safra 2021/22	Safra 2021/22	Δ%	Δ%	Δ%
	Realizado (a)	Orçado (b)	Forecast (c)			
Algodão em pluma 1ª safra	1.913	1.871	1.871	-2,2%	-2,2%	0%
Algodão em pluma 2ª safra	1.689	1.804	1.804	6,8%	6,8%	0%
Caroço de algodão	2.312	2.299	2.299	-0,6%	-0,6%	0%
Soja (Comercial + Semente)	3.985	3.765	3.994	-5,5%	-5,5%	6,1%
Milho 2ª safra	5.880	7.619	7.586	29,0%	29,6%	-0,4%

Soja comercial

Até 03/03/2022, estávamos com 72,3% da área colhida referente aos 335 mil hectares plantados, com uma produtividade de 3.994 kg/ha até o momento. Por enquanto, as áreas estão apresentando bom potencial e a perspectiva é de superar a produtividade orçada (em 6,1%), a safra anterior (em 0,2%) e a média nacional CONAB fev/2022 (em 29,2%).

Soja semente

Estimamos uma produção e vendas de 800 mil sacas de sementes de soja, com indicador de qualidade mínimo de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Hoje, nossa produção é realizada em quatro estados, totalmente focada na qualidade e no atendimento aos nossos clientes. Para melhor oferta de opções de variedades, temos o licenciamento de quatro marcas para venda direta e duas marcas verticalizadas.

Algodão semente

Estimamos a produção e vendas de sementes de algodão de 90 mil sacas, com o indicador de qualidade mínimo de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Atualmente, temos o licenciamento de três marcas de sementes de algodão, com um portfólio variado de produtos para o nosso cliente.

Algodão 1ª safra

Plantio finalizado, as áreas já estão passando da fase de desenvolvimento vegetativo para florescimento e apresentam potencial de atingir a produtividade orçada.

Algodão 2ª safra

O plantio ficou dentro da janela ideal. As áreas atualmente encontram-se em estágio vegetativo e apresentam bom desenvolvimento.

Milho 2ª safra

O plantio do milho 2ª safra iniciou na última semana de janeiro de 2022 e já foi 100% concluído.

Custo de produção

Tabela 3 | Custo orçado de produção por cultura safra 2021/2022

%	Algodão	Soja	Milho	Média 2021/22	Média 2020/21
Custos Variáveis	82,0	76,2	81,9	79,9	79,9
Sementes	9,2	16,1	16,6	12,0	10,5
Fertilizantes	24,2	19,4	39,4	24,3	21,4
Defensivos	25,3	21,5	12,4	22,0	24,4
Pulverização Aérea	1,2	0,7	0,9	1,0	1,8
Combustíveis e lubrificantes	3,6	4,2	3,3	3,7	3,9
Mão-de-obra	0,8	1,0	0,8	0,8	0,8
Beneficiamento	8,1	1,8	2,0	5,3	6,5
Manutenção de máquinas e implementos	3,4	4,2	2,9	3,5	4,1
Outros	6,2	7,3	3,8	7,3	6,5
Custos Fixos	18,0	23,8	18,1	20,1	20,1
Mão-de-obra	6,9	8,5	6,0	7,3	7,7
Depreciações e amortizações	3,7	5,6	3,8	4,3	4,8
Amortização do Direito de Uso - Arrendamentos	5,5	7,1	6,4	6,4	5,1
Outros	1,9	2,6	1,9	2,1	2,5

Tabela 4 | Custo orçado de produção em R\$/ha safra 2021/2022

Total (R\$/ha)	Realizado 2020/21(1)	Orçado 2021/22	Δ%
Algodão 1ª safra	10.971	12.658	15,4%
Algodão 2ª safra	9.951	10.863	9,2%
Soja	3.529	4.131	17,1%
Milho 2ª safra	2.990	3.939	31,7%
Custo médio total	5.608⁽²⁾	6.509⁽²⁾	16,1%

⁽¹⁾ Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.

⁽²⁾ Ponderado pelas áreas da safra 2021/22, para evitar alterações oriundas de variações no mix de produtos.

Os custos por hectare orçados para a safra 2021/2022 apresentam aumento médio em Reais de 16,1% em relação ao realizado da safra 2020/21.

Os principais fatores que contribuíram para esse aumento são:

- i. aumento dos nossos principais insumos, como sementes e fertilizantes;
- ii. custos superiores com combustíveis e energia (aumento de preço e tarifa);
- iii. aumento dos custos com arrendamentos, vinculados ao preço da saca de soja. A área plantada em áreas arrendadas passou de 58%, (safra 2020/2021) para 69% (safra 2021/2022).

Desempenho financeiro

Análise do demonstrativo de resultados

A partir do terceiro trimestre de 2021, passamos a divulgar os dados contábeis considerando a incorporação da empresa Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral da SLC Agrícola), atualmente denominada, SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. Para fins de comparação, preparamos o período do 2020 de forma combinada, ou seja, somando os números realizados no 3T20 e 4T20 pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro S.A. (controladora).

EBITDA Ajustado

Encerramos mais um ano com recorde no EBITDA Ajustado, atingindo R\$ 1,685 bilhão (um bilhão e seiscentos e oitenta e cinco milhões), com margem de 38,6%, aumento de 8,0 pontos percentuais. O EBITDA Ajustado apresentou aumento de 57,0% em relação a 2020. Esse relevante avanço do EBITDA Ajustado refere-se substancialmente ao crescimento de 50,8% no Resultado Bruto (ex-Ativos Biológicos), reflexo dos maiores preços faturados para todos os nossos produtos. No período acumulado de julho a dezembro de 2021 a operação da SLC Agrícola Centro-Oeste adicionou R\$ 79,4 milhões ao EBITDA Ajustado total da Companhia. No ano, tivemos despesas não recorrentes da ordem de R\$ 19,5 milhões relativas à combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A., que não foram deduzidas do cálculo do EBITDA Ajustado. Mais informações disponíveis na seção que trata das Despesas Administrativas.

Tabela 5 | Reconciliação do EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Receita Líquida	3.503.402	3.097.547	4.363.210	24,5%
Var. Valor Justo Ativos Biológicos	867.068	775.534	1.961.159	126,2%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(3.246.330)	(2.802.782)	(4.076.725)	25,6%
Custo dos Produtos	(2.368.255)	(2.051.786)	(2.651.291)	12,0%
Realiz.-Valor Justo Ativos Biológicos	(878.075)	(750.996)	(1.425.434)	62,3%
Resultado Bruto	1.124.140	1.070.299	2.247.644	99,9%
(-) Despesas com vendas	(198.671)	(173.964)	(212.559)	17,4%
(-) Gerais e administrativas	(151.521)	(115.452)	(222.496)	46,8%
Gerais e administrativas	(106.127)	(70.058)	(124.286)	17,1%
Participação nos resultados	(45.394)	(45.394)	(98.210)	116,4%
(-) Honorários da Administração	(14.716)	(14.716)	(18.953)	28,8%
(-) Outras rec. (desp.) operacionais	58.965	14.763	119.731	103,1%
Outras receitas (desp.) operacionais	58.965	14.763	119.731	103,1%
(=) Resultado da Atividade	818.197	780.930	1.913.367	133,9%
(+) Depreciação e amortização	142.092	119.686	145.870	2,7%
EBITDA	960.289	900.616	2.059.237	114,4%
(-) Var.-Valor Justo-Ativos Biológicos ⁽³⁾	(867.068)	(775.534)	(1.961.159)	126,2%
(+) Realiz. Valor Justo-Ativos Biológicos ⁽⁴⁾	878.075	750.996	1.425.434	62,3%
(+) Baixas Ativo Imobilizado ⁽²⁾	10.975	8.067	12.781	16,5%
(+) Outras Transações - Imobilizado ⁽²⁾	2.455	2.455	835	-66,0%
(+) Ajuste amortização - IFRS 16 ⁽⁵⁾	88.469	73.663	133.287	50,7%
(+) Mais Valia	-	-	14.832	100,0%
EBITDA Ajustado^(1,2,3)	1.073.195	960.263	1.685.247	57,0%
Margem Ebitda Ajustado⁽¹⁾	30,6%	31,0%	38,6%	8,0 p.p.

1. Excluindo os efeitos dos Ativos Biológicos, pois não representam efeito caixa.
2. Excluindo a Baixa do Ativo Imobilizado e Outras Transações de Imobilizado sem efeito caixa.
3. Variação do valor justo dos Ativos Biológicos (nota explicativa 32 DF).
4. Realização do valor justo os Ativos Biológicos (nota explicativa 31 DF).
5. Amortização dos ativos de direito de uso -arrendamentos. Inserir a nota explicativa do ajuste da Mais Valia

Receita Líquida

Tabela 6 | Receita Líquida

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Receita Líquida	3.503.402	3.097.547	4.363.210	24,5%
Algodão em pluma	2.020.748	1.697.671	2.087.461	3,3%
Caroço de algodão	187.943	156.269	348.928	85,7%
Soja	1.303.038	1.291.803	1.673.697	28,4%
Milho	432.316	383.504	518.078	19,8%
Rebanho Bovino	29.528	29.528	59.377	101,1%
Outras	99.622	70.379	261.620	162,6%
Resultado de hedge	(569.793)	(531.607)	(585.951)	2,8%

Tabela 7 | Volume faturado (toneladas)

(Tonelada)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	2.393.504	2.094.961	2.247.665	-6,1%
Algodão em pluma	256.153	215.965	219.846	-14,2%
Caroço de algodão	362.779	281.613	310.709	-14,4%
Soja	900.839	899.278	862.097	-4,3%
Milho	803.249	662.840	765.385	-4,7%
Outras	70.484	35.265	89.628	27,2%

Tabela 8 | Volume faturado (cabeças)

(Cabeças)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	13.000	13.000	13.285	2,2%
Rebanho Bovino	13.000	13.000	13.285	2,2%

A Receita Líquida no trimestre, apresentou aumento de 11,7% frente ao 4T20, principalmente devido a preços faturados superiores para todas as culturas, apesar do menor volume faturado de algodão, caroço e milho.

Nesse período também temos uma adição de R\$269,0 milhões proveniente da SLC Agrícola Centro-Oeste.

Os menores volumes faturados são explicados a seguir:

- Algodão | Menor disponibilidade de navios e containers, impactando o volume previsto a ser embarcado;
- Soja, milho e caroço de algodão | Carry over para 2022, estratégia de vendas.

Tabela 9 | Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Var. Valor Justo - Ativos Biológicos	867.068	775.534	1.961.159	126,2%
Algodão em pluma	369.042	298.465	623.001	68,8%
Caroço de algodão	28.208	28.208	143.838	409,9%
Soja	316.900	315.535	1.096.470	246,0%
Milho	78.538	62.353	79.678	1,5%
Rebanho Bovino	5.648	5.648	18.177	221,8%
Outras	68.732	65.325	(5)	n.m.

O cálculo da Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (VVJAB) reflete a expectativa de margem bruta (preço de venda na fazenda deduzido dos custos unitários incorridos) das lavouras que se encontram em transformação biológica relevante no período de apuração. No ano, houve crescimento de 126,2% na VVJAB, devido principalmente às melhores margens estimadas para a safra 2020/2021 e 2021/2022 (no caso da soja) frente ao ano-safra anterior. O VVJAB para o Rebanho Bovino subiu 221,8%, em razão do aumento de cabeças e preços melhores estimados para o período.

Custo dos Produtos Vendidos

Tabela 10 | Custo dos Produtos Vendidos

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Custo produtos vendidos	(2.368.255)	(2.051.786)	(2.651.291)	12,0%
Algodão em pluma	(1.167.223)	(945.782)	(1.082.365)	-7,3%
Caroço de algodão	(113.482)	(98.128)	(133.245)	17,4%
Soja	(711.702)	(697.641)	(793.574)	11,5%
Milho	(291.232)	(230.112)	(420.625)	44,4%
Rebanho Bovino	(25.027)	(25.027)	(53.800)	115,0%
Outros	(59.589)	(55.096)	(167.682)	181,4%

No acumulado do ano, houve aumento de 12,0% frente a 2020, explicado pelo aumento nos custos unitários, em linha com o aumento do custo por hectare quando comparado à safra anterior.

No caso do milho, o aumento do custo unitário é reflexo de dois fatores: o aumento do custo por hectare e a queda de produtividade, quando comparamos a safra atual (2020/2021) com a anterior.

O rebanho bovino apresentou incremento no custo unitário em ambos os períodos, devido ao aumento do preço de aquisição da arroba do boi e dos preços dos principais insumos.

Tabela 11 | Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Realização VJAB⁽¹⁾	(878.075)	(750.996)	(1.425.434)	62,3%
Algodão em pluma	(395.357)	(281.368)	(471.178)	19,2%
Caroço de algodão	(21.114)	(21.114)	(81.781)	287,3%
Soja	(316.773)	(317.382)	(790.542)	149,6%
Milho	(77.290)	(63.591)	(72.426)	-6,3%
Rebanho Bovino	(7)	(7)	(9.387)	n.m.
Outros	(67.534)	(67.534)	(120)	-99,8%

⁽¹⁾ Valor Justo dos Ativos Biológicos

A Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos (RVJAB) é a contrapartida da Variação do Valor Justo (apurado no período de colheita), e é contabilizada à medida que os produtos são faturados.

Em 2021, a RVJAB apresentou um aumento de 62,3% versus 2020, demonstrando a expectativa de margens superiores à safra anterior no momento da apropriação.

Resultado Bruto por cultura

Para contribuir com o melhor entendimento das margens por cultura, o resultado de *hedge* cambial é alocado entre o algodão, soja, milho e rebanho bovino nessa seção.

Algodão em pluma e caroço de algodão

Tabela 12 | Resultado Bruto - algodão em pluma

Algodão em Pluma		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	256.153	215.965	219.846	-14,2%
Receita Líquida	R\$/mil	2.020.748	1.697.671	2.087.461	3,3%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(436.560)	(398.374)	(557.882)	27,8%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	1.584.188	1.299.297	1.529.579	-3,4%
Preço Unitário	R\$/ton	6.185	6.016	6.958	12,5%
Custo Total	R\$/mil	(1.167.223)	(945.782)	(1.082.365)	-7,3%
Custo Unitário	R\$/ton	(4.557)	(4.379)	(4.923)	8,8%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	1.628	1.637	2.035	25,0%

No ano, o Resultado Bruto Unitário subiu 25,0% em comparação à 2020, significativamente em razão do aumento do preço unitário faturado, parcialmente compensado pelo aumento do custo unitário.

Tabela 13 | Resultado Bruto - caroço de algodão

Caroço de algodão		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	362.779	281.613	310.709	-14,4%
Receita Líquida	R\$/mil	187.943	156.269	348.928	85,7%
Preço Unitário	R\$/ton	518	555	1.123	116,8%
Custo Total	R\$/mil	(113.482)	(98.128)	(133.245)	17,4%
Custo Unitário	R\$/ton	(313)	(348)	(429)	37,1%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	205	207	694	238,5%

No ano, houve elevação do Resultado Bruto Unitário em 238,5%, por efeito do avanço de 116,8% nos preços unitários, parcialmente compensado pelos custos unitários.

Soja

Tabela 14 | Resultado Bruto - soja

Soja		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	900.839	899.278	862.097	-4,3%
Receita Líquida	R\$/mil	1.303.038	1.291.803	1.673.697	28,4%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(106.204)	(106.204)	(29.291)	-72,4%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	1.196.834	1.185.599	1.644.406	37,4%
Preço Unitário	R\$/ton	1.329	1.318	1.907	43,5%
Custo Total	R\$/mil	(711.702)	(697.641)	(793.574)	11,5%
Custo Unitário	R\$/ton	(790)	(776)	(921)	16,6%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	539	542	986	82,9%

Em 2021, o Resultado Bruto Unitário da soja frente ao ano de 2020 teve ampliação de 82,9%, proveniente da melhora nos preços médios de faturamento.

Milho

Tabela 15 | Resultado Bruto - milho

Milho		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	803.249	662.840	765.385	-4,7%
Receita Líquida	R\$/mil	432.316	383.504	518.078	19,8%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(23.165)	(23.165)	(318)	-98,6%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	409.151	360.339	517.760	26,5%
Preço Unitário	R\$/ton	509	544	676	32,8%
Custo Total	R\$/mil	(291.232)	(230.112)	(420.625)	44,4%
Custo Unitário	R\$/ton	(363)	(347)	(550)	51,5%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	146	197	126	-13,7%

Em 2021, 99% do milho faturado foi oriundo da safra 2020/2021. A queda de 13,7% no Resultado Bruto Unitário é em virtude do maior custo unitário relativo à queda da produtividade na safra 2020/2021 frente à safra 2019/2020.

Rebanho bovino

Tabela 16 | Resultado Bruto - rebanho bovino

Rebanho Bovino		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	CB	13.000	13.000	13.285	2,2%
Receita Líquida	R\$/mil	29.528	29.528	59.377	101,1%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(3.864)	(3.864)	1.540	n.m.
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	25.664	25.664	60.917	137,4%
Preço Unitário	R\$/mil	1.974	1.974	4.585	132,3%
Custo Total	R\$/mil	(25.027)	(25.027)	(53.800)	115,0%
Custo Unitário	R\$/mil	(1.925)	(1.925)	(4.050)	110,4%
Resultado Bruto Unitário	R\$/mil	49	49	535	991,8%

Em 2021 houve aumento de 991,8% no resultado bruto unitário do rebanho bovino, principalmente em virtude dos maiores preços unitários faturados, em parte compensados pelo aumento do custo unitário.

Resultado Bruto

Tabela 17 | Resultado Bruto

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Lucro Bruto	1.124.140	1.070.299	2.247.644	99,9%
Algodão em pluma	416.965	353.515	447.214	7,3%
Caroço de algodão	74.461	58.141	215.683	189,7%
Soja	485.132	487.958	850.832	75,4%
Milho	117.919	130.227	97.135	-17,6%
Rebanho Bovino	637	637	7.117	n.m.
Outras	40.033	15.283	93.938	134,7%
Ativos Biológicos	(11.007)	24.538	535.725	n.m.

Realizando a exclusão dos efeitos dos Ativos Biológicos (Variação e Realização do Valor Justo), temos a realização efetiva das margens dos produtos faturados. No ano, houve aumento de 50,8% no Resultado Bruto, com incremento em todas as culturas, notadamente em virtude dos melhores preços faturados, exceto o milho, que apresentou queda de produtividade na safra 2020/2021, impactando o custo unitário.

Despesas com Vendas

Em 2021, as despesas com vendas foram 7,0% superiores frente a 2020. As principais variações que contribuíram para esse incremento foram as despesas com fretes, armazenagem e comissões. As despesas com fretes apresentaram aumento de 23,5%, mesmo com queda do volume faturado de algodão, em virtude do aumento do custo unitário de transporte. As despesas com armazenagem foram impactadas pelo aumento do volume produzido na safra 2020/2021 (soja recorde de produtividade e milho com aumento da área plantada). Além disso, registramos aumento dos custos com energia elétrica e gastos com manutenção. Adicionalmente, as despesas com comissões também sofreram aumento, pois são indexadas à moeda estrangeira e, portanto, impactadas pela desvalorização do Real frente ao Dólar no período. As despesas com vendas representaram de 4,9% sobre a Receita Líquida, com redução de 0,8 p.p.

Tabela 18 | Despesas com Vendas

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Frete	77.392	63.602	78.566	1,5%
Armazenagem	41.512	36.424	50.302	21,2%
Comissões	15.957	13.979	21.514	34,8%
Classificação de Produtos	2.130	2.130	1.729	-18,8%
Despesas com Exportação	44.077	40.228	41.351	-6,2%
Outros	19.580	17.603	19.097	8,5%
Total	198.671	173.964	212.559	7,0%
% Receita líquida	5,7%	5,6%	4,9%	-0,8 p.p.

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas (excluindo valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados e as despesas não recorrentes (R\$ 19,5 milhões) relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.) apresentaram queda de 1,3% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

As três principais variações são explicadas a seguir:

- Gastos com Pessoal | Incremento relativo aos ajustes/alterações de quadro de pessoal, aumento das despesas com encargos e outros benefícios, adicionado a despesas com Stock Options/Ações Restritas;
 - Honorários com terceiros | Apresenta forte aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a despesas não recorrentes relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A., totalizando R\$ 19,5 milhões. A variação da conta de honorários sem as despesas não recorrentes apresenta crescimento de 53,8%. Esse incremento notadamente se refere a despesas com assessoria jurídica, relacionadas ao sucesso de processos tributários e prestação de serviços de manutenção de *software*;
 - Manutenção de *software* | Elevação dos custos relativos à manutenção/contratação de diversos subsistemas correlacionados à implantação do sistema SAP.
- IV. Contingências, tributárias, trabalhistas e ambientais | Queda de R\$17,8 milhões, relacionado a indenizações trabalhistas ocorridas no 4T20, na Terra Santa Agro.

Tabela 19 | Despesas Administrativas

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Gastos com pessoal	48.251	38.989	56.783	17,7%
Honorários de terceiros	9.065	5.877	33.441	268,9%
Depreciações e amortizações	4.021	2.094	4.135	2,8%
Despesas com viagens	1.542	1.176	1.119	-27,4%
Manutenção de Software	5.844	5.090	8.291	41,9%
Propaganda e Publicidade	2.766	2.692	2.381	-13,9%
Despesas de comunicação	3.835	3.798	4.725	23,2%
Aluguéis	1.360	1.293	2.672	96,5%
Conting. Tribut., Trabalh. e Amb.	18.151	186	396	-97,8%
Energia Elétrica	328	175	1.501	357,6%
Impostos e Taxas Diversas	1.373	1.332	2.086	51,9%
Contribuições e doações	4.283	4.283	5.032	17,5%
Outros	5.308	3.073	1.724	-67,5%
Subtotal	106.127	70.058	124.286	17,1%
% Receita líquida	3,0%	2,3%	2,8%	-0,2 p.p.
Participação nos Resultados	45.394	45.394	98.210	116,4%
Total	151.521	115.452	222.496	46,8%

Resultado Financeiro Líquido

Dado que a parte dolarizada do endividamento da SLC Agrícola é "swapped" para Reais (em linha com a Política de Gestão de Riscos de Mercado - Hedge), a variação cambial sobre a dívida em Dólar acaba por não impactar o Resultado Financeiro quando analisamos os números de forma agregada, pois eventuais ganhos e perdas sobre a dívida em dólares, oriundos da variação cambial, são compensados por ganhos/perdas em igual proporção no respectivo swap.

Tabela 20 | Resultado Financeiro Líquido Ajustado

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Juros	(53.636)	(53.637)	(98.269)	83,20%
Variação cambial	28.775	28.775	(55.731)	n.m.
Variação monetária AVP ⁽¹⁾	-	-	(121)	100,0%
Outras rec. (desp.) financeiras	(61.106)	(61.106)	(175.149)	186,6%
Total	(91.750)	(91.751)	(349.880)	281,3%
% Receita líquida	2,6%	3,2%	8,0%	5,4 p.p.

(1) AVP: Ajuste Valor Presente - Passivo arrendamento (IFRS16)

No ano, o Resultado Financeiro Líquido ajustado apresentou aumento em relação ao ano anterior. Uma das principais variações está atrelado à conta de Ajuste a Valor Presente de Arrendamentos, devido ao alongamento de alguns contratos (adicionado a entrada do arrendamento da Terra Santa) e ao aumento no preço da saca de soja em Reais (indexado dos contratos). A variação cambial negativa reflete a apreciação da taxa de câmbio no ano, impactando os valores a pagar para fornecedores fixados em dólar. Aumento de juros no acumulado do ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em virtude do aumento da dívida líquida, impactada pela aquisição da Terra Santa e pelo aumento do CDI médio no período.

Resultado Líquido

Tabela 21 | Resultado Líquido

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Result. antes dos tributos s/ lucro	579.995	689.179	1.560.810	169,1%
IR e Contribuição Social s/ lucro	(133.641)	(178.231)	(430.051)	221,8%
Lucro Líquido Consolidado do Período	446.354	510.948	1.130.759	153,3%
P/sócios da empresa controladora	424.080	488.674	1.062.116	150,5%
P/sócios da empresa não controladores	22.274	22.274	68.643	208,2%
Margem Líquida	12,7%	16,5%	25,9%	13,2 p.p.

No ano, atingimos Lucro Líquido recorde, pela primeira vez superior a 1 bilhão, alcançando a marca de R\$ 1,131 bilhão (um bilhão cento e trinta e um milhões), com crescimento 153,3% em relação a 2020. A margem líquida também foi recorde: 25,9%, com aumento de 13,2 pontos percentuais. Alguns fatores importantes contribuíram para esse relevante avanço no Resultado Líquido, como:

- forte incremento no Resultado Bruto, devido a preços faturados superiores e recorde de produtividade na soja;
- apropriação dos Ativos Biológicos (Receita - Custo) positiva impactou a expectativa de margens superiores em relação à safra anterior.

Análise do Demonstrativo de Fluxo de Caixa

No acumulado do ano, a geração de caixa livre é negativa, em R\$494,8 milhões, principalmente devido a combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.

Tabela 22 | Fluxo de Caixa Resumido

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Caixa Gerado nas Operações	1.218.417	1.155.649	1.743.771	43,10%
Variações nos Ativos e Passivos	(539.964)	(370.788)	(1.308.681)	142,4%
Caixa Líq. Ativ. de Investimentos	(168.457)	(169.846)	(476.195)	182,70%
Em imobilizado	(190.129)	(190.129)	(400.397)	110,60%
Em intangível	(21.924)	(21.654)	(36.007)	64,20%
Recebimento p/venda de terras	42.643	42.643	17.852	-58,10%
Integralização de capital	1.659	-	-	-100,00%
Aquisição de inv. em controladas	-	-	(55.297)	100,00%
Outros investimentos	-	-	(1.640)	100,00%
Pagamento devolução de terras	(706)	(706)	(706)	0,00%
Caixa livre apresentado	509.996	615.015	(41.105)	n.m.
Var. conta de Aplic. Financeiras ⁽¹⁾	(55.329)	(55.329)	21	n.m.
Arrendamentos Pagos ⁽²⁾	(132.732)	(129.634)	(230.940)	74,00%
Recuperação de ações	(268)	(268)	237	n.m.
Pagamento de Custas CRA				

Imobilizado /CAPEX

Tabela 23 | CAPEX

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Máq., implementos e equipamentos	93.300	91.999	171.854	84,2%
Aquisição de terras	102	102	322	215,7%
Correção de solo	64.553	56.156	110.644	71,4%
Obras e instalações	23.717	22.154	58.296	145,8%
Usina de beneficiamento de algodão	4.432	3.687	2.874	-35,2%
Armazém de Grãos	2.870	2.380	1.269	-55,8%
Limpeza de solo	20.009	20.009	42.701	113,4%
Veículos	2.693	2.506	3.541	31,5%
Aeronaves	3.255	21	1.494	-54,1%
Software	21.381	21.111	37.030	73,2%
Benfeitorias imóveis próprios	39	39	-	-100,0%
Benfeitorias imóveis de Terceiros	1.324	1.324	940	-29,0%
Prédios	106	106	-	-100,0%
Outros	12.765	12.652	19.869	55,7%
Total	250.546	234.246	450.834	79,9%

No ano, atingimos um investimento de R\$ 450,8 milhões, com aumento de 79,9% em relação a 2020. Os maiores investimentos foram em máquinas, implementos e equipamentos (38%), correção e desenvolvimento de solo (34%) e em obras e instalações (25%). Em máquinas, implementos e equipamentos, foram investidos R\$ 171,9 milhões, notadamente para compra de tratores, colheitadeiras de grãos e algodão, plantadeiras e pulverizadores, entre outros. Em relação ao valor total investido, destacamos que 32% foram destinados para a Fazenda Paysandu, 12% para a Fazenda Paiaguás, 16% para as Fazendas Pamplona e Planeste e o restante distribuído entre as demais fazendas.

Em correção e desenvolvimento de solo, foram destinados R\$ 153,3 milhões, sendo os maiores investimentos realizados nas Fazendas Palmeira, Piratini e Paysandu. Os investimentos em obras e instalações totalizaram R\$ 58,9 milhões, com alocação de 25% para a Fazenda Piratini (preparação para estrutura de irrigação) e de 12% para a nova sede da Companhia, inaugurada em fevereiro de 2022. Além disso, os maiores investimentos foram realizados nas Fazendas Pamplona (investimentos em irrigação, telemetria e reformas de casas) e Planeste (ampliação da prensa da algodoeira, abrigo calador, melhorias na sala de classificação e melhorias nos batedores e descarregadores).

Endividamento

A Dívida Líquida Ajustada da SLC Agrícola encerrou o ano de 2021 em R\$ 2,4 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 1,7 bilhão em relação ao fechamento de 2020. A Dívida Líquida foi impactada principalmente em razão do aumento na Necessidade de Capital de Giro, oriunda, por sua vez, do volume de pagamentos dos insumos agrícolas da safra 2021/2022 e da liquidação total do endividamento da Terra Santa Agro (SLC Agrícola Centro-Oeste).

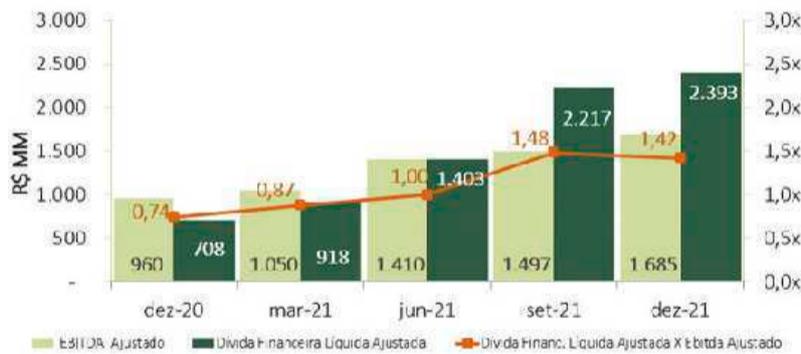
Tabela 24 | Dívida Financeira Líquida

Linha de Crédito (R\$ mil)	Taxas médias anuais de juros (%)			Consolidado	
	Indexador	2020	2021	2020	2021
Aplicados no Imobilizado				57.053	42.529
Finame - BNDES	Pré e Cesta de Moedas	5,4%	5,6%	57.053	42.529
Aplicados no Capital de Giro				2.377.937	2.556.693
Crédito Rural	Pré	4,3%	5,5%	12.186	18.299
Crédito Rural	CDI ⁽¹⁾	-	10,3%	-	153.314
CRA	CDI ⁽¹⁾	3,7%	11,0%	841.616	534.015
Capital de Giro	CDI ⁽¹⁾	3,1%	10,3%	577.936	699.354
Financiamento à Exportação	CDI ⁽¹⁾	3,2%	10,4%	946.198	1.151.711
Total do Endividamento ⁽²⁾		3,4%	10,4%	2.434.989	2.599.222
(+/-) Ganhos/perdas c/derivativos vinculados a Aplicações e Dívidas ⁽²⁾				121.794	65.678
(=) Dívida Bruta (Ajustada)				2.313.195	2.533.544
(-) Caixa				1.604.716	140.464
(=) Dívida Líquida (Ajustada)				708.479	2.393.081
EBITDA dos últimos 12 meses				960.263	1.685.247
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado				0,74	1,42

⁽¹⁾ Taxa de Juros final com swap; ⁽²⁾ Operações com ganhos e perdas de Derivativos (nota 25 letra e da DF);

⁽³⁾ O Total do endividamento é diferente da posição contábil devido aos custos de transações com CRA, vide nota 18 da DF.

Figura 18 | Evolução da relação Dívida Líquida X EBITDA Ajustado



ATENÇÃO : DADOS DE DEZ/21 MUDARAM

- EBITDA Ajustado: 1.685
- Dívida Financeira Líquida Ajustada: 2.393
- Alavancagem: 1,42

Dividendos

A distribuição de dividendos nos cinco últimos exercícios sociais apresentou um *payout* médio de 50% do lucro líquido ajustado. Em 15 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou a Proposta da Administração, que será submetida à Assembleia de Acionistas a ser realizada em 29/04/2022. A Proposta propõe a distribuição de R\$ 504.434 mil. O dividendo será pago de forma igual a todas as ações de emissão da Companhia, correspondendo a R\$ 2,427538 por ação ordinária (excluídas as ações em tesouraria). Desse montante, R\$ 252.217 mil corresponderão ao dividendo obrigatório e R\$ 252.217 mil aos dividendos adicionais. O dividendo por ação será atualizado na data base para pagamento, devido a atualização do saldo de ações em tesouraria.

Tabela 25 | Proposta de distribuição de resultados

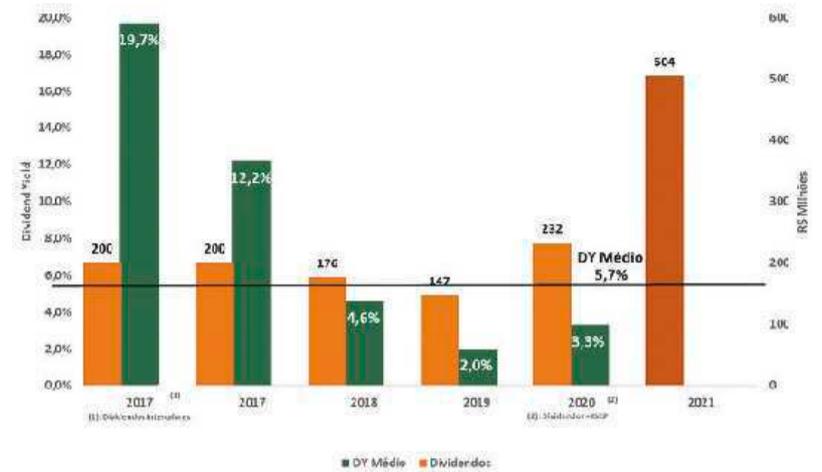
(R\$ mil)	2020	2021
Lucro líquido do exercício da controladora	488.674	1.062.116
Apropriação de reserva de subvenção	171	149
Apropriação da reserva legal	24.425	53.098
Base de cálculo dos dividendos	464.078	1.008.868
Dividendo mínimo obrigatório 25% (a)	83.673	252.217
Juros sobre Capital Próprio (Bruto) ¹	37.118	-
Impostos sobre JSCP	- 4.771	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido)(b)	32.347	-
Dividendo adicional proposto 25% (c)	116.019	252.217
Dividendos Propostos (a+b+c)	232.039	504.434
% sobre o Lucro Líquido do Exercício	50%	50%

1. Valor pago em 16/12/2020.

Aumento de 136,7% no Lucro Líquido da Controladora, em relação a 2020.

Aumento de 117,4% no valor dos dividendos propostos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior

Figura 19 | Dividend Yield



Mercado de capitais

O capital social da Companhia é dividido em 212.422.599 ações ordinárias e sem valor nominal, com um *free float* de 45,3% na data base de 31/12/2021. As ações da SLC Agrícola (SLCE3) são negociadas na B3 no mais alto segmento de governança corporativa, o Novo Mercado. Além disso, estão disponíveis no mercado de balcão norte-americano via ADR Nível1, com o ticker "SLCJY". A SLCE3 faz parte dos seguintes índices: Small Caps (SMLL B3), IBRA B3, ICON B3, IDIV B3, IGCT B3, IGCM B3, IGNN B3 e ITAG B3.

Em 2021 entramos para os índices IBRX100, ICO2 e IGPTW. O índice IBRX 100 é o indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Já a adesão das companhias ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono. Por sua vez, o índice IGPTW vai levar em consideração as empresas certificadas pela GPTW e as melhores empresas para se trabalhar, a partir do ranking nacional elaborado também pela consultoria. A primeira composição do índice inclui as empresas premiadas em 2021.

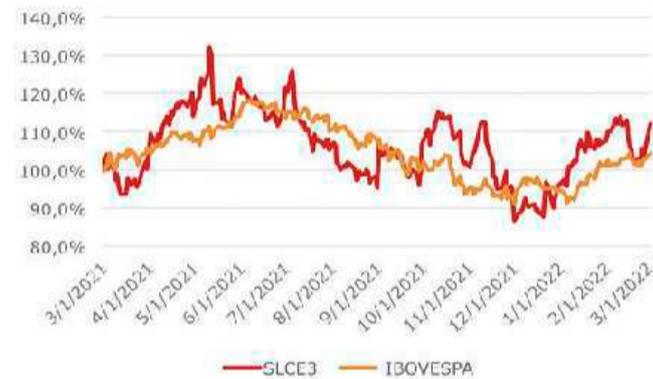
Recuperação de Ações. Em 13 de setembro, divulgamos via Fato Relevante a aprovação do Conselho de Administração para a realização de um novo Programa de Recuperação de Ações, no montante de 2 milhões de ações. O plano de recuperação está em andamento e as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para alienação ou cancelamentos. A Companhia comunicará aos seus acionistas oportunamente quando da finalização do referido programa.

Bonificação de Ações. A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30/12/2021 aprovou o aumento do capital social no valor total de R\$ 500 milhões, por meio da incorporação de parte do saldo da conta de Reservas Estatutárias, com bonificação de ações à razão de 10% (dez por cento), que correspondeu à emissão de 19.311.145 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 25,89 (vinte e cinco reais e nove centavos).

Nos últimos 360 dias (mar-21 a mar-22), a SLCE3 registrou uma apreciação de 12,0%, frente a uma valorização de 4,4% do Ibovespa no mesmo período, conforme demonstramos no gráfico.

O volume médio negociado no mercado à vista, nos últimos 360 dias (mar-21 a mar-22), atingiu a marca de R\$ 59,7 milhões (dobro do ano anterior), com uma média de 1,36 milhões de ações negociadas.

Figura 20 | Desempenho das ações da SLCE3



Posição de hedge

Hedge cambial e de commodities agrícolas

As receitas de vendas da Companhia são geradas, principalmente, pela comercialização de *commodities* agrícolas, como algodão, soja e milho. Esses produtos são cotados em dólares nas bolsas internacionais Chicago Board of Trade - CBOT e Intercontinental Exchange Futures US - ICE.

Dessa forma, temos uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio e aos preços dessas *commodities*. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda - Non Deliverable Forward (NDF).

Em linha com a Política de Gestão de Risco da Companhia - cujo objetivo é o alcance de uma margem operacional pré-estabelecida com a conjunção dos fatores preço, câmbio e custo -, a maior parte dos instrumentos de proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (*forward contracts*). Além disso, são utilizados contratos futuros e de opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de *swaps* e opções, com instituições financeiras.

A seguir, apresentamos nossa posição de *hedge* de *commodities* (em relação ao volume de total de faturamento estimado) e de câmbio (em relação à receita total em dólar estimada) - aberta em *hedge* comercial e *hedge* financeiro - atualizada até 06 de março.

Tabela 26 | Posição Atualizada de Hedge

Hedge de câmbio - SOJA				Hedge de Commodity - SOJA			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano Agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	99,9	56,8	10,0	%	99,9	68,0	22,7
R\$/USD	5,2583	5,6022	6,1286	USD/bu ⁽²⁾	12,46	13,13	13,34
Compromissos % ⁽¹⁾	-	11,5	50,5	Compromissos % ⁽¹⁾	-	4,1	18,5

Hedge de câmbio - Algodão				Hedge de Commodity - Algodão			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	97,4	55,0	15,3	%	95,8	69,5	30,8
R\$/USD	5,4442	5,9328	6,2887	US¢/lb ⁽²⁾	75,08	78,63	83,96
Compromissos % ⁽¹⁾	-	10,0	45,3	Compromissos % ⁽¹⁾	-	-	-

Hedge de câmbio - Milho				Hedge de Commodity - Milho			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	100,5	60,8	26,9	%	99,7	63,0	39,7
R\$/USD	5,2309	5,7446	6,3233	R\$/saca ⁽³⁾	43,84	54,15	60,99
Compromissos % ⁽¹⁾	-	2,0	38,9	Compromissos % ⁽¹⁾	-	-	-

⁽¹⁾ Compromissos com pagamentos de títulos fixados em dólar, *hedge* natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja. ⁽²⁾ Base FOB Porto - os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade. ⁽³⁾ Preço fazenda.

Indicadores de retorno

A Companhia entende que o cálculo de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Ativo Líquido e Retorno sobre o Capital Investido deve considerar, além do resultado líquido do período ou resultado operacional do período, também a apreciação anual líquida do valor de suas terras (com base no relatório independente da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., realizado todos os anos).

Tabela 27 | Retorno sobre o Patrimônio Líquido

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Lucro Líquido ⁽¹⁾	70	121	16	289	405	293	511	1.131
Apreciação de Terras Líquida ⁽²⁾	428	140	199	19	110	142	216	2.626
Subtotal	498	261	215	308	515	435	727	3.757
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	3.771	3.911	4.346	4.438	4.641	4.973	5.361	7.521
Retorno	13,2%	6,7%	4,9%	6,9%	11,1%	8,7%	13,6%	50,0%

1. Mesmo em períodos que contemplam resultados líquidos oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o lucro da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.
2. Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.
3. Ajustado pela apreciação de terras.

Tabela 28 | Retorno sobre o Capital Investido

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Resultado Operacional ⁽¹⁾	190	285	110	513	657	536	780	1.913
Alíquota de IRPJ	21,3%	27,3%	0,0%	26,3%	30,5%	24,0%	26,0%	27,6%
IR Ajustado	(40)	(78)	20	(135)	(200)	(129)	(203)	(528)
Res. Operacional Ajustado	150	207	130	378	457	407	577	1.385
Apreciação de terras Líquida ⁽²⁾	428	140	199	19	110	142	216	2.626
Res. Operacional c/ Terras	578	347	329	397	567	549	793	4.011
Capital Investido	4.731	5.005	5.255	5.104	5.584	5.947	6.154	9.987
Dívida Bruta (CP e LP)	1.332	1.795	1.974	1.578	1.586	1.859	2.313	2.573
Caixa	372	701	1.065	749	643	885	1.520	108
Dívida Líquida	960	1.094	909	829	943	974	793	2.465
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	3.771	3.911	4.346	4.275	4.641	4.973	5.361	7.521
Retorno s/Capital Investido	12,2%	6,9%	6,3%	7,8%	10,2%	9,2%	12,9%	40,2%

1. Mesmo em períodos que contemplam resultados operacionais oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o resultado da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.
2. Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.
3. Ajustado pela apreciação de terras.

ESG

A SLC Agrícola está engajada em colaborar para o desenvolvimento sustentável. Uma das principais medidas para impulsionar esse compromisso é a participação voluntária na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para promover a integração de dez princípios universais sobre trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção às estratégias corporativas.

Signatária do Pacto Global desde 2015, a Companhia integra a plataforma Ação pelo Agro Sustentável, que desenvolve projetos para a divulgação e fortalecimento dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA) e dos ODS relacionados. Além disso, participa, desde 2020, do Comitê de Sustentabilidade da Câmara Americana de Comércio - Amcham, de Porto Alegre (RS).

Em 2021, conduzimos um novo estudo para mapear e priorizar os temas mais relevantes da agenda de sustentabilidade para a gestão dos negócios e a prestação de contas aos públicos de interesse. Esse trabalho envolveu 23 entrevistas qualitativas e 389 respostas completas ao questionário on-line, resultando na nova Matriz de Materialidade.



O Sistema de Gestão Integrado (SGI) é responsável pela padronização das políticas e procedimentos para a gestão dos aspectos ESG. A plataforma possui a certificação ISO 14001 (gestão ambiental), ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional) e NBR 16001 (responsabilidade social), já aplicável em 11 unidades - a Matriz e 10 fazendas. A meta é, até 2026, ter todas as 22 fazendas e a matriz certificadas no âmbito do SGI.

A gestão dos aspectos, riscos e oportunidades relacionados ao desempenho ESG é realizada, desde 2020, com o apoio de uma ferramenta digital que dá mais agilidade e confiabilidade aos processos. Essa solução consolida a gestão de documentos, de licenças e das condicionantes ambientais, o acompanhamento do portfólio de projetos, o registro e investigação de acidentes e incidentes, auditoria, não conformidades e oportunidades de melhorias, entre outros aspectos.

Meio ambiente

Na gestão ambiental dos impactos relacionados às nossas atividades, as prioridades são a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas às operações agrícolas, o consumo eficiente de água e energia e a correta destinação dos resíduos. Também atuamos para garantir a preservação e o reflorestamento em áreas protegidas localizadas dentro das unidades, investindo em ações para combater incêndios e outros tipos de incidentes que possam prejudicar o desenvolvimento da biodiversidade local.

Mudanças climáticas

Anualmente, elaboramos e divulgamos nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e considerando os escopos 1 e 2. No inventário relativo ao ano de 2021, expandiremos essa quantificação para atividades de terceiros em nossa cadeia de valor (escopo 3), como as operações logísticas, e submeteremos os dados para verificação de terceira parte, alinhado às melhores práticas de mercado. Em 2021, a SLC Agrícola também passou a responder ao questionário Climate Change do CDP, fortalecendo a transparência sobre a governança e a gestão de riscos e oportunidades associados ao tema. Corporativamente, a meta estabelecida em 2020 é de reduzir as emissões de GEE em pelo menos 25% até o ano de 2030, considerando o ano-base 2019, reduzindo a nossa pegada de carbono de 0,29 para 0,22 tCO₂e/tonelada de produtos (somatório de todas as culturas produzidas pela SLC Agrícola no ano-safra).

Tabela 30 | Inventário de GEE

Inventário de GEE (tCO ₂ e)1	2020	2019
Escopo 1 (brutas)	746.446,5	573.497,6
Escopo 2 (abordagem de localização)	3.427,5	3.758,4
Total	749.874,0	577.256,0

1. Dados históricos rerepresentados.

As técnicas agrícolas utilizadas nas fazendas contribuem para uma operação mais sustentável sob a perspectiva das emissões de GEE. A utilização de cobertura natural e o plantio direto das sementes, sem revolver a área de plantio, contribuem para a fixação de carbono no solo. Nos últimos anos, temos investido no aprimoramento dos mecanismos para a quantificação e aprimoramento das estimativas de emissões e captura de carbono, considerando a variabilidade ambiental presente em cada um dos talhões. O projeto tem como objetivo desenvolver uma plataforma digital para a contabilização dos gases de efeito estufa.

Água

Nossas operações não são intensivas no consumo de água, uma vez que 98% das lavouras são cultivadas com agricultura de sequeiro - apenas a chuva é suficiente para garantir a produtividade das culturas. Nas fazendas Pamplona (GO), Paysandu (BA) e Palmares (BA), possuímos sistemas digitais que monitoram a necessidade de irrigação e controlam a quantidade de água a ser utilizada a cada 24 ou 48 horas.

As fazendas possuem Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), destinadas ao tratamento do esgoto doméstico antes do descarte nos rios. Parte do esgoto tratado nas ETEs é reutilizado em processos para umidificação das vias de acesso não asfaltadas.

Tabela 31 | Captação de água por fonte

Captação de água por fonte (mil m ³)1	2019	2020	2021
Superficial	24.743,4	17.104,9	13.417,6
Subterrânea	1.307,4	1.507,3	1.558,3
Total	26.050,8	18.612,2	14.975,9

1. Além dessas fontes, a matriz em Porto Alegre (RS) recebe água da Companhia de abastecimento local, cujo volume foi de 62 m³ e 146 m³, respectivamente, em 2021 e 2020. Toda água é captada com concentração de sólidos totais dissolvidos menor ou igual a 1.000 mg/l. A Companhia não dispõe de medição do consumo.

Resíduos

O Sistema de Gestão Ambiental estabelece os procedimentos para classificação, armazenamento e disposição de todos os resíduos gerados nas unidades. Em 2021, iniciamos o projeto Circularidade e Zero Resíduos na Fazenda Pamplona (GO), com o objetivo de aumentar o índice de reciclabilidade e eliminar o envio de resíduos para aterros sanitários.

Tabela 32 | Destinação de resíduos por método

Destinação de resíduos por método (t)1	2019	2020	2021
Não perigosos			
Reciclagem ²	1.333,3	1.733,3	1672,3
Aterro ³	528,3	786,3	219,0
Subtotal não perigoso	1.861,6	2.519,6	1.891,3
Perigosos			
Reciclagem ²	194,0	195,1	148,2
Incineração ³	110,5	147,5	189,6
Subtotal perigoso	304,5	342,6	337,8
Total de resíduos	2.166,1	2.862,2	2.229,3

1. Além dos volumes na tabela, em 2020 foram destinadas 2,2 mil pilhas e baterias e 1,4 mil lâmpadas, cujo peso não pôde ser calculado, uma vez que o controle é feito por unidade.
2. Métodos de tratamento (GRI 306-4).
3. Métodos de disposição final (GRI 306-5).

Biodiversidade

O compromisso da SLC Agrícola com a preservação da biodiversidade foi reforçado em 2021 com a divulgação da Política de Desmatamento Zero, que formaliza o encerramento do ciclo de transformação de terras com vegetação nativa para o uso agrícola. Na prática, isso significa a manutenção natural mesmo de áreas que poderiam ser convertidas em lavouras, seguindo as orientações e parâmetros dos licenciamentos ambientais.

No encerramento do ano, áreas preservadas representavam 118 mil hectares nas fazendas. Além disso, em oito unidades, mantemos viveiros de mudas, privilegiando espécies do Cerrado.

Para ampliar a geração de impactos positivos, demos continuidade ao longo de 2021 às parcerias com universidades e organizações da sociedade civil que desenvolvem projetos voltados para a preservação da fauna e da flora do Cerrado. Nesse contexto, destacam-se a adesão como signatária do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal e do projeto Conservação da Biodiversidade no Cerrado.

Social

Colaboradores

No encerramento de 2021, o quadro funcional era formado por 2.917 colaboradores efetivos, um aumento de 7,4% na comparação anual, além de 93 aprendizes e 62 estagiários. No ano, a média de safristas contratados foi de 1.244, elevação de 21,4% na comparação com o ano anterior.

A Companhia investe na construção de um ambiente de trabalho inclusivo e que ofereça oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento dos colaboradores. Para acelerar esse desenvolvimento, a Companhia criou o Programa Educação Inclusiva abrange diferentes projetos voltados para a integração dos colaboradores, como a Academia de Líderes, o Espaço de Inclusão Digital e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Figura 21 | Evolução da escolaridade



Oferecemos aos colaboradores efetivos e safristas um conjunto de benefícios que contribui para a atratividade da remuneração total. Apenas alguns benefícios são oferecidos exclusivamente aos colaboradores efetivos e não estão disponíveis aos safristas: auxílio-aluguel temporário, auxílio-educação, convênios com universidades e instituições de ensino e pacote da Fundação SLC (assistência médica e odontológica, auxílio-funeral, seguro de vida e reembolso de despesas médicas, medicamentos e lentes de óculos). Em 2021, foram registrados 21 acidentes envolvendo colaboradores, ante 25 ocorrências no ano anterior. Com isso, a Companhia alcançou uma redução de 17,4% na taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento, atingindo o melhor patamar histórico: 1,90. No ano, cinco fazendas alcançaram a meta de zero acidente. Entre os acidentes do período, dois tiveram afastamento superior a 90 dias, o que elevou a taxa de gravidade em 35,44% na comparação anual. Não foi registrado nenhum acidente fatal nas operações.

Fornecedores

Em 2021, as compras e contratações de fornecedores envolveram dispêndios da ordem de R\$ 2,4 bilhões. O processo de seleção dos fornecedores considera a atuação e a gestão desses parceiros sobre os aspectos ESG. A SLC Agrícola aplica uma ferramenta de gestão de riscos para terceiros que permite a consulta a diferentes bases de dados, com o objetivo de obter informações sobre cerca de 40 temas de avaliação. Um dos tópicos avaliados é o risco de ocorrência de trabalho infantil ou análogo ao escravo. Todos os fornecedores contratados em 2021 foram avaliados na ferramenta e não foram identificados riscos relacionados a práticas degradantes de trabalho. A partir de 2022, o objetivo é realizar essa análise ainda na fase de homologação cadastral para os novos fornecedores, antes da efetivação dos contratos.

Comunidades

Entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto SLC foi criado em 2020 com o objetivo de organizar os investimentos sociais privados realizados pela SLC Agrícola e pela SLC Máquinas, empresas que fazem parte do Grupo SLC. Seu foco de atuação é a promoção da educação como meio para a geração de novas oportunidades e de transformação na vida das pessoas. Por causa da pandemia de Covid-19, as primeiras ações do Instituto SLC estiveram direcionadas para o combate à doença e o apoio emergencial a famílias em situação de vulnerabilidade. Desde 2020, foram doados R\$ 1,6 milhão para ajudar hospitais e centros médicos municipais a adquirirem equipamentos e medicamentos para o atendimento da população.

Também foram feitas doações de cestas básicas para associações beneficentes e famílias em mais de 30 municípios diferentes, totalizando cerca de 180 toneladas de alimentos doados. Nessa ação, foram investidos R\$ 1 milhão, com o envolvimento dos Grupos de Apoio Socioambiental (GAS), formados em cada uma das unidades para reunir colaboradores em prol do voluntariado.

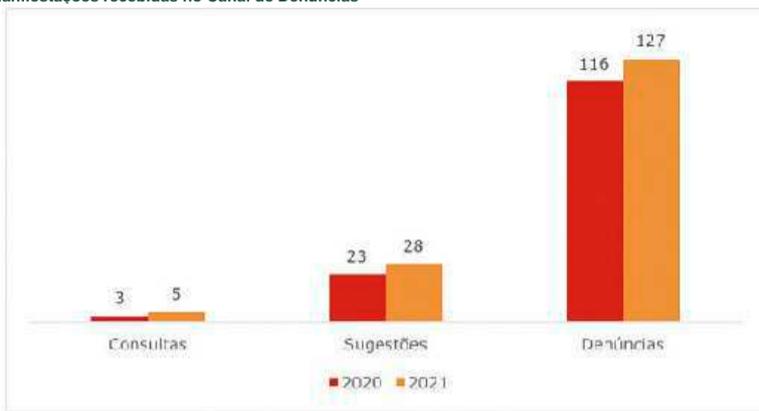
Governança

Os valores e princípios que orientam o desenvolvimento dos negócios estão expressos no Código de Ética e Conduta, atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2021. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Política de Prevenção e Combate à Corrupção, disponível para 100% dos colaboradores e para os públicos externos, e concretizada a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa multisetorial para promover a integridade na estratégia das organizações.

Para garantir a aderência de todos os colaboradores, diretores e membros do Conselho de Administração a essas diretrizes e princípios, a SLC Agrícola desenvolveu o Sistema de Compliance, estruturado em conformidade com a Lei Anticorrupção (12.846/2013). O funcionamento e regras do Sistema de Compliance, assim como os valores do Código de Ética e Conduta, são divulgados por meio de treinamentos, campanhas de comunicação e ações de conscientização.

O Sistema de Compliance também conta com o Canal de Denúncias (Contato Seguro) para o recebimento de comunicações e relatos de comportamentos antiéticos ou envolvendo corrupção e fraudes. A plataforma, administrada por uma empresa externa e independente, é aberta para colaboradores, fornecedores, clientes e todos os outros públicos da Companhia. Em 2021, foram recebidas 160 manifestações no Canal de Denúncias, nenhuma delas relacionada a caso confirmado de corrupção.

Figura 22 | Manifestações recebidas no Canal de Denúncias



Na frente de treinamento e comunicação, a Companhia promoveu em 2021 uma campanha específica para reforçar o Programa de Integridade, incluindo peças nos canais internos, um vídeo com a participação da Diretoria e sinalização das áreas de trabalho. Além disso, as fazendas receberam visitas para a realização de apresentações sobre o Programa de forma presencial. No período, 1.679 colaboradores (57,6% do quadro funcional) foram treinados no tema. Para os públicos externos, a divulgação das diretrizes de conduta e combate à corrupção também é abrangente, com a disponibilização do Código e políticas no site institucional e a inclusão de cláusulas específicas anticorrupção nos contratos com os fornecedores.

Informações adicionais

Área plantada

Tabela 33 | Área plantada safra 2021/2022

Mix de áreas	Área plantada	Área Plantada	Participação 2021/22	Δ%
	2020/21	2021/22 ⁽¹⁾		
	ha		%	
Área de 1ª Safra	322.035	448.599	66,4%	39,3%
Área Própria	110.273	111.891	16,6%	1,5%
Área Arrendada	135.006	253.121	37,5%	87,5%
Área de Sociedades ⁽²⁾	41.594	41.351	6,1%	-0,6%
Área LandCo	35.162	42.236	6,3%	20,1%
Área de 2ª Safra	141.132	226.751	33,6%	60,7%
Área Própria	51.155	54.527	8,1%	6,6%
Área Arrendada	60.757	140.213	20,8%	130,8%
Área de Sociedades ⁽²⁾	14.227	14.452	2,1%	1,6%
Área LandCo ⁽³⁾	14.993	17.559	2,6%	17,1%
Área Total	463.167	675.350	100,0%	45,8%

1. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.
2. Áreas pertencentes ao Grupo Roncador e Mitsui.
3. A SLC Agrícola detém participação de 81,23% na SLC LandCo.

avaliação de terras

A nova avaliação do portfólio de terras da SLC Agrícola apresentou um valor total de R\$ 6,941 bilhões, um aumento de 75,2% em relação a 2020. O valor médio do hectare cultivável está atualmente em R\$ 35.693, o que eleva o Valor Líquido dos Ativos (NAV) da Companhia para R\$ 8,8 bilhões (posição 4T21), que corresponde a um NAV por ação de R\$41,31.

Banco de terras

Até o 2T21, 2.872 hectares estavam em processo de licenciamento, ou seja, aguardando a liberação de licença ambiental para abertura. Informamos que de acordo com o nosso compromisso divulgado ao mercado, a Companhia encerrou o ciclo de abertura de novas áreas na safra 2020/2021 (agosto/2021). Dessa forma, essa área foi incorporada ao total de áreas de vegetação nativa remanescente existentes na Companhia. Atualmente, a SLC Agrícola possui 118 mil hectares de áreas dedicadas a preservação ambiental, composta por Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas com vegetação nativa remanescentes. Essas áreas são dedicadas integralmente à preservação da biodiversidade. Adicionalmente, houve redução no banco de terras em 15.662 mil hectares, uma vez que essas áreas estão sendo plantadas pela primeira vez na safra 2021/2022. A seguir demonstramos a posição atual do nosso banco de terras.

Tabela 34 | Banco de terras

Hectares	Em processo de desenvolvimento agrícola ¹	Em processo de licenciamento
SLC Agrícola		
Parnaíba	1.464	-
Parnaíba	-	-
Parceiro	2.527	-
Sub Total	3.991	-
SLC LandCo		
Palmeira ⁽¹⁾	-	-
Piratini	2.183	-
Parceiro ⁽¹⁾	-	-
Sub Total	2.183	-
Total	6.174	-

1. Áreas adquiridas pela SLC LandCo que serão exploradas juntamente a essas fazendas. Em desenvolvimento para plantio comercial. São áreas já abertas e disponíveis para o plantio.

Portfólio de terras

Em 15 de março de 2022 contávamos com o seguinte portfólio de terras sob controle:

Tabela 35 | Portfólio de terras

Safra 2021/22 (ha)	Própria ⁽¹⁾	SLC LandCo ⁽²⁾	Arrendada	Sociedades	Sob Controle	Total Plantada ⁽³⁾
Fazenda	Estado					
Pamplona	GO	17.994	8.596		26.590	27.469
Pantanal	MS		26.289		26.289	44.032
Planalto	MS	15.006	1.635		16.641	22.594
Pampeira	MT		23.978		23.978	41.885
Piracema	MT		12.605		12.605	23.914
Pejuçara	MT		14.466		14.466	28.093
Pirapora	MT		11.423		11.423	20.724
Próspera	MT		16.999		16.999	30.793
Planorte	MT	23.454			23.454	31.716
Pataguás	MT	28.129	17.321		45.450	66.424
Perdizes ⁽⁴⁾	MT	28.893	13.288		42.181	26.427
Pioneira ⁽⁴⁾	MT			19.804	19.804	34.255
Panorama	BA	10.373	14.269		24.642	21.810
Paladino ⁽⁵⁾	BA	21.547		21.547	21.547	21.547
Piratini	BA		25.356		25.356	15.464
Paysandu	BA		33.446		33.446	38.864
Palmares	BA	16.195	831	16.949	33.975	26.203
Parceiro	BA	27.564	3.680	6.933	38.177	11.083
Parnaíba	MA	26.193		11.309	37.502	44.853
Palmeira	MA		10.200	16.647	26.847	23.631
Planeste	MA		22.783	20.256	43.039	63.707
Parnaíba	PI	19.416			19.416	9.862
Paineira ⁽⁶⁾	PI	12.892			12.892	
Total		215.736	86.511	253.121	41.351	596.719

1. Área própria, inclui Reserva legal.
2. Atualmente a SLC Agrícola possui 81,23% da LandCo. e o fundo Valiance, 18,77%.
3. Incluindo segunda safra. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.
4. Fazenda Pioneira faz parte da operação conjunta com o Grupo Roncador.
5. Fazenda Perdizes e Fazenda Paladino fazem parte da operação conjunta com a Mitsui na SLC-Mit.
6. Fazenda arrendada para terceiros.

Parque de máquinas e capacidade de armazenagem

Tabela 36 | Parque de máquinas e capacidade de armazenagem

	2018	2019	2020	2021
Maquinário (quantidade)	867	873	871	1173
Tratores	216	212	211	350
Colheitadeiras de grãos	209	206	196	217
Colheitadeiras de algodão	76	85	92	103
Plantadeiras	212	209	210	297
Pulverizadores autopropeidos	154	161	162	206
Capacidade de armazenagem (toneladas)				
Grãos	764.000	764.000	764.000	1.054.920
% Produção ⁽¹⁾	52%	52%	44%	61%
Algodão	125.148	125.148	125.148	190.447
% Produção ⁽¹⁾	60%	60%	63%	72%

1. Estimativa com base na área plantada e produtividades estimadas para o ano-safra 2021/22 para o 3T21

Valor Líquido dos Ativos

Tabela 37 | Valor Líquido dos Ativos (NAV)

(R\$ milhões)	4T21
Fazendas SLC Agrícola ⁽¹⁾	4.800
Fazendas SLC LandCo ⁽¹⁾	1.360
Infra-estrutura (excl. terras)	1.570
Contas a Receber (excl. derivativos)	88
Estoques	2.802
Ativos Biológicos	1.472
Caixa	108
Subtotal	12.200
Fornecedores	963
Dívida Bruta ajustada pelo resultado das operações com derivativos	2.461
Dívidas relativas à compra de terras	-
Subtotal	3.424
Valor Líquido dos Ativos	8.776
Valor Líquido dos Ativos por Ação (212.422.599 ações)	41,31

1. Baseado em laudo de avaliação independente (Deloitte, 2021), líquido de impostos.

NOTA: Todas as contas são ajustadas pela participação da SLC Agrícolas nas subsidiárias/joint ventures.

Endividamento

Figura 23 | Movimentação da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)

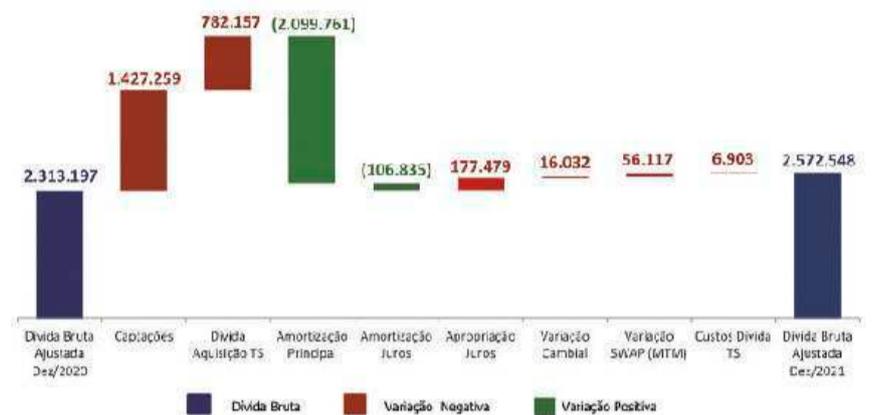


Figura 24 | Cronograma de amortização da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)

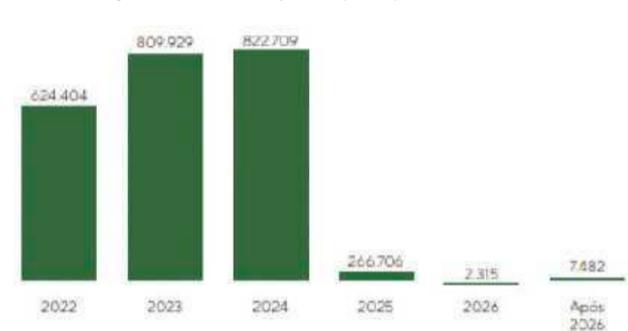


Figura 25 | Perfil do Endividamento Bruto Ajustado

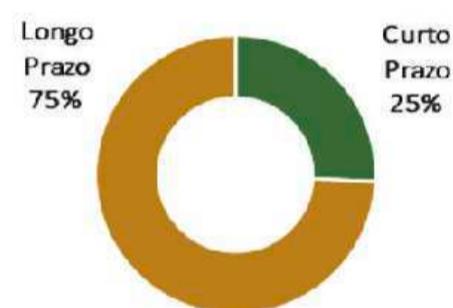
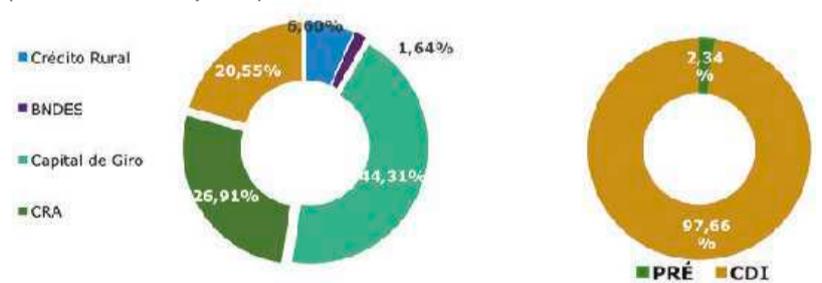


Figura 26 | Endividamento Bruto Ajustado por indexador e instrumento



Auditoria independente

Ao longo do exercício de 2021, em atendimento à instrução CVM nº 381/03, a SLC Agrícola informa que a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. prestou serviços de:

- auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 1.140.094.
- emissão de relatório de asseguarção razoável das informações financeiras consolidadas Pro-forma da SLC Agrícola (considerando a titularidade de 100% das ações da Terra Santa Agro S.A.), em conexão com a oferta da SLC para a combinação de negócios com a empresa TS Agro S.A. (atual Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.), seguindo os critérios especificados em comunicado CTG 06 - Apresentação das Informações Financeiras Pro-Forma e para fins da Instrução CVM 565, de 15 de junho de 2015, no valor total de R\$ 386.300, representando 33,9% dos serviços de auditoria. Adicionalmente, a ERNST & YOUNG prestou também serviços de:
 - due diligence, correspondente a procedimento de diligência no âmbito da aquisição da Terra Santa Agro S.A., que incluíram: (i) diligência financeira e contábil; (ii) diligência tributária, previdenciária e trabalhista, (iii) preços de transferência, (iv) diligência ambiental e de segurança operacional e (v) diligência de tecnologia da informação, no valor total de R\$ 920.000, representando 80,7% dos serviços de auditoria.
 - assessoria tributária, no valor total de R\$ 159.642, representando 14,0% dos serviços de auditoria.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A empresa está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, de acordo com a cláusula compromissória constante no Estatuto Social.

Aviso legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Contas a receber de clientes	6	117.841	178.085	147.414	207.283
Adiantamento a fornecedores		15.963	3.221	29.502	3.580
Estoques	7	1.931.023	1.179.014	2.806.365	1.301.082
Ativo biológico	8	1.177.298	739.267	1.690.969	891.804
Tributos a recuperar	9	49.616	28.521	126.936	39.447
Títulos a receber	10	-	-	21.919	31.207
Operações com derivativos	25	49.225	89.721	107.676	98.587
Créditos com partes relacionadas	16	52.351	2.475	20	8
Outras contas a receber		21.957	5.280	23.977	6.217
Despesas antecipadas		8.860	15.471	14.275	17.141
Ativos mantidos para venda		525	810	573	971
Total do ativo circulante		3.470.705	3.561.155	5.109.406	4.201.380
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	684	663	684	663
Tributos a recuperar	9	97.517	64.236	152.690	111.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	405.662	20.480
Operações com derivativos	25	183.326	118.126	183.607	146.785
Títulos a receber	10	-	-	26.962	2.700
Créditos com partes relacionadas	16	6.649	25.246	-	-
Adiantamento a fornecedores		2.785	2.758	74.202	59.814
Outros créditos		2.431	2.071	19.770	13.705
Despesas antecipadas		19	378	19	437
		293.411	213.478	863.596	355.787
Investimentos	11	3.658.256	2.212.789	1.640	-
Propriedade para investimento	12	-	-	333.269	224.194
Ativo de direito de uso	13	4.400.728	2.463.254	3.042.185	828.496
Imobilizado	14	1.066.733	855.159	3.398.063	2.944.544
Intangível	15	69.954	35.240	118.184	35.290
		9.195.671	5.566.442	6.893.341	4.032.524
Total do ativo não circulante		9.489.082	5.779.920	7.756.937	4.388.311
Total do ativo		12.959.787	9.341.075	12.866.343	8.589.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo

Circulante

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	17	671.234	732.578	1.009.194	870.902
Empréstimos e financiamentos	18	503.252	297.692	669.735	377.547
Cessão de crédito	18	31.004	200.788	39.004	230.867
Impostos, taxas e contribuições diversas		20.215	49.452	57.832	57.186
Obrigações sociais e trabalhistas		103.609	65.235	148.613	79.989
Adiantamento de clientes		408.985	57.233	568.043	68.264
Débitos com partes relacionadas	16	117.621	1.310	79	118
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	287.194	204.525	-	-
Operações com derivativos	25	341.879	318.242	394.582	358.969
Títulos a pagar	21	-	-	93.775	12.273
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	19	2.975	3.524	32.002	5.429
Dividendos a pagar		252.226	83.680	269.803	86.332
Arrendamentos a pagar	24.2	-	-	15.048	5.283
Passivo arrendamento com terceiros	13	331.920	150.888	511.932	162.258
Outras contas a pagar		11.787	12.112	22.338	21.680
Total do passivo circulante		3.083.901	2.177.039	3.831.980	2.337.097
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	1.866.270	1.753.056	1.918.024	2.039.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	271.443	153.553	360.906	230.802
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	2.310.609	1.517.643	-	-
Operações com derivativos	25	126.155	56.965	139.966	58.152
Títulos a pagar	21	-	-	14.862	706
Passivo arrendamento com terceiros	13	1.776.588	742.326	2.824.456	772.026
Outras obrigações		73	114	73	114
Total do passivo não circulante		6.351.138	4.223.657	5.258.287	3.101.536
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	1.512.522	947.522	1.512.522	947.522
Reserva de capital	22.b	164.953	97.504	164.953	97.504
(-) Ações em tesouraria	22.c	(116.846)	(52.921)	(116.846)	(52.921)
Reservas de lucros	22.d,e,f,g	1.174.813	978.074	1.174.813	978.074
Outros resultados abrangentes	22.j	789.306	970.200	789.306	970.200
Total atribuível aos acionistas da Companhia		3.524.748	2.940.379	3.524.748	2.940.379
Participação dos acionistas não controladores		-	-	251.328	210.679
Total do patrimônio líquido		3.524.748	2.940.379	3.776.076	3.151.058
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.959.787	9.341.075	12.866.343	8.589.691

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	30	3.355.575	2.633.284	4.363.210	3.097.547
Variação do valor justo dos ativos biológicos	8	1.505.696	676.476	1.961.159	775.534
Custo dos produtos vendidos	31	(3.173.798)	(2.408.692)	(4.076.725)	(2.802.782)
Custo dos produtos		(2.044.294)	(1.749.343)	(2.651.291)	(2.051.786)
Realização do valor justo dos ativos biológicos		(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
Resultado bruto		1.687.473	901.068	2.247.644	1.070.299
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(166.407)	(149.471)	(212.559)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	31	(181.750)	(103.811)	(222.496)	(115.452)
Honorários da administração	14.d	(18.036)	(14.040)	(18.953)	(14.716)
Resultado de equivalência patrimonial	11	480.121	177.399	-	-
Mais valia investimento		(9.789)	-	(14.832)	-
Outras receitas(despesas) operacionais		14.373	(22.550)	134.563	14.763
		118.512	(112.473)	(334.277)	(289.369)
Resultado operacional		1.805.985	788.595	1.913.367	780.930
Receitas financeiras	23	319.899	344.732	494.709	429.678
Despesas financeiras	23	(769.357)	(527.592)	(847.266)	(521.429)
		(449.458)	(182.860)	(352.557)	(91.751)
Resultado antes os impostos		1.356.527	605.735	1.560.810	689.179
Imposto de renda e contribuição social	20	(104.137)	(79.305)	(174.507)	(111.392)
Corrente		(190.274)	(37.756)	(255.544)	(66.839)
Diferido		1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Lucro líquido do período		1.062.116	488.674	1.062.116	488.674
Atribuível a:					
Acionistas controladores		1.062.116	488.674	1.062.116	488.674
Acionistas não controladores		-	-	68.643	22.274
		1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Resultado por ação atribuível aos acionistas da Companhia ao fim do período (expresso em reais por ação):					
Lucro líquido básico por ação - R\$	22.i	5,10395	2,36630	5,10395	2,36630
Lucro líquido diluído por ação - R\$	22.i	5,07616	2,35726	5,07616	2,35726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.945.418	3.156.501	5.078.601	3.724.727
Outras receitas	22.957	36.475	139.905	79.866
Receitas referente construção de ativos próprios	204.025	93.189	208.257	110.383
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.505.696	676.476	1.961.159	775.534
	5.678.096	3.962.641	7.387.922	4.690.510
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(1.057.712)	(1.002.721)	(1.430.866)	(1.207.995)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(34.498)	(60.853)	(48.883)	(72.101)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(762.568)	(640.819)	(940.621)	(743.858)
Ajuste do valor justo dos ativos biológicos	(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
	(2.984.282)	(2.363.742)	(3.845.804)	(2.774.950)
Valor adicionado bruto	2.693.814	1.598.899	3.542.118	1.915.560
Retenções				
Depreciação e amortização	(94.305)	(83.781)	(145.870)	(119.686)
Amortização de Direito de Uso	(175.064)	(119.580)	(133.287)	(73.663)
Valor adicionado líquido produzido	2.424.445	1.395.538	3.262.961	1.722.211
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	480.121	177.399	-	-
Receitas financeiras	319.899	344.732	494.709	429.678
Outras	7.344	5.765	9.326	6.200
	807.364	527.896	504.035	435.878
Valor adicionado total a distribuir	3.231.809	1.923.434	3.766.996	2.158.089
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições	491.189	145.857	697.431	230.457
Federais	383.109	145.367	565.835	221.541
Estaduais	107.571	-	130.926	8.426
Municipais	509	490	670	490
Pessoal	387.131	292.227	489.704	344.903
Remuneração	209.371	164.448	267.758	198.077
Benefícios	159.862	111.414	199.575	128.292
FGTS	17.898	16.365	22.371	18.534
Remuneração de capitais de terceiros	1.291.373	996.676	1.449.102	1.071.781
Juros	1.274.906	975.267	1.426.879	1.049.958
Aluguéis	16.467	21.409	22.223	21.823
Remuneração de capitais próprios	1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Dividendos e JSCP	252.217	120.790	288.353	120.790
Lucros retidos do exercício	809.899	367.884	773.763	367.884
Participação de acionistas não controladores	-	-	68.643	22.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	1.356.527	605.735	1.560.810	689.179
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	94.305	83.781	145.870	119.686
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	11.890	7.466	13.246	8.067
Equivalência patrimonial	(480.121)	(177.399)	-	-
Juros, Variação Cambial e Atualização Monetária	162.475	142.422	214.580	148.785
Remuneração baseada em ações	8.901	6.463	8.901	6.463
Varição do ativo biológico	(376.192)	(17.127)	(535.725)	(24.538)
Provisão participação nos resultados e contingências trabalhistas	77.382	40.772	98.621	45.590
AVP - Passivo de Arrendamento (Nota 13)	315.157	154.759	175.149	61.106
Amortização de Direito de Uso	175.064	119.580	133.287	73.663
Valor justo propriedade para investimentos	-	-	(105.675)	(7.184)
Outros ajustes	33.553	9.416	38.487	9.928
Provisão p/Perda Impostos Recuperar	(3.135)	23.799	(3.780)	24.904
	1.375.806	999.667		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controlados em controladas	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ágio/Deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Reserva Ações em tesouraria	Reserva de investimento	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	947.522	43.611	54.149	-	(64.321)	14.871	62.711	523.760	5.628	73.749	1.122.997	-	2.784.677	199.744	2.984.421
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(3.350)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.350)	-	(3.350)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	6.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.463	-	6.463
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	8.031	-	-	-	-	-	-	-	8.031	-	8.031
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	(1.338)	(2.031)	-	3.369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.577)	-	(149.577)	(8.688)	(158.265)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.220)	3.220	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488.674	488.674	22.274	510.948
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	171	24.425	230.489	-	-	-	(255.085)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.749)	-	-	(73.749)	-	(73.749)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.673)	(83.673)	(2.651)	(86.324)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.117)	(37.117)	-	(37.117)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.019	-	(116.019)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	947.522	38.923	58.581	-	(52.921)	15.042	87.136	754.249	5.628	116.019	970.200	-	2.940.379	210.679	3.151.058
Aumento de capital	565.000	-	-	65.856	-	-	-	(500.000)	-	-	-	-	130.856	-	130.856
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(4.874)	(2.434)	-	5.304	-	-	-	-	-	-	-	(2.004)	-	(2.004)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	8.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.901	-	8.901
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	7.675	-	-	-	-	-	-	-	7.675	-	7.675
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	-	-	-	(76.904)	-	-	-	-	-	-	-	(76.904)	-	(76.904)
Ganhos não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178.034)	-	(178.034)	(7.422)	(185.456)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.860)	2.860	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062.116	1.062.116	68.643	1.130.759
Destinação proposta:															
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	149	53.099	507.293	-	-	-	(560.541)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.019)	-	-	(116.019)	-	(116.019)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.218)	(252.218)	(20.572)	(272.790)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252.217	-	(252.217)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.512.522	34.049	65.048	65.856	(116.846)	15.191	140.235	761.542	5.628	252.217	789.306	-	3.524.748	251.328	3.776.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como "Controladora", "SLC" ou "Companhia", e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" ou "Consolidado"), possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades.

Em 1º de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2021/22, operando com vinte e duas unidades de produção, com uma área plantada total de 675,35 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

- a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;
- b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros);
- c) Valor realizável de estoques (IAS 02/CPC 16 - Estoques);
- d) Impairment de ativos imobilizado e intangível (IAS 36/CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
- e) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos e das propriedades para investimentos;
- f) Impactos na receita do período e nas margens;
- g) Análise de continuidade operacional da Companhia; e
- h) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e covenants.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia e suas controladas seguem sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias foram aplicadas para que a Companhia através do período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê em 2020, o qual ficou responsável pela elaboração do Plano de Contingência COVID-19 e do Guia de Enfrentamento do COVID-19 e passou a realizar um acompanhamento contínuo desses instrumentos de atuação de forma regular, visando a minimização dos riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia e suas controladas.

Em relação ao seu negócio, cabe mencionar que a Companhia faz parte de um setor considerado essencial em relação à manutenção de sua atividade produtiva, uma vez que, dentre os seus três principais produtos, dois são utilizados pela indústria alimentícia e de bebidas como matéria-prima. Outro fator que merece destaque e que envolve diretamente a Companhia é a forte demanda por exportações, favorecidas pela valorização do dólar, em conjunto com uma apreciação do valor das principais commodities que comercializa. Em relação à cadeia logística, cabe salientar que não foram verificadas rupturas nas operações e logística de exportação de maneira geral, bem como nas operações de recebimento de insumos.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os players escolhidos como parceiros comerciais, não identificou questões importantes relacionadas a estes compromissos, tendo a comercialização e entrega dos produtos ocorrido sem percalços.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia se posicionou para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais reprogramações, estão dimensionadas para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
3.c e 8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
3.e, 14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
3.q e 13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
3.j e 19	Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e ativos contingentes
3.h e 20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
3.i e 25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
3.k e 28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos

f) Combinação de negócios e ágio

Aquisição da Terra Santa Agro S.A.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com a Terra Santa Agro S.A. ("Terra Santa") que estabeleceu premissas, termos e condições indicativas de uma transação para a SLC Agrícola adquirir as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela Companhia. Em preparação para a combinação de negócios com a Terra Santa, as partes submetem uma transação à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, tendo sido aprovada em 07 de janeiro de 2021, sem restrições. Posteriormente, em 25 de março de 2021, a SLC Agrícola e a Terra Santa celebraram o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), onde foram detalhados e acordados em forma final os termos e condições para a transação. Paralelamente, foi realizada diligência da Terra Santa, a qual se encerrou em março de 2021 e, em 21 de junho de 2021, foram obtidas as aprovações para a incorporação de ações em assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da Terra Santa.

Em 30 de junho de 2021, foram concluídas parte das condições precedentes para a implementação da combinação dos negócios da Companhia aos da operação agrícola da Terra Santa, excluindo terras e benfiteiros, exceto, (i) a obtenção perante a Comissão de Valores Mobiliários do registro de companhia aberta da TS Agro S.A. ("TS Agro"), na categoria A de emissores e listagem no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) a implementação da efetiva consumação da redução de capital da Terra Santa (os itens (i) e (ii) em conjunto, "Condição Remanescente"). Nesta data, a Companhia, a TS Agro e seus acionistas celebraram o 1º Aditamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças e o Termo de Pré-Fechamento, por meio dos quais as partes acordam na realização de um pré-fechamento da operação.

Por meio desses instrumentos, foi estabelecida uma transição operacional, em que a SLC passou, a partir de 1º de julho de 2021 (data de aquisição para aplicação do IFRS 3 e CPC 15 (R1)), a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa, na maior extensão possível, para todos os fins de direito.

Após a consumação da incorporação de ações, foram emitidas, em favor dos acionistas da Terra Santa, novas ações ordinárias de emissão da SLC Agrícola, negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, em substituição às ações de emissão da Terra Santa anteriormente detidas por estes, de acordo com a relação de troca das ações, descrita a seguir.

Como forma de viabilizar a combinação de negócios entre Companhia e Terra Santa, houve a incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A. Com a troca da totalidade das ações e bônus de subscrição da Terra Santa e consequente aquisição do controle da Terra Santa, a Companhia, emitiu um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representam, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e volante da Companhia. As ações foram atribuídas aos acionistas da Terra Santa e aos detentores de bônus remanescentes, na Data de Fechamento, de acordo com a Relação de Troca prevista para cada modalidade, sendo certo que tais ações ordinárias possuem os mesmos direitos das demais ações ordinárias em circulação emitidas pela Companhia.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição estão demonstrados na tabela a seguir.

	Valor justo
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.703
Contas a receber de clientes	18.047
Estoques	231.556
Ativos biológicos	440.873
Tributos a recuperar	25.014
Títulos a receber	4.435
Operações com derivativos	19.214
Outras contas a receber	12.108
Despesas antecipadas	4.032
Contas a receber - transação TESA (c)	28.250
Total do ativo circulante	790.232
Não circulante	
Títulos a receber	586
Tributos a recuperar	29.599
Imposto de renda e contribuição social diferidos	415.085
Outras contas a receber	23.970
Adiantamento a fornecedor	14.276
Depósitos judiciais	4.768
	488.284
	3.400
Propriedade para investimento	1.092.732
Ativo de direito de uso (a)	219.057
Imobilizado (b)	936
Intangível	1.316.125
Total do ativo não circulante	1.804.409
Total do ativo	2.594.641
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	325.760
Empréstimos e financiamentos	287.521
Impostos, taxas e contribuições diversas	10.608
Obrigações sociais e trabalhistas	11.953
Adiantamentos de clientes	16.863
Tributos parcelados	6.293
Operações com derivativos	52.596
Títulos a pagar	4.772
Passivo de arrendamento com terceiros (a)	76.058
Outras obrigações	37.947
Contas a pagar - transação TESA (c)	29.449
Provisão para contingências	23.478
Total do passivo circulante	883.298
Empréstimos e financiamentos	494.636
Tributos parcelados	6.625
Passivo de arrendamento com terceiros (a)	1.011.950
Contas a pagar - transação TESA (c)	52.629
Total do passivo não circulante	1.565.840
Acervo líquido adquirido	145.503

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

(a) Cinco contratos de arrendamento celebrados entre Terra Santa e TS Brasil S.A. no contexto da combinação de negócios com prazo médio de 20 anos e taxa incremental de 7,58%, composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. Esses contratos foram enquadrados como arrendamentos sob o escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e foram considerados como componente de arrendamento valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Na data da adoção inicial destes contratos, o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, atualizados a valor presente. Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Adicionalmente, em 01 de julho de 2021, o passivo de arrendamento já existente na Terra Santa foi remensurado e o ativo de direito de uso teve o mesmo valor ajustado para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis do arrendamento quando comparado com os termos do mercado. Ao todo, 14 contratos foram remensurados utilizando os termos de mercado conforme apresentado abaixo:

i) Ativo de direito de uso	
Direito de uso - novos contratos	798.316
Direito de uso - contratos existentes	275.374
Ajuste a valor justo - termos de contrato (*)	18.682
Saldo em 01/07/2021	1.092.372
(*) R\$ 12.330 líquido de tributos diferidos.	
ii) Passivo de arrendamento	
Passivo de arrendamento - novos contratos	798.316
Passivo de arrendamento - contratos existentes	286.598
Ajuste a valor justo - termos de contrato (*)	3.094
Saldo em 01/07/2021	1.088.008
Circulante	76.058
Não circulante	1.011.950
(*) R\$ 2.042 líquido de tributos diferidos.	

(b) O ativo imobilizado da adquirida na data da aquisição era composto majoritariamente por aeronaves, tratores, colheitadeiras, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O ajuste a valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 105.745 (R\$ 69.791 líquido de tributos diferidos). O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

(c) A Terra Santa possui saldos registrados nas rubricas de contingências, títulos a pagar, títulos a receber, tributos a recuperar, outras ativos e propriedades para investimento, os quais totalizam em 01 de julho de 2021 um ativo líquido de R\$53.828. Conforme previsto no Acordo de Associação e Outras Avenças, quando de seu recebimento ou utilização efetiva, serão pagos pela Terra Santa aos antigos acionistas, e quando do pagamento efetivo, serão considerados como um crédito a receber dos antigos acionistas, sem ônus ou benefícios para a Terra Santa. Em função disso, foram registrados na Terra Santa, nas rubricas de "contas a receber - transação TESA" e "contas a pagar - transação TESA", saldos a receber e a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo líquido de R\$ 53.828.

A mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3). A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação. Está apresentada contraprestação a ser transferida pela SLC Agrícola à Terra Santa Propriedades Agrícolas:

	01/07/2021
Número de ações ordinárias emitidas pela SLC Agrícola na data da transação	2.516.454
Multiplicado pela cotação da ação da SLC Agrícola na data da transação (a) (em R\$)	52.00
Valor justo das ações emitidas na transação (Em milhares de reais) (a)	130.856
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS Brasil S.A (b)	70.002
Variação dos ativos e passivos (c)	(203.488)
Valor presente dos créditos fiscais (d)	195.488
Valor justo da contraprestação transferida	192.858

Conforme fato relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, as partes acordaram em um ajuste de preço de R\$20.000, sendo R\$ 8.000 referente à variação dos ativos e passivos e valor presente dos créditos fiscais, conforme tabela acima, além da assunção de dívida pela Terra Santa Propriedades Agrícolas no montante de R\$12.000.

a) O valor justo das ações ordinárias transferidas pela Companhia foi determinado com base na cotação das ações da Companhia, negociadas na B3, na data da aquisição (1º de julho de 2021).

b) Refere-se à consideração a ser transferida em caixa no montante de R\$ 70.002, decorrente da remuneração adicional, complementar ao pagamento do arrendamento (o qual já reflete o valor justo de um arrendamento em condições semelhantes) referente aos contratos de arrendamentos que foram celebrados entre Terra Santa e TS Brasil S.A. em conexão com a transação. Esta remuneração está sendo tratada como parte do preço da transação dado: (i) a natureza dos contratos; (ii) que os contratos de arrendamento foram negociados em conjunto com a transação; e (iii) que era uma condição para a assinatura do Acordo da transação, ou seja, uma condição para obtenção do controle da Terra Santa.

c) Variação desde 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021 do imobilizado, dívida líquida, créditos fiscais e capital de giro, conforme previsto nos termos definidos no Acordo da transação. O ajuste foi concluído em comum acordo entre as partes no dia 29 de outubro de 2021. O capital de giro foi definido no acordo como (i) a soma dos itens do ativo circulante; e (ii) a soma dos itens do passivo circulante. Entre os itens do ativo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) contas a receber; (b) estoques; (c) ativos biológicos; (d) adiantamentos diversos para terceiros e funcionários; (e) despesas antecipadas. Entre os itens do passivo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) salários e contribuições sociais; (b) fornecedores; (c) tributos a recolher; (d) adiantamentos de clientes; (e) tributos parcelados - circulante e não circulante. A conta de ativos biológicos foi atualizada na data-base 15 de setembro de 2021, com informações atualizadas de produtividades, custos e preços, conforme definido no Acordo.

d) Conforme descrito no Acordo, o preço pago em caixa inclui também valor equivalente a 50% do valor final do benefício tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurado pela Terra Santa e validado pela SLC Agrícola através de relatório dos créditos, que foi trazido a valor presente por uma taxa de desconto de CDI futuro mais 1,5%, considerando 4 parcelas anuais a contar da data de fechamento, sendo de 30% cada nos três primeiros anos e 10% no quarto ano. Desta forma, o valor do ágio da transação é como segue:

	01/07/2021
Valor justo da contraprestação transferida	192.858
Valor dos ativos e passivos adquiridos	145.503
Valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura	47.355

O ágio apurado, no montante de R\$ 47.355, representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição, tais como a soma de *expertise* de ambas as empresas no planejamento e na operação agrícola, uma vez que houve a retenção de praticamente todo o time operacional da Terra Santa, utilização mais eficiente de máquinas e unidades de beneficiamento de algodão, compartilhamento de estruturas administrativas, áreas comerciais (vendas, logística e suprimentos), tecnologia de informação, dentre outros ganhos de eficiência operacional.

A Terra Santa contribuiu com receita líquida de R\$ 381.796 e lucro líquido de R\$ 57.329 da data da aquisição até 31 de dezembro de 2021 para o resultado do exercício.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do referido exercício, a receita líquida consolidada para 2021 totalizaria R\$ 4.945.815.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Venda de terras

Algumas controladas possuem como objeto de negócio a vendas de terras. As vendas acontecem em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, sendo reconhecidas conforme previsto na seção Reconhecimento da receita acima.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estas receitas são classificadas no grupo de "outras receitas operacionais", visto não representarem o objeto principal do negócio do Grupo.

b) Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

c) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem substancialmente às culturas de soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. São mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos a incorrer. Neste momento a transformação do ativo biológico é significativa e o impacto sobre o valor é material.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Esta mensuração é uma estimativa apurada baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado/preços vendidos.

(b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

d) Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	16,69%	6 anos
Prédios e benfeitorias	3,20%	33 anos
Móveis e utensílios	9,87%	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	17,88%	6 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	9,57%	10 anos
Veículos	7,52%	13 anos
Outros	20%	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obterá com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O CPC 48 (IFRS 9), exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Em linha com o artigo 30 da lei 12.973/14, esta subvenção foi excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, por se tratar de subvenção para investimento.

O valor da subvenção para investimento não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do benefício foi transferido da rubrica de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, são calculados pelo regime de caixa, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de presunção excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre a base de presunção para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Furrural e outras entidades	0,25% e 2,05%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito.

i) Instrumentos financeiros
Ativos financeiros não derivativos
 O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.
Custo amortizado
 Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos
 O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuo, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge
 A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo avalia, se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa
 Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

j) Provisões
 Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas
 Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Pagamento baseado em ações
 A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1) (IFRS 2). Detalhes dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 28.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras
 As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Lucro por ação
 O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendo ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 22.i).

n) Benefícios a empregados
 Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

o) Informação por segmento
 A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho. Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

p) Demonstrações de valor adicionado e dos fluxos de caixa
 O Grupo elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos da CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), utilizando o método indireto.

q) Operações de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodoeiros, maquinários, veículos e imóveis.

A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

A metodologia de cálculo utilizada é do método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição.

Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

- a) Contratos de parcerias: contratos que determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável;
- b) Adicionais atrelados à produtividade: além do preço do arrendamento, alguns contratos preveem acréscimo do valor, através de adicional da produtividade, resultante da média aritmética da produtividade obtida com a exploração agrícola pela arrendatária. Contratos com esse tipo de característica são mensurados pelo montante fixo mínimo, sendo o adicional atrelado à produtividade considerado como totalmente variável; e
- c) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Impactos no resultado do exercício

Os arrendamentos são contabilizados como arrendamentos financeiros, trazendo um componente financeiro, que reduz o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro.

r) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

s) Normas novas ou revisadas

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Controladas		Localização
		Diretas %	Indiretas %	
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	52,2	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	50,1	Mato Grosso - MT
	Cultura de algodão, milho e soja.	SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (*)	100,0	-
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paiaguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Rio Grande do Sul - RS	
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS	

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A (antiga Terra Santa Agro S.A.) detinha participação nas sociedades Ecotrans Transporte Ltda. (99,99%), Buriiti Agrícola Ltda. (100%), Crateús Algodoeira S.A. (99,48%) e Mocuri Agrícola Ltda. (99,99%).

As referidas empresas são não operacionais e não fazem parte dos ativos adquiridos na combinação de negócios e estão em processo de transferência societária para o antigo acionista. Não há saldos ativos e passivos nas demonstrações financeiras em relação às citadas sociedades.

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de novembro de 2021, foi aprovada alteração da razão social da controlada Terra Santa Agro S.A. para SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em R\$	-	108	80.080	144	80.104
Disponibilidades câmbio (**)	-	16.859	15.073	19.449	15.073
CDB-DI	99,54% do CDI (*)	29.079	1.224.137	120.187	1.508.558
Letra arrendamento mercantil	100,00% do CDI (*)	-	-	-	318
Outras aplicações	70,70% do CDI (*)	684	663	684	663
		46.730	1.319.953	140.464	1.604.716
Caixa e equivalentes de caixa		46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Aplicações financeiras - não circulante		684	663	684	663

Caixa e equivalentes de caixa

Aplicações financeiras - não circulante

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2021.

(**) Valores em reais, convertido pelo dólar Ptax de compra do dia 30 de dezembro de 2021.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, compromissadas e letras de arrendamento mercantil, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2021, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras no não circulante possuem caráter de reciprocidade (operações caucionadas), as quais representam o ativo não circulante o montante de R\$ 684 da carteira na controladora e no consolidado (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2020).

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício se deve, principalmente, ao pagamento antecipado de insumos agrícolas e financiamentos, visando uma redução do passivo da Companhia.

A exposição do Grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 25.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	32.209	11.510	41.219	13.870
Mercado externo	85.632	166.575	106.195	193.413
Total	117.841	178.085	147.414	207.283

A exposição do Grupo aos riscos de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 25.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos agrícolas	917.809	518.292	1.315.302	541.467
Produtos agrícolas - custos de formação	563.210	402.266	872.997	421.670
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	354.599	116.026	442.305	119.797
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	878.083	561.228	1.329.269	646.305
Embalagens e material de acondicionamento	22.508	10.822	30.380	12.240
Peças de reposição	25.468	10.960	31.097	12.928
Outros estoques	77.391	34.500	71.396	38.407
Adiantamentos a fornecedores	11.156	43.212	31.193	49.735
(-) Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	(1.392)	-	(2.272)	-
	1.931.023	1.179.014	2.806.365	1.301.082

(1) O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constitui provisão para perdas em estoques no valor de R\$1.392 na controladora e R\$2.272 no consolidado.

8. Ativo biológico

Segue abaixo a posição dos ativos biológicos da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo biológico - culturas em formação	1.115.933	723.600	1.620.053	871.048
Ativo biológico - rebanho bovino	61.365	15.667	70.916	20.756
Total	1.177.298	739.267	1.690.969	891.804

a) Ativo biológico - culturas em formação

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora				Total
	Soja ¹	Algodão	Milho	Outras culturas ²	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	359.038	230.145	54.256	80.161	723.600
Gastos com plantio	861.410	1.075.541	322.213	42.367	2.301.531
Reclassificações ²	73.219	-	-	(73.219)	-
Variação do valor justo ⁴	781.178	660.816	50.539	-	1.492.533
Colheitas - produtos agrícolas	(1.361.649)	(1.674.432)	(341.155)	(24.495)	(3.401.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	713.196	292.070	85.853	24.814	1.115.933
Ativo biológico - custos de formação	514.780	292.070	84.410	24.814	916.074
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	198.416	-	1.443	-	199.859

(1) Outras culturas contemplam milho semente, trigo, milho pipoca, feijão e pecuária permanente.

(2) Reclassificação custo incorrido áreas planejadas como soja semente.

(3) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado				Total
	Soja	Algodão	Milho	Outras culturas ³	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.027	271.298	58.337	94.386	871.048
Aquisições por combinação de negócios ¹	-	362.550	61.501	16.822	440.873
Gastos com plantio	1.276.009	1.303.492	391.628	83.592	3.054.721
Reclassificações ²	89.743	-	-	(89.743)	-
Variação do valor justo ⁴	1.096.470	766.839	79.678	(5)	1.942.982
Colheitas - produtos agrícolas	(1.704.237)	(2.405.774)	(501.387)	(78.173)	(4.689.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.205.012	298.405	89.757	26.879	1.620.053
Ativo biológico - custos de formação	833.416	298.405	88.314	22.425	1.242.560
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	371.596	-	1.443	4.454	377.493

(1) Valores referente a saldos da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), conforme nota 2.f.

(2) Reclassificação do custo incorrido em áreas planejadas como soja semente.

(3) As outras culturas são formadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, eucalipto, área de pesquisa de gergelim, estiliosantes e pecuária permanente.

(4) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia possui, através da sua controlada a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), nas Fazendas Piracema, Pirapora, Pampeira e Próspera, áreas de eucalipto destinadas a venda e consumo próprio, com corte iniciado em outubro de 2021. A área remanescente atual é de 239 ha, e a média de idade das florestas em pé é de 8 anos. O ajuste a valor justo desta cultura é feito através do fluxo de caixa descontado.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 ⁽¹⁾	31/12/2020 ⁽²⁾	31/12/2021 ⁽¹⁾	31/12/2020 ⁽²⁾
Soja				
Área total colhida (ha)	184.879	164.833	229.449	235.444
Produtividade obtida (sc/ha)	66	63	64	64
Preço médio (R\$/sc) ⁽³⁾	R\$ 113,70	R\$ 73,79	R\$ 119,62	R\$ 75,13
Milho				
Área total colhida (ha)	90.981	71.874	112.861	86.271
Produtividade obtida (sc/ha)	95	125	94	120
Preço médio (R\$/sc) ⁽³⁾	R\$ 42,16	R\$ 31,66	R\$ 40,27	R\$ 30,91
Algodão em caroço				
Área total colhida (ha)	95.652	108.132	109.599	125.441
Produtividade obtida (sc/ha)	301	287	295	285
Preço médio (R\$/sc) ⁽³⁾	R\$ 55,15	R\$ 39,40	R\$ 54,55	R\$ 39,15

(1) Dados referentes a safra 2020/21.

(2) Dados referente a safra 2019/20.

(3) Preço médio a valor de mercado na data da apuração.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2021/22:

	Safra 2021/22	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Soja		
Área em ponto de colheita (ha)	46.224	103.181
Produtividade estimada(sc/ha)	62	63
Preço médio (R\$/sc)	142,76	136,82

A seguir apresentamos os ciclos das principais culturas da Companhia:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina - GO	25/09 a 15/04	05/11 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	20/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 10/07
Fazenda Paiguás	Diamantino - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	10/10 a 25/03	20/12 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi - BA	01/11 a 30/04	Não planta	Não planta
Fazenda Palmares	Barreiras - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	20/10 a 15/04	10/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas - MA	15/10 a 15/04	20/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena - PI	01/11 a 15/04	Não planta	01/12 a 15/07
Fazenda Pantanal	Chapadão do Sul - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	10/01 a 10/07
Fazenda Palmeira	Tasso Fragoso - MA	10/10 a 15/04	10/12 a 30/08	01/02 a 15/07
Fazenda Paysandu	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	01/09 a 15/07
Fazenda Piracema	Nova Mutum - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Pirapora	Santa Rita do Trivelato - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07
Fazenda Pejuçara	Diamantino - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Pampeira	Parecis - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Próspera	Tabaporã - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07

As Fazendas Piracema, Pirapora, Pejuçara, Pampeira e Próspera, advindas da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), foram incluídas e farão parte das áreas cultivadas pela Companhia a partir da safra 2021/22. A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área plantada do ano-safra 2020/21 e o comparativo com a safra anterior:

Culturas	Área	Área plantada 2020/21	Área plantada 2021/20
Algodão	ha	109.604	125.462
Soja (Comercial + soja semente)	ha	229.449	235.444
Milho	ha	112.864	82.392
Outras culturas (*)	ha	11.250	5.270
		463.167	448.568

(*) As outras culturas são formadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, área de pesquisa de gergelim, estiliosantes e pecuária permanente.

Para o ano-safra 2021/22 a previsão de área plantada está assim planejada:

Culturas	Área	Área planejada 2021/22
Algodão	ha	177.093
Soja(Comercial + soja semente)	ha	334.966
Milho	ha	123.112
Outras culturas *	ha	40.179
		675.350

(*) As outras culturas são formadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, área de pesquisa de gergelim, estiliosantes e pecuária permanente.

O aumento da área plantada planejada para safra 2021/22 é decorrente da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.) e a nova área de terras arrendadas com a Agrícola Xingu S.A., referente à Fazenda Paysandu.

b) Ativo biológico - rebanhos

A Companhia possui rebanho bovino na modalidade de engorde, em áreas permanentes e também atuando com o projeto de Integração Lavoura Pecuária - ILP. Este sistema tem como objetivo otimizar o uso do solo, nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra.

O valor justo do gado bovino é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, a mensuração é baseada na arroba, na raça e na faixa etária.

A movimentação do valor justo do plantel de rebanho bovino durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.667	20.756
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino	80.062	85.246
Variação do ajuste a valor justo (*)	13.163	18.177
Realização	(47.527)	(53.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	61.365	70.916
Ativo biológico - rebanho	51.011	56.478
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo	10.354	14.438

(*) Efeito do ativo biológico no resultado do exercício.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	3.791	49	4.861	708
Contribuição social	63	-	152	12
ICMS	111.066	77.895	153.064	112.967
COFINS	12.021	10.381	55.704	26.993
PIS	2.650	2.295	13.361	5.635
IRRF a recuperar	1.871	1.787	5.241	3.667
IRPJ/CSLL	15.329	-	15.750	-
Outros	342	350	31.493	668
	147.133	92.757	279.626	150.650
Parcela classificada no ativo circulante	49.616	28.5		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

10. Títulos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de títulos a receber é composto conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.907
Combinação de negócio (Nota 2.f)	33.271
Rendimento de aplicação CDI	1.149
Imposto de renda retido na fonte	(512)
Recebimentos	(17.852)
Outros (*)	(1.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.881
Parcela classificada no ativo circulante	21.919
Parcela classificada no ativo não circulante	26.962

(*) Foi recebido o valor R\$ 2.717 sem efeito caixa, tendo sido compensados com valores a pagar.

Venda de terras nas controladas Fazenda Paiaguás e Fazenda Parceiro

As controladas Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda. realizaram a venda de 11.604 hectares de terras a terceiros no exercício de 2017, pelo montante total de R\$176.654, tendo sido o valor de R\$52.996 recebido naquele exercício e o restante depositado pelo comprador, em fevereiro de 2018, em uma conta garantida ("Escrow Account"), aplicado em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). O contrato previa que algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, entre outros ("Condições Precedentes"), além da própria transferência dos recursos para a Companhia, que deveriam ser cumpridas nos 12 meses subsequentes a contar da assinatura do contrato, ocorrida em 20 de dezembro de 2017. O contrato foi aditivado, em novembro de 2018, a fim de prever postergação do prazo para conclusão das Condições Precedentes, além de pactuar a própria transferência dos recursos para a Companhia, referentes às condições precedentes já atendidas, no montante de R\$ 63.789. Em abril de 2019 foi liberado da escrow account o montante de R\$ 38.999 em virtude da escrituração de todas as matrículas da Fazenda Paiaguás para a compradora, totalizando, até este momento, o recebimento de R\$102.787 do valor original, em favor da Companhia, restando pendente apenas saldo de valor referente a condição precedente ajustada contratualmente e ainda não superada. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.185.

Em relação à Fazenda Parceiro, no mês de dezembro de 2019 houve novo aditivo ao contrato, com a substituição de uma área da Fazenda Parceiro por outra área na mesma unidade, conforme previa como possibilidade o pacto inicial. Com a finalização do desmembramento da área substituída, as partes identificaram uma diferença de área agrícola, ocasionando uma diferença a ser paga a vendedora no montante de R\$ 212, conforme aditivo assinado em dezembro de 2021. Em função deste aditivo assinado foi liberado da escrow account o montante de R\$ 18.364.

Valores a receber relacionados com a combinação de negócios

As partes envolvidas na combinação de negócios acordaram em ajuste de preço como parte da contraprestação da combinação de negócios, o que resultou em um saldo a pagar de R\$ 8.000 da Terra Santa Propriedades Agrícolas à Companhia, correspondente à variação dos ativos e passivos e o valor presente dos créditos fiscais descritos na nota explicativa 2.f. Conforme fato relevante do dia 29 de outubro de 2021, as partes deram total quitação dos valores em prosseguimento ao fechamento da operação.

Adicionalmente, a conta de títulos a receber foi aumentada em R\$ 5.022 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado à parte vendedora pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no consolidado, na rubrica de "títulos a pagar" saldos a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo de R\$ 5.022 na data de aquisição.

Além disso, conforme descrito na mesma nota, foi registrado na SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), saldo a receber dos vendedores no montante de R\$ 28.250, referente a contingências e títulos a pagar que, assim que pagos pela Terra Santa, serão reembolsados pelos antigos vendedores, sem ônus à Terra Santa.

Complementam a rubrica de "títulos a receber" saldos de outros valores a receber no montante de R\$ 1.211 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.401 em 31 de dezembro de 2020).

11. Investimentos (Controladora)

O total de investimentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto pelo seguinte:

Investimentos em controladas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mais valia Imobilizado, líquidas de efeito tributários (nota 2.2)	3.540.305	2.212.789	-	-
Mais valia arrendamentos, líquidas de efeito tributários (nota 2.2)	62.470	-	-	-
Ágio investimento SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.) (nota 2.2)	7.821	-	-	-
Outras participações societárias	47.355	-	-	-
	305	-	1.640	-
	3.658.256	2.212.789	1.640	-

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com saldo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06(R2) no patrimônio líquido de negócios	Mais valia em combinação de negócios	Ágio Investimento	Percentual de participação direta	Participação no patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Lucro não realizado no exercício em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06(R2) do exercício	Resultado da equivalência patrimonial	Ganhos não realizados com instrumentos de hedge	
													Saldos em 31/12/2021	Saldos em 31/12/2021
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	21.053	198.126	-	(33.431)	-	-	100,00%	164.695	34.735	-	(4.584)	30.151	-	164.695
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.099	245.398	-	(23.038)	-	-	100,00%	222.360	49.370	-	(5.355)	44.015	-	222.360
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	138.356	-	-	-	-	50,00%	69.178	58.251	(21.134)	(2.083)	36.893	(415)	69.178
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	109.981	174.813	(21.134)	(3.920)	-	-	52,20%	75.399	93.898	-	-	36.893	(7.648)	75.399
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	279.405	830.308	-	985	-	-	100,00%	831.293	99.859	-	(279)	99.580	-	99.580
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	175.122	-	(12.413)	-	-	100,00%	162.709	24.457	-	(4.650)	19.807	-	19.807
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	246.221	-	(12.261)	-	-	100,00%	233.960	35.239	-	(1.770)	33.469	-	33.469
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	217.734	-	(1.855)	-	-	100,00%	215.879	51.067	17	3.063	54.147	-	54.147
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	34.291	50.003	-	5.332	-	-	100,00%	55.335	5.054	-	3.484	8.538	-	8.538
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.985	223.178	-	-	-	-	6,082%	13.569	74.944	-	-	4.558	-	4.558
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	238.483	-	(25.420)	-	-	100,00%	213.063	54.241	(5.353)	(5.353)	48.888	-	48.888
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	77.163	124.080	-	(4.501)	-	-	100,00%	119.579	13.118	-	503	13.621	-	13.621
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	3.240.783	1.163.287	-	-	70.291	47.355	100,00%	1.280.932	57.329	-	-	57.329	-	57.329
								3.657.951				480.121		480.121

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2020	Patrimônio líquido investida	Aumento de participação	Mais investida (3)	Ágio sobre capital próprio (*)	Dividendos ou juros sobre juros próprios	Equivalência patrimonial	Ganhos não realizados com instrumentos de hedge	Saldos em 31/12/2021
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	165.875	-	-	-	(31.331)	30.151	-	-	164.695
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	229.920	-	-	-	(51.575)	44.015	-	-	222.360
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. ¹	47.386	-	-	-	(6.918)	29.125	(415)	-	69.178
SLC-MIT Emp. Agr. S.A. ¹	57.794	-	-	-	(11.640)	36.893	(7.648)	-	75.399
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	747.508	-	-	-	(15.795)	99.580	-	-	831.293
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	166.371	-	-	-	(23.469)	19.807	-	-	162.709
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	236.514	-	-	-	(36.023)	33.469	-	-	233.960
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	179.732	-	-	-	(18.000)	54.147	-	-	215.879
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda. ²	54.357	-	-	-	(7.560)	8.538	-	-	55.335
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	9.192	-	-	-	(181)	4.558	-	-	13.569
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	212.182	-	-	-	(48.007)	48.888	-	-	213.063
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	105.958	-	-	-	-	13.621	-	-	119.579
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	-	65.418	1.070.000	70.291	47.355	-	57.329	(29.461)	1.280.932
	2.212.789	65.418	1.070.000	70.291	47.355	(250.499)	480.121	(37.524)	3.657.951

(1) A Companhia possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estando exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele. (2) Dividendo recebido da empresa Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda, no montante de R\$ 7.560, sendo R\$2.717 sem efeito caixa. (3) Mais valias líquidas do efeito de tributos diferidos, além da realização por depreciação, no montante de R\$9.789 (líquida de tributos) ocorrida até o quarto trimestre de 2021.

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2021:

Empresas	Controladas diretas e indiretas				Patrimônio líquido	Receitas	Despesas
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante			
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	234	210.664	2.503	10.269	198.126	42.318	7.584
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	2.418	252.014	1.428	7.606	245.398	59.177	9.807
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	134.194	116.097	73.076	38.859	138.356	318.872	260.621
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	439.974	274.902	396.734	143.330	174.813	704.761	610.862
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	677	855.379	11.570	14.178	830.308	102.257	2.398
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	193	181.512	477	6.106	175.122	30.112	5.655
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	207	255.660	601	9.045	246.221	42.973	7.734
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	5.844	217.408	1.627	3.891	217.734	55.879	4.812
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	1.961	48.834	135	657	50.003	6.420	1.367
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	6.722	221.582	323	4.803	223.178	78.544	3.600
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	12.470	236.726	1.421	9.292	238.483	64.603	10.363
SLC Perdizes Emp. Agrícolas Ltda.	170	129.479	4.717	852	124.080	19.611	6.493
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	1.230.343	1.730.264	725.769	1.071.551	1.163.287	706.222	648.894
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	8.670	566.854	1.145	-	574.379	32.643	2.100
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	6.468	137.154	332	3.991	139.299	13.231	2.758
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	745	139.116	236	9.535	130.909	9.096	1.764
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	8.691	114.682	231	2.241	120.901	9.203	2.147
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	909	22.010	164	12.987	9.768	2.368	317
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	944	120.833	1.489	133	120.155	4.541	987

12. Propriedades para investimento

Terras de cultura	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	Combinação negócio (nota explicativa 2.f)	Outros	Saldo em 31/12/2021
Prédios e benfeitorias	92.647	-	-	-	-	92.647
Correção e desenvolvimento do solo	1.572	(20)	2.245	3.400	(349)	6.848
Correção e desenvolvimento do solo	10.954	-	-	-	-	10.954
Saldo em 31/12/2020	119.021	-	103.799	-	-	222.820
Total	224.194	(20)	106.044	3.400	(349)	333.269
			106.044	3.400		106.044

Ajuste a valor justo - resultado do exercício

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, em agosto de 2021. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o "Nível 3". A variação do valor justo das propriedades para investimentos foi registrada em contrapartida à demonstração do resultado exercício, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais".

Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. Em 31 de dezembro de 2021 a receita de aluguel totalizou R\$ 14.681 (R\$ 7.587 em 31 de dezembro de 2020).

A conta de propriedades para investimento foi aumentada em R\$ 3.400 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) à parte vendedora nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado na SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), na rubrica de "contas a pagar - transação TESA" saldos a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo de R\$ 3.400 na data de aquisição.

13. Operações de arrendamento

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	2.463.254	828.496
Combinação de Negócio	-	1.092.372
Realização mais valia	-	(5.545)
Remensuração	1.558.398	644.100
Adições de novos contratos	706.814	730.311
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(327.738)	(247.909)
Saldo em 31/12/2021	4.400.728	3.042.185
Algodoeira	16.397	20.811
Terras de cultura	4.330.349	2.957.737
Locação de prédios	11.682	13.651
Máquinas	32.524	39.352
Locação de veículos	9.776	10.634
	4.400.728	3.042.185
Amortização de direito de uso no exercício:		
Algodoeira	(1.584)	(2.432)
Terras de cultura	(314.308)	(232.302)
Locação de prédios	(1.061)	(1.404)
Máquinas	(5.624)	(6.105)
Locação de veículos	(5.161)	(5.666)
Total do exercício	(327.738)	(247.909)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

A receita da controladora no exercício, resultante de subarrendamento de ativos de direito de uso, foi de R\$ 5.029 (R\$ 4.814 na receita da controladora, para o exercício de 2020)

Informações complementares

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo contratual bruto dos contratos de arrendamento com direito ao crédito de PIS/COFINS é de R\$ 8.211.574 na controladora e R\$ 5.403.799 no consolidado (R\$ 4.448.983 na controladora e R\$ 1.300.043 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020). O potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, trazido a valor presente, é R\$ 461.984 na controladora e R\$ 272.695 no consolidado (R\$283.066 na controladora e R\$86.245 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020).

Em atendimento à orientação das áreas técnicas da CVM, conforme requerido no ofício-circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do ativo de direito de uso, do ajuste a valor presente e da amortização do direito de uso considerando a projeção de inflação futura nos fluxos a serem descontados.

Na remensuração do passivo de arrendamento, a Companhia procedeu a projeção de fluxo de caixa com inflação futura, incorporando a inflação obtida através da cotação de contratos futuros disponível na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, descontadas pela mesma taxa identificada na mensuração inicial, apresentando os impactos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)
Ativo de direito de uso	4.400.728	7.420.105	3.042.185	4.609.163
Passivo de arrendamento - circulante	619.114	651.456	511.932	538.602
Passivo de arrendamento - não circulante	4.087.197	7.074.231	2.824.456	4.364.764

(1) Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

(2) Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

Segue abaixo o fluxo contratual bruto:

	Controladora		Consolidado	
	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)
até 1 ano	646.806	682.182	548.889	579.150
de 1 a 2 anos	632.503	700.451	506.569	560.988
de 2 a 3 anos	589.915	687.802	448.504	522.926
de 3 a 4 anos	575.545	707.070	413.274	507.717
de 4 a 5 anos	570.151	738.239	403.274	521.903
acima de 5 anos	5.263.852	9.619.407	3.545.316	7.072.115
	8.278.772	13.135.151	5.865.826	9.764.799

(1) Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

(2) Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

A deliberação CVM nº 859, de 7 de julho de 2020, aprovou o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, trazendo os expedientes práticos descritos a seguir em sua redação.

Um arrendatário pode optar por não avaliar se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação do arrendamento. O arrendatário que efetuar essa opção deve contabilizar qualquer alteração nos pagamentos de arrendamento mercantil resultantes da concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança que aplica o CPC 06 (R2) (IFRS 16) se a mudança não fosse uma modificação do arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas a concessões de aluguel que ocorram como consequência direta do COVID-19 e somente se todas as seguintes condições forem atendidas:

- A alteração nos pagamentos da locação resulta em uma contraprestação revisada para a locação que é substancialmente a mesma ou menor que a contraprestação para a locação imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de aluguel afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021 (uma concessão de aluguel atenderia a essa condição se resultar em pagamentos de aluguel reduzidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021 e aumento dos pagamentos de aluguel que se estendem além de 31 de dezembro de 2021); e
- Não há alterações substanciais em outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma alteração nos contratos de arrendamento da Companhia relacionada ao COVID-19, que resultasse em remensuração do passivo de arrendamento.

14. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

	Controladora						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Custo do imobilizado bruto							
Correção e desenvolvimento do solo	466.245	108.219	-	(62)	-	-	574.402
Prédios e benfeitorias	296.623	805	(128)	6.554	6	6	303.860
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	843.611	139.257	(40.098)	648	-	-	943.418
Veículos	52.671	3.381	(1.972)	10	(7)	(7)	54.083
Móveis e utensílios	16.231	2.753	(269)	(119)	-	-	18.596
Equipamentos e instalações de escritório	28.420	15.214	(840)	(479)	6	6	42.321
Outros	3.787	441	(118)	1	-	-	4.111
Obras em andamento	9.049	67.148	-	(6.553)	-	-	69.644
Plantas portadoras	4.239	-	(4.239)	-	-	-	-
Total	1.720.876	337.218	(47.664)	-	5	5	2.010.435

	Controladora						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Depreciação							
Correção e desenvolvimento do solo	(315.626)	(29.871)	-	(67)	-	-	(345.564)
Prédios e benfeitorias	(54.227)	(10.557)	13	(26)	-	-	(64.797)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(448.721)	(61.979)	29.379	294	1	1	(481.026)
Veículos	(21.425)	(4.570)	1.179	(124)	4	4	(24.936)
Móveis e utensílios	(7.915)	(1.364)	212	16	-	-	(9.051)
Equipamentos e instalações de escritório	(13.504)	(5.421)	753	(101)	-	-	(18.273)
Outros	(60)	(5)	2	8	-	-	(55)
Plantas portadoras	(4.239)	-	4.239	-	-	-	-
Total	(865.717)	(113.767)	35.777	-	5	5	(943.702)

	Controladora						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Valor residual líquido							
Correção e desenvolvimento do solo	1.720.026	-	-	-	-	-	1.720.026
Prédios e benfeitorias	296.623	-	-	-	-	-	296.623
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	843.611	-	-	-	-	-	843.611
Veículos	52.671	-	-	-	-	-	52.671
Móveis e utensílios	16.231	-	-	-	-	-	16.231
Equipamentos e instalações de escritório	28.420	-	-	-	-	-	28.420
Outros	3.787	-	-	-	-	-	3.787
Obras em andamento	9.049	-	-	-	-	-	9.049
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	-	4.239
Total	2.944.544	-	-	-	-	-	2.944.544

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócio (nota explicativa 2.f)	Mais Valia (nota explicativa 2.f)	Adições	Baixas	Transferências	
Custo do imobilizado bruto							
Terras de cultura	1.720.026	-	-	321	(10)	(20)	1.720.317
Correção e desenvolvimento do solo	26.473	-	153.372	-	785	-	901.102
Prédios e benfeitorias	513.291	1.536	2.090	1.060	(481)	8.381	6 525.883
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	988.945	69.735	81.921	171.752	(45.049)	2.796	28 1.270.128
Veículos	59.431	10.446	20.868	3.471	(2.231)	10	(7) 91.988
Móveis e utensílios	18.944	1.848	793	3.016	(363)	(105)	- 24.133
Equipamentos e instalações de escritório	35.837	722	73	16.259	(1.089)	(439)	6 51.369
Outros	8.092	-	-	594	(118)	1	- 8.569
Obras em andamento	10.833	2.552	-	75.039	-	(11.409)	(4) 77.011
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	(4.239)	-	- -
Total	4.080.110	113.312	105.745	424.884	(53.580)	29	4.670.500

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação	
Depreciação							
Correção e desenvolvimento do solo	(454.551)	-	(48.698)	-	(67)	-	(503.316)
Prédios e benfeitorias	(122.079)	(445)	(20.836)	250	(26)	20	(143.116)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(504.554)	(7.607)	(82.858)	32.974	294	(20)	(561.771)
Veículos	(24.973)	(2.908)	(5.501)	1.376	(124)	4	(32.126)
Móveis e utensílios	(8.919)	(122)	(1.765)	282	16	-	(10.508)
Equipamentos e instalações de escritório	(15.870)	(13)	(6.143)	983	(101)	-	(21.144)
Outros	(381)	-	(85)	2	8	-	(456)
Plantas portadoras	(4.239)	-	-	4.239	-	-	-
Total	(1.135.566)	(11.095)	(165.886)	40.106	-	4	(1.272.437)

	31/12/2020	31/12/2021
Valor residual líquido		
Terras de cultura	1.720.026	1.720.317
Correção e desenvolvimento do solo	265.921	397.786
Prédios e benfeitorias	391.212	382.767
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	484.391	708.357
Veículos	34.458	59.862
Móveis e utensílios	10.025	13.625
Equipamentos e instalações de escritório	19.967	30.225
Outros	7.711	8.113
Obras em andamento	10.833	77.011
Total	2.944.544	3.398.063

(*) Reclassificação para ativo intangível, disponível para venda e propriedade para investimento no montante de R\$ 33.
 (**) Depreciação da mais valia no exercício dos itens oriundos da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), depreciados pelo prazo de sua vida útil, alocados no resultado do exercício.

b) Obras em andamento

Em 31 de dezembro 2021 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 69.644 na controladora e R\$ 77.011 no consolidado, está substancialmente representado por obras em alamedas, nova sede do escritório da Matriz, perfuração de poços, construções de armazéns, barracões, integração de lavoura pecuária e outras benfeitorias.

O valor de juros capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.830 (R\$ 728 em 31 de dezembro de 2020). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 4,34% a.a.

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 existiam imobilizados dados em garantia a hipotecas, empréstimos bancários e processos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bens dados em garantia				
Hipotecas	-	-	-	134.753
Penhor de financiamentos	12.285	10.514	19.900	17.661
Bens em processos judiciais	9.800	14.232	9.800	14.232
Total	22.085	24.746	29.700	166.646

15. Intangível

	Controladora						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Custo do Intangível bruto							
Software	21.915	1.524	(145)	61.439	-	-	84.733
Implantação de novos sistemas	30.661	35.505	-	(61.439)	(12)	(12)	4.715
Total	52.576	37.029	(145)	-	(12)	(12)	89.448
Amortização							
Software	(17.336)	(2.302)	145	-	(1)	(1)	(19.494)
Total	(17.336)	(2.302)	145	-	(1)	(1)	(19.494)

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Valor residual líquido							
Software	4.629	-	-	-	-	-	4.629
Implantação de novos sistemas	30.661	-	-	-	-	-	30.661
Total	35.290	-	-	-	-	-	35.290

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Custo do Intangível bruto							
Software	22.342	290	1.529	(145)	61.911	(29)	85.898
Implantação de novos sistemas	30.661	472	35.505	-	(61.911)	(12)	4.715
Agio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	47.355	-	-	-	47.355
Marcas e patentes	-	174	-	-	-	4	178
Total	53.003	936	84.389	(145)	-	(37)	138.146

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Amortização							
Software	(17.713)	(2.415)	145	-	21	(1)	(19.962)
Total	(17.713)	(2.415)	145	-	21	(1)	(19.962)

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020	
Valor residual líquido							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

b) Transações com partes relacionadas

	Amortização direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)		AVP-passivos arrendamento CPC 06(R2) (IFRS 16)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente				
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	13.090	6.415	24.261	11.444
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	14.147	8.081	37.340	15.790
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	6.655	4.929	18.432	8.608
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	13.883	9.082	26.818	14.725
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	6.370	4.430	10.512	9.044
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	3.521	2.067	6.079	4.003
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	1.149	743	3.620	2.069
Fazenda Paiaaguás Empr. Agr. Ltda	16.774	7.948	41.123	14.711
Controladas indiretamente				
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	6.126	5.031	7.827	6.924
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	3.826	3.245	5.410	4.840
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	-	81	5.357	3.012
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	430	-	-	-
Fazenda Palmeira Empr. Agr. Ltda	397	82	1.062	276
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	2.823	2.770	1.240	1.291
Controladora				
SLC Participações S.A.	176	135	22	12
	89.367	55.039	189.103	96.749
Vendas de mercadorias/ produtos/imobilizado/prestação de serviço				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente				
Fazenda Pioneira Empr. Agr. Ltda	5.187	4.893	2.238	-
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	31.862	-	-	-
Controladas indiretamente				
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	12.172	4.733	-	566
SLC MIT Empr. Agr. S.A.	12.416	6.866	47.824	7.903
Controladora				
SLC Participações S.A.	-	-	193	135
Outras Partes Relacionadas				
Fundação SLC	-	-	2.355	-
Instituto SLC	-	-	2.070	-
	61.637	16.492	54.680	8.603
Despesas financeiras/fee de garantia				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente				
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Paiaaguás Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
Fazenda Palmeira Empr. Agr. Ltda	-	-	-	-
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	-	-	-	-
Controladora				
SLC Participações S.A.	-	-	5	11
Outras Partes Relacionadas				
Fundação SLC	-	-	-	-
Instituto SLC	-	-	-	-
	61.637	16.492	54.680	8.603

c) Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a disponibilização das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento com suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de arrendamento com suas controladas, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Localização	Valor contábil	até					de 5 anos	de 5 anos
			1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos		
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	306.516	37.606	11.080	12.163	13.303	14.685	217.680	
Planorte	Sapezal - MT	508.619	53.100	11.390	12.425	13.467	14.817	403.421	
Pamplona	Cristalina - GO	259.873	26.796	5.604	6.108	6.612	7.271	207.481	
Planalto	Costa Rica - MS	376.362	38.808	8.117	8.845	9.576	10.531	300.486	
Palmares	Barreiras - BA	96.416	12.220	3.947	4.332	4.739	5.226	65.951	
Parnagua	Santa Filomena - PI	80.691	6.266	1.075	70	1.311	2.715	69.254	
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	54.412	4.905	833	1.418	2.050	2.768	42.438	
Paiaaguás	Diamantino - MT	573.885	59.174	12.377	13.489	14.602	16.057	458.185	
Planeste	Balsas - MA	116.887	16.177	6.419	7.037	7.699	8.469	71.087	
Panorama	Correntina - BA	78.906	10.921	4.333	4.750	5.197	5.717	47.988	
Piratini	Jaborandi - BA	108.179	14.972	5.941	6.513	7.125	7.838	65.790	
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	20.947	2.567	758	832	910	1.004	14.875	
Matriz	Porto Alegre - RS	16.110	3.682	2.824	3.009	3.208	3.386	-	
		2.597.803	287.194	74.698	80.991	89.799	100.485	1.964.636	

Parcela classificada no passivo circulante

287.194

Parcela classificada no passivo não circulante

2.310.609

O valor contábil representa o passivo de arrendamento com fluxo de pagamentos futuros ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo apresenta uma taxa com intervalo de 6,38% a 9,75%.

O contrato de arrendamento rural celebrado das Fazendas Piratini, Planeste, Panorama e Palmeira, por um prazo mínimo de 20 anos, prevê o preço do arrendamento calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Esse valor por sua vez é calculado sobre as áreas aptas à agricultura e suas respectivas áreas de reserva legal proporcionais, incluindo o valor de sua infraestrutura. O avaliador com prova de excelência na elaboração de avaliações de propriedades rurais é escolhido pelo Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. e anualmente a avaliação é elaborada de acordo com as regras e diretrizes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para avaliação de imóveis rurais.

Para os demais contratos, o preço do arrendamento é pago anualmente em Reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

d) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	(7.487)	(5.963)	(7.816)	(6.391)
Gratificações	(4.246)	(2.973)	(4.745)	(3.083)
Encargos	(3.881)	(2.899)	(3.970)	(3.038)
Plano de opções de ações	(2.400)	(1.810)	(2.400)	(1.810)
Outros benefícios	(22)	(395)	(22)	(394)
	(18.036)	(14.040)	(18.953)	(14.716)

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021, foi aprovada a remuneração anual global dos administradores da Controladora, no montante de até R\$ 17.870, com distribuição a ser realizada pelo Conselho de Administração. Frize-se que as controladas, que são sociedades anônimas, também possuem aprovação de valores globais anuais para os seus administradores de forma independente.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	671.234	732.358	1.009.194	870.902
Total	671.234	732.358	1.009.194	870.902

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos em moeda estrangeira na Controladora totalizam o montante de US\$ 13.688 e no Consolidado US\$ 54.407 (US\$ 28.080 na Controladora e US\$ 33.869 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado na nota 25.c.

18. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicados no Imobilizado							
Finame - BNDES	Pré	5,55%	5,43%	25.866	34.866	42.529	57.053
				25.866	34.866	42.529	57.053
Aplicados no Capital de giro							
Crédito rural	Pré	5,50%	4,30%	4.070	3.046	18.299	12.186
Crédito rural	CDI	10,27%	-	153.315	-	153.315	-
CRA	CDI	-	1,88%	-	360.346	-	360.346
CRA	IPCA + Pré	11,00%	8,19%	534.015	481.270	534.015	481.270
Capital de giro	CDI	10,81%	3,51%	283.151	298.384	308.784	361.959
Capital de giro	Swap CDI	9,99%	6,28%	390.570	215.977	390.570	215.977
Financiamento à exportação	CDI	10,73%	3,24%	346.092	328.928	406.359	481.671
Financiamento à exportação	Swap EUR/US\$	10,22%	1,33%	643.906	345.637	745.351	464.527
				2.355.119	2.033.588	2.556.693	2.377.936
				2.380.985	2.068.454	2.599.222	2.434.989
				(11.463)	(17.706)	(11.463)	(17.706)
				2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283
				503.252	297.692	669.735	377.547
				1.866.270	1.753.056	1.918.024	2.039.736

(-) Custos da transação CRA

Parcela classificada no circulante

Parcela classificada no não circulante

Finame - BNDES - Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia e da SLC Participações S.A. (Controladora). As amortizações são realizadas em base mensal, semestral e anual, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 17/01/2022 a 15/05/2032.

Crédito Rural - Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 19/05/2022 e 25/10/2024.

Capital de Giro - Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 14/01/2022 e 26/11/2024 lastreado em estoque ou produção.

Financiamento à Exportação - Financiamento das exportações com linhas de curto e longo prazo captado em reais, euro ou dólar indexado a taxa pré-fixada: CCE (Cédula de Crédito à Exportação), NCE (Nota de Crédito de Exportação), PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e FINEX (Financiamento à Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 14/01/2022 e 14/11/2024. São garantidos por aval da Companhia ou com garantia "clean".

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio - Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O custo dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R\$11.463 (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2021. Abaixo seguem informações das emissões:

i) **Emissão em 23 de dezembro de 2020 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")**

No dia 23 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financieira (Cédula de produto rural financeira) com selo verde, no valor total de R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), de série única, para distribuição pública com esforços restritos, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a ISEC Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de IPCA + 3,6726% ao ano, com vencimento do principal em duas parcelas, nos dias 16 de dezembro de 2024 e 15 de dezembro de 2025 e remuneração semestral. A emissão é com garantia "clean" e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor's, sendo trimestralmente revisada a classificação de risco até a data de vencimento. O rating definitivo da operação inicial foi de "[brAA-]" e no dia 09 de março de 2022 a Companhia teve o rating da operação melhorado para "[brAA-]". Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

(i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 0,9x (zero vírgula nove vez);

(ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 2,5x (duas vírgula cinco vezes);

(iii) Alavancagem líquida consolidada (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos aplicações financeiras mais ou menos resultado swaps vinculados, dividido pelo resultado operacional antes da receita (despesa) financeira, resultado da equivalência patrimonial, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses excluídos os efeitos do ativo biológico, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, data da última medição anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	297.692	-	377.547
2022	503.252	919.646	669.735	1.161.958
2023	777.405	345.625	821.733	382.750
2024	816.806	238.683	820.096	242.028
2025	265.192	242.085	266.398	243.054
2026	1.582	1.582	2.315	2.315
Após 2026	5.285	5.435	7.482	7.631
	2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 25.

Cessão de crédito

Linha com a finalidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação, com vencimento em 25/05/2022.

19. Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis

A Companhia registra provisões quando a Administração, tendo base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perda prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados na rubrica de "outras contas a receber" no ativo não circulante, apresentam a seguinte composição:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	629	8	2.874	530
Ambientais	-	-	20	20
Tributários	1.659	1.176	4.319	11.338
Cíveis	-	-	1.046	1.046
	2.288	1.184	8.259	12.934

A conta de depósitos judiciais foi aumentada em R\$ 4.768 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado à parte vendedora pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no Consolidado, na rubrica de "títulos a pagar", saldo a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo líquido de R\$ 4.692, em 31 de dezembro de 2021.

20. Tributos sobre o lucro

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	17.256	6.212	23.468	10.339	3.722	14.061
Provisão para perdas tributárias	2.368	852	3.220	169	61	230
Operações com derivativos	80.724	29.060	109.784	64.927	23.374	88.301
Provisão para Senar	1.245	448	1.693	1.286	463	1.749
AVP - Passivo de arrendamento	20.268	7.296	27.564	10.784	3.882	14.666
Provisão para perdas créditos ICMS	5.359	1.929	7.288	5.950	2.142	8.092
Outras	8.223	2.961	11.184	6.222	2.240	8.462
Prejuízos fiscais e base negativa	5.700	2.044	7.744	-	-	-
	141.143	50.802	191.945	99.677	35.884	135.561
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(191.679)	(69.004)	(260.683)	(156.523)	(56.348)	(212.871)
Ganho em aquisição de participação societária	(3.747)	(1.349)	(5.096)	(3.855)	(1.388)	(5.243)
Custo atribuído ativo imobilizado	(4.098)	(1.475)	(5.573)	(5.051)	(1.818)	(6.869)
Valor justo ativos biológicos	(141.203)	(50.833)	(192.036)	(47.155)	(16.976)	(64.131)
	(340.727)	(122.661)	(463.388)	(212.584)	(76.530)	(289.114)
Total líquido	(199.584)	(71.859)	(271.443)	(112.907)	(40.646)	(153.553)
Parcela classificada no passivo não circulante	(199.584)	(71.859)	(271.443)	(112.907)	(40.646)	(153.553)

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	19.393	6.981	26.374	11.676	4.203	15.879
Provisão para perdas tributárias	2.368	852	3.220	169	61	230
Operações com derivativos	85.226	29.856	115.082	68.492	23.878	92.370
Provisão para Senar	1.316	474	1.790	1.384	498	1.882
AVP - Passivo de arrendamento	30.083	10.830	40.913	10.458	3.765	14.223
Ajuste a valor presente estoques	1.483	534	2.017	-	-	-
Provisão para perdas créditos ICMS	5.474	1.971	7.445	6.226	2.241	8.467
Outras	18.682	6.723	25.405	8.941	3.218	12.159
Prejuízos fiscais e base negativa	386.958	140.287	527.245	30.284	11.411	41.695
	550.983	198.508	749.491	137.630	49.275	186.905
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(232.893)	(83.718)	(316.611)	(185.782)	(66.758)	(252.540)
Ganho em aquisição de participação societária	(3.747)	(1.349)	(5.096)	(3.747)	(1.349)	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(26.972)	(13.608)	(40.580)	(26.828)	(13.558)	(40.386)
Valor justo propriedades para investimento	(4.113)	(2.221)	(6.334)	(1.992)	(1.076)	(3.068)
Valor justo ativos biológicos	(207.989)	(74.876)	(282.865)	(51.967)	(18.708)	(70.675)
Mais Valia	(26.625)	(9.585)	(36.210)	-	-	-
Outras	(12.501)	(4.538)	(17.039)	(18.653)	(6.809)	(25.462)
	(514.840)	(189.895)	(704.735)	(288.969)	(108.258)	(397.227)
Total líquido	36.143	8.613	44.756	15.059	5.421	20.480
Parcela classificada no ativo não circulante	298.281	107.381	405.662	15.059	5.421	20.480
Parcela classificada no passivo não circulante	(262.138)	(98.768)	(360.906)	(166.398)	(64.404)	(230.802)

Por ocasião da combinação de negócios (nota explicativa 2.f), a conta de tributos diferidos foi aumentada em R\$ 415.085 na data de aquisição, pois com o saneamento da estrutura de capital dessa controlada, ocorrida após a sua aquisição, há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a ativação de todo o crédito tributário que não vinha sendo reconhecido. A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos que porventura as fazendas tenham direito. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
2022	118.108	110.660	321.618	140.780
2023	69.169	4.441	217.674	6.246
2024	4.668	3.358	98.698	11.358
2025	-	833	90.558	8.755
2026	-	16.269	20.943	19.766
	191.945	135.561	749.491	186.905

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.356.527	1.356.527	605.735	605.735
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(339.132)	(122.087)	(151.434)	(54.516)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	120.030	43.211	44.350	15.966
Adições e exclusões permanentes	(3.654)	(924)	(597)	138
Juros sobre o capital próprio	-	-	9.279	3.341
Outros	6.666	1.479	12.771	3.641
Valor registrado no resultado	(216.090)	(78.321)	(85.631)	(31.430)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(294.411)		(117.061)
Impostos diferidos		(190.274)		(37.756)
Impostos correntes		(104.137)		(79.305)
Taxa efetiva		21,70%		19,33%

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.560.810	1.560.810	689.179	689.179
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(390.203)	(140.473)	(172.295)	(62.026)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(4.055)	(1.068)	(752)	92
Juros sobre o capital próprio	-	-	9.279	3.341
Incentivos fiscais de controladas	3.072	95	3.355	15
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido	73.082	25.924	34.179	12.123
Eliminação lucro não realizado	5	2	1.637	589
Efeitos do IFRS 16	(4.256)	(1.532)	(15.825)	(5.697)
Outros	7.019	2.337	9.967	3.787
Valor registrado no resultado	(315.336)	(114.715)	(130.455)	(47.776)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(430.051)		(178.231)
Impostos diferidos		(255.544)		(66.839)
Impostos correntes		(174.507)		(111.392)
Taxa efetiva		27,55%		25,86%

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31/12/2021
Provisão para participação nos resultados	14.061	9.407	-	23.468
Provisão para perdas tributárias	230	2.990	-	3.220
Operações com derivativos	88.301	(50.901)	72.384	109.784
Provisão para Senar	1.749	(56)	-	1.693
Outras	8.462	2.722	-	11.184
Prejuízos fiscais e base negativa	-	7.744	-	7.744
Provisão para perdas créditos ICMS	8.092	(804)	-	7.288
Depreciação incentivada atividade rural	(212.871)	(47.812)	-	(260.683)
Ganho em aquisição de participação societária	(5.243)	147	-	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(6.869)	1.296	-	(5.573)
Valor justo ativos biológicos	(64.131)	(127.905)	-	(192.036)
AVP - Passivo de Arrendamento	14.666	12.898	-	27.564
Total	(153.553)	(190.274)	72.384	(271.443)
Parcela classificada no passivo não circulante	(153.553)			(271.443)

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31/12/2021
Provisão para participação nos resultados	15.879	-	10.495	26.374
Provisão para perdas tributárias	230	-	2.990	3.220
Operações com derivativos	92.370	12.905	(85.730)	95.537
Provisão para Senar	1.882	-	(92)	1.790
Outras	12.159	2.632	10.614	25.405
Ajuste a valor presente estoques	-	3.122	(1.105)	2.017
Provisão Washout	-	10.589	(10.589)	-
Prejuízos fiscais e base negativa	41.695	482.146	3.404	527.245
AVP - Passivo de Arrendamento	14.223	(8.511)	35.201	40.913
Provisão para perdas créditos ICMS	8.467	-	(1.022)	7.445
Depreciação incentivada atividade rural	(252.540)	(14.594)	(49.477)	(316.611)
Ganho em aquisição de participação societária	(5.096)	-	-	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(40.386)	(1.906)	1.712	(40.580)
Valor justo propriedades para investimento	(3.068)	-	(3.266)	(6.334)
Valor justo ativos biológicos	(70.675)	(30.045)	(182.145)	(282.865)
Mais Valia	-	(41.253)	5.043	(36.210)
Outras	(25.462)	-	8.423	(17.039)
Total	(210.322)	415.085	(255.544)	44.756

Parcela classificada no ativo não circulante	20.480			405.662
Parcela classificada no passivo não circulante	(230.802)			(360.906)

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.879 no Consolidado (R\$ 40.374 e R\$ 47.449 em 31 de dezembro de 2020, na Controladora e Consolidado, respectivamente).

21. Títulos a pagar (Consolidado)

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.979
Combinação de negócio (nota explicativa 2.f)	86.850
Outros	9.514
Pagamentos	(706)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	108.637
Passivo circulante	93.775
Passivo não circulante	14.862
A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração, e venda de imobilizado.	
A conta de títulos a pagar foi aumentada em R\$ 4.772 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será reembolsado pela parte vendedora à SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foram registrados no Consolidado, nas rubricas de "títulos a receber" saldos a receber dos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um ativo de R\$ 4.772.	
Além disso, conforme descrito na mesma nota, foi registrado no Consolidado, saldo a pagar aos vendedores no montante de R\$ 82.078, referente a títulos a receber, tributos a recuperar, outros ativos e propriedades para investimento que, assim que recebidos pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), serão repassados aos antigos vendedores, sem benefícios à SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa).	

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito, no valor de R\$ 1.512.522 está representado por 212.422.599 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/2021	31/12/2020
SLC Participações S.A.	100.032.616	100.977.822
Administr		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

h) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A composição dos cálculos dos dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em 31 de dezembro de 2020, ficou como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.062.116	488.674
Apropriação da reserva de incentivos fiscais	(149)	(171)
Apropriação da reserva legal	(53.099)	(24.425)
Base de cálculo dos dividendos propostos	1.008.868	464.078
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	252.218	116.020
Dividendo adicional proposto - 25% (a)	252.217	116.019
Dividendos propostos	504.435	232.039
Dividendo por ação (excluindo ações em tesouraria)	2.427.538	1.236.982
% sobre o lucro líquido	50%	50%

(a) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em abril de 2022.

i) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	1.062.116	488.674
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	208.096.820	206.514.345
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	209.236.229	207.305.588
Lucro básico por ação ordinária (a/b)	5,10395	2,36630
Lucro diluído por ação ordinária (a/c)	5,07616	2,35726

j) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Hedge accounting		
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor de propriedades para investimentos	(345.794)	(207.640)
Ganho e diluição de capital de controladas	1.109.191	1.151.931
Total de outros resultados abrangentes	25.909	25.909
	789.306	970.200

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(165.893)	(71.962)	(162.096)	(84.696)
Varição cambial	(202.464)	(263.779)	(297.696)	(328.196)
Varição monetária	-	-	(126)	-
AVP - Passivo arrendamento	(315.157)	(154.759)	(175.149)	(61.106)
Perdas com operações de derivativos	(75.533)	(31.571)	(174.905)	(40.435)
Outras	(10.310)	(5.521)	(37.294)	(6.996)
	(769.357)	(527.592)	(847.266)	(521.429)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	27.048	18.077	43.103	29.909
Varição cambial	164.080	194.147	198.323	223.539
Varição monetária	5	-	5	-
Ganhos com operações de derivativos	123.394	131.504	236.594	175.017
Outras	5.372	1.004	16.684	1.213
	319.899	344.732	494.709	429.678
	(449.458)	(182.860)	(352.557)	(91.751)
Resultado financeiro				

24. Compromissos

24.1. Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Controladora				Preço
	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	
Safra 2020/21					
Algodão em Pluma	Dez/21-Jul/22	86.012	40	ton	US\$ 2.215,72
Soja	Dez/21-Jan/22	280.818	10	sc	R\$ 161,25
Milho	Dez/21-Jul/22	293.665	7	sc	R\$ 67,21
Safra 2021/22					
Algodão em Pluma	Ago/22-Jul/23	153.850	40	ton	US\$ 1.787,15
Soja	Jan/22-Mai/22	7.015.947	68	sc	US\$ 24,70
Soja	Jan/22-Mai/22	1.393.787	57	sc	R\$ 147,07
Milho	Jun/22-Ago/22	4.385.000	33	sc	US\$ 10,17
Milho	Jun/22-Dez/22	3.355.000	26	sc	R\$ 58,20
Safra 2022/23					
Algodão em Pluma	Ago/23-Dez/23	22.100	5	ton	US\$ 1.782,42
Soja	Jan/23-Mar/23	2.850.000	20	sc	US\$ 24,89
Soja	Abr/23	18.569	1	sc	R\$ 156,00
Milho	Jul/23-Ago/23	4.930.000	33	sc	R\$ 9,51
Produto	Consolidado				Preço
Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade		
Safra 2020/21					
Algodão em Pluma	Dez/21-Jul/22	112.794	76	ton	US\$ 2.204,38
Algodão em Pluma	Dez/21	2.846	5	ton	R\$ 337,60
Soja	Dez/21-Jan/22	280.818	10	sc	R\$ 161,25
Milho	Dez/21-Jan/22	332.315	9	sc	R\$ 67,91
Safra 2021/22					
Algodão em Pluma	Ago/22-Jul/23	210.150	62	ton	US\$ 1.769,24
Algodão em Pluma	Set/22 - Dez/22	1.000	1	ton	R\$ 398,17
Soja	Jan/22-Mai/22	10.097.800	104	sc	US\$ 24,40
Soja	Jan/22-Mai/22	2.816.533	87	sc	R\$ 147,07
Milho	Jul/22-Set/22	1.380.000	15	sc	US\$ 9,57
Milho	Mai/22-Dez/22	5.543.333	48	sc	R\$ 30,13
Safra 2022/23					
Algodão em Pluma	Ago/23-Dez/23	24.900	6	ton	US\$ 1.779,30
Soja	Jan/23-Abr/23	4.460.000	39	sc	US\$ 24,80
Soja	Abr/23	18.569	1	sc	US\$ 156,00
Milho	Jul/23	1.050.000	13	sc	US\$ 9,04
Milho	Jun/23-Ago/23	5.795.000	40	sc	R\$ 9,43

24.2. Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terras, locação de veículos e maquinários, e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Moeda	Passivo de arrendamento (escopo CPC 06(R2) (IFRS 16))		Arrendamento a pagar	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Palmares	Barreiras - BA	R\$	103.602	99.477	-	-
Panorama	Correntina - BA	R\$	96.599	93.219	-	-
Paladino	São Desidério - BA	R\$	38.008	40.005	15.048	5.283
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	R\$	53.194	19.031	-	-
Paysandu	São Desidério - BA	R\$	653.690	-	-	-
Piratini	Jaborandi - BA	R\$	108	155	-	-
Pantanal	Chapadão do Céu - GO e Chapadão do Sul - MS	R\$	605.065	329.762	-	-
Pampolona	Cristalina - GO	R\$	75.379	15.636	-	-
Planeste	Balsas - MA	R\$	165.067	101.527	-	-
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	R\$	72.884	51.748	-	-
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	R\$	36.755	30.991	-	-
Paiguás	Diamantino - MT	R\$	213.073	141.115	-	-
Planorte	Sapezal - MT	R\$	6.141	3.326	-	-
Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	R\$	3.704	567	-	-
Pioneira	Querência - MT	R\$	352	499	-	-
Planalto	Costa Rica - MS	R\$	5.291	6.240	-	-
Pejuçara	São José do Rio Claro e Diamantino - MT	R\$	36.798	-	-	-
Pampelona	Novo Parecis - MT	R\$	437.851	-	-	-
Piracema	Diamantino - MT	R\$	229.177	-	-	-
Pirapora	Santa Rita do Trivelato - MT	R\$	150.875	-	-	-
Próspera	Tabopora, Nova Canaã do Norte e Itaúba - MT	R\$	334.348	-	-	-
Escritório	Cuiabá - MT	R\$	1.154	-	-	-
Parnaíba	Santa Filomena - PI	R\$	2.410	213	-	-
Escritório	São Paulo - SP	R\$	1.595	-	-	-
Matriz	Porto Alegre - RS	R\$	13.268	773	-	-
			3.336.388	934.284	15.048	5.283
Parcela classificada no passivo circulante			511.932	162.258	15.048	86.332
Parcela classificada no passivo não circulante			2.824.456	772.026	-	-

Os passivos de arrendamento de terras e algodoeiras apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 5,44% a 11,93%. Para os demais passivos de arrendamentos (maquinários, prédios e veículos), temos uma taxa de desconto com intervalo de 3,11% a 13,70%. Em relação aos contratos de arrendamento de terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo a 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) os contratos de arrendamento de terras são indexados, em sua maioria, à variação do preço da saca de soja, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratos de aluguéis de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.850 por ano, até 31 de agosto de 2023), na Fazenda Paladino (em São Desidério-BA, por R\$ 1.000 por ano, até 31 de agosto de 2026) e na Fazenda Pantanal (Chapadão do Céu - GO, por R\$ 400 por ano até 31 de agosto de 2030), aluguéis de equipamentos na Fazenda Planorte (em Sapezal-MT) e Fazenda Paiguás (em Diamantino-MT), com valores decrescentes a cada ano até 30/04/2026, aluguéis de sua sede administrativa em Porto Alegre-RS e aluguéis de frota de veículos. A demonstração dos fluxos de vencimento dos passivos de arrendamento e arrendamentos a pagar está apresentada na nota explicativa 25.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, era, respectivamente, R\$1.874.109, e R\$1.916.665, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$1.866.270 e R\$1.918.024.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	46.046	1.319.290	46.046	1.319.290
Aplicações financeiras	684	663	684	663
Subtotal	46.730	1.319.953	46.730	1.319.953
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	117.841	178.085	117.841	178.085
Créditos com partes relacionadas	59.000	27.721	59.000	27.721
Subtotal	176.841	205.806	176.841	205.806
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	232.551	207.847	232.551	207.847
Subtotal	232.551	207.847	232.551	207.847
Total Ativos	456.122	1.733.606	456.122	1.733.606
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	2.369.522	2.050.748	2.404.424	2.061.685
Fornecedores	671.234	732.358	671.234	732.358
Cessão de crédito	31.004	200.788	31.004	200.788
Débitos com partes relacionadas	117.621	1.310	117.621	1.310
Passivo arrendamento com partes relacionadas	2.597.803	1.722.168	2.597.803	1.722.168
Passivo arrendamento com terceiros	2.108.508	893.214	2.108.508	893.214
Outras contas a pagar	673.071	153.139	673.071	153.139
Subtotal	8.568.763	5.753.725	8.603.665	5.764.662
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	468.034	375.207	468.034	375.207
Subtotal	468.034	375.207	468.034	375.207
Total Passivos	9.036.797	6.128.932	9.071.699	6.139.869
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	139.780	1.604.053	139.780	1.604.053
Aplicações financeiras	684	663	684	663
Subtotal	140.464	1.604.716	140.464	1.604.716
Custo amortizado				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo (MTM)			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Contratos a termo (NDF):						
Moeda estrangeira - Posição vendida						
Vencimento em 2021	USD	-	384.710	-	-	(80.586)
Vencimento em 2022	USD	721.266	47.100	R\$	(73.420)	3.496
Vencimento em 2023	USD	220.720	-	R\$	(39.237)	-
TOTAL	USD	941.986	431.810	R\$	(112.657)	(77.090)

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo (MTM)			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento						
Até 31/03/2022	R\$	-	-	R\$	(22.318)	-
Até 30/06/2022	R\$	-	-	R\$	(17.551)	-
Até 30/09/2022	R\$	-	-	R\$	(8.218)	-
Até 31/12/2022	R\$	-	-	R\$	(25.333)	-
Até 31/03/2023	R\$	-	-	R\$	(12.124)	-
Até 30/06/2023	R\$	-	-	R\$	(1.593)	-
Até 30/09/2023	R\$	-	-	R\$	(10.610)	-
Até 31/12/2023	R\$	-	-	R\$	(14.910)	-
TOTAL	R\$	-	-	R\$	(112.657)	-

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú BBA S/A	USD	218.810	63.350	R\$	(42.102)	(18.953)
Banco BTG Pactual S.A.	USD	29.800	53.000	R\$	(455)	17.675
Banco Bradesco S/A	USD	54.240	23.050	R\$	(8.309)	2.140
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	USD	100.150	79.910	R\$	(7.515)	3.475
Morgan Stanley S/A	USD	-	24.570	R\$	-	(14.188)
XP Investimentos S.A.	USD	153.491	15.470	R\$	(25.724)	3.356
Banco J.P. Morgan S/A	USD	37.650	58.260	R\$	(3.328)	(26.378)
Banco Votorantim S/A	USD	52.165	20.490	R\$	(4.053)	(7.781)
Banco Safra S.A.	USD	96.160	26.450	R\$	(18.605)	(1.212)
Banco Santander Brasil S/A	USD	75.240	38.530	R\$	(5.697)	(16.864)
Banco ABC Brasil S.A.	USD	11.260	17.730	R\$	(2.622)	(13.169)
Rabobank International Brasil S.A.	USD	15.600	11.000	R\$	(2.846)	(5.191)
Banco do Brasil S.A.	USD	97.420	-	R\$	8.599	-
Total	USD	941.986	431.810	R\$	(112.657)	(77.090)

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 (www.b3.com.br) no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada exercício.

Riscos da variação da taxa de câmbio

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2022 e 2023, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) de 31 de dezembro de 2021, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$5,6000 variando para a taxa Ptax do dia 31 de dezembro de 2021 de R\$5,5805.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 4,2000, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,8000, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 7,0000, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 8,4000, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Descrição	Cenário remoto		Cenário possível		Cenário provável		Cenário +25%		Cenário +50%	
	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$
Exercício 2022	2,8000	4,2000	5,5805	7,0000	8,4000					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.978.995)	(989.498)	(13.782)	989.498	1.978.995					
Estimativa de compromissos em USD (2)	605.220	302.610	4.215	(302.610)	(605.220)					
Contratos a termo (NDF) (3)	870.940	435.470	6.065	(435.470)	(870.940)					
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(502.835)	(251.418)	(3.502)	251.418	502.835					
Exercício 2023										
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(2.297.187)	(1.148.594)	(15.998)	1.148.594	2.297.187					
Estimativa de compromissos em USD (2)	40.600	20.300	283	(20.300)	(40.600)					
Contratos a termo (NDF) (3)	384.160	192.080	2.675	(192.080)	(384.160)					
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(1.872.427)	(936.214)	(13.040)	936.214	1.872.427					
Total	(2.375.262)	(1.187.632)	(16.542)	1.187.632	2.375.262					

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

Descrição	Cenário remoto		Cenário possível		Cenário provável		Cenário +25%		Cenário +50%	
	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$
Exercício 2022	2,8000	4,2000	5,5805	7,0000	8,4000					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(2.963.181)	(1.481.591)	(20.636)	1.481.591	2.963.181					
Estimativa de compromissos em USD (2)	811.902	405.951	5.654	(405.951)	(811.902)					
Contratos a termo (NDF) (3)	1.194.956	597.478	8.322	(597.478)	(1.194.956)					
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(956.323)	(478.162)	(6.660)	478.162	956.323					
Exercício 2023										
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(3.395.868)	(1.697.934)	(23.650)	1.697.934	3.395.868					
Estimativa de compromissos em USD (2)	50.176	25.088	349	(25.088)	(50.176)					
Contratos a termo (NDF) (3)	567.840	283.920	3.955	(283.920)	(567.840)					
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(2.777.852)	(1.388.926)	(19.346)	1.388.926	2.777.852					
Total	(3.734.175)	(1.867.088)	(26.006)	1.867.088	3.734.175					

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	85.632	15.345	166.575	32.054
Fornecedores	(76.386)	(13.688)	(145.921)	(28.080)
Exposição líquida do balanço patrimonial	9.246	1.657	20.654	3.974

Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	106.195	19.030	193.413	37.218
Fornecedores	(303.618)	(54.407)	(176.010)	(33.869)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(197.423)	(35.377)	(17.403)	3.349

d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de swaps, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das commodities, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Com vencimentos em 2021						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	180.673	R\$	-	(209.486)
Commodities - Bói gordo	USD	-	799	R\$	-	25
Subtotal	USD	-	181.472	R\$	-	(209.461)

Com vencimentos em 2022

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	178.271	9.644	R\$	(189.801)	(6.992)
Commodities - Bói gordo	USD	870	-	R\$	(666)	-
Total	USD	179.141	9.644	R\$	(190.467)	(6.992)

Com vencimentos em 2023

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo			
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	6.713	-	R\$	(5.818)	-
Total	USD	6.713	-	R\$	(5.818)	-

Total geral

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2022 e 2023, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31/12/2021 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.

A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado em R\$ 5,5805 pelo PTAX venda de fechamento de 31/12/2021:

Descrição	Variação da Receita altamente provável com cenários de preços				
	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
Algodão - 2021					
Receita altamente provável	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617
Receita altamente provável protegida	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
Soja - 2021					
Receita altamente provável	1.916.276	1.916.774	1.917.271	1.917.768	1.918.266
Receita altamente provável protegida	1.915.281	1.915.281	1.915.281	1.915.281	1.915.281
Exposição líquida	995	1.493	1.990	2.487	2.985
Variação da Exposição líquida	(995)	(497)	-	497	995
Algodão - 2022					
Receita altamente provável	3.023.336	3.013.793	3.004.250	2.994.707	2.985.164
Receita altamente provável protegida	3.042.422	3.042.422	3.042.422	3.042.422	3.042.422
Exposição líquida	(19.086)	(28.629)	(38.172)	(47.715)	(57.258)
Variação da Exposição líquida	19.086	9.543	-	(9.543)	(19.086)
Soja - 2022					
Receita altamente provável	2.221.006	2.458.361	2.695.716	2.933.071	3.170.426
Receita altamente provável protegida	1.746.295	1.746.295	1.746.295	1.746.295	1.746.295
Exposição líquida	474.711	712.066	949.421	1.186.776	1.424.131
Variação da Exposição líquida	(474.710)	(237.355)	-	237.35	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

Swap	Taxa de juros*	Saldo Contábil em 31/12/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a. Passivo: CDI + 0,85% a.a.	5.398	(293)	(416)	(540)	(663)	(787)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a. Passivo: CDI + 0,85% a.a.	5.398	(293)	(416)	(540)	(663)	(787)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a. Passivo: CDI + 0,75% a.a.	1.790	(95)	(136)	(177)	(218)	(259)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a. Passivo: CDI + 0,75% a.a.	10.741	(572)	(818)	(1.063)	(1.309)	(1.555)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,95% a.a. Passivo: CDI + 1,20%	(541)	31	44	56	68	81
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 12,85% a.a. Passivo: CDI + 1,12%	3.726	(212)	(297)	(383)	(468)	(553)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,153% a.a. Passivo: CDI + 1,25%	2.931	(171)	(238)	(305)	(372)	(439)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,95% a.a. Passivo: CDI + 1,07%	35.663	(2.013)	(2.829)	(3.645)	(4.459)	(5.275)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 6,28% a.a. Passivo: CDI + 0,55%	758	(39)	(56)	(74)	(91)	(108)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,30% a.a. Passivo: CDI + 1,02% a.a.	(1.895)	106	149	193	236	279
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,87% a.a. Passivo: CDI + 1,15% a.a.	(784)	51	68	86	104	122
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Ativo: 3,6726% a.a. Passivo: CDI + 1,85% a.a.	1.246	(80)	(109)	(137)	(166)	(194)
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Ativo: 3,6726% a.a. Passivo: CDI + 1,85% a.a.	1.245	(80)	(109)	(137)	(166)	(194)

Aplicações Financeiras

CDB e Debêntures	99,38%	120.871	5.496	8.244	10.991	13.739	16.487
------------------	--------	---------	-------	-------	--------	--------	--------

(*) Taxas médias anuais

(**) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2021.

(†) MTM classificado em conta redutora de empréstimos (nota 18).

f) Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 117.841 na controladora e R\$ 147.414 no consolidado (R\$ 178.085 na controladora e de R\$ 207.283 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

g) Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

31 de dezembro de 2021	Controladora							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.369.522	2.914.324	559.225	1.169.518	901.833	273.331	2.145	8.272
Fornecedores	671.234	671.234	671.234	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	31.004	31.004	31.004	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.706.311	8.278.772	646.806	632.503	589.915	575.545	570.151	5.263.852
	7.778.071	11.895.334	1.908.269	1.802.021	1.491.748	848.876	572.296	5.272.124
Derivativos								
Operações com derivativos	235.483	235.483	292.655	67.961	(78.372)	(46.761)	-	-
	235.483	235.483	292.655	67.961	(78.372)	(46.761)	-	-
	8.013.554	12.130.817	2.200.924	1.869.982	1.413.376	802.115	572.296	5.272.124

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

Em 23 de fevereiro de 2021 a empresa S&P Global Ratings publicou novo rating corporativo da Companhia, classificando como "[br AA]" na categoria escala nacional (Brasil).

31 de dezembro de 2021	Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.587.759	3.147.939	741.633	1.217.853	899.917	274.609	3.000	10.927
Fornecedores	1.009.194	1.009.194	1.009.194	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	39.004	39.004	39.004	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	108.637	108.637	93.774	14.863	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.336.388	5.865.826	548.889	506.569	448.504	413.274	403.274	3.545.316
	7.080.982	10.170.600	2.432.494	1.739.285	1.348.421	687.883	406.274	3.556.243
Derivativos								
Operações com derivativos	243.265	243.265	286.907	81.491	(78.372)	(46.761)	-	-
	243.265	243.265	286.907	81.491	(78.372)	(46.761)	-	-
	7.324.247	10.413.865	2.719.401	1.820.776	1.270.049	641.122	406.274	3.556.243

h) Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo registrado no ativo		Valor justo registrado no passivo				
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Operações de proteção cambial									
Contratos NDF - 25.c	USD	941.986	431.810	R\$	28.862	62.292	141.519	139.382	
Subtotal	USD	941.986	431.810	R\$	28.862	62.292	141.519	139.382	
Operações de proteção dos produtos- operações financeiras									
Algodão - 25.d	USD	184.984	190.317	R\$	37.051	6.977	232.670	223.455	
Rebanho - 25.d	USD	870	799	R\$	-	25	666	-	
Subtotal	USD	185.854	191.116	R\$	37.051	7.002	233.336	223.455	
Operações de proteção cambial									
Swap VC+Pré x CDI+Pré -25.e	USD	116.342	6.667	R\$	70.156	10.055	70.445	-	
Subtotal	USD	116.342	6.667	R\$	70.156	10.055	70.445	-	
Operações de proteção cambial									
Swap VC+Pré x CDI+Pré - 25.e	EUR	39.481	66.782	R\$	58.990	93.391	-	1.252	
Subtotal	EUR	39.481	66.782	R\$	58.990	93.391	-	1.252	
Operações de proteção de juros									
Swap Pré x CDI+Pré	BRL	350.000	200.000	R\$	4.484	13.610	-	-	
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	BRL	480.000	480.000	R\$	91.740	59.022	89.248	53.032	
Subtotal	BRL	830.000	680.000	R\$	96.224	72.632	89.248	53.032	
Total									
					R\$	291.283	245.372	534.548	417.121
					R\$	107.676	98.587	394.582	358.969
					R\$	183.607	146.785	139.966	58.152

i) Resultado com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no exercício, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Ganhos e perdas registradas no resultado		Ganhos e perdas registradas no resultado		Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido			
	Alocado na receita bruta em	Alocado no resultado financeiro em	Alocado na receita bruta em	Alocado no resultado financeiro em				
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF	R\$	(178.987)	(530.881)	16.773	8.189	(140.584)	(77.553)	(63.030)
Subtotal	R\$	(178.987)	(530.881)	16.773	8.189	(140.584)	(77.553)	(63.030)
Operações de proteção de commodities								
Swap de Commodities Agrícolas	R\$	(406.964)	(726)	49	1	(341.261)	(120.185)	(221.076)
Subtotal	R\$	(406.964)	(726)	49	1	(341.261)	(120.185)	(221.076)
Operações de proteção de câmbio								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(462)	119.268	(15.122)	(15.759)	637
Subtotal	R\$	-	-	(462)	119.268	(15.122)	(15.759)	637
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	4.201	6.204	(6.334)	(13.327)	6.993
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	41.128	920	(49.097)	(54.167)	5.070
Subtotal	R\$	-	-	45.329	7.124	(55.431)	(67.494)	12.063
TOTAL	R\$	(585.951)	(531.607)	61.689	134.582	(552.398)	(280.993)	(271.406)

j) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazos	(46.730)	(1.319.953)	(140.464)	(1.604.716)
Custos da transação CRA	11.463	17.706	11.463	17.706
Ganhos e perdas c/derivativos vinculados a aplicações e dívidas	(42.349)	(92.761)	(65.577)	(121.794)
Dívida líquida ajustada	2.291.906	655.740	2.393.081	708.479
Patrimônio líquido	3.524.748	2.940.379	3.776.076	3.151.058
Índice de alavancagem financeira	65,02%	22,30%	63,37%	22,48%

26. Subvenções governamentais

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99 e de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão à Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaçu e Planorte ao PROALMAT (Mato Grosso). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a pagar.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGRO ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício de 2021, foram reconhecidos R\$ 149 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado. Este valor foi reconhecido em reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

27. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação nos resultados	72.681	41.354	94.682	46.701

28. Pagamento baseado em ações

a) Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3,75% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes outorgas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

b) Plano de ações restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de novembro de 2018, 13 de novembro de 2019, 06 de novembro de 2020 e 10 de novembro de 2021 foram aprovados os Programas de Outorga de Ações Restritas de 2018, 2019, 2020 e 2021 com outorga de 48.973 (antes do desdobramento do capital), 153.438 ações, 159.363 ações e 193.275 ações, respectivamente.

Ano da outorga	Valor justo na outorga - R\$ (*)	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2018	R\$ 54,60	34.663	-	(1.000)	(33.663)	-
2019	R\$ 18,46	96.972	-	(1.766)	(93.206)	55.877
2020	R\$ 27,20	159.363	-	(1.125)	(158.238)	113.064
2021	R\$ 48,07	-	193.275	-	-	193.275
		290.998	193.275	(3.891)	(118.166)	362.216

(*) O plano de 2018 tem o valor de suas ações antes do desdobramento de capital.

Em atendimento ao CPC 10 (R1) (IFRS 2), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. Em contrapartida no passivo circulante, em conta específica de obrigações trabalhistas, os valores de INSS e FGTS (despesa), conforme apresentados abaixo:

	Plano de Ações Restritas	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesa	R\$ 4.002	R\$ 2.808
Despesa INSS	R\$ 1.099	R\$ 395
Despesa FGTS	R\$ 1.289	R\$ 358

Em atendimento ao CPC 10 (R1) (IFRS 2), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções stock options e plano de ações restritas, em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$ 8.901 (despesa) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.463 em 31 de dezembro de 2020).

29. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Natureza	Cobertura
Estoques de Grãos e Algodão	R\$ 105.000
Máquinas e Equipamentos	R\$ 60.000
Responsabilidade civil de administradores	R\$ 60.000
Prédios e benfeitorias	R\$ 105.000
Seguro garantia	R\$ 153.772
Aeronave - Casco (*)	R\$ 18.862
Aeronave - Casco SLC Centro Oeste (**)	R\$ 21.038
Aeronave - Reta	R\$ 1.755
Aeronave - Reta SLC Centro Oeste	R\$ 3.458
Empresarial	R\$ 3
Drones	R\$ 10.168
Sementes	R\$ 77.480
Transporte Nacional SLC Centro Oeste	R\$ 2.300
Veículos	Contra terceiros

(*) Valor da cobertura de USD 3.380, convertido pela taxa venda do último dia do mês (Ptax de 5,5805 em 31/12/2021).

(**) Valor da cobertura de USD 3.770 (SLC Centro-oeste), convertido pela taxa venda do último dia do mês (Ptax de 5,5805 em 31/12/2021).

Seguro de estoque de grãos e algodão - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão. Sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/12/2022.

Seguro de Máquinas e Equipamentos - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas da controladora e controladora, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e imolação. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2022.

Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão na controlada e controladora. Apólices com vencimentos em 30/06/2022.

Seguro de prédios e benfeitorias - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias das Fazendas da controlada e controladora, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/12/2022.

Seguro Garantia - Cobertura de proteção aos possíveis riscos gerados ao patrimônio da empresa, em função do fiel cumprimento das obrigações ocasionadas por processos judiciais trabalhistas. Apólice com vencimento nos períodos de 19/06/2024 e 23/04/2024 (SLC Agrícola) e 16/06/2023, 06/07/2023, 15/07/2024, 05/05/2025, 15/07/2025 (SLC CO).

Seguro da Aeronave - Reta - Cobertura para danos pessoais e/ou materiais, causados a passageiros e tripulantes pela aeronave da SLC Agrícola, incluindo danos causados a bagagens. Apólice com vencimento em 28/07/2022 e 08/08/2022 (SLC CO).

Seguro da Aeronave - Casco - Cobertura de garantia contra danos materiais causados ao casco da aeronave da SLC Agrícola, incluindo responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Apólice com vencimento em 17/01/2023 e 26/03/2022 (SLC CO).

Seguro Empresarial - Cobertura Patrimonial Empresarial a danos materiais na estrutura física do prédio e mobiliário do escritório da Matriz da SLC Agrícola S/A, causados por incêndio, explosão e fumaça. Apólice com vencimento em 12/01/2022.

Seguro de Drone - Reta - Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 18/12/2022.

Seguro de Sementes - Cobertura de beneficiamento e depósito de grãos das sementes localizadas nas Fazendas Pamplona e Fazenda Panorama. Apólice com vencimento em 27/06/2022.

Seguro de Veículos - Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 09/10/2022.

Seguro de Transporte Nacional - Cobertura dos bens e/ou mercadorias inerentes ao ramo de atividade, devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas à sua natureza e viagem. Apólices com vencimentos em 01/05/2022.

30. Receita líquida de vendas

Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	3.442.787	2.711.983	4.501.090	3.200.054
Venda de produtos	3.952.361	3.161.943	5.087.041	3.731.661
Resultado com operações de hedge	(509.574)	(449.960)	(585.951)	(531.607)
Deduções, impostos e contribuições	(87.212)	(78.699)	(137.880)	(102.507)
Receita operacional líquida	3.355.575	2.633.284	4.363.210	3.097.547

31. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos vendidos	(3.173.798)	(2.408.692)	(4.076.725)	(2.802.782)
Despesas com vendas	(166.407)	(149.471)	(212.559)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	(181.750)	(103.811)	(222.496)	(115.452)
Mais Valia investimento	(9.789)	-	(14.832)	-
Outras despesas operacionais	(12.100)	(7.566)	(13.617)	(10.132)
	(3.543.844)	(2.669.540)	(4.540.229)	(3.102.330)

Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e amortização	(94.305)	(83.781)	(145.870)	(119.686)
Despesas com pessoal	(377.129)	(266.013)	(481.985)	(319.572)
Matéria prima e materiais	(1.676.857)	(1.455.134)	(2.239.247)	(1.736.678)
Aluguéis e Arrendamentos	(16.467)	(21.409)	(22.223)	(21.823)
Amortização de Direito de Uso	(175.064)	(119.580)	(133.287)	(73.663)
Varição ativo biológico CPV	(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
Fretes	(62.418)	(56.708)	(78.566)	(63.602)
Outras despesas	(12.100)	(7.566)	(13.617)	(16.310)
	(3.543.844)	(2.669.540)	(4.540.229)	(3.102.330)

32. Informações por segmento

O Grupo possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos no menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita dos produtos e arrendamentos	4.413.541	3.110.558	318.002	225.144	(368.333)	(238.155)	4.363.210	3.097.547
Ativos biológicos	1.961.159	775.534	-	-	-	-	1.961.159	775.534
Custos dos produtos	(4.178.920)	(2.862.619)	(10.199)	(9.983)	112.394	69.820	(4.076.725)	(2.802.782)
Resultado bruto	2.195.780	1.023.473	307.803	215.161	(255.939)	(168.335)	2.247.644	1.070.299
Despesas / receitas operacionais	35.672	(154.485)	105.502	34.604	(475.451)	(169.488)	(334.277)	(289.369)
Despesas com vendas	(212.535)	(173.964)	(26)	-	-	-	(212.561)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	(228.174)	(120.157)	(4.485)	(3.887)	10.164	8.592	(222.495)	(115.452)
Honorários da administração	(18.601)	(14.100)	(352)	(616)	-	-	(18.953)	(14.716)
Outras receitas (despesas) operacionais	504.771	153.736	110.365	39.107	(480.573)	(178.080)	134.563	14.763
Mais valia do investimento	(9.789)	-	-	-	(5.042)	-	(14.831)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	2.231.452	868.988	413.305	249.765	(731.390)	(337.823)	1.913.367	780.930
Resultado financeiro líquido	(557.422)	(204.823)	7.668	9.401	197.197	103.671	(352.557)	(91.751)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.674.030	664.165	420.973	259.166	(534.193)	(234.152)	1.560.810	689.179
Imposto de renda e contribuição social	(402.435)	(136.836)	(43.545)	(40.682)	15.929	(713)	(430.051)	(178.231)
Lucro consolidado do exercício	1.271.595	527.329	377.428	218.484	(518.264)	(234.865)	1.130.759	510.948

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	5.275.217	4.093.468	53.946	166.105	(219.757)	(58.193)	5.109.406	4.201.380
Ativo não circulante	11.610.347	6.242.100	2.497.077	2.255.731	(6.350.487)	(4.109.520)	7.756.937	4.388.311
Ativo total	16.885.564	10.335.568	2.551.023	2.421.836	(6.570.244)	(4.167.713)	12.866.343	8.589.691
Passivo circulante	4.279.480	2.547.435	28.398	46.707	(475.898)	(257.045)	3.831.980	2.337.097
Passivo não circulante	7.604.879	4.635.116	75.786	70.779	(2.422.378)	(1.604.359)	5.258.287	3.101.536
Patrimônio líquido	5.001.204	3.153.017	2.446.840	2.304.350	(3.671.968)	(2.306.309)	3.776.076	3.151.058
Passivo total	16.885.563	10.335.568	2.551.024	2.421.836	(6.570.244)	(4.167.713)	12.866.343	8.589.691

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil. As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	1.220.105	868.314
Venda de produtos	1.220.105	868.314
Mercado externo	3.280.985	2.331.740
Venda de produtos - exportação indireta	1.721.998	1.166.459
Resultado operação de hedge indireta	(28.096)	(133.233)
Venda de produtos - exportação direta	2.145.138	1.696.888
Resultado operação de hedge direta	(557.882)	(398.374)
Receita operacional bruta	4.501.090	3.200.054
Deduções, impostos e contribuições	(137.880)	(102.507)
Receita operacional líquida	4.363.210	3.097.547

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

País	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
China	587.932	27,41	477.330	28,13
Indonésia	367.011	17,11	416.600	24,55
Turquia	324.747	15,14	103.258	6,09
Vietnã	219.685	10,24	231.467	13,64
Bangladesh	217.713	10,15	149.068	8,78
Paquistão	93.661	4,37	158.442	9,34
Malásia	75.453	3,52	114.331	6,74
Suíça	38.986	1,82	-	-
Austrália	33.959	1,58	-	-
USA	33.454	1,56	-	-
Japão	30.339	1,41	-	-
Alemanha	13.631	0,64	-	-
Tailândia	21.286	0,99	-	-
Coreia	27.319	1,27	23.697	1,40
França	24.409	1,14	-	-
Uruguai	6.206	0,29	-	-
Outros	29.347	1,37	22.695	1,34
	2.145.138	100,00	1.696.888	71,87

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Algodão em Pluma		Milho a Granel		Soja a Granel		Total (sem efeito de operações de hedge)	
	Valor	% sobre venda de produto	Valor	% sobre venda de produto	Valor	% sobre venda de produto	Valor	% sobre venda de produto
Cargill Agrícola S.A.</								

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SLC Agrícola S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras Padronizadas individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A., referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Conselho Fiscal examinou, ainda, o relatório da Ernst&Young Auditores Independentes S.S., datado de 15 de março de 2022, bem como recebeu as informações e esclarecimentos solicitados no decorrer do trimestre.

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 15 de março de 2022.

João Carlos Sfreddo
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Kruse
Conselheiro

Maurício Rocha Alves de Carvalho
Conselheiro

PARECER DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (Controladora e Consolidado) relativas ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022.

Aurélio Pavinato
Diretor Presidente

Ivo Marcon Brum
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi
Diretor de Suprimentos e
Produção de Sementes

Aldo Roberto Tisott
Diretor de Vendas e Novos Negócios

Alvaro Luiz Dilli Gonçalves
Diretor de RH e Sustentabilidade

Leonardo Celini
Diretor de Operações

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO AUDITORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 15 de março de 2022, relativo às Demonstrações Financeiras Padronizadas (Controladora e Consolidado) do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022.

Aurélio Pavinato
Diretor Presidente

Ivo Marcon Brum
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi
Diretor de Suprimentos e
Produção de Sementes

Aldo Roberto Tisott
Diretor de Vendas e Novos Negócios

Alvaro Luiz Dilli Gonçalves
Diretor de RH e Sustentabilidade

Leonardo Celini
Diretor de Operações

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

SLC Agrícola S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos biológicos, que correspondem ao cultivo dos produtos agrícolas, principalmente soja, milho e algodão, com base no seu valor justo a partir da fase de pré-colheita. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas ao preço de mercado ativo, à produtividade e áreas plantadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de R\$1.177.298 mil na Controladora e R\$1.690.969 mil no Consolidado, na conta de ativos biológicos, no ativo circulante.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e a utilização de especialistas na inspeção física por amostragem de áreas plantadas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas. Adicionalmente avaliamos as premissas relacionadas a preços de mercado ativo, à produtividade esperada e áreas plantadas, dentre outras. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Contabilidade de hedge ("hedge accounting")

Conforme descrito na nota explicativa 25, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção aos riscos de variação de câmbio e de variação do preço dos produtos agrícolas, em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência, sendo registrados conforme uma estrutura de contabilidade de *hedge*. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$345.794 mil, líquido de impostos diferidos, registrado no patrimônio líquido (individual e consolidado), em "Outros resultados abrangentes".

A designação dos instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge* e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais e incluem a necessidade de uso de estimativas significativas sobre as projeções de receitas futuras prováveis. Em função da grande quantidade de operações contratadas, da complexidade na mensuração do valor justo das operações e no cálculo da efetividade, além do potencial impacto que alterações nas projeções de receita futura podem ter sobre o resultado e fluxos de caixa da Companhia, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: entendimento do desenho do processo de gerenciamento de riscos e da estrutura de contabilidade de *hedge*, incluindo a análise da política aplicada pela Companhia; recálculo da mensuração do valor justo das operações, com o envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na elaboração de cálculo independente de valorização; confronto do valor registrado pela Companhia com as informações fornecidas pelas instituições financeiras através de procedimentos de envio de cartas de confirmação às respectivas contrapartes nas operações; exame da documentação de designação das operações e os testes de efetividade prospectivos preparados pela diretoria; análise das projeções de receitas futuras prováveis, com base na análise dos contratos firmes de venda e nas estimativas de vendas; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de contabilidade de *hedge* da Companhia em relação aos requerimentos previstos na NBC TG 48 (IFRS 9) para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

A Companhia adquiriu o controle da Terra Santa Agro S.A. em 01 de julho de 2021, conforme descrito na nota explicativa 2.f. A aplicação do método de aquisição em uma combinação de negócios requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que podem estar sujeitos a um elevado grau de incerteza. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade e julgamento na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do valor do ágio auferido nessa aquisição.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: leitura dos documentos que formalizaram a operação, como contratos e atas, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário da adquirida e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; envolvimento dos nossos profissionais especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na análise das premissas e metodologias utilizadas para determinação e mensuração do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando, quando disponível, com informações de mercado; e a análise das divulgações incluídas pela diretoria na nota explicativa 2.f às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela diretoria na contabilização da combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações efetuadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 15 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Guilherme Ghidini Neto
Contador
CRC-RS 067795/O-5

 CNPJ Nº 88.447.032/0001-80 NIRE 43300007766		RELATÓRIO DA DIRETORIA Senhores Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados. Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos colaboradores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários. Porto Alegre/RS, 10 de março de 2022. A Diretoria.			
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)					
ATIVO			PASSIVO		
2021			2020		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	13.569.889,71	18.438.449,41	Financiamentos e empréstimos	49.849.254,69	24.453.366,78
Contas a receber de clientes	26.466.624,12	18.784.112,19	Fornecedores	5.252.005,36	7.138.793,59
Estoques	13.466.228,85	32.265.682,33	Obrigações sociais e trabalhistas	1.199.936,66	1.411.389,41
Impostos e contribuições a recuperar	49.044.456,63	33.936.232,01	Impostos e contribuições a recolher	3.418.699,78	8.561.186,70
Impostos e contribuições antecipados	1.737.728,71	41.734,13	Outras contas a pagar	11.266.376,25	7.630.357,71
Outras contas a receber	619.220,71	114.550,47		70.986.272,74	49.195.094,19
Despesas antecipadas/adiantamentos	831.412,94	906.525,28	Não circulante		
	105.735.561,67	104.487.285,82	Financiamentos e empréstimos	66.107.029,47	92.569.222,95
Não circulante			Impostos e contribuições a recolher	23.753.062,31	15.513.875,58
Realizável a longo prazo			Provisões para contingências	6.331.060,04	3.682.419,08
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.294.465,01	35.615.358,19	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.711.799,22	5.414.671,48
Impostos e contribuições a recuperar	55.680.140,78	68.109.048,31	Outras contas a pagar	8.160.146,51	10.260.291,10
Imóveis à Venda	163.652,70	353.652,70	Acionistas / Pessoas Físicas	1.971.091,96	1.511.189,72
Depósitos judiciais	3.810.633,62	3.825.635,36		115.034.189,51	128.951.669,91
Partes relacionadas - controlada	107.030,28	77.549,14	Patrimônio líquido		
Outras contas a receber	10.048.683,34	-	Capital social	44.000.000,00	44.000.000,00
	117.104.605,73	107.981.243,70	Reservas de reavaliação	1.919.660,84	1.919.660,84
Investimento Imobilizado	29.969.182,46	32.685.746,84	Reservas de lucros	20.922.314,41	21.124.814,72
Intangível	48.190,64	83.463,72		66.841.975,25	67.095.872,98
	30.022.270,10	32.774.107,56	Total do passivo e patrimônio líquido	252.862.437,50	245.242.637,08
Total do ativo	252.862.437,50	245.242.637,08			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)									
	Capital Social	Reserva de reav./ Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros				Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	44.000.000,00	2.023.363,69	6.155.505,33	9.360.525,57	-	(61.964,32)	-	61.477.430,27	
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(52.305,43)	-	-	-	-	52.305,43	-	
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	61.964,32	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	61.964,32	
Destinação p/reserva legal	-	-	277.823,92	-	-	-	-	-	
Destinação p/reserva de incentivos fiscais	-	-	-	13.508.493,86	-	-	-	-	
Destinação p/reserva de lucros retidos	-	-	-	-	-	-	5.556.478,39	-	
Utilização de reserva p/ compensação de prej. do exercício	-	-	-	-	52.305,43	-	(277.823,92)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.000.000,00	1.971.058,26	6.433.329,25	14.639.180,04	52.305,43	-	8.229.839,39	67.095.872,98	
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(51.397,42)	-	-	-	-	51.397,42	-	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(253.897,73)	
Destinação p/reserva legal	-	-	-	-	-	-	0,00	-	
Destinação p/reserva de incentivos fiscais	-	-	-	15.782.035,87	-	-	(15.782.035,87)	-	
Destinação p/reserva de lucros retidos	-	-	-	-	-	51.397,42	(51.397,42)	-	
Utilização de reserva p/ compensação de prej. do exercício	-	-	-	(16.035.933,60)	-	-	16.035.933,60	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.000.000,00	1.919.660,84	6.433.329,25	14.385.282,31	103.702,85	-	-	66.841.975,25	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)			Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)	
			2021	2020
1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou 87 anos em 25 de junho de 2021, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE. Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades. Os Relatórios, do Auditor Independente e da Diretoria, e as Notas Explicativas completas estão disponíveis na sede da Companhia e na página da Central de Balanços na internet https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes . 2.Base de Preparação: 2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board – IASB</i> , tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas anteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2.2 Base de mensuração e moeda funcional: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado do contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em "Reais" (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Determinação do Valor Justo: A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para aquele ativo ou passivo específico. 2.3.Descrição das Principais Políticas Contábeis: 3.1.Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". 3.2.Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado. 3.3.Usos de estimativas e julgamentos: As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas. 3.4.Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. 3.5.Estoque: Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. 3.6.Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil. 3.7.Investimento em controlada: As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliações dos elementos patrimoniais. Em 2021 e 2020 não foi reconhecido à equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante. 3.8.Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 05. 3.9.Intangível: Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 06. 3.10.Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício. 3.11.Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. 3.12.Parcelamentos: Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda e ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. 3.13.Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.14.Reconhecimento das receitas: A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. 3.15.Ativo não circulante mantido para a venda: A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. 3.16. Subvenção governamental: Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado. 4.Investimento: A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da empresa inoperante, em 2021 e 2020 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento.				
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social			(8.635.876,81)	1.787.107,37
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e exaustão		2.891.286,63	3.027.369,60	
Custo na venda/baixa/transf. de ativos imob. e intangíveis		451.689,40	2.403.006,72	
Atualização dos financiamentos e empréstimos		5.464.159,89	1.953.976,16	
Provisão de imposto de renda e contribuição social		8.381.979,08	3.769.371,02	
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(7.762.511,93)	23.058.289,32	
(Aumento) redução nos estoques		18.799.453,48	(1.011.967,76)	
(Aumento) redução nos trib. a recuperar e antecipados		(26.103.101,83)	(50.956.320,01)	
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais		(144.556,16)	1.174.018,84	
Aumento (redução) em fornecedores		(1.886.788,23)	(51.648.531,71)	
Aumento (redução) nos impostos e contrib. a pagar		6.393.827,55	(677.006,12)	
Aum. (red.) em acionistas, contas a pagar e provisões		4.432.964,40	10.836.646,85	
Disponib. liq. geradas pelas ativ. operacionais		2.282.525,47	(56.284.039,72)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível		(591.138,57)	(3.461.885,05)	
Partes relacionadas - controlada		(29.481,14)	(2.096,41)	
Outros investimentos - controlada		-	(4.897,00)	
Aquisição de ações em tesouraria		-	61.964,32	
Disponib. liq. aplicadas nas ativ. de investimentos		(620.619,71)	(3.406.914,14)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos		-	87.730.401,54	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(6.530.465,46)	(25.094.957,58)	
Disponib. liq. aplicadas nas ativ. de financ.		(6.530.465,46)	62.635.443,96	
		(4.868.559,70)	2.944.490,10	
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades				
No início do exercício		18.438.449,41	15.493.959,31	
No fim do exercício		13.569.889,71	18.438.449,41	
Aumento (redução) no caixa e equival. de caixa		(4.868.559,70)	2.944.490,10	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5.Imobilizado						7.Provisões para Contingências						
Composição dos saldos						Descrição						
		31/12/2021		31/12/2020		2021		2020				
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Tx. médias anuais de deprec. %						
Terras e Terrenos	3.353.863,15	-	3.353.863,15	3.353.863,15	-	-	Fiscais (a)	2.040.686,85	1.768.812,82	Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país.		
Edificações e Construções	8.222.560,59	(5.186.205,01)	3.036.355,58	3.348.071,78	2,92%	2,92%	Previdenciárias (b)	209.624,83	213.055,23	Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.		
Instalações e Benfeitorias	16.219.154,36	(5.528.128,91)	10.691.025,45	11.268.374,69	6,67%	6,67%	Trabalhistas (c)	2.481.222,76	144.728,84	As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal. Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI - Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da importação de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 15.782.035,87 (R\$ 13.224.418,61 em 2020),alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas.		
Máquinas e Equipamentos	23.635.006,56	(18.372.430,65)	5.262.575,91	6.703.784,06	6,67%	6,67%	Cíveis (d)	501.630,77	457.927,36	10.Receita Líquida de Vendas:		
Móveis e Utensílios	1.173.162,37	(848.927,41)	324.234,96	560.971,13	6,67%	6,67%	Honorários Advocáticos (e)	1.097.894,83	1.097.894,83	Receita Bruta	2021	2020
Veículos	5.782.831,10	(5.718.069,08)	64.762,02	144.219,04	6,67%	6,67%	Total	6.331.060,04	3.682.419,08	Farinhas de trigo e derivados	215.160.328,92	257.073.571,10
Equipamentos de Processamento de Dados	1.142.288,02	(944.783,03)	197.504,99	221.352,68	6,67%	6,67%	A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante. a)As provisões fiscais são demandas judiciais de ICMS/RS, PIS/COFINS sobre receitas financeiras e o adicional de 10% do FGTS sobre demissão sem justa causa. b)Estão relacionadas às discussões de incidência previdenciária sobre a folha de pagamento. c)As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício. d)Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível. e)A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos. A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de					
Outras Imobilizações	75.786,40	(11.832,50)	63.953,90	64.011,14	3,33%	3,33%	 Mercado Interno					
Obras em Andamento	6.974.906,50	-	6.974.906,50	7.021.099,17			 Deduções sobre Vendas					
	66.579.559,05	(36.610.376,59)	29.969.182,46	32.685.746,84			 Tributos					
							 Incentivo Fiscal PSDI					
							 Devoluções					
							 Receita Líquida					
							 174.610.366,66					
							 205.882.360,02					

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Munhós Thormann - Presidente

Meline Camargo Mattiotti - Vice-Presidente

PUBLICIDADE LEGAL

REFLORESTADORES UNIDOS S.A.				Relatório da Administração - Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Reflorestadores Unidos S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que entenderem necessários. Cambará do Sul, RS, 15 de fevereiro de 2022. A Diretoria						
CNPJ Nº 88.647.896/0001-46 - NIRE Nº 43300020321										
Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado dos Exercícios						
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	
Ativo										
Ativo Circulante		41.281.790,85	34.397.209,14	42.110.668,10	39.463.352,84	26.798.601,56	39.762.919,31	129.677.035,42	91.924.589,64	
Caixa e Equivalente de Caixa		18.726.953,89	12.109.626,99	18.767.057,86	17.271.863,48	4.070.436,50	7.486.243,93	33.042.224,78	21.334.024,25	
Depósitos Bancários		18.704.346,75	12.089.701,79	18.744.450,72	17.444.450,72	4.001.883,65	7.549.755,69	96.634.810,64	70.590.565,39	
Créditos		6.380.217,38	5.370.556,11	6.783.709,08	6.783.709,08	-	-	6.332.833,26	(5.765.732,65)	
Créditos a Receber de Clientes		6.380.217,38	5.370.556,11	6.783.709,08	6.783.709,08	-	-	(5.988.990,09)	(2.789.676,24)	
Outros Créditos		7.152.831,11	11.303.949,48	7.163.613,33	7.163.613,33	-	-	(343.843,17)	(2.976.056,41)	
Adiantamento a Funcionários		243.467,36	46.047,95	243.467,36	243.467,36	-	-			
Adiantamento a Fornecedores		1.996.360,41	6.247.792,48	2.005.421,01	2.005.421,01	-	-			
Outros Créditos		25.745,24	505.119,19	257,25	257,25	-	-			
Adiantamento a Acionistas		-	2.100.000,00	-	-	-	-			
Depósitos Judiciais		138.090,34	382.801,96	138.090,34	138.090,34	-	-			
Impostos a Recuperar		4.702.870,07	1.954.086,26	4.730.079,68	4.730.079,68	-	-			
Outros Créditos Recebíveis		46.297,69	68.101,64	46.297,69	46.297,69	-	-			
Estoques		8.968.852,73	5.568.544,31	9.343.352,09	9.343.352,09	-	-	(14.950.505,80)	(13.067.791,68)	
Materia Prima e Materiais		1.242.699,83	1.335.207,37	1.521.371,99	1.521.371,99	-	-			
Produtos Prontos		6.286.246,23	3.278.968,31	6.382.073,43	6.382.073,43	-	-			
Produtos em Elaboração		1.439.906,67	954.368,63	1.439.906,67	1.439.906,67	-	-			
Despesas Antecipadas		52.935,74	44.532,25	52.935,74	52.935,74	-	-	(50.805.629,60)	(39.471.390,81)	
Ativo Não Circulante		117.079.959,75	90.662.059,62	116.049.645,56	116.049.645,56	-	-	(50.805.629,60)	(39.471.390,81)	
Ativo Realizável a Longo Prazo		75,94	418.364,99	75,94	418.364,99	-	-	72.538.572,56	46.687.466,18	
Despesas Antecipadas		75,94	418.364,99	75,94	418.364,99	-	-			
Investimentos		1.307.058,41	178.614,55	171.205,10	171.205,10	-	-	(14.950.505,80)	(15.052.542,54)	
Participações Diversas		1.307.058,41	178.614,55	171.205,10	171.205,10	-	-			
Ativos Biológicos		26.458.574,82	16.327.824,37	26.458.574,82	26.458.574,82	-	-	(50.805.629,60)	(39.471.390,81)	
Reflorestamento		26.458.574,82	16.327.824,37	26.458.574,82	26.458.574,82	-	-			
Imobilizado		89.084.881,40	73.483.571,17	89.186.768,52	89.186.768,52	-	-	(50.805.629,60)	(39.471.390,81)	
Imóveis		63.494.348,03	60.417.080,02	63.494.348,03	63.494.348,03	-	-			
Máquinas e Instalações		45.431.281,05	32.843.427,73	45.482.079,96	45.482.079,96	-	-			
Veículos		2.302.304,95	1.428.696,17	2.302.304,95	2.302.304,95	-	-			
Móveis, Utensílios e Equip.		718.990,72	611.841,75	744.850,71	744.850,71	-	-			
Imob. em Andamento		1.159.835,56	910.841,43	1.186.465,46	1.186.465,46	-	-			
(-) Depreciação Acumuladas		(24.021.878,91)	(22.728.315,93)	(24.023.280,59)	(24.023.280,59)	-	-			
Intangível		229.369,18	253.684,54	233.021,18	233.021,18	-	-	(14.950.505,80)	(13.067.791,68)	
Marcas e Patentes		156.244,16	150.133,16	159.896,16	159.896,16	-	-			
Softwares		282.900,63	282.900,63	282.900,63	282.900,63	-	-			
(-) Amortizações Acumuladas		(209.775,61)	(179.349,25)	(209.775,61)	(209.775,61)	-	-			
Total do Ativo		158.361.750,60	125.059.268,76	158.160.313,66	158.160.313,66	-	-	(50.805.629,60)	(39.471.390,81)	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido										
Contas Históricas		Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajuste a Valor Presente	Resultados Acumulados	Saldo a Disp. Assembleia	Total
Saldo 31.12.2019		17.600.000,00	(20.000,00)	1.310.271,32	3.843.741,67	(6.318.954,69)	40.101.904,18	0,00	8.587.263,50	65.104.225,98
Ações em tesouraria		-	20.000,00	-	-	-	-	-	-	20.000,00
Aj. de Exerc. Anteriores		-	-	-	-	438.722,09	-	-	-	438.722,09
Divid. Não Reclamados		-	-	-	-	40.282,77	-	-	-	40.282,77
Dividendos Suplementar		-	-	-	-	-	-	(2.237.578,83)	(2.237.578,83)	-
Transf. p/Res. de Lucros		-	-	-	-	6.349.684,67	-	(6.349.684,67)	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	25.000.618,05	-	25.000.618,05
Reserva Legal		-	-	1.250.030,90	-	-	-	(1.250.030,90)	-	-
Aquis. Ações Minoritárias		-	-	-	-	(1.427.353,30)	-	(5.937.646,79)	-	(1.427.353,30)
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	(17.812.940,36)	-	(17.812.940,36)
Saldo a Disp. Assembleia		-	-	-	-	-	-	17.812.940,36	-	17.812.940,36
Saldo 31.12.2020		17.600.000,00	0,00	2.560.302,22	3.843.741,67	(917.618,46)	40.101.904,18	0,00	17.812.940,36	81.001.269,97
Transf. p/Res. de Lucros		-	-	-	-	16.720.587,15	-	(16.720.587,15)	-	-
Dividendos Suplementar		-	-	-	-	-	-	(1.092.353,21)	-	(1.092.353,21)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	32.759.883,83	-	32.759.883,83
Reserva Legal		-	-	959.697,78	-	-	-	(959.697,78)	-	-
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(7.950.046,51)	-	(7.950.046,51)
Saldo a Disp. Assembleia		-	-	-	-	-	-	(23.850.139,54)	-	(23.850.139,54)
Dividendos Suplementar		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2021		17.600.000,00	0,00	3.520.000,00	3.843.741,67	15.802.968,69	40.101.904,18	0,00	23.850.139,54	104.718.754,08

(As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis)

Demonstração do Fluxo de Caixa			
		Controladora	Consolidado
		31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL		51.694.771,57	29.985.397,88
Ajustes por:			
Programa particip. de result.		(1.817.986,61)	(1.386.690,78)
Aj. de exercícios anteriores		-	438.722,09
Dividendos não reclamados		-	40.282,77
Aquis. ações minoritárias		-	(1.427.353,30)
Distribuição de dividendos		(9.042.399,72)	(8.587.263,50)
Deprec., amortiz. e exaustão		4.154.987,32	3.199.082,37
Ações em tesouraria		-	20.000,00
Custo residual de ativos perman. baixados e vend.		285.376,21	2.292.407,63
		45.274.748,77	24.574.585,16
Aum./redução nas contas a receber de clientes		(1.009.661,27)	(598.168,22)
Aum./redução em outras contas a receber		4.151.118,37	(7.687.758,78)
Aumento/redução estoques		(3.400.308,42)	(3.529.724,60)
Aum./red. desp. antecipadas		409.885,56	49.944,49
Aum./redução nas contas de fornecedores		3.201.426,98	432.195,09
Aum./redução de tributos		9.860.127,43	(1.301.845,18)
Aum./redução em outras contas a pagar		71.315,36	3.820.637,02
Caixa proveniente das operações		58.558.652,78	15.759.864,98
IRPJ e CSLL a pagar		(17.116.901,13)	(3.598.089,05)
Caixa líquida proveniente das atividades operacionais		41.441.751,65	12.161.775,93
Fluxos de caixa das atividades de invest.		41.441.751,65	12.161.775,93
Aquis. para o ativo imobiliz.		(31.836.696,71)	(6.674.943,21)
Recebimento pela venda de imobilizado		560.144,00	1.822.322,92
Caixa líquido usado nas atividades de invest.		(31.276.552,71)	(4.852.620,29)
Fluxos de caixa das atividades de financiam.		(3.547.872,04)	4.090.180,84
Empréstimos e financiame.		(3.547.872,04)	4.090.180,84
Caixa líquido usado nas atividades de financiam.		(3.547.872,04)	4.090.180,84
Aumento líq. de caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.617.326,90	11.399.336,48
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		18.726.953,89	12.109.626,99

Notas Explicativas

NOTA 1 - Contexto Operacional: A Reflorestadores Unidos S/A (a "Companhia" ou a "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro jurídico em Cambará do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no RS 020, Km 135 Fazenda Espírito Santo, CEP 95480-000. A Companhia tem por objetivo realizar, por conta própria ou de terceiros, as seguintes operações: a) silvicultura, de florestamento ou reflorestamento de terras de sua propriedade ou de terceiros, como julgar de seu interesse ou conveniência, inclusive com parceria florestal; b) agricultura e pecuária, para alcançar uma exploração integrada, com equilíbrio agro-silvo-pastoril; c) estudo e projetos técnicos pertinentes aos seus objetivos, exigidos por legislação específica; d) industrialização florestal, para os critérios do art. 308 do atual Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580 de 22/11/2018); matérias-primas e materiais pelo custo médio de aquisição, líquidos dos impostos compensáveis quando aplicáveis, os quais não superam os preços de mercado; (art.305 - Decreto 9.580/2018) e o valor dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. h) Investimentos: Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição de acordo com a legislação vigente. i) Ativos Biológicos: Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de Pinus, em formação, cujo produtos agrícolas (toras) são vendidos ao mercado ativo, como também podem ser utilizadas como matéria prima na própria indústria, basicamente. A metodologia utilizada na mensuração do valor dos ativos biológicos da Companhia corresponde ao valor de custo de implantação e manutenção incorridos. A exaustão dos recursos florestais está sendo calculada na medida em que ocorrem os cortes e na proporção das árvores cortadas. j) Imobilizado: Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, atualizados monetariamente, quando cabível, até 31/12/1995. Os imóveis estão acrescidos de reavaliação de terrenos já antes realizada, cujo montante do residual líquido, ao final do exercício, era de R\$ 3.844 mil. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento), segundo as seguintes taxas: Prédios = 4%; Equipamentos, instalações e móveis industriais e de escritório = 10%; Equipamentos de informática e Veículos = 20%. Para o maquinário da companhia que operam mais de um turno a empresa reconhece a depreciação acelerada com as seguintes taxas: Um turno de 9hs = 10%; Dois turnos, totalizando 17hs = 15%; Três turnos, totalizando 24hs = 20%. l) Intangível: Os ativos intangíveis compreendem marcas e patentes, direito de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil estimada do bem. A amortização é reconhecida no resultado. m) Empréstimos e Financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos índices pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços. n) Reconhecimento das Receitas: A receita de venda está apresentada líquida, ou seja, não inclui os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita líquida é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados ao seu favor. o) Investimentos em controladas: Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **NOTA 4 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia calcula o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo Lucro Real Anual. **NOTA 5 - Obrigações de Longo Prazo:** Estão demonstradas pelos valores devidos na data do encerramento do exercício social, neles já incluídos os encargos financeiros incorridos e as atualizações monetárias, observadas as taxas e os indicadores legais e contratados. Os impostos e contribuições parceladas referem-se a débitos, sujeitos aos encargos legais. **NOTA 6 - Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros para bens do Ativo Imobilizado, Veículos e Máquinas, no valor de R\$ 3.312 mil. **NOTA 7 - Capital Social:** O Capital Social de R\$ 17.600.000,00, (Dezesseis milhões e seiscentos mil reais) totalmente subscrito e integralizado, pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, é representado por 16.262.702 (Dezesseis milhões, duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **NOTA 8 - Destinação do Resultado do Exercício:** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A título de Reserva Legal foi destinado o valor de R\$ 959.697,78 (Novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). O estatuto social da Companhia determina a distribuição de 25% do resultado do período ajustado na forma de lei. Os dividendos a pagar foram destacados do Patrimônio Líquido e registrados como obrigação no passivo. A título de Dividendos Obrigatórios foi destinado o valor de R\$ 7.950.046,51 (Sete milhões, novecentos e cinquenta, quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Restando a disposição da assembleia para destinação o valor de R\$ 23.850.139,54 (vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). **NOTA 9 - Participação nos Lucros:** A Companhia remunerou seus colaboradores mediante participação nos resultados no valor R\$ 1.817.986,61 (Um milhão, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), por terem atendido as metas e performance estabelecidos. Cambará do Sul (RS), 31 de dezembro de 2021. Caroline De Zorzi - Diretora CPF 790.007.970-04. Cassiano De Zorzi - Diretor CPF 761.349.540-04. Ivone Dossin Zanrosso - Controladora - CRC 38787/RS CPF 248.714.080-91

PUBLICIDADE LEGAL

Recrusul S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **19 de abril de 2022, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur nº 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS: A) Participação Presencial:** Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância:** a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Sapucaia do Sul, RS, 17 de março de 2022. **RICARDO MOTTIN JUNIOR** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021.

Porto Alegre/RS, 16 de março de 2022
Natalie Ardrizzo - Diretora

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC